



Comunicação e Sociedade

REVISTA 5 | 2004 | O ENSINO DO JORNALISMO

Formação em jornalismo

Artigos de

Denis Ruellan, Eduardo Meditsch, Xosé López, Manuel Pinto,
Joaquim Fidalgo, Madalena Oliveira, Fernando Cascais

Entrevista com

Manuel Carlos Chaparro

Depoimentos de

Adelino Gomes, Carlos Pinto Coelho, Hélia Costa Santos,
Helder Bastos, Ivone Dias Ferreira, João Aguiar Campos,
Joaquim Vieira, Jorge Wemans, Lopes de Araújo, Luísa Bessa,
Manuel Vilas-Boas, Sara Oliveira

A blogosfera: primeiros estudos

Artigos de

Jose Luis Orihuela, António Granado, Luís António Santos e
Fernando Zamith

Título: COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE 5 2004

Director: MOISÉS DE LEMOS MARTINS

Conselho Consultivo

Paul Beaud (*Réseaux*, Universidade de Lausana), André Berten (Universidade Católica de Lovaina), Daniel Bougnoux (*Cahiers de Médiologie/Universidade Stendhal de Grenoble*), Manuel Chapparro (Universidade de São Paulo), Paolo Fabbri (Universidade de Bolonha), António Fidalgo (Universidade da Beira Interior, Covilhã), Xosé López Garcia (Universidade de Santiago de Compostela), Jill Hills (International Institute for Regulators of Telecommunications/Centre for Communication and Information Studies, Universidade de Westminster, Londres), Michel Maffesoli (Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien/Universidade de Paris V, Sorbonne), Denis McQuail (Universidade de Amsterdão), José Bragança de Miranda (*Revista de Comunicação e Linguagens/Universidade Nova de Lisboa*), Vincent Mosco (School of Journalism and Communication, Universidade Carleton, Otava), José Augusto Mourão (Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens/Universidade Nova de Lisboa), José Manuel Paquete de Oliveira (ISCTE, Lisboa), Colin Sparks (Centre for Communication and Information Studies, Universidade de Westminster, Londres), Teun van Dijk (Universidade Pompeu Fabra, Barcelona).

Conselho Científico

Moisés de Lemos Martins, Anabela Carvalho, Aníbal Alves, Bernardo Pinto de Almeida, Carolina Leite, Helena Sousa, Joaquim Fidalgo, José Manuel Mendes, Manuel Pinto, Manuel Vaz Pato, Rosa Cabecinhas, Zara Pinto Coelho.

Conselho de Redacção

Alberto Sá, Alexandra Lázaro, Felisbela Lopes, Gabriela Gama, Helena Gonçalves, Helena Pires, Luísa Magalhães, Luís Santos, Paulo Xavier, Sandra Marinho, Silvana Mota Ribeiro, Teresa Ruão.

Coordenação do volume: Manuel Pinto

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Comunicação e Sociedade* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com *Campo das Letras* Editores S. A., Rua D. Manuel II, 33 – 5.º – 4150-345 Porto. Telef. 22 60 80 870 / Fax. 22 60 80 880 / E-mail: campo.letras@mail.telepac.pt / site: www.campo-letras.pt

Assinatura Anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros. Outros países: 25 euros. Preço deste número: 12 euros.

Artigos e resenhas: Os autores que desejem publicar artigos ou resenhas devem enviar os originais em formato electrónico para CECS@ics.uminho.pt. Deverão ainda enviar três cópias em papel para: Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga. A Revista não se obriga, no entanto, a publicar todos os artigos e resenhas que lhe sejam enviados com esse objectivo. Ver normas para publicação de originais no final da revista.

Grafismo: António Modesto

Tiragem: 1000 exemplares.

Redacção e Administração: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 4710-057 Braga - Portugal. Tels. 253 604214 / 253 604280. Faxes 253 678850 - 253 676966.

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. de Famalicão

ISSN: 1645-2089

Depósito legal n.º: 166740/01

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Sollicitamo scambio.

Índice

Nota introdutória <i>Manuel Pinto</i>	5
I. Formação profissional – Artigos, entrevista, depoimentos	
Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo <i>Denis Ruellan</i>	9
A formação para a <i>praxis</i> profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire <i>Eduardo Meditsch</i>	25
Desafios na formación de comunicadores para a era dixital <i>Xosé López</i>	39
O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas <i>Manuel Pinto</i>	49
Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança <i>Joaquim Fidalgo</i>	63
Metajornalismo: o ofício que nasceu na sombra da Modernidade <i>Madalena Oliveira</i>	75
O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional <i>Fernando Cascais</i>	79
Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo <i>Entrevista com o Prof. Manuel Carlos Chapparro</i>	85
O essencial e o acessório na formação de jornalistas <i>Depoimentos de Adelino Gomes, Carlos Pinto Coelho, Hália Costa Santos, Helder Bastos, Ivone Dias Ferreira, João Aguiar Campos, Joaquim Vieira, Jorge Wemans, Lopes de Araújo, Luísa Bessa, Manuel Vilas-Boas, Sara Oliveira</i>	109

II. A blogosfera: primeiros estudos

- Blogging and the eCommunication paradigms:
10 principles of the new media scenario
Jose Luis Orihuela 125
- Algumas notas sobre o panorama da blogosfera portuguesa
António Granado 133
- Weblogues e jornalismo: um exemplo de aproximação na universidade portuguesa
Luís António Santos e Fernando Zamith 137

III. Reflexões / Leituras

- Walter J. Ong: Vida e Obra
Julieta Oliveira 153
- Aspectos identitários na titulação do jornal *Tais Timor*
Regina Helena Pires de Brito 159
- Castells, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. I; *A Sociedade em Rede* e *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. II; *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
Helena Sousa 168
- Esquenazi, Jean-Pierre (2002), *L'Écriture de l'Actualité: pour une Sociologie du Discours Médiatique*. Presses Universitaires de Grenoble.
Felisbela Lopes 172
- Alves, Dinis Manuel (2003), *Foi Você que Pediu um Bom Título*, Coimbra: Quarteto Editora
Joaquim Fidalgo 176
- Bouveresse, Jacques (2001), *Schmock ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus*, Paris: Éditions du Seuil
Madalena Oliveira 179

Nota introdutória

O presente número de *Comunicação e Sociedade* tem o jornalismo como temática central. Tomamos o jornalismo como um campo de estudo não apenas das práticas profissionais ou da investigação sobre essas práticas, mas igualmente como discurso que enuncia e faz acontecer a vida social.

Dentro do projecto programático desta revista, queremos romper com uma tendência “mediocêntrica” de estudo dos *media* e do jornalismo, situando as problemáticas deste campo no jogo e no confronto com os restantes campos sociais. É nesse jogo e nessa aposta que o investimento das instituições de investigação e ensino nos estudos jornalísticos, mediáticos e comunicacionais assume, ele mesmo, um papel de serviço à sociedade e, dessa forma, adquire sentido.

Damos destaque a um campo dos estudos jornalísticos que começa agora a ganhar mais visibilidade e pertinência entre nós: a formação dos jornalistas e, de modo mais largo, a formação em jornalismo. Quando a instituição de referência neste âmbito – a Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América – assinala os cem anos de vida, é em diálogo com uma vastíssima experiência internacional corporizada por essa e muitas outras instituições de formação que o nosso recente percurso deve ser situado. Daí o termos inserido neste número trabalhos de docentes e investigadores de realidades que, sendo diferentes, nos são próximas, seja do ponto de vista da geografia (Espanha e França), seja do ponto de vista dos laços históricos (Brasil).

A fim de sinalizar alguns dos desafios que o jornalismo tem vindo a sentir na última década, incluímos igualmente nesta edição três trabalhos relacionados com o impacto dos weblogues na sociedade e no campo jornalístico. Eles foram, de resto, motivo para o I Encontro Nacional sobre Weblogs, realizado na Universidade do Minho, em Setembro de 2003, uma iniciativa que pretendeu dar conta da diversidade de experiências e de novos problemas desenvolvidos em torno deste tipo de ferramentas e novos meios de edição e publicação e, simultaneamente, sublinhar a atenção que as instituições de ensino superior não podem deixar de ter relativamente a este tipo de fenómenos. Independentemente dos desenvolvimentos futuros que certamente ocorrerão, está colocado diante de nós um recurso com claras incidências nos modos de cada indivíduo ou grupo poder tomar a palavra no espaço público. E isso não é questão menor no pensar e no enfrentar do exercício da cidadania hoje.

Manuel Pinto

Formação em Jornalismo
Artigos, entrevista, depoimentos

Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo*

Denis Ruellan**

Quer abordem o jornalismo através dos seus fundamentos sociológicos, da sua relação com o espaço do público, da deontologia, da ambivalência do projecto económico, dos procedimentos de aprendizagem e de integração de valores, das modalidades de produção..., os recentes trabalhos de investigação sublinharam que, como outras actividades, o jornalismo é mais do que uma actividade: é um grupo. É a sede de uma formação social de trabalhadores, importante, activa e relevante, independentemente das estruturas clássicas, sindicais, empresariais, associativas. Esses trabalhadores situam-se numa dimensão colectiva, constituindo, por isso, uma formação social cujas formas estão por definir, mas que podemos, desde logo, qualificar como “grupo profissional” a fim de evitar o termo “profissão”, que pensamos estar muito codificado.

O nosso propósito de investigação é fazer um percurso antropológico que visa compreender como e porquê os actores sociais construíram e tornaram visíveis este “grupo”, ao qual deram existência e legitimidade através de um processo de negociação, de organizações, de representações e de dispositivos jurídicos. Que “grupo profissional” será este, hoje tão real no espírito da sociedade, tão visível no debate social, e que há um século, talvez nem tanto, era ainda desconhecido?

A aproximação que propomos conduz-nos a ver no mercado de trabalho (o seu controlo, o seu fechamento) o motivo fundamental da constituição – a razão de ser – dos grupos profissionais, bem como o seu instrumento:

- os grupos constituem-se para controlar o mercado de emprego (ou seja, uma parte da riqueza);
- os grupos constituem-se através do mercado, nomeadamente a partir de um dos seus segmentos.

Invocando o caso exemplar dos jornalistas, este artigo debruça-se sobre as bases conceptuais e metodológicas a partir das quais o estudo dos grupos profissionais se pode enraizar.

Ideal-tipo e indeterminação

* © Réseaux, n.º 81 CNET – 1997. Autorização expressa de tradução concedida pelo editor.

** Director do Departamento de Informação-Comunicação do IUT da Universidade de Rennes 1 (França).

Pensar os jornalistas como um “grupo profissional” consiste, antes de tudo, em escapar a uma representação ideal-típica das “profissões”, herdada da corrente funcionalista. Com efeito, esta tende a apagar a dimensão histórica dos grupos profissionais, o processo de formação das estruturas e das organizações, o que usualmente se designa como profissionalização. De algum modo, essa corrente estipula que as profissões valem por si e ignora que elas possam ser construções, enunciativas e organizacionais, resultantes de rivalidades colectivas, reunindo interesses individuais e, no fim de contas, procurando o domínio da representação do mundo social ou de parcelas deste.

Hughes (1971) propunha que se corrigissem as argumentações dos grupos profissionais que haviam alcançado um grau elevado de reconhecimento pela acção de legitimação dos defensores científicos da escola estrutural-funcionalista e apelava para que se distinguissem os fundamentos da organização profissional dos seus modos de legitimação. Os estudos que seguiam esta linha procuravam compreender porquê e como certas profissões – dispoendo geralmente de um estatuto jurídico derogatório face ao direito comum, muito cobiçado na medida em que era construtor e legitimador de privilégios – haviam alcançado os seus objectivos (Paradeise, 1988). Situação que os jornalistas franceses conheciam desde a lei de 1935 e que se estende igualmente aos seus colegas da maior parte dos países do mundo. Um inquérito do *Bureau Internationale du Travail*, realizado em 1928, já havia demonstrado que os dispositivos jurídicos especiais eram correntes, nomeadamente em Itália, Alemanha, Grã-Bretanha, Áustria e que os contratos de trabalho colectivos haviam sido assinados na Austrália, Espanha, Roménia, Estónia, Letónia, Suécia, Suíça, Hungria e Checoslováquia.

Renunciar ao ideal-tipo leva-nos assim a enveredar pela imprecisão, pela variação e pela fluidez dos grupos. Optando por uma abordagem interaccionista, Bucher e Strauss propuseram que se considerassem os grupos profissionais não como entidades solidificadas, mas como grupos permanentemente em movimento, porque constituídos por “amalgamas distendidas de segmentos que perseguem objectivos diferentes de maneiras diferentes, mantendo-se, de forma mais ou menos frágil, sob uma denominação comum num período específico da história” (Bucher & Strauss, 1961, cit. in Baszanger, 1990).

Esta proposta de trabalhar a fluidez foi seguida por H. (Becker, 1982, tradução de 1988, cit. in Baszanger, 1990); este refuta as classificações estanques e as distinções estritas, sugerindo, antes, a observação das estratégias distintivas dos actores, os factos, os valores, os signos que permitem aos indivíduos constituírem categorias, estabelecerem fronteiras e justificarem aceitações ou exclusões. Encontramos também esta aproximação em L. Boltansky (1982) que fala do “efeito dinâmico da fronteira” no seu estudo do grupo dos quadros: “Tal como a definição dos critérios de pertença ao grupo, o estabelecimento de fronteiras constitui, nas lutas, uma das tecnologias de objectivação de que se serve a acção política, sendo a institucionalização das fronteiras entre grupos um dos trunfos fundamentais das lutas políticas. As fronteiras entre grupos (como as fronteiras entre as nações) não são ‘naturais’. Um grupo constituído por agregação ao redor de um pólo de atracção não tem outros limites para além da zona de incerteza onde se faz sentir, com uma força mais ou menos semelhante, a atracção de

outros pólos. No entanto, resultado de um acto quase jurídico que objectiva e institucionaliza as relações sociais, as fronteiras contribuem para produzir diferenças ‘objectivas’ que justificam o seu traçado”.

Em trabalhos anteriores, procurámos sublinhar as virtualidades da imprecisão. Falando do “profissionalismo do impreciso” (Ruellan, 1993), sustentámos a tese segundo a qual para cá dos discursos profissionalistas que tendiam a representar o jornalismo como um mundo estruturado e fundado numa competência clara e específica, seria necessário ver um universo fluido, com modos de gestão mal recortados e moveções, com uma cultura profissional marcada pela mestiçagem, proposta que seguimos invocando uma “vocação mestiça”.

Acrescentámos que esta imprecisão não deveria ser encarada como uma disfunção, pois oferecia ao grupo capacidades de “amalgamagem”, flexibilidade e redução de antagonismos absolutamente eficazes. Sublinhámos que este “frou” se aplicava não apenas às modalidades de produção, mas também marcava profundamente a identidade (jurídica e sociológica) e a qualificação (formação, competência). Decididamente seria toda a gestão do território profissional que era envolvida pela imprecisão e a fluidez.

Historicidade

Como afirma D. Segrestin (1985), “a função objectiva de qualquer organização profissional é precisamente a de absorver as crises e instalar a comunidade social num certo período de tempo”. Nesta óptica, os grupos profissionais são estudados como “constructos históricos” (Lucas, 1994) que nascem, vivem, se reproduzem e desaparecem – moldados por condições diversas (políticas, económicas, tecnológicas, culturais) que lhes conferem a sua idiosincrasia. Apoiando-se nomeadamente nos exemplos de organização da medicina e do corpo de engenheiros do Estado, Sarfatti-Larson (1988) sublinha como pode o Estado ter um papel essencial no processo de “fechamento social”, favorecendo a institucionalização de estatutos derogatórios ao direito comum. Esta intervenção pode situar-se no plano jurídico pela criação de constrangimentos que limitem o acesso ao exercício da profissão; ou pela via da formação (controlo dos cursos e diplomas).

Por vezes, o Estado encontra-se na origem desses processos institucionais. É o caso da França onde, tal como afirma John Weiss (Weiss, 1984, cit. in Sarfatti-Larson, 1988), o que parece mais comum, desde a época napoleónica, é a intervenção directa e voluntária do Estado na reestruturação das profissões e das classes sociais mediante o sistema de ensino e o restabelecimento dos corpos do Estado e das Ordens. Esta orientação é indubitavelmente tributária da tradição dirigista francesa.

A intervenção do Estado pode ser desencadeada pela necessidade de impor ordem nos conflitos sociais; os actores da profissionalização que interpelam o poder público procuram obter do Estado disposições com vista a criar, senão monopólios, pelo menos regimes controlados, de forma a fazer diminuir o nível de tensões. Trabalhos actuais relativos a profissões que apareceram recentemente (os psicólogos – Derosières & Thévenot, 1988; os formadores – Primon, 1994) sublinham a vivacidade desta

realidade de um Estado que se assume como árbitro. Foi assim que actuou no caso dos jornalistas que apelaram para o Parlamento, depois do insucesso de uma longa negociação (1919-1933) com o patronato com vista ao estabelecimento de um contrato colectivo. Dando razão aos jornalistas, o legislador obrigou as partes, pela lei de 1935, a assumir paritariamente a sua realidade comum, sob o patrocínio do Estado.

A intervenção estatal pode também ser alterada por estratégias políticas: em França, no século XIX, o apoio do Estado na reconstituição da corporação médica procedia da necessidade de, por um lado, melhorar o sistema de saúde e, por outro, delimitar o domínio do clero. A venalidade da imprensa (Jeanneney, 1975), os riscos políticos que esse jornalismo fazia incorrer a um regime parlamentar enfraquecido, os efeitos económicos de práticas duvidosas pesaram na decisão de activar a via parlamentar. O deputado Henri Guernut, autor da proposta de lei de 1933 (da qual resultaria o texto final de 1935), presidia, no momento da votação do seu projecto pela Comissão de Trabalho da Câmara, à Comissão de Inquérito Parlamentar que estava a tratar do caso Stavisky.

Tomar em linha de conta a historicidade deve permitir fazer emergir o carácter sequencial da construção dos grupos. Imagina-se que o desenvolvimento de um grupo não se faz de forma linear, mas por etapas, às vezes com recuos, hesitações que resultam de tensões e conflitos; é preciso também subir patamares que são etapas impostas por constrangimentos externos (económicos, tecnológicos, políticos), mas que podem ser também preliminares que garantem a continuidade do percurso. Parece-nos que o princípio da *fronteira* pode ser utilizado pela sociologia dos grupos profissionais, nomeadamente pelo do jornalismo.

Em países que não se encontram constrangidos por um crescimento internalizado, as *fronteiras* – falamos também de postos avançados – são lugares de eleição dos membros sociais que não encontram em espaços antigos (estruturados e até mesmo paralisados) condições de vida ou respostas às suas ambições (Lena Aubertin, 1986). Enquanto todos os espaços não forem apropriados, enquanto existir lugar para os que chegam, a *fronteira* não se fecha e a diferenciação social permanece enfraquecida. Quando a *fronteira* se define, quando a concorrência já não puder ser asfixiada pela disponibilidade de territórios ainda “virgens”, as lógicas de diferenciação social – nomeadamente de apropriação – começam a concretizar-se. Assiste-se, então, à concentração de recursos e de meios de trabalho, à exclusão, à marginalização ou à alienação de certos membros sociais.

Aplicado a novas profissões ou às que conhecem uma etapa decisiva de desenvolvimento, o conceito de *fronteira* permite sublinhar as etapas e apostas da estruturação de grupos profissionais. Poderíamos, assim, descrever a história do jornalismo em quatro etapas:

1 – Antes do princípio da imprensa industrial (por volta de 1860), o jornalismo é uma ocupação mal definida e, para além disso, marginal. O jornalismo é um território virgem no essencial: extremamente heterogêneos, os que praticam este ofício são pouco numerosos, porquanto o *mercado de trabalho* ainda não existe verdadeiramente. Três tipos de profissionais têm já alguma existência: os directores, verdadeiros faz-tudo (“hommes-orchestre”) do jornalismo nascente; os copistas, homens polivalentes dos

primeiros jornais; e os informadores, homens todo-o-terreno do embrionário mercado da informação. Algumas centenas de indivíduos, no máximo, vivem desta actividade.

2 – Este mercado de trabalho vai desenvolver-se graças a uma conjugação de factores (Palmer, 1983) políticos (democratização), económicos (industrialização), culturais (instrução, educação), dando origem ao nascimento da imprensa popular de massas. Vai expandir-se aí, em condições materiais, jurídicas e morais muito variadas, um número crescente de trabalhadores jornalistas que, de maneira permanente ou não, regular ou não, vão fazer emergir do jornalismo os recursos (materiais e simbólicos) necessários à sua existência. Neste período de expansão da *fronteira*, que se estende até à I Guerra Mundial, encontramos no jornalismo perfis muito variados que podemos classificar em três categorias: a) aqueles para quem o jornalismo é um recurso e uma identidade social secundários: tipógrafos, fotógrafos, secretários de câmara, professores, comerciantes, funcionários... enfim, uma fauna de pessoas que fazem do jornalismo um complemento (financeiro e simbólico, para o qual alguns trabalham mesmo gratuitamente); b) aqueles para quem o jornalismo é a principal ou até mesmo exclusiva ocupação: os articulistas, repórteres, secretárias de redacção, cronistas, directores, fotógrafos... que, em número crescente, fazem do jornalismo a sua principal actividade; c) aqueles que têm uma actividade dupla: advogados, escritores, políticos que apresentam a particularidade de desenvolver uma actividade que se exprime, entre outros lugares, nos jornais.

3 – A guerra de 1914-1918 provocou uma grave crise económica no jornalismo; é também a partir desta altura que a imprensa diária inicia o seu lento declínio. O espaço torna-se mais diminuto e o preço da publicidade aumenta, começando, então, os processos de diferenciação social: a concorrência estrutura argumentos de exclusão, de marginalização, de alienação; uma parte dos membros do grupo inicial, percebendo-se como “profissionais”, procura organizar de outra maneira, e em seu proveito, o espaço de trabalho. Esta fase é também marcada pela criação, em 1918, de uma organização muito activa (o Sindicato Nacional dos Jornalistas) e completa-se em 1935, com a lei sobre o estatuto do “jornalista profissional”.

4 – O período seguinte, de 1935 até aos nossos dias, é de concretização das disposições legislativas e regulamentares que rematam a regulação da *fronteira*, fazendo disso um território antigo, ou seja, estruturado e fechado.

Este corte sequencial é evidentemente artificial, como o é toda a representação da história através das épocas e das rupturas. Haverá, apesar disso, o mérito de organizar o estudo evitando que as diferenças e as evoluções sejam diluídas pela ausência de definição de um espaço de tempo ou, então, que estas estejam excessivamente ligadas a acontecimentos fortes, restritivos do ponto de vista do tempo efectivo, mas importantes nas consequências. Uma determinada lei, uma determinada decisão, uma determinada situação têm raízes na longa duração que importa trazer à luz do dia, sem que para tal se tenha de fazer remontar tudo à noite dos tempos.

Os períodos da história não são equivalentes, tanto pela importância das evoluções que neles se produzem como pelas recordações que deixam atrás de si. Alguns constituem a passagem de um estado latente ou marginal a um estado explícito e po-

dem representar, de facto, uma “idade de ouro”, uma referência nas lutas futuras que incidem sobre a identidade. Para o jornalismo, o período essencial da respectiva construção é incontestavelmente o que se situa entre as duas guerras. Se pensarmos, tal como Michael Palmer sobejamente demonstrou, que a segunda metade do século XIX foi o teatro da invenção das concepções modernas da informação do qual a sociedade actual é herdeira, se podemos acreditar que a conjugação de factores económicos, políticos, culturais e tecnológicos permitiu uma revolução dos usos da imprensa e dos *media*, devemos ver neste período que vai de 1860 a 1914 o fermento de uma outra evolução importante: a construção de uma representação e de uma organização do jornalismo no seio de um “grupo profissional”, as quais vão ser incarnadas por um conjunto de indivíduos e por uma organização sindical numa fase que se situa entre 1918 e 1940. Todos os acontecimentos que se produziram então estavam em embrião no período antecedente: no crescimento do efectivo de jornalistas devido à industrialização; na emergência de um tecido associativo denso, bem descrito, aliás, por Marc Martin (1986); nos primeiros contactos internacionais; na visibilidade e na importância social cada vez maior do jornalismo de informação (a fama da reportagem e das entrevistas). Tudo indicava que uma profissão tomava uma forma bem mais definida e que um grupo de indivíduos iria reivindicar isso, passaria a pensar-se como “profissionais”, partícipes do processo e com direito a essa emergência.

O propósito das nossas investigações é precisamente sublinhar as condições desta emergência, desta transformação em grupo visível, que se qualifica como profissional, de um agregado de indivíduos até aí atomizados cuja imagem social não aspirava à unidade. Focalizando a nossa atenção no período entre 1918 e 1940, interessamo-nos por um momento particular no decurso do qual a actividade deixa de ser o lugar de um ou vários grupos fluidos e mal definidos para se tornar num privilégio de um agregado finito, de um grupo claramente identificado e reconhecido.

Representação

A propósito da “génese das classes” no espaço social, Pierre Bourdieu (1984) sublinha a importância do trabalho de representação ao qual os indivíduos e os grupos se entregam para impor uma visão do mundo e uma concepção da sua própria posição neste mundo social. No decurso das lutas, o trabalho de categorização, de explicitação e de classificação será permanente, sendo que a capacidade para exprimir o conhecimento no estado latente representa um poder considerável que os indivíduos vão tentar controlar: “Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a ciência ela própria está inevitavelmente envolvida, os actores detêm um poder que é proporcional ao seu capital simbólico, ou seja, ao conhecimento que recebem de um grupo”, capital que é o produto de lutas anteriores e que pode ser concretizado a todo o momento para defender os interesses do grupo.

É a partir da observação das modalidades transferidas da luta para a construção da categoria (conflitos, negociações, resoluções), do processo pelo qual os actores tornaram enunciável uma categorização (ou uma nova concepção da categorização), da

acção de monopólio da representação, que retiraremos uma análise renovada dos princípios geradores do grupo profissional contemporâneo. Este ponto essencial foi sublinhado por C. Paradeise (1988): “Cada traço é susceptível de caracterizar uma profissão quer como produto quer como condição de trabalho de produção e de reprodução da profissão, tal como ocorre com outros recursos e constrangimentos de acção à volta de uma aposta central: a monopolização de um segmento de mercado de trabalho que visa dominar a incerteza da relação salarial ou de mercado”.

A construção do grupo profissional dos jornalistas no período que decorre entre as duas guerras está indissociavelmente ligada a uma organização, o Sindicato dos Jornalistas, nascido em 1918, ascendendo ao estatuto de “nacional” em 1928, e com uma progressão fulminante – a palavra não é demasiado forte para um contexto tão dilacerado (“éclaté”): festejando o seu milésimo membro em 1925, o seu efectivo total é de 2 751 sindicalizados em 1939 e destes mais de dois terços eram jornalistas profissionais (dado que correspondiam aos critérios da lei).

Se bem que seja necessário perceber, no decurso deste período, a heterogeneidade dos actores e das estruturas que concorrem para a profissionalização do grupo (um primeiro sindicato de jornalistas, inspirado pelo movimento operário, havia sido criado em 1905; por outro lado, as grandes associações desempenham um papel essencial na passagem do século), a influência do SNJ marcou profundamente a identidade do grupo. Importa ver nas estruturas actuais o traço não só das concepções, mas também das estratégias que foram vencedoras e validaram com o mesmo vigor uma visão do jornalismo no espaço social. O corporativismo do grupo (de que falaremos mais à frente) tem a sua origem – pelo menos em parte – na estratégia unitária do Sindicato, inspirado pelo sindicalismo britânico, que constituía uma originalidade para a época (há quem calcule que o número das associações, mútuas e sociedades de jornalistas ultrapassava, em 1930, as 150 – Barc, 1935) cuja eficácia era bem visível: persistente, organizado, coerente, o SNJ obteve numerosos benefícios sociais, constituindo a lei de 1935 o seu remate; soube também defender permanentemente os seus membros em momentos de conflitos laborais e fez isso tantas vezes e tão bem que se pode vangloriar de ter proporcionado aos seus membros mais dinheiro do que aquele que lhes solicitou: comparando as cotizações sindicais reclamadas e as somas recebidas pelos associados como forma de regular litígios que o Sindicato acompanhou, estima-se precisamente que em dez anos (1925-1935) recuperou 113% das cotizações pagas pelo conjunto dos seus associados. Recusando todas as formas de confederalismo, sejam elas de ramo ou sector (o SNJ abandonou a Confederação dos Trabalhadores Intelectuais, bem como o Comité Geral das Associações de Imprensa, depois de ter integrado as suas estruturas, durante algum tempo, por puro oportunismo estratégico) ou universalistas (por três vezes, o Sindicato recusou a adesão à CGT), o SNJ não deixou de provar a eficácia da sua estratégia corporativa e soube convencer a comunidade acerca disso.

Outra concepção que nos parece provir da estratégia sindical foi o privilégio dado às formas “profissionais” do jornalismo, uma distinção que se encontra no centro da lei (que define o estatuto dos “jornalistas profissionais”, distinguindo-o implicitamente de outras formas, não definidas). A análise do discurso da organização sindi-

cal, ao longo de duas décadas, leva a pensar que, no “mercado” de clientela, o SNJ escolheu deliberadamente posicionar-se num patamar bem específico. Enquanto certas organizações estavam constituídas sobre bases de afinidades políticas (republicanas, socialistas, católicas, cristãs...), de lógicas regionais (parisienses, departamentais...) ou de especialidades (desportivas, hípicas, judiciais, militares...); enquanto algumas delas admitiam no seu seio jornalistas como directores; enquanto que todas não eram mais do que clubes de reunião ou organismos de previdência, o SNJ apresentou-se como um sindicato unitário, sem orientação política e vocacionado para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Enquanto que as organizações anteriores não distinguiam grandes diferenças entre os jornalistas a tempo inteiro e os diletantes, entre aqueles que faziam do jornalismo um complemento ou prolongamento e aqueles que encaravam esse trabalho como a sua principal actividade, o SNJ vai seleccionar os seus membros através de um argumento simples: o jornalismo deve ser para “jornalistas autênticos”.

O seu discurso a propósito da definição do jornalismo torna-se mais radical no decorrer dos anos 20 do século passado, procurando fazer entrar nesse conceito apenas aqueles que fazem do jornalismo a sua única ou principal ocupação. Chega mesmo a impor esta definição restritiva e tautológica à lei, já que esta abandona a proposta mais vaga e menos rígida que tendia a outorgar o estatuto a todos aqueles que tinham na imprensa uma colaboração intelectual ou artística. O jornalismo contemporâneo não seria o que é se não tivesse sido assim modelado pela estratégia de uma organização que construiu o grupo tanto como foi construída por ele.

Entrevistas que efectuámos junto de jornalistas de títulos municipais¹ e de correspondentes de imprensa local² sublinham como esta visão de um jornalismo profissional – o único em conformidade com as normas – pode ser partilhada, integrada e reproduzida por aqueles que são daí excluídos, ainda que a observação e análise de tarefas concretas incitem a pensar o contrário. Como outrora, podemos fazer jornalismo, sem sermos jornalistas. Hoje, jornalistas de redacções centrais e correspondentes locais consideram frequentemente que são jornalistas no acto e não na alma: dizem que fazem jornalismo, mas que não se representam como jornalistas, alguns afirmam que essa distinção lhes parece necessária, reproduzindo, desse modo, a visão de um “jornalista profissional” acima de toda a confusão.

Corporativismo

Os grupos não se movem apenas por estratégias orientadas no sentido da apropriação da representação e do poder; existem também em função de necessidades da vida material, nomeadamente de sobrevivência (a actividade laboral que participa da identidade individual e colectiva procura, antes de tudo, bens materiais); a constituição de classes responde a necessidades de apropriação e de conservação de espaços económicos;

¹ Inquérito aos redactores e responsáveis de jornais locais da região oeste da França. Resultados publicados em *Médiaspouvoirs*, n.º 35, terceiro trimestre de 1994.

² Inquérito aos correspondentes de um semanário de informação local da região oeste da França. Resultados inéditos, 1996.

a contribuição dos indivíduos para a construção de uma visão do espaço social cujo objecto é a representação diferenciada – hierarquizada – do mundo social tem – também – como intenção final a apropriação – e a respectiva justificação – de um segmento do mercado de trabalho.

É provável que, em França, a consideração das problemáticas profissionais, já fecunda nos Estados Unidos desde 1970, tenha sido retardada por um certo tabu relacionado com a noção e a realidade da organização corporativa de certos sectores do trabalho, e mais globalmente com a organização de grupos profissionais. Podemos ver aí o sinal de um passado mal assumido, o do Governo de Vichy que, através da “Charte du Travail”, instituiu uma “organização social de profissões” que constituía um regresso aos funcionamentos corporativos do Antigo Regime (a Revolução colocaria fim ao sistema de corporações). Este período ainda recente, que não é estranho ao recrudescimento do fascismo na Europa (Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, França), contribui para reforçar o que D. Segrestin (1992) chama um “tabu comunitário”, que pretendia que “não houvesse nada entre o indivíduo ligado pelo contrato de trabalho e o colectivo representado pelo sindicato”.

Qualquer forma de organização profissional e, conseqüentemente, qualquer estudo a partir de paradigmas profissionalistas foram, durante muito tempo, considerados como um ataque às formas sindicais de defesa dos interesses dos trabalhadores. No entanto, como o demonstraram os trabalhos de Segrestin (1986), o fenómeno corporativo está longe de ter desaparecido em França. As corporações, desde as origens até à sua interdição, constituíram um sistema de gestão do mercado de trabalho. Este permitia regular o acesso ao trabalho, garantir aos seus membros uma forma de protecção, integrar os jovens e reservar a um número limitado de pessoas o benefício de uma actividade (Cotta, 1984).

Tolerado e depois encorajado pela feudalidade, contestado por Colbert e proibido por Turgot, o sistema corporativo encontrava-se em decomposição em 1789: minado por conflitos entre patrões e operários (os primeiros tendo excluído da solidariedade corporativa os segundos), dá lugar a incessantes batalhas entre comunidades de ofícios para a instituição de privilégios e monopólios. Este duplo conflito envolvia um conservadorismo tecnológico e económico. O sistema corporativo gerou o corporativismo e os seus efeitos.

No decurso do século XIX, o modo corporativo não desapareceu, particularmente em França onde, aliás, esteve mais presente. Comparando os movimentos de profissionalização em Inglaterra e nos Estados Unidos do início do século XIX até aos nossos dias, Magali Sarfatti-Larson (1997) assinala que a análise de diversos projectos profissionais sugere que eles visavam criar um mercado institucional protegido de trabalho ou de serviços para indivíduos cuja competência devia também ser institucionalmente demonstrável. Catherine Paradeise (1988) sublinha igualmente a persistência de estratégias monopolistas, sejam elas legais, contratuais ou factuais, a revolução liberal que pretendia libertar a força do trabalho dos constrangimentos sociais e entregá-la ao mercado, não tendo nunca impedido totalmente a acção das antigas corporações, dos Estados, das empresas e dos sindicatos universalistas.

Esta persistência guiou um certo número de investigações recentes a propósito de profissões fechadas (marinha mercante, estivadores, ferroviários, médicos, impressores...) que sublinham a ambivalência fundamental da intenção corporativa.

Dualismo

A atitude corporativista não apresenta apenas conotações negativas e a sua persistência deve conduzir a reconhecer os seus aspectos positivos. Pertencer a uma comunidade de ofício oferece aos respectivos membros recursos psicológicos e sociológicos: “Comunidade de referência necessária à formação da consciência individual e colectiva, ela é, por extensão, um aspecto positivo do sistema social, porquanto o movimento operário de longa data se organizou para promover a acção e a mudança”, sustenta Segrestin (1985).

Este dado positivo explica por que, em finais do século XIX, o modo corporativo se encontra novamente em debate e o corporativismo tenha sido reabilitado. Émile Durkheim (1883) referiu-se assim a esta questão: “Uma nação apenas se pode manter se, entre o Estado e os particulares, se intercalar uma série de grupos secundários que estejam suficientemente próximos dos indivíduos para os atrair fortemente para a sua esfera de acção e os envolver, desse modo, na torrente geral da vida social (...). Os grupos profissionais não estão aptos a cumprir esse papel, como se orientam para isso”. Apresentando-se como uma alternativa tanto ao liberalismo como ao socialismo, encontrando os seus ideólogos, o corporativismo teve, há um século, uma audiência que ia muito para além da direita reaccionária, meio político ao qual geralmente é associado. A reflexão sobre a identidade dos grupos profissionais e suas estratégias tem mais heranças disso do que aquilo que julgamos.

O jornalismo oferece um terreno de estudo da persistência da atitude corporativista, ao mesmo tempo que sublinha a sua ambivalência. O processo de profissionalização que os jornalistas encetaram desde o século XIX e que fizeram acelerar no período entre as duas guerras teve por objectivo constituir os jornalistas num grupo coerente, estruturado e, desse modo, capaz de proteger os interesses dos seus membros, tanto do ponto de vista material como simbólico. A história do grupo jornalístico é a ilustração perfeita do benefício (socialização, protecção, identidade) que os trabalhadores podem retirar de um processo corporativo que consistiu em fechar o território profissional, em reservá-lo a uma categoria especial de membros em detrimento de outros que se viram, assim, excluídos.

Mas esta história mostra também como uma tal concepção de essência corporativista pode levar a criar e a perpetuar injustiças, a legitimar a concretização de disposições duais do mercado de trabalho em nome de uma regulação racional e justa da disponibilidade de emprego e também em nome de uma defesa da causa dos trabalhadores face ao patronato. Encontra-se aqui a situação singular dos correspondentes da imprensa local, cujo exemplo invocámos.

Preocupado em afirmar o carácter profissional do jornalismo concebido como autêntico e legítimo, o Sindicato lançou, desde a sua criação, o anátema sobre os diferen-

tes concorrentes, como funcionários, políticos e correspondentes de província: comerciantes, professores, livreiros, funcionários municipais, reformados que colaboravam com a imprensa em graus diversos de importância, mas cuja ajuda era preciosa. Lançou mesmo contra eles uma campanha de denúncia (1930), aludindo a “intrusos” que “pululavam”, sublinhando que os jornalistas tinham deixado de estar dispostos “a tolerar” e afirmando que esses empregos eram “desenvolvidos por amadores trabalhando ao desbarato”. A lei será explicitamente dirigida contra eles, sendo, desse modo, excluídos dos benefícios dessa profissão.

No entanto, desde 1937, o SNJ reconhecia que a lei havia criado um espinhoso problema. Com efeito, a imprensa local retirava o seu sucesso da malha fina da informação de proximidade, graças à colaboração de correspondentes locais não “profissionais” face à lei e o sindicato deixava de ver como e porquê impedir uma tal realidade. Seria, então, necessário regressar ao princípio da lei e conferir estatuto a pessoas pouco tempo antes votadas à vindicta profissional? “Para perceber a gravidade do problema”, acrescentava, lúcido, o Sindicato, “diremos que entre o trabalho do funcionário municipal que é correspondente do jornal nos seus momentos livres e o do redactor (num escritório isolado ou numa redacção local) integralmente profissional, não existe uma diferença de natureza, mas de volume... e de valor”.

O Sindicato reconhecia que a obtenção do estatuto fora realizada nas costas de trabalhadores que, afinal, eram respeitáveis e agora legalmente sobre-explorados pelos jornais, sendo que os correspondentes ganhavam consideravelmente menos do que os jornalistas e, além disso, estavam circunscritos a um estatuto “liberal” que não conferia qualquer protecção (direitos sociais, emprego...). A isso tinham escapado os jornalistas pela lei de 1935. O SNJ admitia que um sistema dual, já existente, fora reforçado pela sua acção e respectivos resultados.

No entanto, 60 anos depois, a situação é a mesma: um exército de 33 mil correspondentes da imprensa local (número que se pode confrontar com os seis mil jornalistas da imprensa regional) constitui perto de 80 por cento da massa redactorial dos jornais, fazendo reportagens, síntese de informações e fotografias, escrevendo artigos e recebendo, para isso, honorários (e não salários), sendo quatro ou cinco vezes menos dispendiosos do que os assalariados, mas não tendo qualquer protecção. Uma lei recente veio confirmar este subestatuto através de uma definição cheia de ambiguidades: “O correspondente local da imprensa departamental e regional contribui, de acordo com o desenvolvimento da actualidade, para a recolha da informação de proximidade relativa a uma zona geográfica determinada ou para uma actividade social particular por conta de uma empresa editora. Trata-se de uma parte de informações submetida, antes de uma eventual publicação, à verificação ou reescrita por um jornalista profissional”.

Competência e qualificação

Se a construção das profissões passa por um esforço de elaboração, de representação, a competência adquire aí um lugar preponderante. Desenvolvendo um estudo sobre a marinha mercante, C. Paradeise (1984) demonstrou o lugar primordial da forma-

ção na estruturação de certos mercados de trabalho fechados cujo objectivo é proteger os trabalhadores que empregam face à concorrência externa e interna.

A pertinência desta análise é limitada aos mercados muito estruturados, como o da marinha mercante. Mas ela pode ser estendida ao conjunto dos grupos profissionais, desde o momento em que é definida uma modalidade mínima de fechamento que restrinja o acesso aos empregos. Esta modalidade comum não é forçosamente um diploma, um título, um traço distintivo, um curso, uma antiguidade, mas uma qualificação, ou seja, “o produto de um acordo estabilizado, incidindo sobre a relação entre as potencialidades reconhecidas à força do trabalho e as tarefas que lhes são atribuídas. O reconhecimento desta relação deriva ela própria, de uma forma ou de outra, de uma relação de força entre as partes que estão integradas nessa construção” (Paradeise, 1988).

A criação do monopólio de trabalho ou o reconhecimento de uma influência decisiva (já que as situações realmente exclusivas são mais raras) dependem da construção de uma competência específica e do respectivo reconhecimento. Esta construção necessita do acordo ou da coacção das partes interessadas pela relação de trabalho: os trabalhadores, os empregadores, os poderes públicos e, em certos casos, os utentes. As modalidades de fechamento do mercado de trabalho, quer seja total ou parcial, são explícitas ou implícitas: às vezes é a lei; frequentemente são os costumes; em muitos casos é o contrato colectivo.

Se o fechamento está intimamente regido pelo estabelecimento da “qualificação”, numerosos exemplos demonstram que esta não se sobrepõe às tarefas de trabalho, nomeadamente por causa do dualismo anteriormente apontado e das divergências importantes que podem aparecer entre a invocação das tarefas e a actividade realmente efectuada.

J.-D. Reynaud (1987) define a qualificação como uma regulação conjunta de regras implícitas ou explícitas, resultado da combinação de estratégias patronais e salariais respeitantes à organização de um mercado de trabalho específico (acesso e segurança de emprego, carreiras, formação, diplomas), na qual o Estado participa em diferentes graus; esta regulação está ligada a um tipo de organização da produção, sendo aí um elemento de estruturação; é igualmente o produto de um mercado interno de trabalho (promoções, disponibilidade e controlo de empregos); enfim, está fortemente dependente de uma cultura profissional, específica a cada grupo.

Esta regulação conjunta da qualificação, entendida como acordo entre as potencialidades da força de trabalho e as tarefas, está intimamente ligada à representação que os actores fazem da sua identidade e daquela que lhes é atribuída por outrem. A ideia que uns e outros fazem da sua competência interfere tanto na construção da qualificação como nas modalidades de regulação conjunta.

Este estado de regulação é produzido pelo estado de divergências internas de cada parceiro, porque as representações, por natureza instáveis, constituem um campo privilegiado de afrontamentos. Se “a institucionalização reforça os traços distintivos, levando-os para a consciência dos agentes”, como afirma Boltansky (1982), também é ocasião de lutas entre facções, grupos e subgrupos rivais para a mobilização de forças sociais, lutas que não se desenrolam apenas no plano material, mas também na ordem simbólica. A regulação é também o resultado do choque de argumentos de facções que

se degladiam na base de modelos de identificação, com o objectivo de controlar os destinos da sua “comunidade de trabalho”. É, por isso, tributária de estados contingentes que modelam a qualificação.

A reprodução do fechamento dos mercados de trabalho tem a ver com a capacidade de resposta da qualificação face às tarefas de produção. Ora, as necessidades, as tecnologias, os valores evoluem e a qualificação tende a ficar inadaptada. Os grupos para os quais a regulação se constrói num nível implícito beneficiam da flexibilidade, que pode ser reforçada pela coesão e a solidez dos fundamentos da comunidade. Certos grupos deram lugar a dispositivos jurídicos, que os protegem em particular da concorrência, mas que podem revelar-se pesados em caso de inadaptação da qualificação às evoluções. Aí, encontra-se cada vez mais presente um nível implícito de regulação, em contradição mais ou menos profunda com os termos explícitos da lei.

A observação do jornalismo permite confirmar a ideia de que a competência não é uma questão absoluta, mas um ajustamento que resulta de uma negociação. Falámos, noutros trabalhos, do carácter fluido da competência jornalística e colocámos em causa a pretensão de um saber técnico autónomo. Se essa fluidez é real, ela parece-nos produto do interesse partilhado de empregados e empregadores que encontram uma vantagem comum na imprecisão. O benefício é mais simbólico do que material: a aura do jornalismo encontra-se reforçada pela largura do espectro das suas competências possíveis, a extensão do seu perfil facilita a sua adaptação às evoluções tecnológicas e económicas, a envergadura do seu território de geometria variável permite gerar antagonismos que derivam das mudanças.

Conservando um princípio genérico, o trabalho do jornalismo renovou-se consideravelmente desde há um século. O que há de comum entre aquele que escrevia crónicas com uma caneta e o jornalista-repórter-editor de imagem de televisão ou entre o secretário de edição que assegura a expedição pelo caminho-de-ferro de encomendas de cópia a imprimir e a PAO³? Quantas evoluções a competência teve de concretizar para dar origem a esses jornalistas que produzem informação a partir de bases de dados “on line”?

Todas essas mudanças deram lugar a uma negociação permanente que consiste em redefinir a competência (como produto de um acordo entre as partes) a fim de manter o fechamento do território e assegurar a reprodução do grupo profissional. A história do jornalismo deixa, aliás, um rasto precioso deste ajustamento por pequenos passos: os debates e decisões da Comissão da Carteira dos Jornalistas Profissionais (CCIJP), instituída pela lei de 1935, marcam, de há 60 anos até hoje, o percurso da qualificação.

Desde o início dos seus trabalhos em 1936, a Comissão teve de se pronunciar sobre o estatuto de perfis profissionais particulares: os fotógrafos, os repórteres de actualidades cinematográficas, os cenógrafos, os repórteres e apresentadores de rádio e mais tarde os jornalistas de televisão, enfim os redactores de jornais municipais, ultimamente os infográficos... inúmeras vezes, a CCIJP, uma comissão paritária de jornalistas e dirigentes de empresas jornalísticas, teve de retomar o trabalho da qualificação do jornalismo, arbitrando os dossiers dos “casos-limite” (Da Lage, 1995), perfis

³ N.T.: PAO – Publication Assistée par Ordinateur.

profissionais particulares, porque eram mais híbridos do que o habitual e poder--iam amalgamar de forma não ponderada. Chamando à colação a jurisprudência, os candidatos levavam a sua exigência até aos tribunais administrativos e ao Conselho de Estado. A competência do jornalismo constitui o terreno de um debate constante e rico que vai globalmente no sentido da abertura, mesmo quando patrões e jornalistas se aliam para manterem uma definição mais apertada. Em 30 anos, o número de jornalistas multiplicou-se por 2,8⁴ e o espectro da sua qualificação não parou de crescer, sem que o grupo tenha sido afectado nas bases.

O exemplo do jornalismo demonstra também que a qualificação (elemento de objectivação e de reprodução do fechamento) não é sinónimo de formação: a parte relativa dos diplomas das escolas de jornalismo decresce; em 1973 eram 20% contra 14,8% em 1990 (incluindo aqui os licenciados das escolas não reconhecidas paritariamente pela profissão) e esta tendência acentua-se actualmente, provando que a negociação da qualificação (como acordo entre as potencialidades da força e das tarefas) pode efectuar-se independentemente dos quadros organizados de reprodução.

O jornalismo faz ressaltar a ideia de que a competência (como produto de um acordo estabilizado entre patrão e trabalhadores) pode comportar uma cláusula dual: a convenção pode admitir – no caso, de forma implícita – uma distribuição da competência sobre a força do trabalho entre um centro (com o qual o pacto é firmado formalmente) e uma periferia, ao mesmo tempo excluída do principal dos benefícios do acordo e aceite para trocar a sua força de trabalho por uma retribuição (material e simbólica) desfavorável. O dualismo é consubstancial à concordância em torno da competência; se esta dimensão do acordo não existisse, este deveria ser estabelecido de outra forma, certamente menos favorável para as partes.

Este dualismo inseparável da competência sublinha a vivacidade do fenómeno corporativo. Se existe, a corporação jornalística é decerto diferente da concepção do Antigo Regime, que foi reactivada pelos governos fascistas: não há aí integração vertical completa. Esta foi rompida no início do século XX, com a criação do SNJ e o declínio correlativo das associações mistas. No entanto, é pertinente que nos perguntemos se a corporação não encontra uma nova expressão numa hierarquia vertical a três níveis: a elite (do audiovisual e dos grandes jornais parisienses cuja pregnância foi sublinhada por R. Rieffel – 1984); a massa legítima (constituída por aqueles que têm direito ao estatuto, em rápida expansão nos últimos anos); e a margem (todos os que participam sem serem reconhecidos de forma igual, subgrupo de configuração indefinida cuja definição varia conforme o grau de aceitação). Entre estes níveis, os efeitos do corporativismo são assinaláveis. Traduzem-se no conservadorismo que gera qualquer estrutura deste tipo, assim como nas formas de sociabilidade e de solidariedade, que se observam em momentos em que o corpo social põe em causa o grupo, provocando o cerrar de fileiras da “grande família”.

(Tradução de Felisbela Lopes)

⁴ 10 000 em 1965, 28 000 em 1995.

Bibliografia

- Barc, L.-M. (1935). *Le délai-congé des journalistes*, tese de Direito, Rennes.
- Baszanger, I. (1990). 'Émergence d'un groupe professionnel et travail de légitimation: Le cas des médecins de la douleur', *Revue française de sociologie*, vol. XXXI.
- Becker, H. (1988). *Les mondes de l'art*, Flammarion.
- Boltanski, L. (1982). *Les cadres, la formation d'un groupe social*, Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1984). 'Espace social et genèse des classes', *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 52-53.
- Bucher, R. & Strauss, A. (1961). 'Profession in process', *American journal of sociology*, n.º 46.
- Cotta, A. (1984). *Le corporatisme*, PUF.
- Da Lage, O. (1995). 'Les critères de professionnalisme de la Commission de la carte d'identité des journalistes professionnels', Mathien, M. & Rieffel, R. (Dir.), *L'identité professionnelle des journalistes*, Actes de colloque, Alphascom-CUEJ, Strasbourg.
- Delporte, C. (1995). 'Les journalistes dans l'entre-deux-guerres, une identité en crise', *Vingtième siècle*.
- Derosières, A. & Thévenot, L. (1988). *Les catégories socio-professionnelles*, La Découverte.
- Dubar, C. (1992). *La socialisation: Construction des identités sociales et professionnelles*, A. Colin.
- Durkheim, É. (1883). *Division du travail*, tese. Paris.
- Hughes, E. (1971). *The sociological eye*, Aldine.
- Jeanneney, J.-N. (1975). 'Sur la vénalité du journalisme financier entre les deux guerres', *Revue française de sciences politiques*, Agosto.
- Lacan, J.-F.; Palmer, M. & Ruellan, D. (1994). *Les Journalistes – Stars, scribes et scribouillards*, Paris: Syros éditeur.
- Lévêque, S. (1996). *La construction journalistique d'une catégorie du débat public*, tese de doutoramento, Universidade de Paris I.
- Léna, P.; Aubertin, C. et al. (1986). 'Frontières, mythes et pratiques', *Cahiers des sciences humaines*, ORSTOM, Paris.
- Lucas, Y. & Dubar, C. (eds.) (1994). *Genèse et dynamique des groupes professionnels*, Presses universitaires de Lille.
- Martin, M. (1986). 'La grande famille: l'Association des journalistes parisiens (1885-1939)', *Revue historique*, vol. CCLXXV-1, Janeiro-Março.
- Martin, M. (1991-1992). *Contribution à l'histoire des journalistes et du journalisme en France (XIXe-XXe siècles) et à l'histoire de la publicité en France*, tese em curso, Universidade de Paris X, Nanterre.
- Mercier, A. (1994). 'L'institutionnalisation de la profession de journaliste', *Hermès*, 13-14.
- Palmer, M. (1983). *Des petits journaux aux grandes agences – Naissance du journalisme moderne – 1863/1914*, Paris: Aubier.
- Paradeise, C. (1988). 'Les professions comme marchés de travail fermés', *Sociologie et sociétés*, vol. XX, n.º 2, Outubro.
- Paradeise, C. (1984). 'La marine marchande française: un marché de travail fermé?', *Revue française de sociologie*, vol. XXV.
- Primon, J.-L. (1994). 'Une profession en train de se faire: les formateurs', in Lucas, Y.; Dubar, C. (dir.) *Genèse et dynamique des groupes*, Presses universitaires de Lille.
- Reynaud, J.-D. (1987). 'Qualification et marché du travail', *Sociologie du travail*, 1.
- Rieffel, R. (1984). *L'élite des journalistes*, PUF.
- Ruellan, D. (1993). *Le professionnalisme du flou – Identité et savoir faire des journalistes français*, Grenoble: PUG.
- Sarfatti-Larson, M. (1977). *The Rise of the professionalism*, University of California Press.
- Sarfatti-Larson, M. (1988). 'A propos des professionnels et des experts ou comme il est peu utile de tout dire', *Sociologie et sociétés*, vol. XX, n.º 2, Outubro.
- Segrestin, D. (1985). *Le phénomène corporatiste: essai sur l'avenir des systèmes professionnels fermés en France*, Fayard.
- Segrestin, D. (1992). *Sociologie de l'entreprise*, A. Colin.

Weiss, J. (1984). 'Bridges and Barriers: Narrowing Access and Changing Structure in the French Engineering Profession', in Geison, G. (ed.), *Professions and French State, 1700/1900*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

Archives de l'Assemblée nationale, PV des séances de la Commission du travail.

Archives de la Commission de la carte d'identité des journalistes professionnels.

Brachard, É. (1935). *Rapport au nom de la Commission du travail* n.º 4516, Chambre des députés.

Bureau international du travail (1932). *Rapport de la Commission consultative des travailleurs intellectuels*, Genève.

Bureau international du travail (1928). *Les conditions de travail et de vie des journalistes*.

Guernut, H. (1933). *Proposition de loi* n.º 1653, Chambre des députés.

Godart, J. (1935). *Rapport au nom de la Commission du commerce, de l'industrie, du travail et des postes* n.º 279.

Revistas *Bulletin du Syndicat des journalistes* e *Le Journaliste*, du Syndicat national des journalistes.

A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire

Eduardo Meditsch*

O primeiro e maior desafio do ensino de jornalismo é conseguir dar conta da imensa responsabilidade que a Universidade chama para si, ao assumir a tarefa de formar técnica, acadêmica e profissionalmente os futuros profissionais do jornalismo. Isto não implica apenas um compromisso direto com as expectativas dos jovens que procuram este ensino, o que já não é pouco, mas também um compromisso indireto com a sociedade como um todo, que sofrerá as consequências do desempenho profissional destes jovens, para o bem e para o mal. Ao assumir a formação dos jornalistas, a Universidade assume também a co-responsabilidade pela qualidade do jornalismo existente.

Muitas vezes, o ensino de jornalismo não parece estar suficientemente preparado para tais desafios, mas, apesar deste senão, a tendência que se observa, no caso, é a da sociedade, de fato, delegar aos cursos universitários de jornalismo e de comunicação social esta tarefa de formação profissional, tanto em países como o Brasil, onde a formação universitária específica é obrigatória por lei, embora este fato ainda gere polêmica, quanto na maioria dos outros, como os Estados Unidos, onde inexistente regulamentação neste sentido, mas 56% dos jornalistas haviam passado por estes cursos, com este índice crescendo a 71% entre os jornalistas mais jovens, de acordo com pesquisas realizadas em 1995 (Medtger, 1996: 27).

Para dar conta desta responsabilidade, a formação universitária do jornalista enfrenta o desafio da competência. Receber jovens recém-saídos do ensino médio e transformá-los em jornalistas capacitados para as exigências colocadas aos profissionais que atuam na mídia, num curso que em média dura quatro anos, não é uma tarefa para amadores, mesmo que bem intencionados, nem se resolve com improvisações. O sucesso na tarefa da formação de jornalistas requer o desenvolvimento de uma competência institucional específica. Neste aspecto, a tendência que se observa não é muito tranquilizadora. Se, por um lado, há amadurecimento, baseado em um século de experiência acumulada internacionalmente na formação universitária dos jornalistas, por outro há a negação

* Professor da Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil. Texto da conferência na sessão de abertura do I Encontro Nacional sobre o Ensino de Jornalismo em Portugal, realizado na Universidade do Minho, em Braga, em 17 e 18 de Setembro de 2003.

radical desta experiência, que se manifesta de várias formas. Um exemplo desta negação pode ser observado na intervenção do presidente da Columbia University, Lee Bolinger, na reitoria de sua Escola de Jornalismo, exigindo mudanças num modelo que se consagrou como referência internacional (Couri, 2002). Atitude essa que segue a propensão observada na maior parte das escolas norte-americanas, conforme estudo de Betty Medsger (1996) realizado para o *Freedom Forum*, segundo o qual o ensino específico do jornalismo perde espaço para outros conteúdos e, em muitos casos, fica restrito a uma única disciplina no âmbito de um curso inteiro de Comunicação Social.

A já quase sexagenária revista *Journalism & Mass Communication Educator* considerava em 2001 o ensino de jornalismo diante de uma encruzilhada vital (Reese *et al.*, 2001). O questionamento a que está submetido dificilmente terá paralelo em outra área de formação profissional. E se isso pode causar perplexidade, provavelmente é um desafio que só poderá ser adequadamente enfrentado se compreendido numa perspectiva histórica, perscrutando-se a origem e o desenvolvimento deste ensino.

O percurso do ensino de jornalismo pode ser dividido grosseiramente em três fases de desenvolvimento. Não são fases necessariamente cronológicas, até porque a situação varia de local para local. Mas, salvo acidentes de percurso, são fases geralmente sucessivas de desenvolvimento. A primeira delas poderia ser chamada de “fase de iniciação”, a segunda de “fase de legitimação” e a terceira e mais avançada de “fase de emancipação”.

No caso brasileiro, a “fase de iniciação” durou quase meio século, desde o surgimento da intenção de criar um curso, nos moldes norte-americanos, manifestada no Primeiro Congresso Brasileiro dos Jornalistas, promovido pela Associação Brasileira de Imprensa em 1918, passando pela efetiva instalação das primeiras faculdades na década de 40 e sua multiplicação pelos principais estados brasileiros, até os anos 60. Em alguns pontos remotos do território ou do interior do país, ainda hoje se vive esta “fase de iniciação”, por isso se faz necessário ressaltar que essa classificação em “fases” de desenvolvimento não é necessariamente cronológica.

A principal característica da fase de iniciação é a mais absoluta precariedade. Faltam as instalações necessárias, faltam os equipamentos essenciais, falta a bibliografia mínima, faltam principalmente os recursos humanos técnica e academicamente preparados, quer para enfrentar o desafio de formar jornalistas, quer para obter sucesso nos “rituais de iniciação” impostos pela instituição universitária à nova área de conhecimento que ambiciona invadir seus domínios. Os relatos dos professores e alunos que vivenciaram a experiência desta primeira fase, no caso brasileiro, são absolutamente melancólicos, de extrema frustração. As escolas não têm as mínimas condições para cumprir seus objetivos e nem força política para obtê-las, já que estão subordinadas a outros setores acadêmicos, que acolheram a área de jornalismo na Universidade, mas não compreendem as suas necessidades específicas.

Porém, este fenômeno não é apenas brasileiro. A história do ensino de jornalismo, em quase todo o mundo, é a crônica de um casamento difícil entre duas instituições pouco maleáveis, ciosas de seus costumes, extremamente vaidosas e pouco receptivas às opiniões externas. Ralph Lowenstein, que dirigiu faculdades importantes tanto nos Estados Unidos quanto em Israel, utiliza as palavras “desconfiança”, “desprezo” e

“hostilidade” para descrever a relação habitual entre os meios profissional e acadêmico que testemunhou nos dois países.

De fato, tão logo passada a lua-de-mel da criação de um novo curso universitário – normalmente com a acolhida de jornalistas de prestígio, por parte da instituição de ensino, com a nobre missão de orientar profissionalmente o programa – as diferenças de concepção vêm à tona, os projetos emperram, a cooperação se transforma em desavença e as frustrações em ressentimento.

Normalmente, o profissional será encarregado do aspecto técnico da formação dos alunos, área em que a Universidade reconhece o seu saber específico. Esta identidade lhe valerá uma forte empatia com o alunado, que compartilha com ele a vocação. Porém, logo ficará claro para todos que o conhecimento técnico não é prestigiado na Universidade da mesma forma que o conhecimento acadêmico e que não se espera que seu portador venha querer dizer como devem ser as coisas na instituição que o acolhe ou, melhor dizendo, após algum tempo, o tolera.

Cansado de se ver em segundo plano, privado do prestígio a que está acostumado no meio jornalístico e na própria sociedade, o profissional dificilmente manterá o posto, provavelmente cederá seu lugar a alguém menos destacado. Este outro, coitado, será ainda menos respeitado pela instituição, e terá ainda que arcar com as explicações aos alunos e ao meio profissional de por que as coisas não correram como se esperava. Inevitavelmente, os que forem suficientemente fortes para resistir a este massacre vão conduzir o ensino de jornalismo à sua segunda fase, a busca da legitimação. No entanto, mesmo quando superada, a “fase de iniciação” do ensino de jornalismo deixará marcas profundas no seu desenvolvimento, particularmente no relacionamento pouco confortável entre a academia e a profissão.

Quanto à segunda fase, bem advertia Max Weber que a ciência e a política eram e deveriam ser vistas como duas vocações distintas. Mas a ciência também não se cria sem as necessárias condições políticas, daí o fato do ensino de jornalismo ter que, em determinado momento, sair à busca de legitimação, sob pena de sucumbir. A luta pela consolidação da área no espaço universitário vai conduzir a uma série de alianças estratégicas, como a importação de acadêmicos de áreas vizinhas já consolidadas – professores de letras, filosofia e ciências humanas – para os departamentos de jornalismo e à união de forças com profissões congêneres – como publicidade e relações públicas, na constituição de um campo mais largo, batizado de Comunicação Social. Neste último caso, a micropolítica universitária não esteve imune aos movimentos de uma luta política mais ampla, como pudemos diagnosticar buscando as origens do campo da comunicação social no Brasil.

A influência da Guerra Fria

Um iceberg com que se chocaria o ensino brasileiro de jornalismo em meados dos anos 60 começou a se formar numa conferência da UNESCO realizada em Paris, em 1948. Naquele encontro, a entidade, na época amplamente dominada pela política dos Estados Unidos na Guerra Fria, resolveu dar atenção especial à formação dos jornalistas no

Terceiro Mundo. A UNESCO advertia o mundo ocidental que o jornalismo poderia “agravar, se mal inspirado, os desajustamentos entre grupos, classes e partidos” – como pregava o comunismo soviético – “ou atenuá-los até, ao ponto de extingui-los, se baseado na boa compreensão dos fatos e na lúcida revelação dos mesmos”, conforme a retórica da época reproduzida por Celso Kelly (1966: 62-3). Com essa preocupação principalmente política, a UNESCO começa a criar centros de formação de professores de jornalismo nas várias regiões do Terceiro Mundo. Antes mesmo que a África e a Ásia, a América Latina foi contemplada com um Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo (CIESPAL), instalado na Universidade Central de Quito, no Equador, em 1960.

Em 1961, já sob o impacto da perda de controle sobre a revolução cubana, que passa para a órbita de influência do grande inimigo, as forças aliadas dos Estados Unidos adotam uma política mais direta de contra-insurgência na América Latina. Na Conferência de Punta del Este, realizada naquele ano, é traçado um programa de modernização dos sistemas educacionais do continente, com quatro pontos principais: um controle centralizado, a prioridade ao ensino técnico e profissional, a tecnificação do ensino de humanidades e ciências sociais e, principalmente, a despolitização das relações educacionais (Ianni, 1976: 47).

Com o golpe militar de 1964 no Brasil, esta receita seria plenamente posta em prática na universidade brasileira. No caso do ensino do jornalismo, a tarefa ficou a cargo de um técnico formado pelo CIESPAL, o já citado Celso Kelly, autor do currículo mínimo imposto a todas as escolas do país, dentro da política de controle centralizado proposta em Punta del Este. Foi a época das régua em sala de aula, da contagem de palavras e medição de colunas, processo a que se dava o nome pomposo de “Jornalismo Comparado” e o *status* digno da mais exata das disciplinas científicas. A física, a biologia, a psicologia e a cibernética serviam de modelos e inspiravam os pioneiros de “uma nova ciência”, que procurava “quantificar os processos” para orientar “uma intervenção controlada na realidade”, articulada à “racionalização do trabalho, o complexo organizatório das empresas, a atividade engrenada de homens e máquinas”, conforme o testemunho da professora da Nelly de Camargo (1971: 56-61).

O novo *status* científico conferido a uma área acadêmica que mal se firmava dentro das universidades certamente foi um dos fatores que influenciaram a aceitação das propostas do CIESPAL. Contribuíram para isso também as viagens, as bolsas de estudo, os encontros patrocinados pelas fundações americanas, a literatura e o aporte teórico e técnico que não era desprezível para uma área ainda não consolidada e com escassez de recursos para se desenvolver.

Em 1965, o CIESPAL realiza quatro seminários regionais no continente, um deles no Rio de Janeiro, recomendando a transformação dos cursos de jornalismo em “institutos de comunicação” ou “ciências da informação coletiva”. Ocorre que, para atingir suas finalidades políticas, não bastava ao Centro influir na formação de profissionais que se restringissem à prática do jornalismo. Conforme um estudo da UNESCO, 80 por cento da população latino-americana jamais havia visto um jornal, e esta percentagem aumentava nas zonas rurais, justamente as mais vulneráveis a uma insurgência armada como a ocorrida em Cuba e que o CIESPAL se propunha a prevenir.

No Seminário Regional do Rio de Janeiro, em nome da “necessidade de comunicação de grupos que buscam a integração à sociedade”, da “contribuição com o bem comum e com o regime democrático”, o CIESPAL introduz no Brasil este profissional polivalente, “para atuar em todos os meios de comunicação coletiva (rádio, televisão, imprensa, cinema), posto que a relação entre eles é complementar, e também para o desempenho de tarefas de investigação científica, de relações públicas e de publicidade”.

O CIESPAL não se limitava a propor a criação de um novo tipo de profissional: propunha a extinção e a substituição das profissões previamente existentes. A política do Centro influenciou a regulamentação profissional em diversos países e conseguiu unificar a linguagem acadêmica da área em todo o continente, com a boa desculpa de “facilitar o intercâmbio”. Em 1964, o Centro já havia formado em seus cursos mais de duzentos professores e diretores de escolas, e os resultados não tardaram a aparecer. Conforme relatório do professor americano Raymond Nixon, em 1970 um terço das escolas do continente havia trocado a denominação “de jornalismo” por “de comunicação” ou equivalente. Em 1980, este número estava próximo de 85% (Nixon, 1981: 25).

Mas, obviamente, o CIESPAL não tinha como impor esta substituição a não ser nas escolas, o que criou uma alienação da vida acadêmica em relação ao mercado profissional, que vai perdurar em muitos países até hoje. O mercado rejeitou a proposta desde o início, mas seus argumentos não foram ouvidos, pois a mudança tinha sobretudo objetivos políticos. Conforme o relato do professor norte-americano Raymond Nixon, um dos principais orientadores do CIESPAL na época, “alguns executivos da mídia naturalmente sentem que as escolas de comunicação social, ao estudarem formas de atingir as pessoas por meios alternativos, estão tentando suplantar os jornais, as revistas, a rádio e a TV comerciais; mas os acadêmicos argumentam que, se as sociedades não encontrarem meios de atingir a grande parcela da população que não é atendida pela mídia comercial, esta parcela será mais suscetível a seguir uma via revolucionária como saída para suas repetidas frustrações”.

O divórcio das escolas com a realidade profissional, como se vê, foi introduzido como estratégia política na Guerra Fria. Mas, ao contrário do que normalmente se apregoa, esta ruptura não foi provocada inicialmente pela esquerda mas, ao contrário, pela posição norte-americana. O que não absolve a esquerda do fato de tê-la assumido e aprofundado num momento seguinte, quando conquistou a hegemonia ideológica tanto na Unesco e no CIESPAL, desde o momento em que estas entidades passaram a ser financiadas pela social-democracia européia e esta investiu na aproximação com a esquerda latino-americana. De fato, direita e esquerda se degladiaram por várias décadas, num reflexo do que acontecia a nível internacional, mas ambas erraram juntas ao transformarem as escolas de comunicação em aparelhos políticos, sem notar que com isso comprometiam o seu desenvolvimento técnico e científico, ao descolarem a produção teórica e a orientação pedagógica da realidade profissional.

De fato, a figura do “jornalista polivalente” – depois chamado de “comunicador social” – foi rejeitada pelas escolas do Brasil já no ano seguinte ao de sua invenção e esquecida nos currículos seguintes, que reafirmaram as tradicionais habilitações em jornalismo, publicidade, relações públicas, etc. Mas os cursos, contraditoriamente,

passaram a se chamar “de comunicação social”, adotando a linguagem padronizada pelo CIESPAL para todo o continente. E a teoria estudada e desenvolvida nas escolas, longe de atender às necessidades de formação dos profissionais das diversas habilitações, continuou voltada às supostas necessidades de um comunicador alternativo que vive à margem da mídia e a despreza.

Esta crescente autonomia da produção teórica em relação às práticas sociais que deram origem ao campo acadêmico também foi incentivada pelo CIESPAL. Uma vez que seu objetivo não era entender nem aperfeiçoar estas práticas existentes, mas substituí-las por uma outra forma de prática mais produtiva do ponto de vista de seus objetivos políticos, o Centro passou a convencer as escolas que sua teoria deveria orientar as práticas e jamais poderia acontecer o contrário. O mexicano Josep Rota chegou a conceber uma pirâmide para justificar esta atitude: no alto dela pairava a produção teórica; num segundo nível, subordinada a ela, a pesquisa; esta orientava o planejamento e no derradeiro degrau, o mais inferior, ficava a execução prática.

A pirâmide do CIESPAL colocou num pedestal a figura do comunicólogo, fixando num nível bem inferior de importância os profissionais da mídia, que não eram relevantes para os objetivos de atuação do Centro. Com base nela, o Centro desenvolveu uma experiência de produção teórica, pesquisa, planejamento e práticas alternativas – sociais, políticas, educativas e comunicativas – extremamente rica e interessante, que não deve ser desprezada. Para a finalidade de desenvolver a comunicação popular e alternativa, a pirâmide foi não só operacional como relativamente bem sucedida.

No entanto, esta experiência de comunicação popular foi desenvolvida de costas para a mídia tradicional, a quem continuava se dirigindo a formação profissional em nossas escolas. Em conseqüência, a pirâmide que colocava a teoria acima de tudo o mais teve o efeito de desorientar completamente esta formação, num voo cego com efeitos desastrosos.

De fato, em nossos cursos a teoria sempre foi considerada mais importante do que a prática, e esta concepção até já faz parte do senso comum. Difícil é explicar, por ela, por que esta teoria tão importante tem sido historicamente tão descartável, e sequer se acumula. A formação clássica-humanista que orientava os cursos de jornalismo até à década de 60 foi rejeitada pelo funcionalismo introduzido pelo CIESPAL. O funcionalismo que dominou os cursos na década de 70 foi extirpado do currículo pela hegemonia do marxismo que veio a seguir. Tudo o que o marxismo ensinou foi posto de lado na década seguinte, com o reinado da psicanálise e do simbólico. E estas vertentes também já saíram de moda, substituídas pelas explicações pós-modernas da sociedade e pelos estudos culturais. Cada nova teoria ensina que as anteriores não tinham importância, mas todas garantem ser mais importantes do que as práticas. Estas últimas, embora com sua importância minimizada, continuaram mais ou menos as mesmas, e graças somente a elas o campo acadêmico não foi descartado como um todo e manteve alguma identidade ao longo destas décadas.

O desprezo pela prática profissional como objeto de estudo, por parte dos teóricos colocados no topo da hierarquia acadêmica, teve uma série de efeitos negativos e perversos. O primeiro e mais evidente é a violentação das expectativas dos estudantes que

ingressam na Universidade em busca da carreira profissional a que se sentem vocacionados. O estudante é induzido a um processo esquizofrênico através de uma lavagem cerebral em que, durante a metade teórica do curso, ele é convencido a abandonar e desprezar sua vocação. Neste processo, os estudantes que passam por nossos cursos são obrigados a uma opção dramática: ou desprezam a teoria ensinada e reafirmam a vocação profissional que os levou à faculdade, desenvolvendo uma forte resistência à atividade teórica, ou abandonam a vocação inicial e tornam-se “comunicadores” sem mercado de trabalho e sem prática, só encontrando colocação na própria universidade como “comunicólogos”.

De outra parte, se um profissional ou professor de disciplina prático-profissionalizante quiser fazer carreira acadêmica, cursando mestrado ou doutorado, para obter reconhecimento mais fácil dos pares é induzido a negar a prática que dominava ou ensinava. Acaba por realizar pesquisa em área que não é a da sua atuação profissional. Em conseqüência, a parte prática dos cursos não se desenvolve, fica condenada a ser uma prática mecânica, e a teoria por sua vez se reproduz indefinidamente sem rumo e sem capacidade de agir sobre a realidade.

Este processo também é descrito num estudo recente realizado nos Estados Unidos. Embora a titulação dos professores de jornalismo venha aumentando em progressão geométrica nas últimas décadas, o acúmulo de conhecimento sobre o objeto não aumenta na mesma proporção, e as escolas de comunicação social cada vez se distanciam mais do objetivo de formar jornalistas (Medsger, 1996).

O desconhecimento das escolas sobre o mercado de trabalho que vai absorver seus estudantes e sobre as suas necessidades alimenta, nesta segunda fase de desenvolvimento do ensino de jornalismo, o desprezo recíproco que já vinha da fase de iniciação. No Brasil, os empresários da mídia passam a defender o puro e simples fechamento dos cursos nos anos 80 e a combater a regulamentação profissional que exige o diploma específico. A mesma postura crítica é ouvida nos Estados Unidos, onde em 1971 a American Newspaper Publishers Association apontava com certa razão que “o cepticismo dominante nas escolas de comunicação abala a confiança dos estudantes, destrói seus ideais e os substitui pelo cinismo” (Hamilton, *apud* Reese *et al.*, 2001).

O percurso histórico do campo acadêmico do jornalismo, mais tarde transformado em campo acadêmico da comunicação social por necessidades políticas próprias, mas também por objetivos políticos alheios, nos obriga a uma reflexão sobre o caminho adotado. Não resta dúvida que o campo cresceu enormemente, mas é preciso observar que este crescimento foi orientado muito mais para os lados do que para cima. A ciência e a política não têm os mesmos objetivos, e sempre que a razão política prevalece sobre a razão científica na orientação de um campo acadêmico, este tende a se alargar ao invés de se aprofundar.

A lógica política é aquela da conquista de territórios e do acúmulo de poder. Seguindo esta lógica, o campo que era do jornalismo abocanhava não só as outras profissões da área de comunicação como, uma vez transformado em campo da comunicação social, pretendeu dominar um objeto tão amplo que vai do estudo do amor à explicação da sociedade, da cultura e da civilização contemporâneas. Este passo político foi

importante, por exemplo, para que o campo da comunicação fosse reconhecido e conquistasse autonomia tanto nas universidades quanto nas entidades governamentais de fomento à pesquisa. Mas, por este caminho, chegamos a um campo tão amplo que não há metodologia que o abarque, e estamos nos afastando do rigor científico na mesma proporção em que queremos explicar mais e mais coisas.

Na verdade, a chamada “transdisciplinaridade” que dominou o campo tem utilizado ferramentas teóricas de tantas diferentes disciplinas e de modo tão à vontade que dificilmente um cientista vinculado a estas disciplinas recomendaria a sua utilização desta forma ou aprovaria as nossas teses forjadas com estas ferramentas. Ocorre que a ciência não se desenvolve na mesma direção que a política: não se preocupa em alargar o domínio sobre os territórios vizinhos, mas em aprofundar o seu conhecimento sobre os objetos. Para tanto, lança mão da interdisciplinaridade em torno de objetos definidos, não da transdisciplinaridade que pretende abarcar o mundo. Cresce para cima e não para os lados, e neste crescimento afunila o seu campo de interesse em vez de o alargar.

O crescimento vertical é o que caracteriza a terceira etapa de desenvolvimento do campo acadêmico do jornalismo, a etapa de sua emancipação, que creio estarmos começando a viver atualmente no Brasil. A concretização desta etapa não depende apenas de vontade política, depende sobretudo de competência científica acumulada. Mesmo ocupando posição minoritária no campo da comunicação, o estudo do jornalismo cresceu de tal forma que já não depende daquele campo maior para sobreviver.

Depois de mais de 30 anos da defesa da primeira tese de doutorado no país, a pesquisa em jornalismo, cada vez mais, conquista legitimidade como área específica de conhecimento. A qualidade da produção teórica dos acadêmicos brasileiros deste campo pode ser avaliada nos inúmeros artigos publicados nas revistas científicas de comunicação nacionais ou estrangeiras. O aumento da quantidade da produção levou ao aparecimento de novas publicações, como *Pauta Geral*, editada em Salvador desde 1993 e o *Anuário de Jornalismo*, da Faculdade Cásper Líbero, em 2000. A nova safra de periódicos tipifica um mercado editorial desbravado por revistas como *Cadernos de Jornalismo* do JB, nos anos 60, *Cadernos de Jornalismo*, da ECA-USP, nos anos 70, ou o *Anuário de Jornalismo*, lançado nos anos 90 pela ECA-USP.

Como um sintoma do crescimento do número de pesquisadores no campo do Jornalismo podemos citar a consolidação de linhas ou grupos de pesquisa em jornalismo nos cursos de pós-graduação (USP, UnB, UFSC, UFRGS, UFBA), a criação do Laboratório Avançado de Estudos em Jornalismo (Labjor), pela Unicamp, e a abertura de GT específicos pelas principais associações científicas da área, primeiro pela Intercom, em 1993, e depois pela Compós, em 2000. A iniciativa das sociedades científicas acompanhou a evolução dos números registrados pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. No primeiro Censo, em 1993, nenhum grupo de jornalismo estava registrado, enquanto que no levantamento de 2002, fechado em Julho, o número saltou para 15. Em Junho de 2003, o total registrado no Diretório do CNPq havia passado para 47 grupos.

Um balanço feito a partir dos trabalhos enviados aos GT da Intercom e da Compós e do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo demonstra que o espaço oferecido

pelas entidades se tornou pequeno para atender a demanda dos pesquisadores espalhados pelas universidades dos diversos estados do país. Em média, 45 trabalhos são encaminhados para o GT da Compós, enquanto que o GT da Intercom recebe mais de 130 trabalhos todos os anos. Na Compós apenas dez são selecionados. No caso da Intercom, no ano passado, o GT selecionou 70 trabalhos. O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo recebe mais de cem trabalhos para os seus encontros anuais.

Uma Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo nasce em 2003, com o propósito de atuar em conjunto com todas as demais associações científicas ou acadêmicas já existentes, como Intercom, Compós e Fórum de Professores de Jornalismo. A entidade pretende funcionar como espaço para a articulação de uma rede nacional de pesquisadores em jornalismo a fim de que se possa constituir um lugar privilegiado, tanto para a apresentação de trabalhos, quanto para a formação de redes nacionais para pesquisas específicas.

A consolidação do jornalismo como campo científico é a garantia de uma produção teórica capaz de reorientar os projetos pedagógicos das escolas para a prática profissional. Até agora, estes projetos vinham se caracterizando por uma violenta dicotomia entre o *saber sobre* e o *saber fazer*. A pesquisa teórica e a produção crítica passavam ao largo dos problemas da prática, como se esta fosse uma dimensão estranha ao pensamento, e respondiam a perguntas formuladas em contextos alheios. O *saber fazer*, enquanto conhecimento técnico, no mais das vezes, desprezava esta teoria e se reproduzia com base na experiência acumulada e nas influências culturais, políticas, econômicas e tecnológicas que atuavam sobre ela. Este descompasso, no entanto, se é típico das áreas de jornalismo e da comunicação social, não é uma exclusividade delas. E foi por diagnosticá-lo e pretender enfrentá-lo na sua área de atuação, a pedagogia, que Paulo Freire desenvolveu o seu método de ensino-aprendizagem e toda a sua concepção filosófica da educação.

A concepção da prática em Paulo Freire

Uma aplicação coerente das idéias de Freire ao campo do ensino jornalístico não deve produzir apenas uma ferramenta teórica que ajude a compreendê-lo do ponto de vista meramente descritivo. A compreensão da realidade, para Freire, é apenas um momento do ciclo maior que leva a sua permanente transformação pelo ser humano que a compreende. Somente o compromisso do pensamento com a prática estabelece, para Freire, um “contexto teórico verdadeiro”. Ao longo de sua vida intelectual, Freire se tornará cada vez mais enfático em relação à necessidade desta vigilância do pensamento: “... pensar sempre a prática. De fato, pensar a prática de hoje não é apenas um caminho eficiente para melhorar a prática de amanhã, mas também a forma eficaz de aprender a pensar certo” (Freire & Frei Betto, 1986: 9). Para o educador, a Universidade não estaria mais ensinando a “pensar certo” neste sentido: “... tal qual um estudante universitário, com seu treinamento abstrato em linguagem abstrata, em que a ênfase se faz na descrição dos conceitos que devem mediar a compreensão do concreto. Em lugar de você usar o conceito para mediar, como mediador da compreensão do concreto, você

termina ficando na descrição do conceito. Este é o comportamento do nosso jovem dentro da universidade” (Freire & Frei Betto, 1986: 10).

Para Paulo Freire, o trabalho teórico desenvolvido à margem de qualquer prática tenderia a se transformar em mero jogo: “Nossa experiência na universidade tende a nos formar à distância da realidade. Os conceitos que estudamos na universidade podem trabalhar no sentido de nos separar da realidade concreta à qual, supostamente, se referem. Os próprios conceitos que usamos em nossa formação intelectual e em nosso trabalho estão fora da realidade, muito distantes da sociedade concreta. Em última análise, tornamo-nos excelentes especialistas, num jogo intelectual muito interessante – o jogo dos conceitos: é um *balé de conceitos*” (Freire & Shor, 1987: 131).

Por fim, Freire adverte que esta redução da atividade intelectual a um jogo acaba por desvalorizá-la, inibindo a sua força transformadora: “Quanto mais essa dicotomia entre ler palavras e ler realidade se exerce na escola, mais nos convencemos de que nossa tarefa, na escola ou na faculdade, é apenas trabalhar com conceitos, apenas trabalhar com textos que falam de conceitos. Porém, na medida em que estamos sendo treinados numa vigorosa dicotomia entre o *mundo das palavras* e o *mundo real*, trabalhar com conceitos escritos num texto significa obrigatoriamente dicotomizar o texto do contexto. E então nos tornamos, cada vez mais, especialistas em ler palavras, sem nos preocuparmos em vincular a leitura com uma melhor compreensão do mundo. Em última análise, distinguimos o contexto teórico do contexto concreto. Uma pedagogia dicotomizada como esta diminui o poder do estudo intelectual de ajudar na transformação da realidade” (Freire & Shor, 1987: 165).

Para Berthoff (1987: xxvi), a prática de Freire é inteiramente pragmática: “Paulo Freire é um dos verdadeiros herdeiros de William James e de C. S. Pierce. Ele nos diz: *o modo como funciona a sua teoria e o que ela faz mudar lhe dirá melhor o que é a sua teoria*. Ele quer que consideremos o valor de uma idéia perguntando o que que ela importa”. Embora reconheça a importância desta influência em sua formação, Freire distinguirá entre um pragmatismo que aprendeu da Escola Nova de John Dewey, e que considera progressista, e um outro “pragmatismo” posto entre aspas, típico do neoliberalismo, que conduz ao fatalismo e à acomodação, com o qual não se identifica (Freire, 2000: 123-4).

É que, além do pragmatismo norte-americano, Freire sofrerá influência da concepção de práxis que encontra na leitura de Gramsci, de Marx e de seus intérpretes, e que vai ajudar a fundamentar mais tarde a sua proposta pedagógica, explicada ela mesmo como “teoria de conhecimento posta em prática”. Teoria do conhecimento que Freire irá buscar em filósofos como Karel Kosík, Adolfo Sánchez-Vásquez e Álvaro Vieira Pinto, assim como em obras do próprio Marx.

Em vários momentos, Freire se refere às *Teses sobre Feuerbach*, destacando o fato do pensador alemão haver escrito em apenas uma página e meia “uma das mais importantes obras da filosofia ocidental”. Como destaca Sánchez Vázquez (1986: 149), “Marx formula em suas *Teses sobre Feuerbach* uma concepção de objetividade, fundamentada na práxis, e define a sua filosofia como a filosofia de transformação do mundo. (...) Isto é, ao colocar no centro de toda relação humana a atividade prática, transformadora

do mundo, isso não pode deixar de ter consequências profundas no terreno do conhecimento. A práxis aparecerá como fundamento (Tese I), critério de verdade (Tese III) e finalidade do conhecimento”. Desta forma, o primado da prática em Freire significará um compromisso da teoria com a transformação da realidade. E nessa perspectiva é que ele abordaria a questão da prática jornalística.

As obras de Paulo Freire foram as principais referências pedagógicas da reforma do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir de uma crítica ao modelo dominante no Brasil. Já em 1989, embora se mantenha amarrado pelo currículo mínimo de Comunicação Social obrigatório em todo o país por força de lei, o Curso se define como “só de jornalismo” e reformula drasticamente o currículo pleno, criando a disciplina de Teoria do Jornalismo, extinguindo o “ciclo básico” (ciclo introdutório com matérias gerais da área de humanas), incluindo disciplinas técnicas desde o primeiro semestre e procurando reproduzir nestas aulas as condições reais da produção jornalística, com o aparelhamento dos laboratórios e a valorização da experiência profissional na seleção de seus professores.

A experiência da UFSC no Brasil

No novo projeto, as matérias de ciências humanas deixam de ser ministradas segundo a tradicional “pedagogia do prato feito”, que dominava a concepção do “ciclo básico”, e são espalhadas ao longo do curso em disciplinas de “leitura da realidade”, numa concepção freireana. Os resultados alcançados foram uma maior motivação dos alunos em todas as etapas do currículo e uma maior facilidade de relacionar a teoria com a prática profissional, uma vez que esta era preliminarmente conhecida. Ao mesmo tempo que o estudante adquire competência técnica, se dá conta de que, no caso do jornalismo, o espírito crítico faz parte da competência técnica requerida, e passa a dar importância para formulações teóricas que de outro modo não o interessariam da mesma forma.

A crítica da comunicologia tradicional, desta forma, não representa uma negação da teoria mas, pelo contrário, a sua valorização. Ao se dar sobre um objeto concreto e definido, a interdisciplinaridade ganha maior sentido e se torna mais produtiva. A própria técnica passa a ser vista não como um estágio rudimentar de conhecimento a ser superado por uma concepção científica, mas como um conjunto de teorias cristalizadas, que precisam ser desvendadas para a sua total compreensão. O elo perdido entre teoria e técnica é encontrado quando as técnicas passam a ser entendidas, dominadas e produzidas enquanto tecnologias.

A busca do elo entre teoria e prática no projeto pedagógico da UFSC levou à opção pelo jornalismo como objeto preferencial de investigação, principalmente a partir do trabalho de Adelmo Genro Filho, professor do Curso, de crítica às teorias da comunicação tradicionais por não explicarem adequadamente o fenômeno jornalístico. Marxista de formação, Genro Filho (1987) construiu uma sólida crítica à negação do jornalismo pelo marxismo, sustentando a dignidade desta atividade, sua relevância social e potencial transformador como forma específica e inédita de produção de conhecimento sobre a realidade. Desta forma, Genro Filho aprofundava a distinção entre os

aspectos lógicos e os ideológicos da atividade jornalística, tal como havia sido proposto anteriormente por Nilson Lage (1979), até então professor no Rio de Janeiro.

As teorias do jornalismo de Genro Filho e Lage deram aos professores da área técnica do curso um fundamento teórico para explicar a sua paixão por estas práticas, e um argumento para propor a reorientação do curso em função da formação profissional voltada para o mundo real. A crítica ao modelo dominante no ensino de comunicação, baseada nestes teóricos do jornalismo assim como no pensamento de Paulo Freire (Meditsch, 1992), apontou para a necessidade do novo projeto pedagógico. Se Freire considerava a educação como “uma teoria do conhecimento posta em prática”, o jornalismo também poderia ser considerado uma teoria do conhecimento posta em prática, ainda que posta numa prática diversa. Neste sentido, mais do que um curso de comunicação, a formação de jornalistas exigiria um curso para produtores de conhecimento. Como apontava o canadense Jean de Bonville já em 1980, “o papel da mídia sendo o de informar as pessoas, o jornalista deve aprender a aprender, aprender a se informar” e acrescentava: “As escolas tradicionais ensinam o jornalista a DIZER, enquanto que a verdadeira escola de jornalismo deveria inicialmente ensiná-lo a APRENDER”.

Outra contribuição do pensamento de Freire, que reforçaria a posição de Lage e de Genro Filho, era a de apontar a necessidade de formação de um profissional completo, para atuar em condições concretas, cujos espaços para a atuação política seriam gerados por sua consciência crítica, mas somente se acompanhada de competência técnica. Na sua luta pela mudança na Educação, Freire não defendia o abandono das escolas tradicionais pelos profissionais que as criticavam, mas a luta por espaço dentro delas, numa tática anti-hegemônica. Coerente com esta posição, valorizava a prática e só via sentido na teoria quando compromissada e orientada para a prática concreta. Também defendia o respeito à vocação profissional dos estudantes e a valorização de sua motivação como fator fundamental para o processo de aprendizagem (Freire & Frei Betto, 1986; Freire & Shor, 1987).

Conclusão

A prática em relação à qual se reorienta a teoria ministrada na experiência brasileira da UFSC é desta forma a prática profissional concreta a que se destinam nossos estudantes. Uma prática profissional (*professional*) que não deve ser entendida como mero exercício técnico, como uma arte, tarimba ou ofício (*craft*), como distingue Philip Meyer. Ensinar para a prática não é formar para o primeiro emprego, mas formar para toda uma vida profissional, cuja responsabilidade social transcende os constrangimentos organizacionais eventuais (Rakow, *apud* Reese *et al.*, 2001) e cuja base de conhecimento necessária estará em mutação permanente (Meyer *apud* Dennis *et al.*, 2003). A prática, contida no conceito de práxis, é o desafio de transformação colocado ao ser humano diante de uma situação dada.

O cliente que o ensino do jornalismo deve atender não é a indústria do jornalismo, mas a sociedade democrática como um todo. Talvez o “ensinar a aprender”, como

propõe Paulo Freire, a partir do diálogo e da pergunta, ofereça a coerência entre o método e o conteúdo que garanta a competência necessária à pedagogia do jornalismo para cumprir estes objetivos. É o desafio que se coloca nesta terceira etapa de sua existência, quando busca a emancipação intelectual.

Bibliografia

- Berthoff, A. E. (1987). 'Prefácio' in Freire, P. & Macedo, D. *Alfabetização: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra*, Rio: Paz e Terra, pp. XV-XXVII
- Bonville, J. (1980). 'Naître ou ne pas Naître Journaliste? Deux Mots sur la Formation Professionnelle' in Sauvageau, F.; Lesage, G. & De Bonville, J. (1980). *Les Journalistes: Dans les Couloirs de l'Information*, Quebec/Amérique, pp. 345-382.
- Camargo, N. (1971). 'A Busca de uma Filosofia para o Ensino da Comunicação', *Revista de Comunicações e Artes*, 6, pp. 49-71
- Couri, N. (2002). 'Univ. de Columbia: Academia versus Jornalismo na Veia', in www.observatoriodaimprensa.com.br
- Dennis, E. et al. (2003). 'Learning Reconsidered: Education in the Digital Age'. *Journalism and Mass Communication Educator*, 57/4.
- Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ (1997). *Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional dos Jornalistas*, em www.fenaj.org.br
- Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ (2002). *A Formação Universitária do Jornalismo*. Florianópolis, Cátedra UFSC/FENAJ.
- Freire, P. & Frei, B. (1986). *Essa Escola Chamada Vida*, São Paulo: Ática.
- Freire, P. & Shor, I. (1987). *Medo e Ousadia, o Cotidiano do Professor*, Rio: Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da Indignação*, São Paulo: Editora da UNESP.
- Genro Filho, A. (1987). *O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo*, Porto Alegre: Tchê, Disponível em www.adelmo.com.br
- Ianni, O. (1976). *Imperialismo e Cultura*, Petrópolis: Vozes.
- Kelly, C. (1966). *As Novas Dimensões do Jornalismo*, Rio: Agir.
- Kosik, K. (1986). *Dialética do Concreto*, Rio: Paz e Terra.
- Lage, N. (1979). *Ideologia e Técnica da Notícia*, Petrópolis: Vozes.
- Lage, N. (1999). 'A Formação Universitária dos Jornalistas', Palestra no *II Encontro Latino-Americano de Professores de Jornalismo*, São Paulo.
- Medsker, B. (1996). *Winds of Change: Challenges Confronting Journalism Education*, Arlington: The Freedom Forum.
- Meditsch, E. (1992). *O Conhecimento do Jornalismo*, em www.jornalismo.ufsc.br
- Meditsch, E. (2002). 'Elementos para uma História do Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da UFSC', Comunicação ao *VI Fórum Nacional de Professores de Jornalismo*, Porto Alegre, Disponível em www.professoresjornalismo.jor.br
- Melo, J. M. (org.) (1972). *O Ensino de Jornalismo* (Documentos da IV Semana de Estudos de Jornalismo), São Paulo: ECA/USP.
- Melo, J. M. (1974). *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*, São Paulo: Paulinas.
- Melo, J. M. (1992). *Comunicación Latinoamericana: Desafios de la Investigación para el Siglo XXI*, São Paulo: Alaic/ECA-USP.
- Melo, J. M. (2000). 'Jornalismo e universidade: uma longa história de conflitos', *Jornal da ABI*, Especial 90 Anos, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Imprensa.
- Melo, J. M.; Fadul, A. & Lins da Silva, C. E. (1979). *Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação*, São Paulo: Cortez & Moraes
- Melo, J. M. & Gobbi, M. C. (orgs.) (2000). *Gênese do Pensamento Comunicacional Latino-americano: o Protagonismo das Instituições Pioneiras*, São Bernardo: Metodista/Unesco.

- Nixon, R. (1971). *Education for Journalism in Latin America: A Report of Progress*, Minneapolis: Minnesota Journalism Center.
- Reese, S. *et al.* (2001), 'Education for Journalism and Communication in the Crossroad', *Journalism and Mass Communication Educator* 56/3, Autumn 2001.
- Sanchez-Vásquez, A. (1986). *Filosofia da Práxis*, Rio: Paz e Terra.
- Weber, M. (1967). *Wissenschaft Als Beruf und Politik Als Beruf*, Trad. brasileira: *Ciência e Política: Duas Vocações*, São Paulo: Cultrix, 1999.

Resumo

Neste texto, o autor faz uma análise retrospectiva do processo de desenvolvimento histórico do ensino do jornalismo no Brasil, propondo três fases geralmente sucessivas: iniciação, legitimação e emancipação. Nesta última se inscreve a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina, aqui apresentada e discutida, inspirada em contributos sobre a relação entre a teoria e a prática de autores como Lage, Genro Filho e, sobretudo Paulo Freire, na qual a prática é entendida não como mero exercício técnico, mas como fonte possível de produção de conhecimento.

Abstract

This paper proposes an analysis of the historical development of journalism education in Brazil, consisting of three phases: beginnings, legitimation and emancipation. The author presents the last one as the framework of the experience of the Federal University of Santa Catarina, which he presents and discusses. The experience is inspired by the contributions of authors such as Lage, Genro Filho and, above all, Paulo Freire, concerning relations between theory and practice, in which practice is understood as a knowledge production source.

Desafíos na formación de comunicadores para a era dixital. Panorama diante da aplicación do documento de Bolonia: viaxe de Santiago ás capitais da Unión Europea

Xosé López*

A formación dos comunicadores no noso espazo de referencia, o espazo europeo, presenta unha gran variedade de modelos, con diferencias importantes entre os países do norte e do sur. A experiencia acumulada durante o século XX permítenos dispoñer dun referente nesta hora de reflexión, a que marca o calendario europeo da man do documento de Bolonia. Nunha ollada ó futuro, convén aproveitar os pasos adiante que ofreceron resultados positivos e corrixis aqueles aspectos que non funcionaron.

O paso do tempo deixou atrás moitas resistencias á formación universitaria dos comunicadores, que hoxe compartese desde moi diferentes frontes, aínda que segue despertando algunhas críticas. Hai, pois, un panorama marcado por dúas posturas claramente diferenciadas, das que eu defenderei desde o primeiro momento o criterio maioritario, o que sostén que os mediadores profesionais da Sociedade da Información, unha sociedade cada vez máis complexa, precisan unha boa formación que, neste momento, ten que ofrecer-la a Universidade.

A formación dos comunicadores convén que esté nas mans da Universidade, a que temos que esixirlle unha resposta que combine os activos da Academia, da mellor tradición académica das Humanidades e as Ciencias Sociais, coas características da actividade profesional, os novos perfís e uns coñecementos actuais que preparen ós profesionais para a era dixital. A día de hoxe dispoñemos de bastantes exemplos que, con esta formulación, se crearon e consolidaron nos últimos anos en distintas universidades europeas.

O proxecto de Santiago

Para analizar algunha destas experiencias que se levaron adiante na Universidade española, elixirei o caso de Santiago, que naceu en 1991, vinte anos despois de que

*Jornalista, profesor da Universidade e, na actualidade, decano da Facultade de Ciências da Comunicação de Santiago de Compostela. Texto da conferencia na sessão de abertura do I Encontro Nacional sobre o Ensino de Jornalismo em Portugal, realizado na Universidade do Minho, em Braga, em 17 e 18 de Setembro de 2003.

chegaran os estudos de Xornalismo á Universidade e nun momento de revisión crítica dos programas que marcaron esa primeira etapa. O proxecto de Compostela, levado adiante por profesores da Universidade Autónoma de Barcelona, combinou formación teórica con práctica, definiu o campo das áreas de coñecemento de Comunicación e fuxiu da masificación.

Once anos despois, hai unha valoración positiva do camiño recorrido, pero o proxecto de actualización segue aplicándose para estar ó día. O obxectivo de mellora-la formación dos xornalistas en Galicia esixe aínda hoxe unha actualización dos programas de estudo da Facultade de Ciencias da Comunicación que respondan as demandas da sociedade, a potenciación das liñas de investigación que contribúan a un mellor coñecemento do mundo da comunicación onte e hoxe, a organización de actividades de formación continua e un proxecto de calidade que asegure o cumprimento destes plans. As actuacións concretas que apuntei hai que acompaña-las en todo momento cunha reflexión xeral, con participación do maior número de actores, sobre os acertos e fallos do modelos vixentes nos principais países do noso entorno e, en xeral, dos países máis innovadores nesta materia no escenario mundial.

A existencia dun proxecto de Facultade de Ciencias da Comunicación na Universidade de Santiago que mereceu unha avaliación positiva dos expertos das universidades españolas mostra o acerto no seu deseño, pero entendemos desde o primeiro momento que non debía ser motivo para evitar lo debate sobre pasos adiante que deben darse para un mellor cumprimento dos seus fins. Tanto o proxecto inicial, respaldado por un grupo de catedráticos das principais universidades do Estado español, como a avaliación da súa titulación de xornalismo, a única que impartiu ata o curso pasado e que agora se completará con Comunicación Audiovisual desde o curso 2003-2004, completaron a fase de asentamento do centro, que agora avanza cara unha maior calidade no ensino que ofrece.

O informe da comisión externa de avaliación¹ e o informe final sentaron as bases para o desenvolvemento do proxecto de facultade no primeiro tercio do século XXI. Despois dos primeiros pasos, nos que houbo que vencerlos problemas derivados da escasez de medios e da ausencia de experiencias nalgúns campos², tódolos datos apuntan que hai froitos positivos. Os equipos de investigación dan a coñece-los estudos sobre distintos aspectos do hipersector en Galicia e a súa participación no encontros nacionais e internacionais resulta especialmente significativa.

Aínda que non se cumpriron tódolos obxectivos fixados, percibo unha sensación interna e externa favorable á marcha do centro. Non digo que non haxa críticas, que as hai e sempre resultan positivas, pero afirmo que tódolos integrantes – alumnos, personal de administración e servizos e profesores – entenden que se andivo a etapa máis difícil. Agora, na fase de mellora, contamos con moitos máis referentes para

¹ A comisión de avaliación externa, presidida pola catedrática Rosa Franquet, destacou o enorme potencial do centro. No estudio de fortalezas e debilidades, faise referencia á boa planificación de medios para acometer unha formación de xornalistas na sociedade actual.

² A Facultade de Ciencias da Comunicación de Santiago foi a primeira do Estado en deseñar e aplicar un programa de formación por cuatrimestres.

arroupar un proxecto que é de todos e que necesita do maior número de aportacións desinteresadas para que o país dispoña dun centro de formación de comunicadores que contribúa ó cambio que se precisa no hipersector.

Máis complexidade

Moi poucos dubidan que a sociedade é cada vez máis complexa e, polo tanto, a interpretación do que nela acontece entraña novas dificultades. O escenario actual, o que convimos en chamar da Sociedade da Información e o Coñecemento, ten a comunicación como aspecto central e, polo tanto, a formación dos profesionais que traballan neste hipersector ten que ofrecer respostas ós desafíos actuais. E son as Facultades de Ciencias da Comunicación, a partir da experiencia de máis de trinta anos, as que deben aportar propostas concretas para a innovación e a mellora dos plans de estudio.

Os profesionais do xornalismo, mediadores, intérpretes e xestores do coñecemento, precisan unha boa formación para o exercicio profesional na era dixital – é o contorno tecnolóxico que marca o traballo e do coñecemento das ferramentas vellas e novas que resulten eficaces para a divulgación do coñecemento. Os aspectos centrais das ciencias sociais e das humanidades, xunto coas cuestións específicas da comunicación, constitúen pilares básicos na preparación deses comunicadores da era dixital, que teñen que dispoñer cando se licencian duns coñecementos básicos para seguir ampliando a súa formación.

A experiencia destes anos – a segunda metade do século XX – demostrou que o profesional dos medios de comunicación, que durante moitos anos aprendeu o oficio na redacción, necesitaba unha inmersión no mundo universitario para, da man dunha titulación superior en Comunicación, coñece-lo funcionamento da sociedade, as ferramentas de análise para entende-lo entramado económico, social e político, as técnicas da elaboración das mensaxes para os distintos soportes, e o exercicio práctico que revalida a súa capacitación para incorporarse á sociedade para atende-las demandas sociais e do mercado.

Os avances na formación dos xornalistas no século XX foron moi significativos en España. A discusión sobre a necesidade e natureza dun sistema de formación profesional e/ou académica para o exercicio do xornalismo mantívose durante as primeiras décadas do século XX estreitamente vinculada a cuestión da liberdade de prensa (María Luisa Humanes, 1997: 159)³. Desde os primeiros anos do franquismo houbo especial interese por deseñar modelos de formación e control dos xornalistas. E xa nese momento houbo propostas para leva-los estudos á Universidade, ben como unha sección de periodismo nas facultades de letras ou mediante a creación de catro facultades (Enrique Aguinaga, 1984: 140)⁴. O final non foi ata 1971 cando os estudos de xornalismo

³ A profesora María Luisa Humanes analizou esta cuestión na súa tese de doutoramento. Nesta investigación analiza o papel da escuela de El Debate como referente.

⁴ O mestre Enrique de Aguinaga explica, na súa tese de doutoramento, o proxecto de lei de Prensa de Jiménez Arnau que contemplaba a creación de catro facultades.

chegaron á Universidade, logo de vence-la resistencia dalgúns sectores do réxime franquista (María Luisa Humanes, 2002: 625)⁵. Foi o primeiro paso dun proxecto que se axustou a nova realidade democrática e chegou ata hoxe.

O que facemos

Logo da aparición das primeiras facultades en Madrid, Barcelona e Navarra, no ano 1971, nas últimas décadas do século XX apareceron novos centros. E nesta fase, a comezos da década dos noventa, cando Santiago pon en marcha a súa Facultade de Ciencias da Comunicación coa titulación de xornalismo. Era un paso decisivo para a comunicación e para a construción do país galego. Foi o punto de partida do actual proxecto.

Desde o seu nacemento, a Facultade de Ciencias da Comunicación de Santiago de Compostela forma xornalistas preparados coa necesaria dimensión teórica e técnica dos estudos de comunicación... A experiencia e coñecemento dos modelos internacionais que existen na Europa comunitaria e nos países do norte de América permitiu definir un modelo de éxito, que deseñou unha comisión de expertos coordinados polos profesores Margarita Ledo e Emilio Prado. Os resultados destes anos mostran o acerto da liña seguida polo centro de formación de comunicadores da Universidade de Santiago, que traballa na actualización dos programas docentes e das técnicas de ensino.

Desde o primeiro momento, o centro de formación de comunicadores en Galicia concebiuse de xeito que fose capaz de garanti-la formación de profesionais, potencia-la investigación e a reflexión sobre os problemas da comunicación e da cultura. Tamén se prestou atención os programas dirixidos á formación continua dos profesionais do sector, que se teñen que adaptar ás esixencias dun mundo en permanente evolución. Segundo o documento fundacional das liñas mestras do proxecto de plano de estudos da Facultade, concebiuse a teoría como un conxunto de principios verificables, tamén, nunha “escritura”, nunha “realización” informativa e comunicativa, e non samente nunha “lectura”.

Teoría e produción

Nunha concepción moi actual, deféndese que a función da teoría non debe limitarse a reflexionar sobre a problemática da significación destiñada a producir un coñecemento capaz de xerar unha competencia de “lectura”. Preténdese que cumpra tamén, sen excusa, a función de xerar unha competencia operativa destinada á produción das mensaxes nos eidos de comunicación.

O que se busca, desde a creación da Facultade, é producir un saber que permita coñece-los mecanismos, convencións e lóxicas culturais e sociais que posibilitan o complexo proceso de produción de sentido e ó mesmo tempo posibilite un percorrido

⁵ O xornalista Emilio Romero apoiou esta iniciativa e fixo todo o posible para convencer a algúns procuradores, segundo explica nas súas memorias e segundo recolle María Luisa Humanes en varios dos seus traballos.

inverso interpretando o que propón o discurso. Inténtase, en definitiva, que a teoría sirva para caracteriza-la técnica e que haxa unha interacción entre ámbalas dúas.

O principal obxectivo, é, con estas formulacións contextuais básicas, preparar comunicadores con sentido expresivo na escrita e no audiovisual, que dominen as técnicas de expresión oral e visual, ademais da redacción, adaptada ás esixencias derivadas das características peculiares de cada medio. Os profesionais deben coñecer as tecnoloxías actuais para efectuar esa expresión tirándolle o máximo rendemento na produción informativa e comunicativa.

Respostarlle ó mercado

Da man destas liñas de actuación, o que se trata no traballo diario é de suministrarlle ó alumno “saber” e “saber facer”. Así trátase de respostar con eficacia ás necesidades do mercado da comunicación e da información e ás demandas sociais, no marco das directrices emanadas do Consello de Universidades, esixencia imprescindible para o recoñecemento oficial do título.

No momento actual, cun plano de estudos actualizado e aplicado desde o curso 1999-2000, impártense dous itinerarios, un de periodismo audiovisual e outro de periodismo electrónico e multimedia. No futuro poñerase en marcha o terceiro itinerario, o de fotoperiodismo e imaxen documental, que se completará coa titulación de Comunicación Audiovisual, cun itinerario de Dirección e guiión cinematográfico e audiovisual. Trátase dunha oferta axeitada as actuais posibilidades que ofrece a vixente normativa para o ensino superior.

O modelo de Santiago, que busca un equilibrio entre teoría e práctica aceptable, pode levarse adiante gracias as instalacións do moderno edificio de Álvaro Siza, unha xoia arquitectónica que actúa como referente no conxunto das facultades de Ciencias da Comunicación do Estado. Os modernos equipos de televisión, radio e informática permiten o desenvolvemento de programas prácticos axustados os sistemas de produción que se aplican nos principais medios de comunicación.

Defini-los novos camiños

Mentres se produce esta resposta ós novos desafíos, o centro segue funcionando e a reflexión sobre os camiños a seguir chegan desde distintos frontes. A propia investigación universitaria favorece esta vía⁶ que debe ofrecer ideas para defini-los novos camiños a partir da experiencia destes anos. Hai documentos para un novo marco, nomeadamente o coñecido como Documento de Bolonia sobre o espazo europeo do ensino superior, que obrigarán a dar novas respostas os desafíos que temos diante. Trátase de marcos que guiarán o que debe se-lo obxectivo prioritario das Facultades de Ciencias da Comunicación: formar ben os xornalistas para a era dixital.

⁶ Unha das últimas teses de doutoramento sobre esta cuestión presentouna con éxito na Facultade de Ciencias da Información de Madrid o xornalista galego Xosé Videla, quen fai prospectiva sobre camiños a seguir.

Eses xornalistas do actual século precisan coñecer non só as claves do xornalismo herdado, senón das innovacións xornalísticas destes novos tempos. Somos conscientes de que o desenvolvemento da industria de contidos puxo sobre a mesa o déficit da oferta de persoal nalgunhas áreas, tendencia que previsiblemente se manterá a curto e longo prazo. Existe unha coincidencia maioritaria no sector. É por iso que os centros de formación de xornalistas, sen esquece-lo seu principal obxectivo – a boa formación xornalística, cunha preparación universitaria – deberán crear renovados itinerarios que atendan os perfís nos que existe maior demanda e os que resultan fundamentais para unha sociedade ben informada.

As esixencias de adaptación os tempos actuais están ahí e as facultades – en concreto, a Facultade de Ciencias da Comunicación de Santiago – están dando respostas que considero acertadas e imaxinativas. Sei que non hai respostas perfectas – case sempre hai posibilidades de melloralas, enriquece-los programas –, pero temos que tentar anticiparnos ó futuro cun bo coñecemento das necesidades e tendencias do presente. Esa é a aposta do centro de Santiago neste comezo de século.

Primeiros pasos

Ata aquí puxemos como exemplo a Facultade de Ciencias da Comunicación de Santiago na medida en que podo falar dela con datos de primeira man, xa que coñezo bastante ben o seu nacemento e evolución, pero sobre todo porque pertence a un grupo de centros que aproveitou a experiencia dos primeiros anos da formación universitaria dos comunicadores en España e que tentou corrixir algúns erros. Falamos, pois, dun modelo de referencia sometido a análise e revisión neste momento.

Este modelo de referencia convive con outros non menos importantes. Convén recordar que en España hai tres grandes grupos de facultades: as nadas no ano 1971 (como xa dixemos, as principais, que son a Complutense de Madrid, Autónoma de Barcelona e Universidade de Navarra), as nadas xa a medidados da década dos oitenta e noventa, e as nadas no terceiro milenio. A de Santiago, como dixemos, pertence o segundo grupo, no que están outros centros importantes como os de Bilbao, Sevilla ou Málaga.

Sen dúbida, nestes anos, os principais focos de investigación e docencia estiveron en Madrid, Barcelona e Navarra, o que indica que tamén son estas facultades as que realizarán una maior aportación ó novo modelo de ensino superior de comunicación, que agora se trata de articular tendo como referencia o proceso de construción do Espacio europeo de Educación Superior, iniciado coa Declaración da Sorbona de 1998 e consolidado coa Declaración de Bolonia de 1999⁷.

⁷A Declaración de Bolonia insta ós Estados membros da Unión Europea a adoptar un sistema de titulacións comprensible e comparable que promova oportunidades de traballo para os nosos estudantes e unha maior competitividade internacional do sistema educativo europeo. Este novo sistema debe basarse en dous niveis, un primeiro de Grado que capacita ós estudantes a integrarse directamente no mercado de traballo europeo cunha cualificación profesional apropiada, e un segundo nivel de posgrado que se estrutura nos ciclos de Master e Doctorado.

Neste marco xeral europeo, que busca uns títulos de comunicación que sexan homologables tanto no primeiro nivel, no de Grado, como no segundo, de Posgrado, con ciclos de Máster e Doctorado, as autoridades españolas veñen de aprobar unha Lei, a Lei Orgánica 6/2001 de Universidades, que xa reclama a integración do sistema universitario español no novo espacio universitario europeo. A citada Lei autoriza ó Goberno para proceder á reforma e adaptación das modalidades cíclicas das ensinanzas e os correspondentes títulos.

Para desenvolver esta Lei, o Goberno ten previsto un borrador de Real Decreto no que se establecerá a estrutura do encino universitario e a regulación dos estudos universitarios oficiais de grado. Neste texto indícase que, con carácter xeral, o número de créditos totais de ensinanzas conducentes á obtención dos títulos oficiais de licenciado, enxeñeiro ou arquitecto será de 180 ou de 240. O Goberno español tamén ten os proxectos de real decreto polo que se regulan os estudos universitarios de posgrado e a obtención e expedición de títulos oficiais de master e doctor; o borrador polo que se establece o sistema europeo de créditos e o sistema de calificacións nas titulacións universitarias de carácter oficial e a validez en todo o territorio nacional; o borrador de real decreto polo que se establece o procedemento para a expedición polas universidades do suplemento europeo ó título; o borrador do proxecto de real decreto sobre homologación dos plans de estudos e títulos de carácter oficial e validez en todo o territorio nacional, e o borrador do proxecto de real decreto polo que se regulan as condicións de homologación e convalidación de títulos e estudos extranxeiros de educación superior.

Diante deste panorama, os primeiros pasos dirixíronse a formaliza-la Conferencia de Decanos das Facultades de Ciencias da Comunicación, que os días 19 e 20 de xuño desde ano 2003 se reuniron en Barcelona para aproba-lo seu regulamento de funcionamento e completa-la estrutura organizativa. Nese encontro, decidiuse concurrir á convocatoria de axudas para o deseño de plans de estudio e títulos de grado, convocado pola Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (ANECA) nun intento de unificar posturas entre os centros e deseñar un modelo de plans de estudio e títulos de grado que teña en conta a experiencia destes anos e sexa homologable en Europa.

Qué camiño seguir?

Na percura dun modelo de plan de estudio que esté integrado no espacio universitario europeo, as facultades españolas parten con varios condicionantes, entre os que destacaremos os cinco anos que agora teñen os estudos de grado nalgúns centros – na Universidade Complutense, nas privadas...; diversidade de carga práctica nos planos de estudos; peso dos departamentos doutras titulacións nos estudos de comunicación.... O punto de partida non é o mesmo, polo que entraña certa dificultade o deseño dun proxecto que desperte unanimidades.

Con todo, hai vontade de buscar un acordo de liñas xerais que inclúe unha duración dos estudos de catro anos – hai centros importantes que non asumen comezar agora, nesta fase, con tres anos para o título de grado –, mantemento das titulacións de

Xornalismo, Publicidade e Relacións Públicas e Comunicación Audiovisual, un mínimo de troncalidade común que non sexa inferior o 50/60 por cento das materias – o Goberno prevé troncalidade común do 70 por cento –, Masters moi especializados, con itinerarios de un ou dous anos que teñan en conta as demandas do mercado, doutoramentos que fomenten a preparación de bos investigadores....

Non será fácil, pero hai vontade de afronta-lo desafío. O camiño a seguir é partir do que nos une para buscar un proxecto que permita un paso adiante, un paso de tránsito, que facilite, nunha segunda fase, poñer títulos de grado de tres anos. Entendo que se este é un dos puntos sobre os que a medio prazo haberá que reflexionar entre o maior número de facultades dos principais países da Unión Europea, sobre todo se queremos unha solución que teña en conta a necesidade dunha boa preparación e a maior unificación de criterios no referido os programas xerais dos títulos de grado.

En canto a investigación, precisamos establecer un modelo que garante unha boa preparación dos investigadores, con programas intensos e que superen periódicamente controles de calidade. A Universidade non está no campo da formación profesional, senón que precisa fomenta-la investigación e garantir que no campo das Ciencias da Comunicación se avance con firmeza. Cumprir tal obxectivo só será posible no caso de que se establezan programas que favorezan a formación nos propios centros, faciliten a mobilidade/intercambio no conxunto de Europa e América, e fomenten o avance científico.

Polos vieiros da calidade

No escenario actual, de novos desafíos, os camiños a seguir teñen un horizonte moi definido: mellora-la calidade. O modelo actual ten aspectos básicos que mostraron, nestes anos, que supuxeron pasos adiante. Refírome a unha boa combinación entre teoría e práctica – un equilibrio na formación; unha preparación que teña en conta as demandas do mercado pero sen renunciar o que é básico na Universidade; unha formación teórica que garante unha formación xeral do alumno que lle permita pensar por el mesmo; un bo aproveitamento da investigación propia e allea para mellora-la formación e o coñecemento científico...

A Universidade ten que seguir sendo Universidade no terceiro milenio. Cumprir este obxectivo non debe impedir atende-la demanda dos novos perfís que demanda o mercado, unha atención á herdanza no campo da Comunicación e os seus avances nestes anos, e respostas imaxinativas ós novos retos. Todo no marco do modelo europeo, que aparece como un requisito básico para intervenir no novo escenario. Gañalo futuro quere dicir aproveitar axeitamente o que estamos facendo ben e corrixindo os erros naqueles ámbitos donde non conseguimos avanzar. O primeiro reto define en cada país e o segundo na colaboración entre os centros do maior número de países. Así daremos os primeiros pasos. Os seguintes xa esixirán unha integración maioritariamente, nun modelo acordado segundo as directrices xerais de Bolonia.

Bibliografía

- Aguinaga, E. (1984). *Epistemología de la Profesión Periodística: Los Estudios de Periodismo y su Proyección Profesional*, Tesis doctoral, Madrid: Universidad Complutense: Madrid.
- Humanes, M. L. (1997). *La Formación de Periodistas en España*, Tese Doctoral, Madrid: Universidade Complutense.
- Humanes, M. L. (2002). 'La Política de Formación de Comunicadores: La Escuela Oficial de Periodismo (1941-1970)', in Galindo, G.; Lozano, G.; Alarcón, S. (eds.). *La Comunicación Social durante el Franquismo*, Málaga: Diputación Provincial de Málaga.
- Videla, X. X. (2002). *La Formación de los Periodistas en España: Perspectiva Histórica y Propuestas de Futuro*, Tese de Doutoramento, Madrid: Universidad Complutense.

Resumo

O modelo de formación dos xornalistas en Galicia mediante un programa actual está nunha fase consolidación. Logo de dez anos, a Facultade de Ciencias da Comunicación deu mostras da súa capacidade para poñer en marcha modelo que responda as necesidades do país e que está inspirado nos plans de estudio máis dinámicos das universidades europeas e norteamericanas. No comezo do terceiro milenio, estase cun proxecto para promover a formación continua dos comunicadores nun escenario dixital e para preparalo mellor posible ós futuros xornalistas. A adaptación ós novos tempos é un reto permanente.

Palabras clave: formación, xornalismo, ensinar xornalismo

Abstract

The model for journalism education in Galicia with an updated programme is consolidating. After ten years, the Faculty of Communication Sciences has been showing its capacity to develop a model which answers the needs of the country and that find inspiration in the more dynamic programmes of studies in the European and North American universities. In the beginning of the Third Millenium, we are working in a project to promote the continuous training of the journalists in the new digital scenery and also to assure the best education for the future professionals. The adaptation to the new times is a permanent challenge.

O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: “crise de crescimento” e notas programáticas*

Manuel Pinto**

A caminho dos cem anos do ensino do Jornalismo em escolas específicas no seio da instituição universitária¹, os debates e as controvérsias acerca daquilo que deve ser esta formação parecem tão vivos como em décadas passadas. Em Julho de 2002, desencadeou-se nos Estados Unidos uma polémica cujos contornos e alcance faz sentido evocar aqui. Devendo o Presidente da Universidade de Columbia nomear o director da sua internacionalmente conhecida Graduate School of Journalism, este decidiu adiar tal decisão convocando a comunidade escolar para um debate sobre “o que deveria ser uma prestigiada escola de jornalismo no mundo contemporâneo”².

De certo modo, no enunciado dos termos de referência e dos motivos da sua decisão, Lee Bollinger, ele próprio ligado ao mundo da imprensa e um reconhecido investigador sobre os problemas da liberdade de expressão, traçava já um roteiro para a discussão. Para ele, as “mudanças revolucionárias” que os sistemas de comunicação estão a gerar nas democracias, nos mercados, na cultura e nos processos de globalização fazem com que o ensino das técnicas e das práticas jornalísticas, embora valioso, não seja mais suficiente³.

Enquanto uma numerosa *task force* encetava, a pedido de Bollinger, o estudo de “um currículo moderno de uma escola de jornalismo”, desencadeou-se um intenso debate⁴ nas páginas de alguns dos principais jornais e revistas dos Estados Unidos da América, polarizado entre os que temem pela eventual “academicização” da Escola de

* Uma versão deste texto foi apresentada no I Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, realizado em Santiago de Compostela, de 29 a 30 de Outubro de 2002.

** Departamento de Ciências da Comunicação – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal (mpinto@ics.uminho.pt).

¹ O papel pioneiro cabe aos Estados Unidos da América que, depois de terem iniciado, em diferentes universidades, programas de estudo da imprensa e impressão, lançaram, desde os primeiros anos do séc. XX, a formação nestas áreas no quadro de escolas próprias ou de departamentos específicos no seio de escolas de ciências sociais e humanas (cf. Traquina, 2002: 67-70).

² O texto da carta que dirigiu à Graduate School of Journalism encontra-se acessível on-line em: <http://www.jm.columbia.edu/news/2002-07/bollinger.asp> (acedido em 16.06.2003).

³ *Ibid.*

⁴ O debate ocupou significativo espaço nos *media*. Numa perspectiva mais académica e ensaística, merece referência a colecção de ensaios sobre o assunto, reunidos pelo Departamento de Jornalismo da Universidade de Nova Iorque, disponível on-line em: <http://journalism.nyu.edu/pubzone/debate/forum.1.essay.html> (acedido em 19.07.2003).

Columbia⁵ e aqueles que lamentam a situação actual do ensino naquela instituição, que pouco mais seria do que um “vocational workshop” (Varadarajan, 2002). Para os primeiros, o caminho traçado “redundará na redução da componente prática, [e] na diluição do jornalismo em lógicas académicas ultrapassadas”. Para isso, “os editores e directores não precisam do que Bollinger lhes quer dar” (Kirtz, 2002).

Retenho os ecos deste debate recente, porquanto a autêntica “chicotada psicológica” do novo presidente da Universidade de Columbia foi entendida não apenas como um desafio a uma escola, mas à formação em jornalismo em geral, nos Estados Unidos e no exterior. Algumas das clivagens e tensões que atravessam o quadro do ensino do jornalismo em Portugal podem ser analisadas e discutidas à luz desse debate.

Para abordar esta matéria, farei, em primeiro lugar, e dado o contexto desta intervenção, uma síntese de natureza histórica; procurarei, de seguida, enunciar alguns elementos da actual situação, dando especial ênfase às tendências que se observam. Finalmente, numa terceira parte, equacionarei alguns pontos que se propõem ser uma espécie de mapa de questões que deveriam merecer a atenção dos professores e investigadores em jornalismo e dos próprios profissionais e das suas organizações.

Um percurso histórico⁶

Cabe referir, em primeiro lugar, que a formação universitária em Ciências da Comunicação ou Comunicação Social surge bastante tarde, em Portugal – nos anos subsequentes à Revolução de Abril de 1974 – mas, ainda assim, antes de surgirem cursos universitários especificamente centrados no campo jornalístico. Na verdade, foi apenas em 1993 que foi criado o Curso de Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a que se seguiu, já em 2000, o de Jornalismo e de Ciências da Comunicação, na Universidade do Porto.

No entanto, a vontade e as iniciativas tendentes a criar cursos superiores de Jornalismo são bastante mais antigas. As primeiras tentativas conhecidas de concretizar tal intenção tiveram lugar, de forma definida e aprofundada, em 1940, através da iniciativa do recém-criado Sindicato Nacional dos Jornalistas⁷. Não avançou, na perspectiva do Sindicato, porque a proposta não colheu apoio oficial. De facto, continuavam e continuariam a verificar-se entre os jornalistas posições bastante divergentes acerca da relevância desta formação⁸. Na segunda metade dos anos 60, quando a sociedade portu-

⁵ Como considera Bill Kirtz (2002).

⁶ Este ponto utiliza em parte informação recolhida e publicada num texto anterior de Pinto & Sousa (2002).

⁷ O Sindicato fora criado em 1936, sendo seu primeiro presidente António Ferro, que viria, anos mais tarde, a chefiar o Secretariado da Propaganda Nacional.

⁸ A título exemplificativo, o jornalista Luís Quadros criticava, em 1942, o “incompreensível ostracismo” a que, segundo ele, as elites culturais dirigentes haviam votado “a mais delicada actividade que uma nação pode ter – a de orientar a opinião pública”, não lhe conferindo graus académicos, ao contrário do que haviam feito para as profissões liberais. No pólo oposto, Pedro Meyer Garção, num artigo publicado em 30 de Junho do mesmo ano, no *Diário de Lisboa* – e ao qual foi atribuído o “Prémio Sindicato Nacional dos Jornalistas”, escrevia: “(...) não há nada que mais espante que o desdém que muita gente afecta pelo jornalismo, considerando-o como o último refúgio das vocações fracassadas. Num país onde pulula o diplomado, que a si mesmo se atribui uma categoria intelectual incomparável, o homem que escreve nos jornais não

guesa registava sinais de um lento acordar da letargia em que o Estado Novo a mantinha, voltam a surgir, no âmbito sindical, novos esforços para instituir o ensino do jornalismo.

A chamada “Primavera Marcelista” alimentou na direcção sindical de então a esperança de ver o antigo sonho concretizado. Foi constituída uma comissão para o efeito, na qual se envolveram profissionais prestigiados, nomeadamente alguns que haviam, entretanto, obtido diplomas em instituições superiores estrangeiras – Lille, Paris, Navarra, Roma, Madrid. Do trabalho realizado nasceu uma proposta aprovada em assembleia-geral do Sindicato, em finais de 1970. Contemplava um curso de nível superior, com a duração de cinco anos, que incluía cadeiras teóricas e práticas, sendo que, nos primeiros três anos, as matérias incidiam sobretudo nas ciências sociais e humanas e, nos últimos dois, em dimensões mais especificamente comunicacionais e jornalísticas. Pode parecer estranho que tal curso não tenha sido concretizado, estando o país, como estava, a debater a liberdade de imprensa e a preparar uma vasta reforma do sistema educativo, liderada pelo ministro Veiga Simão. Analisando hoje o conteúdo desse projecto, torna-se notório que o regime político de então, apesar das contradições internas, continuava a temer uma iniciativa que não controlava e que se propunha incluir, no plano de estudos, o ensino de matérias ainda muito problemáticas e incómodas no contexto da Universidade, como era o estudo da História Contemporânea ou as Metodologias das Ciências Sociais. Enquanto as pesquisas sobre esta matéria não nos permitem entender melhor o que esteve em jogo, valerá a pena deixar levantada a hipótese de que uma das razões para o fracasso da iniciativa sindical tenha residido no facto de, entretanto, estar a desenvolver-se, em paralelo, um projecto com fim análogo, promovido sob os auspícios de um grande grupo económico, o grupo Quina, proprietário de vários jornais e revistas (*Diário Popular, Record, Rádio-Televisão*). E a verdade é que a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, ligada a esse grupo, nasceu em 1973, vindo a ser apanhada pela vertigem dos acontecimentos do período revolucionário desencadeado pela Revolução de Abril de 1974 e a encerrar portas pouco tempo depois.

Com o desmantelamento das estruturas do aparelho repressivo e autoritário que prevaleceu em Portugal durante quase metade do século XX; com a consolidação da nova ordem constitucional, a democratização do acesso ao ensino e o regresso de académicos e intelectuais que haviam feito a sua formação no estrangeiro, foram-se criando

merece a essa gente a devida consideração (...). Cumpre declarar, antes de mais nada, que é assaz frequente encontrar diplomados medíocres ou com um valor deveras contestável (...). Ao contrário, um jornalista néscio ou ignaro não existe, porque ele próprio, com esses atributos negativos, se estiolaria nas necessidades quotidianas do seu mister. Nas engrenagens de um jornal só se salvam os que possuem autêntico merecimento. O jornalista não tem curso privativo que o habilite a desempenhar a sua actividade mental (...). Mas haverá cursos de talento? Aprende-se em algum sítio aquilo que é mais difícil de fazer, como seja o exprimir com clareza as ideias que se procuram transmitir? Eles que digam, os entes superiores que menoscabam o jornalismo, as torturas que passam quando têm de alinhar sobre a ciência que inculcam possuir. O que lhes sai das mãos é uma massa informe e sem brilho, que o público, mesmo versado, não leria, se algum director a deixasse inserir nas colunas do seu diário. (...) Ao jornalista exige-se cultura geral, talento de improvisação, qualidades literárias invulgares, agilidade mental, probidade de espírito. Qual é o curso que inscreve estas cadeiras no seu programa? Eis por que todo o jornalista é um autodidacta”.

igualmente as condições para o surgimento do estudo do jornalismo no ensino superior. O primeiro curso nasce ainda em finais dos anos 70 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e irá funcionar como referência para a criação de cursos análogos noutras instituições universitárias públicas. Designados cursos de comunicação social ou de ciências da comunicação, aparecem integrados em escolas ou faculdades ligadas às humanidades e às ciências sociais, valorizando as componentes histórico-filosófica, linguística, sociológica e tecnológica. Em grande parte dos cursos assim concebidos, funcionava um tronco comum nos dois primeiros anos, com opções ou variantes nos dois ou três anos finais. Mesmo o curso da Universidade Nova, que se assumiu no início como generalista, viria, anos mais tarde, a adoptar esta modalidade organizativa. Ou seja: o jornalismo, quando possuía alguma especificidade, coexistia com outras opções como as relações públicas, comunicação publicitária, produção e realização audiovisual, tecnologias da informação e comunicação, etc.

A preponderância da nova oferta da Universidade não deve, porém, fazer esquecer que, desde os inícios da década de 80, começa a ganhar forma uma outra linha de orientações⁹, oriundas dos próprios meios profissionais dos jornalistas, da qual viriam a resultar propostas autónomas de formação de jornalistas. Assim, de um Encontro de Jornalistas do Norte nasceria, dois anos depois, no Porto, o Centro de Formação de Jornalistas (do qual sairia, em 1985, a Escola Superior de Jornalismo, integrada na rede do ensino superior politécnico). Em 1986, ano da entrada de Portugal para a Comunidade Europeia, constitui-se em Lisboa o Centro Protocolar de Formação de Jornalistas, uma iniciativa que envolveu o Sindicato do sector, as entidades patronais e o departamento governamental ligado à formação profissional. Ambos os centros se voltaram predominantemente para a formação de profissionais em serviço, numa aparente afirmação implícita de que os rumos que os estudos universitários da comunicação haviam começado a seguir não respondiam às necessidades da profissão jornalística e do jornalismo.

Os anos 90 caracterizam-se por duas linhas que se desenvolvem paralelamente. Uma diz respeito à criação de cursos específicos de Jornalismo no seio da instituição universitária. O primeiro desses cursos surge em 1993, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o segundo surge em 2000, na Universidade do Porto, este com a particularidade de ter nele envolvidos alguns dos responsáveis e docentes da Escola Superior de Jornalismo, que inicia então um processo de extinção do seu curso. A segunda linha de desenvolvimento, nos anos 90, é a que se corporiza na criação de diversos cursos de Jornalismo ou Comunicação nas instituições do Ensino Politécnico públicas e privadas, uma malha de ensino superior criada na década anterior, um pouco por todo o país. Inicialmente vocacionadas para o ensino superior de curta duração e com forte pendor de ligação ao mercado de trabalho, estas instituições viriam a avançar para as licenciaturas, tirando partido das possibilidades abertas pela Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986: os diplomas de estudos superiores especializados e, mais tarde, as “licenciaturas bi-etápicas”.

⁹ Digo orientações – no plural – propositadamente. Como explico adiante, são diversas as lógicas e concepções de formação subjacentes à iniciativa do Centro de Formação de Jornalistas, no Porto, e ao CENJOR, em Lisboa.

Importa chamar a atenção para uma vertente relevante no que diz respeito à consolidação e à qualificação do campo dos estudos jornalísticos: a da investigação e publicação de resultados. A este nível, é igualmente a partir de finais dos anos 80 e, de forma mais consistente, ao longo dos anos 90, que se podem observar os primeiros resultados de investimentos anteriormente feitos. Em meados da década de 80, inicia-se o primeiro curso de mestrado em Ciências da Comunicação¹⁰, na Universidade Nova de Lisboa, com uma área de especialização em Estudo dos Media e Jornalismo, sob a orientação do Prof. Nelson Traquina, o académico de referência no campo, no nosso país, que vai aparecer também associado ao curso de mestrado, na mesma área, do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras de Coimbra, curso que tem início em 1998-99. Por sua vez, a Universidade do Minho arranca com este nível de formação pós-graduada em 2001-2002, através de uma área de especialização em Informação e Jornalismo no seu curso de mestrado em Ciências da Comunicação.

A partir dos mestrados e dos primeiros doutoramentos que começam a tomar o campo jornalístico como objecto¹¹, assim como dos centros de investigação que entretanto se constituem¹², vamos assistindo ao incremento das publicações na área, quer sob a forma de traduções de textos fundamentais de referência, quer sob a forma de publicação de teses e de resultados de pesquisas. Tem sido nos anos mais recentes que se tem assistido a um certo florescimento desse tipo de materiais, factor certamente relevante para o avanço do conhecimento e o reconhecimento académico do campo.

Um sinal do vigor dos estudos jornalísticos a partir dos anos 80 encontra-se nos congressos da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, ela própria expressão do vigor crescente dos estudos comunicacionais em Portugal. Tanto no Congresso de 1998 como no de 2001, a secção temática de Jornalismo foi das que registou maior participação e foi das primeiras a constituir um Grupo Temático, significativamente designado “Jornalismo e Sociedade”.

Decorre de quanto fica dito que, no espaço de 20 anos, e pelo menos no plano da oferta formativa, Portugal passou de uma situação de relativo deserto a um quadro inflacionário, aquilo que, numa imagem feliz, Mário Mesquita designou por “milagre da multiplicação dos cursos”. Esta proliferação inscreve-se num mais vasto quadro expansionista da oferta do ensino superior, que começa a ganhar contornos bem definidos a partir de finais dos anos 80, aliado à imagem socialmente positiva associada às profissões da comunicação e dos *media* e à pressão da procura neste campo específico, visível, de resto, no rápido preenchimento das vagas e nas médias elevadas que se observam nos cursos do sistema público.

¹⁰ Até 1993, este mestrado teve a designação de Comunicação Social.

¹¹ O primeiro doutoramento feito em Portugal surge no ISCTE, e em Sociologia, com a tese de José Manuel Paquete de Oliveira, sobre formas de censura oculta na imprensa portuguesa do pós-25 de Abril.

¹² O mais antigo é o Centro de Comunicação e Linguagens na UNL, cuja revista publicou alguns números temáticos de referência sobre jornalismo. Mas há que ter em conta que existem, nestes anos iniciais do século XXI, cerca de meia dúzia de outros centros, quer de natureza pública quer privada, com destaque para o CIMJ – Centro de Investigação em Media e Jornalismo, que agrupa grande parte dos investigadores do campo jornalístico da zona de Lisboa.

Num relatório para a Representação da Comissão Europeia em Portugal, elaborado em 1996-1997 por Mário Mesquita e Cristina Ponte, e que constitui o trabalho de maior envergadura feito no nosso país de recolha e análise de informação sobre os cursos de Comunicação e Jornalismo, formula-se um conjunto de conclusões que mantêm, em grande medida, perfeita actualidade e que resumiamos nos seguintes pontos:

- o modelo instituído pelo curso da Universidade Nova de Lisboa marcou de forma acentuada a orientação de cursos noutras instituições universitárias, valorizando uma sólida formação em ciências sociais e humanas e em ciências da comunicação;
- a autonomia face a possíveis lógicas corporativas e empiristas, assim conseguida, teve como contrapartida “um excessivo alheamento das problemáticas teórico-práticas do jornalismo” e “um clima de desconfiança mútua entre as instituições académicas e o meio profissional dos jornalistas”, Mesquita e Ponte (1997: 159);
- apenas numa fase subsequente começa a adquirir alguma autonomia a variante de Jornalismo destes cursos e, no âmbito desta, a abordagem dos estudos e das práticas jornalísticas; os anos 90 assistem ao surgimento de cursos universitários especificamente centrados nos estudos jornalísticos e a um certo florescimento da investigação científica e da produção bibliográfica;
- paralelamente à formação universitária, vão desenvolver-se, também ao longo dos anos 90, quer os cursos de ensino superior politécnico quer a formação profissional em serviço, promovida sob a responsabilidade dos próprios jornalistas.

Pode, assim, afirmar-se, em síntese, que, em Portugal, o ensino do jornalismo se caracteriza por uma separação relativamente acentuada entre a formação inicial e a formação em serviço; que os anos 70 e 80 são anos de lançamento e afirmação dos estudos superiores, enquadrados e marcados pelo *background* das ciências sociais e humanas e pelas ciências da comunicação e que a década de 90 se destaca como de progressiva autonomização e afirmação do jornalismo como campo autónomo de ensino e de investigação, nomeadamente com o desabrochar da formação pós-graduada¹³.

Recortam-se, no percurso do “caso português”, três círculos concêntricos. Caminhando do mais para o menos abrangente, temos, em primeiro lugar, o círculo da formação sócio-humanística e cultural clássica; segue-se o círculo das ciências que incidem na “problemática da comunicação”; e, finalmente, no centro, o círculo correspondente aos estudos jornalísticos. Este último poder-se-á ainda subdividir entre as disciplinas teórico-epistemológicas e as disciplinas de pendor prático-experimental.

¹³ Para se ver o atraso português neste domínio, em comparação com um país como o Brasil, ao qual Portugal esteve e está historicamente ligado, basta ver que um autor como Marques de Melo (2002: 111) identifica os seguintes períodos de construção das ciências da comunicação no Brasil: a) Desbravamento (1873-1922); b) Pioneirismo (1923-1946); c) Fortalecimento (1947-1963); d) Consolidação (1964-1977); e) Institucionalização (1978-1997).

A importância de cada uma destas componentes num currículo de formação em jornalismo não parece suscitar problemas de maior. As questões surgem em torno das percepções acerca do peso relativo de cada componente, as quais decorrem, como é lógico, do modo de entender a formação de profissionais do jornalismo, dos recursos humanos, tecnológicos e económicos disponíveis e das qualificações existentes.

O desafio das mudanças no campo jornalístico

As anotações assumidamente descritivas que acabo de enunciar permitem criar, ainda que provisoriamente, uma tela de fundo, de onde se recortam diversas questões suscitadas pelo percurso que caracteriza o “caso português” e que merecem explicitação e aprofundamento. De entre elas, destaco as seguintes:

- Seja qual for o tipo de enquadramento institucional para o ensino do jornalismo que se queira considerar (universitário ou politécnico, público ou privado), qual o perfil desejável dos cursos? Que aspectos devem ser tidos em consideração na definição desse perfil?
- Que tipo de relações instituir ou assegurar entre a teoria, a metodologia e a prática?
- Quais as fronteiras do jornalismo? Como equacionar, teórica e empiricamente, a relação do jornalismo e dos jornalistas com os universos substancialmente mais vastos da informação e da comunicação?
- Como compreender e intervir no fosso entre o universo académico e o universo profissional? Neste domínio e partindo do pressuposto de que tal é desejável, como incentivar os contactos e as trocas entre as instituições de formação em serviço e as instituições de formação inicial?
- Que sentido pode ter a formação conjunta de diferentes tipos de profissionais da comunicação e dos *media*? Quais as vantagens e os inconvenientes? Que critérios seguir e que princípios salvaguardar?
- Que condições assegurar para promover a consistência e a qualidade dos cursos de jornalismo, a lógica de cada uma das disciplinas, bem como a coerência entre elas e do curso no seu conjunto?
- Que papel devem ter a sociedade e os cidadãos no acompanhamento e aconselhamento da formação dos profissionais do jornalismo?
- Face às lógicas prevaletentes no mercado de trabalho (polivalência, *infotainment*, esvaziamento do jornalismo de investigação e da reportagem, produção de conteúdos...), devem as escolas e os cursos colocar-se em sintonia com elas ou reforçar a orientação da formação para uma lógica de prestação de um serviço público?
- Que questões novas são suscitadas à profissão e à formação inicial e contínua pela emergência do jornalismo on-line e do webjornalismo e, de um modo mais vasto, pelas tecnologias digitais?
- Qual o estatuto do jornalismo na academia? Que grau de reconhecimento possui? Que tendências se detectam?

- Que requisitos devem ser colocados para a docência de disciplinas especificamente relacionadas com os estudos jornalísticos?
- Que desafios metodológicos particulares enfrentam as disciplinas ligadas aos estudos jornalísticos? Que implicações decorrem da adopção de uma ou outra metodologia (por exemplo, trabalho interactivo, trabalho de projecto, ensino *ex cathedra*)?
- Que processos e mecanismos de validação e avaliação científica e técnica do ensino e da investigação em jornalismo? Que passos dados e a dar ao nível da apresentação de comunicações, da publicação de textos, da troca de informação, dos instrumentos básicos de apoio?

Mais questões e porventura não menos importantes haveria que formular. Deixo estas como pistas para futuros debates, quer no âmbito português (em particular do GT de Jornalismo e Sociedade, da SOPCOM¹⁴) quer no âmbito das trocas e debates com realidades de outros países.

Não considere, no quadro deste texto, a posição daqueles que entendem que não faz sentido existir um curso de formação de nível superior em Jornalismo¹⁵. Embora seja certo que os requisitos para o ingresso na profissão não têm de passar – e em Portugal não passam – nem pela exigência de um diploma em Jornalismo nem por qualquer outro diploma de nível superior, a lógica das coisas tem feito com que um cada vez maior número de novos profissionais seja oriundo dos cursos de comunicação e jornalismo. As relações de proximidade e de interacção que estes cursos possibilitam entre a academia e os contextos profissionais e empresariais fazem crescer significativamente a probabilidade de o recrutamento ocorrer entre diplomados desses cursos. Por outro lado, tem sido crescente o envolvimento de jornalistas seniores na docência em cursos de ciências da comunicação, o que, em alguns casos, pode ter tido o efeito colateral de reduzir as objecções à formação académica em jornalismo.

Porém, mais do que debater se devem existir cursos de jornalismo, parece ser mais produtivo e fecundo debater que requisitos, características e dimensões devem esses cursos reunir, de forma a responderem, em simultâneo, aos padrões científico-pedagógicos de consistência e de rigor, ao papel sociocultural e político do jornalismo na sociedade e às exigências de um contexto empresarial e profissional em acentuada mudança.

Na impossibilidade de abordar o conjunto das questões atrás enunciadas, limitar-me-ei, no âmbito deste texto, a reflectir sobre duas dessas questões. A primeira refere-

¹⁴ Vários destes tópicos foram objecto de reflexão aquando do I Encontro Nacional sobre o Ensino do Jornalismo – a primeira iniciativa do GT de Jornalismo e Sociedade da SOPCOM – organizado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em 17 e 18 de Setembro de 2003.

¹⁵ Já em 1904 Joseph Pulitzer, ao formular o seu sonho de uma escola de formação de jornalistas (que viria a ser a da Universidade de Columbia), interrogava: “Será que o homem que desempenha o papel de crítico e de professor de toda a gente é precisamente aquele que não precisa de ser ensinado?”. A este mesmo propósito, observa João Correia: “Sem quaisquer preocupações de ser acusado de elitismo, parece-me extremamente perigoso entregar uma das mais exigentes profissões intelectuais que se praticam em Portugal ao puro didactismo” (s/d).

-se às transformações que se verificam no campo jornalístico e ao modo como desafiam quantos se ocupam da formação de futuros jornalistas. A outra tem a ver com as interacções da teoria e da prática.

Escrevia Walter Lippmann, há mais de 80 anos, que “numa sociedade em que a opinião pública se tornou decisiva, nada do que é relevante na sua formação pode ser considerado indiferente” (*in* Adam, 2001: 316). A afirmação continua a ser válida hoje, com este dado significativo: o conceito e a realidade empírica da opinião pública complexificaram-se de forma evidente, designadamente através dos factores e dos agentes que concorrem para a sua formação.

A multiplicação dos pontos (e das possibilidades) de produção, edição e disponibilização de informação acessível em linha, frequentemente “desintermediando” e reconfigurando a relação entre as fontes e os públicos, constitui um acontecimento do maior alcance, com profundas incidências no papel do jornalismo e dos jornalistas. É certo que estas tendências comportam riscos e ameaças, decorrentes da proliferação de informação de actualidade de valor e fiabilidade muito variáveis. Mas também é certo que o mesmo fenómeno abre campo à voz de actores e sectores que dificilmente dispunham de vias eficazes de se dirigir ao grande público. Qual o saldo destas tendências de sinal por vezes contraditório é matéria que carece de ser analisada e aprofundada. Mas que nos dá a noção da profundidade e alcance das mudanças que se estão a operar.

Se é verdade, como tem sido observado, que se torna decisivo, nos dias que correm, dotar os cidadãos de competências básicas de análise crítica da informação a que têm acesso, não será esse, por maioria de razão, um desafio que a formação de jornalistas não pode deixar de enfrentar?

Complementarmente: alterando-se de forma radical o volume e a natureza da informação disponível e circulante, com incidências no plano das assimetrias socioculturais relativamente a essa informação, que redefinição operar no lugar e nas formas de agir dos jornalistas? Que redefinição de fronteiras e de relações se torna necessário fazer entre a informação tipicamente jornalística e outros tipos de informação? A resposta segundo a qual ao jornalista compete realizar o papel que sempre teve já não é certamente satisfatória.

Tem havido, por outro lado, quem alerte para a necessidade de repensar o paradigma do jornalismo que serve de referência no seu ensino e que tende a tomar as chamadas *hard news* (política, economia e internacional, sobretudo) como terreno de referência e tendencialmente hegemónico. Nesta perspectiva, o significado das estórias de gente comum, as “estórias de interesse humano”, tenderia a ser recambiado para o terreno do sensacionalismo (Rosenbaum, 2002; Correia, s/d). A dependência e a proximidade dos poderes e do espectáculo que eles tendem a alimentar criam, como reverso da medalha, enormes zonas de nevoeiro e penumbra que o jornalismo de *mainstream* tem dificuldade em romper. Provavelmente, nem tudo aquilo que é etiquetado como informação tablóide, informação *light* ou *infotainment* deveria ser recambiado para o baú das matérias sem interesse aos olhos do jornalismo dito sério. Merece, pelo menos, um pouco de atenção interrogativa a ideia de que os chamados *fait-divers* possam consti-

tuir a ponta de um novelo e a porta de entrada em universos que o chamado grande jornalismo remete apressada e altivamente para a categoria da informação-espectáculo, senão pura e simplesmente para o caixote do lixo.

Sabemos bem que, submetido a uma forte concorrência, o jornalismo dificilmente evita orientar-se para o mercado e pautar os critérios que levam a eleger o que é notícia pelo índice de interesse e agrado que desperta nos destinatários. Mas não distinguir o que é exacerbação dos factos e exploração sensacionalista dos dramas humanos do prospectar de novos universos, actores e problemáticas sociais e culturais pode não ser mais do que atitude preconceituosa e sobranceira e susceptível de redundar num reducionismo empobrecedor.

Analisada do lado da formação em jornalismo, esta questão é susceptível de favorecer posicionamentos de natureza esquizóide e potenciar a clivagem entre o mundo do ensino e a realidade de grande parte das redacções, na medida em que os termos de referência que são objecto de estudo se podem situar desfasados das lógicas, solicitações e constrangimentos que os futuros profissionais acabam por encontrar. Esta orientação “esquizofrénica” pode converter-se, assim, paradoxalmente, num factor de reforço do jornalismo sensacionalista, reduzindo a margem do jornalismo de referência.

Pode, assim, concluir-se que é uma discussão sobre o próprio jornalismo que se torna necessário fazer, quando se pretende reflectir sobre a formação de futuros jornalistas.

A tensão entre a teoria e a prática constitui um tema recorrente na história da formação em jornalismo. E é também, digamos assim, uma tensão inevitável e nunca definitivamente resolvida. O que merece problematização, no caso português, é o fosso que continua a existir – embora talvez mais diluído – entre os académicos e os profissionais. Do lado da academia, proposições do tipo “não há nada mais prático do que uma boa teoria” ou “a teoria é mais importante do que a prática”¹⁶ constituem argumentos que servem, frequentemente, para acentuar a dissociação existente entre as duas esferas. Por outro lado, proposições como aquela que repete que “os cursos de jornalismo são excessivamente teóricos e desfasados do universo profissional”, com a ideia associada de que “a verdadeira escola de jornalismo é a experiência e a tarimba”, constituem o outro extremo que dificulta o desenvolvimento de pontes de comunicação.

Pela minha parte, tendo a considerar que onde verdadeiramente se aprende a praticar jornalismo é, de facto, nos diferentes contextos das redacções e das empresas jornalísticas. Por muito desenvolvida que se encontre, no âmbito dos cursos, a componente laboratorial e a produção de meios jornalísticos “reais”, é muito difícil, embora não de todo impossível, replicar, em contexto de ensino-aprendizagem, as condições de uma redacção profissional, com as condicionantes de natureza editorial e empresarial, de recursos, de ritmos e de *timings*. Por outro lado, nem sequer é garantido que a experiência assim adquirida em trabalho laboratorial possa ser replicada e alargada posteriormente, uma vez no exercício da profissão, dados os diversos contextos e culturas redactoriais e a velocidade e diversificação crescentes dos equipamentos tecnológicos.

¹⁶ Veja-se a crítica deste argumento em Meditsch (1999).

Tal não significa que as componentes práticas e laboratoriais do ensino do jornalismo não sejam fundamentais e não devam ter expressão e estatuto claros nos planos de estudo. Significa, isso sim, que, ao sair da escola ou do curso, o diplomado em jornalismo não é ainda um profissional. As escolas ou cursos de jornalismo não formam profissionais, formam diplomados que, na melhor das hipóteses, reúnem um conjunto de condições, competências e requisitos para eventualmente o virem a ser, enquadrados pelos seus pares e inseridos nas hierarquias das redações. Ora, é justamente nestas condições, competências e requisitos que vale a pena focalizar a nossa reflexão.

Em tal focalização, um problema central a trabalhar teórica e empiricamente é o conceito de notícia e a aprendizagem do que é notícia. A capacidade de identificar o que é notícia não é inata. Pode haver idiossincrasias que favoreçam tais capacidades, a ponto de se falar, por vezes, em “faro” para as notícias. Contudo, para desenvolver a sensibilidade e a compreensão daquilo que é notícia supõe-se capacidade de “ler” e atribuir significado, na multiplicidade de eventos, situações e sinais que se nos oferecem de forma magmática e complexa. Ver o que é notícia em tudo aquilo que se revela não ser o que aparenta exige atenção e argúcia, e capacidade de accionar instrumentos específicos de análise, de comparação e de verificação. Ora é no desenvolvimento destas capacidades e competências que o ensino do jornalismo pode ter um contributo decisivo. “Quem escreve sobre o mundo tem que lançar sobre ele um olhar cada vez mais avisado” (J. Correia, s/d). E esse “olhar avisado” provém necessariamente de um vasto leque de domínios do saber que concorrem para o seu aprofundamento e sofisticação. Como salientava, não há muito tempo, Carlos Chaparro (1999), “a exigência comum em todos os segmentos é a de jornalistas pensantes, criativos, com boa formação intelectual, domínio de pelo menos duas línguas e com aptidões multimédia”.

Interacção teoria-prática

Perante fenómenos como o crescimento da informação, o desenvolvimento de sistemas complexos e interdependentes, a emergência de novas problemáticas e a velocidade crescente das inovações, em especial as tecnológicas, a aquisição de instrumentos e dispositivos teórico-metodológicos transponíveis, adaptáveis a novas circunstâncias e a novos contextos torna-se um requisito imprescindível. Também por isso, se revela pertinente interrogar a distinção que é habitualmente feita, no mundo académico e fora dele, entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas. Na verdade, esse modo de conceber, categorizar e organizar o currículo pode conduzir, já no plano da formação, a uma cisão entre dois universos que ganhariam em ser assumidos como momentos de um *continuum* e como polaridades de um jogo sempre inacabado. Tal separação, traduzida no perfil dos mestres, pode dificultar o desenvolvimento de processos reflexivos e problematizadores no âmbito das ditas “práticas” e, ao mesmo tempo, comprometer o sentido e pertinência das ditas disciplinas “teóricas”. Assim, observa a este propósito o investigador brasileiro Eduardo Meditsch, “a parte prática não se desenvolve, fica condenada a ser uma prática burra, e a teoria, por sua vez, reproduz-se indefinidamente sem rumo e sem capacidade de agir sobre a realidade”.

Este modo de ver e colocar o problema não anula a pertinência de componentes mais teóricas e de componentes mais práticas, nem sequer põe em causa a possibilidade de modelos de cursos mais marcados por uma orientação profissionalizante ou mais centrados numa vocação problematizadora. Exige, isso sim, que qualquer que seja o cenário e a natureza da formação, teoria e prática não sejam pensadas como áreas estanques e que académicos e práticos que leccionam essas áreas promovam e desenvolvam modalidades sistemáticas de interacção.

Sustento, assim, que se torna necessário trabalhar uma perspectiva ecuménica abrangente da formação em jornalismo¹⁷. Mas não uma formação ecléctica. Não um somatório, mas um concerto de dimensões, em que os vários naipes – filosofia, sociologia, cultura, política, linguagem, comunicação, tecnologia, estudos jornalísticos – encontrem modo de se articularem entre si. Não se trata apenas de proporcionar aos estudantes um “enquadramento” ou uma “fundamentação teórica” para as práticas, mas de criar as condições para compreender e surpreender o modo como o jornalismo “participa no processo de produção e de circulação de sentido nas nossas sociedades” e, por essa via, representa “uma parcela de um muito mais vasto processo de comunicação na vida social” (Skinner *et al.*, 2001: 342).

O reconhecimento, selecção, elaboração e apresentação das notícias; as matérias que são objecto de representação (e – fundamental – as muitas mais que são remetidas para o limbo do “não dito”); os contextos institucionais e profissionais; os quadros normativos e culturais que servem de referência ao jornalismo; os modos socialmente diferenciados como o *output* jornalístico é recebido, significado e apropriado pelos diferentes actores e grupos sociais – tudo isto está longe de ser matéria simples, impossível de reduzir a uma lógica de “certo” ou errado. Tudo isto, em suma, supõe estudo aturado, pesquisa e reflexão individual, a fim de atenuar, tanto quanto possível, as permanentes ameaças da ignorância, enviesamento, ingenuidade e superficialidade. É também aqui que se pode encontrar alguma da razão de ser para que a formação superior da maioria dos candidatos à profissão se faça em jornalismo e *media*.

Neste sentido, não vejo que seja determinante que a formação académica ocorra no ensino público ou no privado, no universitário ou no politécnico. O que é decisivo é a solidez científico-pedagógica do ensino, a constituição de equipas que interagem no seu seio e que capitalizam e constroem conhecimento e memória, tendo presente a relevância do jornalismo para a sociedade e para o sistema democrático. Ora, como alertou Mitchell Stephens, professor de Jornalismo na New York University, isto quer dizer que, para o trabalho de exploração de novos modos de fazer jornalismo e de ser jornalista, “precisaremos de novos programas” mas também “precisaremos de novos professores” (Stephens, 2000).

Para voltar ao caso da Columbia Graduate School of Journalism, com que iniciámos este texto, o que vale a pena perguntarmo-nos é “se temos em mente um entendimento alargado daquilo que deve ser o currículo de uma escola de jornalismo”. E, para

¹⁷ Skinner *et al.* (2001) chamam-lhe “abordagem holística”, segundo a qual o jornalismo seria “uma prática institucional de representação com as suas próprias condições de existência históricas, políticas, económicas e culturais”.

que tal ocorra, necessário se torna trazer o público, a sociedade que o jornalismo serve, para o centro dos debates. Esse foi um dos méritos da decisão de Bollinger, ao tomar as medidas que tomou. Tornou o debate público, ou seja, tornou o ensino do jornalismo matéria de algum modo sujeito ao escrutínio público, um ponto que considero especialmente relevante.

Questões programáticas

Poderemos evoluir do ponto em que nos encontramos se, como comunidade científica interessada em tornar o ensino e a prática do jornalismo mais pertinentes, formos capazes de definir linhas de acção e de as pôr em prática. O meu contributo para essas linhas realça a necessidade de um maior conhecimento da nossa realidade, a definição de termos de aferição das várias experiências, a maior interacção dos mundos profissional e académico e um confronto mais intenso e estratégico com o panorama internacional. Nesta linha, entendo serem de destacar os seguintes aspectos:

- definição de parâmetros mínimos para a existência e funcionamento de cursos de formação em jornalismo, quer ao nível das graduações quer das pós-graduações;
- constituição de linhas de investigação centradas na formação em jornalismo, nomeadamente sobre a sua história, as estruturas curriculares, os métodos, os conteúdos, os recursos, a interacção com a sociedade;
- criação de modalidades de encontro e circulação nos dois sentidos, entre as instituições de formação e as redacções e empresas jornalísticas, envolvendo, de um lado, estudantes, professores e técnicos de apoio e, do outro lado, profissionais do jornalismo, responsáveis editoriais e gestores;
- desenvolvimento dos contactos internacionais, em particular com os países lusófonos e a Espanha, em ordem à troca de experiências, à aprendizagem com quem tem uma experiência mais longa e ao desenvolvimento de estudos comparativos;
- estudo de processos exigentes e rigorosos de reconhecimento do saber adquirido fora do quadro do ensino formal, no espírito da Declaração de Bolonha;
- constituição de instrumentos de referência, tais como base de dados sobre quem são os docentes e investigadores em jornalismo, os cursos, os centros e projectos de investigação, bibliografia dos estudos jornalísticos produzidos em Portugal e bibliografia básica para o ensino do jornalismo.

Referências bibliográficas

- Adam, C. S. (2001). 'The Education of Journalists' in *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, vol. 2 (3), Dezembro.
- Chaparro, C. (1999). 'Cada vez mais perto das fontes e da internet', in *O Ribatejo*, 3 de Junho.
- Correia, F. (1995). *Contributo para o Estudo do Ensino de Jornalismo em Portugal*, Lisboa (fotocopiado).
- Correia, J. (s/d). *Algumas Reflexões sobre a Importância da Formação Universitária dos Jornalistas*, BOCC, www.bocc.ubi.pt (acedido em 28 de Setembro de 2002).

- Kirtz, B. (2002). 'Don't Academize Columbia J-School'. *Editor & Publisher Online*, 20 de Agosto.
- Marques de Melo, J. (2002). 'Para uma história das ciências da comunicação no Brasil' in *Actas do I Congresso da SOPCOM*, Lisboa: Editorial Vega
- Meditsch, E. (1999). *Crescer para os Lados ou Crescer para Cima: O Dilema Histórico no Campo Académico do Jornalismo*, Comunicação apresentada no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 7-8 de Setembro. Disponível em: www.ufsc.br/bancodedados/medistch-dilema.html (acedido em 20 de Setembro de 2002).
- Mesquita, M.; Ponte, C. (1996-1997). *Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo*, Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- Mesquita, M. (1995) 'Comunicação e Jornalismo (I): Milagre da Multiplicação dos Cursos' in *Diário de Notícias*, 5 de Janeiro.
- Pinto, M. Sousa, H. (2003). 'Journalism Education at Universities and Journalism Schools in Portugal' in Frohlich, R. & Holtz-Bacha, C. (eds.) (2003). *Journalism Education in Europe and North America, an International Comparison*, Hampton Press.
- Skinner, D.; Gasher, M.; Compton, J. (2001). 'Putting Theory to Practice – a Critical Approach to Journalism Studies' in *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, vol.2 (3), Dezembro, pp. 341-360.
- Stephens, M. (2000). 'A J-School Manifesto' in *Columbia Journalism Review*, Set./Out. 2000.
- Rosenbaum, R. (2002). 'Columbia's J-School Needs to Consider Trollopian Retooling' in *The New York Observer*, 26 de Agosto.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*, Coleção "O que é", Lisboa: Quimera.
- Varadajan, T. (2002). 'Who Needs Dr.J.? Columbia's President Right to Call for Journalism-School Reform' in *The Wall Street Journal*, 26 de Julho.

Resumo

Quais as linhas que devem orientar hoje a formação em jornalismo, considerando as profundas mudanças que vêm ocorrendo no plano económico, político e cultural? Tendo por base o contexto histórico português, este texto procura analisar os desafios com que se confronta a formação em jornalismo em Portugal, dando especial ênfase às relações entre a teoria e a prática e propondo algumas linhas de acção dirigidas à comunidade científica e académica mais envolvida na formação em jornalismo e nos estudos jornalísticos.

Abstract

Which guidelines may prevail in journalism education, in the framework of the huge economic, political and cultural changes in recent times? Taking into account the Portuguese historic context, this paper analyzes the challenges faced by journalism education in Portugal, emphasizing the relationships between theory and practice. It also makes some propositions to scientific and academic community involved in journalism education and journalism studies.

Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança

Joaquim Fidalgo*

Em meados do ano de 2002, iniciou-se em Portugal, no âmbito do Sindicato dos Jornalistas, o processo de constituição de um novo núcleo: o Núcleo Sindical dos Jornalistas “On-line”. Explicando a sua necessidade face a novas realidades do universo mediático, um dos promotores da iniciativa alertava para a falta de legislação específica neste domínio e dizia assim: “Não existe nada que permita regular o sector, ao nível, por exemplo, do direito de resposta ou da *distinção entre produto jornalístico e produto promocional*” [itálico meu]¹. O mesmo jornalista insistia que “*a definição do que é um trabalho jornalístico* no âmbito de uma actividade ‘on-line’ é mesmo fundamental para a credibilização do jornalismo digital”, deixando subentender a particular dificuldade da tarefa face à “*diversidade de funções* exercidas pelos profissionais empregues em órgãos de comunicação social digitais”² [itálicos meus].

Este é, afinal, apenas mais um exemplo – particularmente visível e particularmente actual, não só em Portugal como noutras latitudes – de como à tentativa de resolução de velhas interrogações sobre a identidade dos jornalistas e a especificidade da sua função (Albert, 1970; Delporte, 1999; Mathien, 1995; Neveu, 2001; Ruellan, 1997; Traquina, 2002) se acrescentam, hoje, novos dilemas, novas indefinições e novos desafios. Ou, no mínimo, se reforçam as dúvidas e ambiguidades que, de algum modo, sempre foram marcando a tentativa de construção de um espaço profissional autónomo e claramente delimitado por parte dos jornalistas, seja no plano geral da sua relação com a sociedade, seja no domínio específico da comunicação.

Acresce que esta não é uma questão que possa reduzir-se a uma espécie de reivindicação corporativa ou à vaidade de afirmação de uma especificidade e de um “saber exclusivo” – com o que tal significaria de utilidade, para não dizer de carácter até imprescindível ou mesmo insubstituível da profissão de jornalista. Esta indefinição persistente, esta mistura de papéis, esta diluição de fronteiras entre ofícios no campo da comunicação (a que parece corresponder também uma diluição, ou uma confu-

* Jornalista, ex-Provedor do Leitor do jornal *Público*, professor convidado no Departamento de Ciências da Comunicação/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (jfidalgo@ics.uminho.pt).

¹ Ver “Precariedade dos jornalistas ‘on-line’ aumenta em Portugal”, in *Público*, ed. 29 de Agosto de 2002, p. 33.

² *Ibidem*.

são, das responsabilidades específicas de cada um) têm repercussões que extravasam o âmbito individual e colectivo dos jornalistas, afectando o modo como o seu trabalho é visto e recebido pela sociedade a que se destina. Afectando, portanto, o papel da informação (e a sua percepção) na esfera pública.

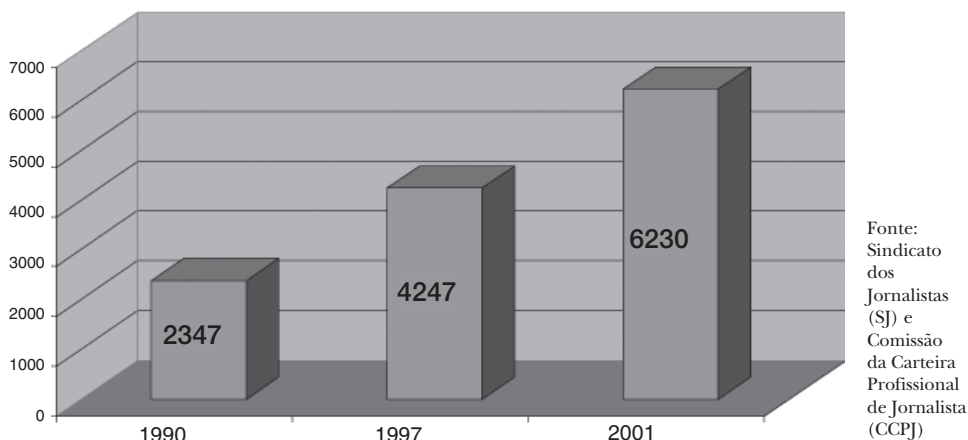
A uma *crise de legitimidade* e a uma *crise de identidade* que são recorrentes na reflexão que os jornalistas fazem sobre si próprios soma-se, assim, uma *crise de credibilidade* e de *confiança* que é patente no modo cada vez mais céptico como os cidadãos encaram e digerem a informação que recebem, bem como o modo como classificam (ou julgam) os actores mais visíveis do processo informativo. Uma sondagem realizada em 2002 pela BBC para avaliar quais as profissões mais e menos respeitadas pelo público britânico colocava os jornalistas num desconfortável 88.º lugar (a lista tinha 92 profissões), apenas à frente de advogados, ministros, agentes imobiliários e deputados³. Não deixa de ser curioso notar que os jornalistas são colocados, em termos de respeito público, ao nível (tradicionalmente bastante baixo) dos políticos, e muito longe dos profissionais que prestam serviços mais palpáveis à comunidade, como os médicos, os enfermeiros, os professores ou os bombeiros – as profissões que ocupavam os primeiros lugares nesta sondagem da BBC...

Passemos em revista, rapidamente, alguns dados sobre a evolução recente deste grupo profissional em Portugal.

1. Os jornalistas são cada vez mais

Embora as tendências mais recentes apontem para uma clara recessão no mercado de trabalho dos jornalistas, as últimas duas décadas revelaram uma forte taxa de crescimento quanto ao número de profissionais em Portugal (*ver* Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução do número total de jornalistas



³ Ver *The Guardian*, edição de 29 de Maio de 2002 (consultada a versão “on-line”).

Em vinte anos, quase triplicou o número de jornalistas profissionais em funções activas, tendo os dois últimos grandes momentos de expansão deste mercado sido o início de funcionamento dos canais privados de televisão (1992) e o desenvolvimento de edições electrónicas dos jornais (processo iniciado em 1995 pelo *Jornal de Notícias* e pelo *Público*), cada vez mais autonomizadas deles e alargando o seu raio de acção a novos serviços informativos.

O número de 6 230 profissionais em actividade no país, referido ao biénio 2000-01, inclui apenas os titulares de carteira profissional de jornalista (5 794) e os titulares de título provisório de jornalista estagiário (436). Se lhes acrescentarmos os detentores de outro tipo de títulos igualmente certificados pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) – equiparados a jornalistas (289), correspondentes locais (6), correspondentes estrangeiros (50), colaboradores regionais (107), colaboradores especializados (11), colaboradores nas comunidades portuguesas (4) –, o número global sobe para 6 697.

Naturalmente, haveria ainda a considerar, para um levantamento mais rigoroso da quantidade de pessoas envolvidas na área informativa dos meios de Comunicação Social, uma cifra razoável (mas não contabilizada, e dificilmente contabilizável, por razões óbvias) de colaboradores em “full” ou “part-time” que, sem preencherem os requisitos de acesso a um título profissional ou sem se preocuparem em o obter, asseguram o funcionamento de muitos jornais e rádios de âmbito local ou regional.

Há indícios vários de que esta tendência expansionista já entrou em desaceleração, senão mesmo em regressão. Ao longo dos dois últimos anos (2002 e 2003), sucederam-se as notícias sobre reduções de pessoal nas redacções de muitos órgãos de comunicação bem conhecidos (*Público*, *Diário de Notícias*, *Expresso*, *Jornal de Notícias*, TSF, RTP, SIC), alguns deles com inquestionável solidez económico-financeira e até com lucros declarados nos últimos anos. Por um lado, a retracção da publicidade já verificada em 2001 e continuada em 2002, sem grandes perspectivas de retoma, afectou a rentabilidade das empresas – convém não esquecer que, num mercado tão exíguo como o português, em que as tiragens dos maiores jornais só excepcionalmente atingem a cifra dos cem mil exemplares⁴, é percentualmente muito elevada a dependência das receitas publicitárias. Por outro lado, as extensões electrónicas dos *media* tradicionais (sejam os da imprensa escrita, sejam os da televisão) estão claramente em retracção, depois do grande entusiasmo dos primeiros passos, pois permanecem adiadas (porventura *sine die*) as perspectivas de rentabilização de um serviço que, embora cada vez mais utilizado pelos portugueses, continua a ser distribuído gratuitamente em grande parte dos casos e a não atrair publicidade que pague sequer os investimentos em tecnologia ou em pessoal.

⁴ Os dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragens (APCT) relativos ao primeiro semestre de 2003 confirmam que apenas dois diários superam os cem mil exemplares de circulação paga: o *Correio da Manhã* (média de 109 758 exemplares) e o *Jornal de Notícias* (105 496). Quanto aos semanários de informação geral, no mesmo período, apenas dois títulos ultrapassam aquela cifra: o *Expresso* (média de 136 670 exemplares) e a *Visão* (107 084).

2. Há cada vez mais mulheres jornalistas

No que toca à distribuição por género, é patente uma presença cada vez mais forte das mulheres no universo do jornalismo profissional em Portugal. Se o número de jornalistas homens pouco mais que duplicou entre 1990 e 2001 (de 1 772 para 3 867), o de jornalistas mulheres quase quadruplicou (de 602 para 2 363), aproximando-as em termos percentuais: eram 25,4 por cento do total há 20 anos, constituem hoje 38 por cento do universo dos jornalistas (*ver* Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentagem de jornalistas por género



Esta tendência é particularmente visível, como se imaginaria, nos escalões mais jovens da profissão. De entre os titulares de carteira profissional com menos de 30 anos, o número de mulheres é já mais elevado do que o de homens (798 contra 649); a mesma realidade se verifica nos detentores de título provisório de jornalista estagiário, onde existem 222 mulheres e 214 homens.

Questão diferente será saber até que ponto estas alterações *quantitativas* (que deverão prosseguir e até reforçar-se, a avaliar pela esmagadora preponderância do género feminino entre os estudantes de cursos das áreas da Comunicação nas escolas portuguesas) significam também alguma alteração *qualitativa*, alargando o leque de perspectivas e pontos de vista na abordagem dos acontecimentos (Rieffel, 2001), e com isso enriquecendo o panorama de um espaço público tradicionalmente muito marcado pela preponderância do “masculino”. Um dado parece claro: a entrada de mais mulheres na profissão não tem tido uma correspondência proporcional (talvez por se tratar de um processo ainda recente, mas talvez não só...) na ocupação de *cargos de chefia*, onde os homens ainda são a regra. Uma amostra disso mesmo pode verificar-se na distribuição dos jornalistas por género no conjunto de três dos mais importantes diários portu-

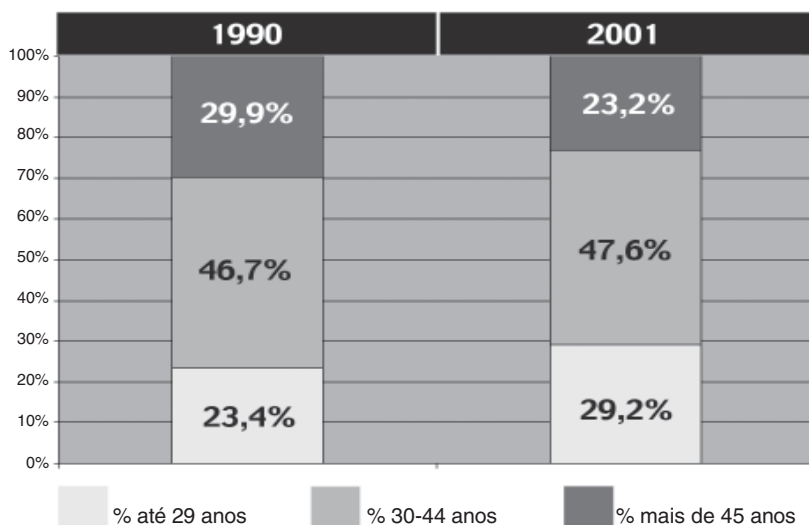
ses: *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Público* – cujas equipas directivas são, aliás, constituídas exclusivamente por homens. Dados por mim recolhidos em 2001, no âmbito de um outro trabalho de pesquisa, revelavam que, no conjunto das três redacções daqueles diários, havia 64 por cento de jornalistas do género masculino e 36 por cento do género feminino. No entanto, olhando apenas para as posições de chefia, veríamos que 84 por cento dos cargos eram ocupados por jornalistas-homens, enquanto apenas 16 por cento eram ocupados por jornalistas-mulheres.

3. Há cada vez mais jovens jornalistas

Acompanhando esta tendência de maior “feminização” do grupo profissional dos jornalistas portugueses, também a pirâmide etária tem evoluído no sentido de uma notória “juvenilização”. O número de jornalistas com idade inferior a 30 anos mais do que triplicou entre 1990 e 2001 (de 556 para 1 818 profissionais), enquanto o grupo dos mais velhos, com idade acima dos 45 anos, apenas duplicou (de 709 para 1 443 profissionais). Como resultado, a presença percentual dos escalões mais jovens no universo do grupo profissional reforçou-se claramente: em 20 anos, passou de 23,4 por cento para 29,2 por cento do total (ver Gráfico 3).

Olhando em pormenor para os dados relativos a 2001, verificamos que o subgrupo etário mais numeroso é o dos jornalistas com idade entre os 26 e os 30 anos – 1 504 profissionais –, logo seguido do subgrupo com idades entre os 31 e os 35 anos – 1 369 profissionais – e do subgrupo com idades entre os 36 e os 40 anos – 1 001 profissionais. É, portanto, uma profissão marcadamente jovem, sobretudo como resultado da sua forte expansão em anos muito recentes.

Gráfico 3 – Percentagem de jornalistas por níveis etários



Fonte:
Sindicato
dos
Jornalistas
(SJ) e
Comissão
da Carteira
Profissional
de Jornalista
(CCPJ)

É legítimo admitir que esta tendência trouxe alguma frescura e novas sensibilidades (quer temáticas, quer formais) a uma profissão frequentemente olhada como envelhecida, instalada e até sorumbática. Não obstante, tratando-se de um ofício onde os “*saberes de acção*” (Barbier, 1996) têm uma importância muito particular e onde o acumular de experiência em contacto directo com a cultura profissional do grupo é especialmente relevante para a formação dos jornalistas, a presença de muitos jovens nas redacções também tem criado novos problemas.

Sabendo-se, como se sabe, que há uma curiosa tendência para entregar aos mais jovens a maioria dos trabalhos “*de campo*” (sobretudo a reportagem), ficando-se os mais experientes pelo trabalho de retaguarda, sentados à secretária, somos por vezes confrontados com importantes insuficiências profissionais – das quais serão, talvez, menos culpados os jovens jornalistas que tentam dar o seu melhor em situações complexas, e mais os velhos chefes que lhes faltam no imprescindível enquadramento. Por exemplo, “aguentar” um directo em televisão durante minutos e minutos, em cenários por vezes de grande complexidade informativa e de grande impacto emocional (como são acidentes graves, catástrofes naturais, tragédias envolvendo mortos e feridos), não é fácil para qualquer jornalista, e muito menos para quem tenha acabado de chegar ao *métier*. Ora, em Portugal, com muita frequência são os mais jovens que são lançados para estes tremendos desafios, quando seria da mais elementar prudência reservá-los para profissionais experientes.

Por outro lado, uma certa mitificação de uma maneira “jovem” e “inovadora” de estar no jornalismo, tendo embora inegáveis virtualidades, acaba por conduzir a projectos de grande fragilidade quando não é temperado com algum alicerce de experiência e calo profissional. As experiências ainda recentes, em Portugal, de duas pequenas estações de televisão por cabo muito “modernas” e muito “jovens” – uma (o CNL – Canal de Notícias de Lisboa) totalmente falhada e entretanto reconvertida, outra (a NTV – Televisão do Norte) quase morta à nascença mas agora em recuperação, depois de reorientado o projecto primitivo – aí estão para o mostrar e para, de algum modo, nos deixar o alerta.

4. Há cada vez mais jornalistas com formação académica específica

Num inquérito que fiz, em 2001, nas redacções de três dos principais diários portugueses (*Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Público*), e com base numa amostra correspondente a mais de metade dos seus jornalistas⁵, pude constatar que cerca de 50 por cento deles referiam ter alguma formação académica específica nos domínios das Ciências da Comunicação, mesmo que em diversos casos se tratasse de cursos incompletos. Para um país com uma tradição recentíssima no que toca à criação de cursos superiores de Comunicação e de Jornalismo⁶, é uma percentagem muito elevada e até surpreen-

⁵ Foram recebidas 252 respostas, num total de 457 inquéritos enviados, o que significa uma taxa de respostas da ordem dos 55 por cento. O inquérito abordava matérias relacionadas com o Provedor do Leitor mas foi aproveitado também para recolher alguns elementos que permitam caracterizar melhor, a partir de uma amostra significativa, os jornalistas portugueses na actualidade.

⁶ O primeiro destes cursos foi criado apenas em 1978, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e a maioria dos restantes surgiu nos últimos 20 anos.

dente – independentemente de dever ressaltar-se que estes dados correspondem a uma amostra, logo falível, e se reportam apenas a três jornais portugueses (dois quais dois diários claramente “de referência”) que talvez não devam tomar-se como a imagem média da Comunicação Social portuguesa actual.

O certo é que, embora continue a não ser exigido qualquer diploma de estudos superiores em domínios das Ciências da Comunicação para aceder à carreira profissional de jornalista, nos anos mais recentes pode dizer-se que a quase totalidade de novos jornalistas tem sido recrutada entre os diplomados do sector⁷. Sucede isto, na prática, por aquilo a que chamaria *mecanismos informais* de selecção e recrutamento.

Excluindo casos pontuais de lançamento de novos órgãos de comunicação, em que se procede a concursos públicos para a contratação de novos (ou candidatos a) jornalistas, as contratações actualmente feitas pelos *media* decorrem quase sempre de estágios profissionalizantes. Muitos órgãos de comunicação portugueses recebem, regularmente, licenciados ou finalistas de cursos superiores de Jornalismo ou Comunicação Social, seja por força de protocolos firmados com as escolas – tendo em vista a concessão de um estágio curricular, considerado parte do curso –, seja por sua livre iniciativa. Há mesmo, aqui e ali, algumas queixas de aproveitamento excessivo, por parte de alguns *media*, de levadas sucessivas de estagiários, que se vão menos formando e mais usando como mão-de-obra gratuita durante três ou seis meses, com garantia de uma permanente renovação, tal a pressão da procura...

Na prática, os jornais, rádios e televisões acabam por testar os estagiários que recebem e, quando precisam de alargar os seus quadros, recorrem naturalmente a jovens candidatos à profissão que eles já conheceram, que já integraram na cultura específica do seu projecto editorial e de que podem seleccionar os melhores. Assim, por este mecanismo do estágio, as novas contratações acabam por ser feitas (com evidentes vantagens para os *media*) quase exclusivamente entre licenciados da especialidade. A lei não obriga a tal em Portugal – e será difícil que lá chegue nos tempos mais próximos, dada a insistência do grupo profissional dos jornalistas nas vantagens de manter o carácter *aberto* desta profissão –, mas as condições concretas e o costume generalizado acabam por conduzir a esse resultado. Daí que, entre os jovens jornalistas portugueses, hoje praticamente não se encontre um só que não tenha feito estudos superiores nesta área.

5. Há cada vez melhor jornalismo?

Descrita rapidamente a situação, em termos de alguns novos ventos que sopram na configuração concreta deste grupo profissional em Portugal, seria então de fazer a pergunta óbvia:

Há hoje mais jornalistas, há mais jornalistas jovens, há um grupo profissional mais equilibrado em termos de género, há mais jornalistas (novos e velhos) com formação científica especializada de nível superior – e disso decorre, então, que há *melhores jornalistas*, que há *melhor jornalismo*?

⁷ E há centenas de novos diplomados em cada ano, pois só no ensino público (universitário e politécnico) entram anualmente, nos cursos mais directamente ligados à Comunicação Social e ao Jornalismo, cerca de mil alunos.

A resposta, naturalmente, não é fácil.

Desde logo, não deve esquecer-se que a qualidade do jornalismo que se faz depende de condições inerentes aos jornalistas, mas depende tanto ou mais de condições que lhes são exteriores – as do contexto empresarial em que a actividade é exercida, as do sistema mediático com as suas lógicas particulares, as do mercado, as do todo social. E se podemos dizer que, hoje em dia, às redacções chegam jovens profissionais mais bem preparados em termos culturais, científicos e técnicos, não é menos verdade que os espera um terreno mais movediço do que outrora, mais indefinido, mais volúvel, mais precário, mas simultaneamente mais pressionante, mais competitivo, mais exigente.

As mudanças e os desafios mais salientes situam-se em múltiplos domínios, de que salientaria quatro: a tecnologia, a empresa jornalística, o mercado (mercado em geral e mercado dos *media* em particular) e o grupo profissional dos jornalistas.

a) A tecnologia

Os desenvolvimentos tecnológicos da última década (digital, Internet, acessibilidade e facilidade de comunicações, portabilidade de equipamentos, convergência e integração de suportes comunicativos), ao mesmo tempo que abriram muitas e novas possibilidades ao trabalho dos jornalistas, também redefiniram as suas competências profissionais (Neveu, 2001) e diluíram o seu papel como elemento imprescindível no fluxo de informação entre as fontes primárias e os cidadãos. Desapareceram muitos dos constrangimentos de *espaço* e de *tempo* que implicavam obrigatoriamente a existência de mediadores especializados para nos irem contando o que se passa no mundo: hoje proliferam muitos outros mediadores que nada têm a ver com o jornalismo e, em não poucas circunstâncias, é possível aceder directamente à informação em bruto, sem quaisquer mediações.

Mesmo no campo da informação mediatizada, a sacralização do *directo* televisivo, enroupado na ilusão de que é possível, enfim, mostrar a realidade tal qual ela é sem passar por supostos filtros deformantes, acentuou as dúvidas sobre a relevância do jornalismo – ou, para sermos mais precisos, de um certo tipo de jornalismo. Dito de outro modo, reforçou a urgência de se repensar o exercício desta actividade no novo contexto global, provavelmente redefinindo-se o seu papel e descobrindo-se fórmulas mais eficazes de cumprir a finalidade essencial do jornalismo: não tanto a transmissão de informação mas a “transformação da informação em conhecimento” (Aguinaga, 2001), ou o “dar sentido ao mundo que nos rodeia” (Delforce, 1996: 18), com o que isso significa de investigação, de elaboração, de contextualização, de interpretação.

b) A empresa

Desenvolvido num contexto empresarial e submetido aos seus naturais constrangimentos económicos, organizacionais e laborais, o jornalismo que hoje se faz, ou que se pode fazer, sofre das contingências de um tecido particularmente frágil como é o português neste domínio. Apesar dos significativos movimentos de concentração das empresas de *media* em grupos económicos mais fortes, nos últimos anos (Fidalgo, 2000), o sector continua globalmente muito precário. Há um claro problema de escala, dada a exiguidade do mercado (quer de consumo de *media*, quer de angariação de publicidade), que faz

com que uma estrutura mínima de custos fixos, abaixo da qual não é possível descer – sobretudo no que toca à quantidade de jornalistas necessários para constituir uma redação aceitável –, só muito dificilmente seja compensada pelas receitas expectáveis. Assim, a rentabilidade das empresas portuguesas de *media* acaba sempre por ser muito baixa, ou até negativa em grande parte das situações.

Quando, como sucede no presente, a conjuntura económica pende mais para a recessão do que para a expansão, as “luzes vermelhas” acendem-se de imediato e os despedimentos de jornalistas são a primeira má notícia. Esta precariedade laboral tem, naturalmente, as suas repercussões no exercício profissional, sobretudo nos elos mais frágeis da cadeia produtiva, como são os jovens ou os colaboradores em busca de um emprego estável.

Simultaneamente, crescem as pressões para uma maior produtividade dos jornalistas, seja pondo a tónica mais na quantidade e menos na qualidade da sua produção, seja forçando a utilização gratuita do seu trabalho noutros suportes detidos pelo mesmo grupo, seja obrigando ao alargamento da sua actividade para esferas que pouco têm a ver com o jornalismo e sim com o marketing, com a propaganda, com a promoção comercial, com a infra-estrutura técnica. Esta confusão de papéis, este deliberado esbatimento de fronteiras entre a actividade informativa e os ofícios promocionais, tem repercussões no modo como o público percebe o trabalho dos jornalistas, aumentando as suas suspeitas sobre aquilo que está a receber e quais as reais motivações que lhe subjazem e reforçando, assim, a crise de credibilidade e de confiança a que aludia no início.

c) O mercado dos *media*

Não é, decerto, exclusiva de Portugal a tendência cada vez mais intensa para olhar e tratar a notícia como mercadoria (Traquina, 2002) – e mercadoria à venda num mercado fortemente concorrencial. De par com esta, e ajudando em alguma medida a compreendê-la, verifica-se outra tendência: a de um grande seguidismo da generalidade dos meios de Comunicação Social relativamente à televisão e às suas lógicas particulares, onde têm lugar de destaque a componente de espectáculo, o predomínio da imagem, a proximidade das emoções das pessoas comuns, o tratamento ligeiro dos assuntos, a passagem rápida ao tema seguinte, as “variedades”, em todos os sentidos. Alastra este peculiar “mimetismo mediático” (Ramonet, 1999: 20) que torna os jornais cada vez mais iguais entre si, e todos cada vez mais parecidos com a omnipresente televisão, rapidamente convertida numa espécie de “modelo” (*ibid.* 27) para se avaliar não só o que é ou não é notícia, mas também *de que modo* deve ser abordado o sucedido para ser notícia.

A perversidade deste circuito fechado acaba por ser ainda maior quando se sabe que a informação televisiva, pelo menos no caso português, é cada vez mais subsidiária das puras lógicas do entretenimento e de boa dose de sensacionalismo (*hard* ou *soft*, pouco interessa para o caso), pois a enorme competição pelo escasso bolo publicitário coloca as estações de televisão numa total e absoluta dependência da conquista de audiências. É a tabloidização a infiltrar-se em toda a cena mediática, ainda que com graus diversos.

Neste pano de fundo, um dos patrimónios mais característicos da profissão jornalística e dos mais sensíveis para a assunção das suas responsabilidades no tecido social – o de “valores-notícia” sérios, exigentes e autónomos, como critérios para a

selecção e desenvolvimento da matéria informativa considerada mais útil e necessária aos cidadãos – acaba por ser subvertido por uma multiplicidade de solicitações e motivações que pouco ou nada têm a ver com jornalismo. Os jornalistas portugueses queixam-se frequentemente de serem empurrados para essas opções mais “comerciais” do que “editoriais” por quem detém o poder nas empresas ou nos *media*, e de não terem condições de se lhes opor, mesmo quando eventualmente discordam, dadas as fragilidades do sector e a precariedade laboral a que atrás aludi. Sem pôr em causa o argumento, infelizmente muito respeitável, também arriscaria dizer que por vezes o jornalista desiste e aceita demasiado depressa o que vai por tais caminhos, desvalorizando as “áreas de decisão própria” que apesar de tudo tem (Mesquita, 2002: 26), ou cedendo a protagonismos individuais e a fórmulas de sucesso fácil que cativam alguns. A ténue fluidez da sua identidade profissional, que vem de sempre mas que as novas condições do mercado acentuam, ajuda a isso.

d) O grupo profissional

Atravessado por ambiguidades e dualidades (Rieffel, 2001; Ruellan, 1994), situado numa tensão permanente entre pólos opostos que o reclamam – entre o profissional liberal de consciência e o trabalhador assalariado de facto, entre o criador e o técnico, entre o intelectual e o operário, entre o informador e o propagandista, entre o generalista e o especialista, entre o responsável por um autêntico serviço público e o produtor/formatador de uma simples mercadoria vendável, entre o feérico *show man* e o discreto mediador –, o jornalista continua este já longo (embora historicamente ainda breve) caminho na procura de uma melhor definição da sua especificidade, das fronteiras da sua missão própria, dos conhecimentos e competências particulares que lhe são necessários, dos meios mais adequados para atingir os fins que se propõe, e, enfim, de um certo bem-estar consigo mesmo e com o público a quem serve. Ou seja, uma melhor definição da sua identidade, hoje questionada por desafios que, aparentemente, ainda mais desagregam este colectivo profissional do que o congregam.

Tradicionalmente pouco mobilizáveis para reflexões ou acções colectivas, a não ser em alturas de crise evidente, e reconhecendo-se porventura pouco em alguns dos tradicionais instrumentos de representação (como os sindicatos, excessivamente fixados nas questões de índole laboral e contratual estritas, quando não apegados a visões corporativas que os fecham sobre o seu umbigo), os jornalistas portugueses têm sabido lamentar-se muito, desculpar-se bastante, autoflagelar-se quanto baste, mas pouco mais. A este propósito, os movimentos de aproximação que começam a despontar entre o mundo profissional e o mundo académico que estuda estas matérias podem ser um estimulante caminho de análise mais aprofundada dos actuais problemas da profissão, da sua maior abertura à sociedade e da procura de caminhos de renovação. Outros poderão passar por:

- uma mais sistemática e adequada formação profissional, tanto de base como contínua, tanto teórica como prática, tanto nas escolas como nos *media*, tanto nas especialidades directamente ligadas às Ciências da Comunicação e ao Jornalismo como em áreas que permitam uma mais vasta cultura geral e uma melhor

compreensão do mundo em que se é chamado a exercer o difícil ofício de informar sem se deixar ingenuamente instrumentalizar ou manipular;

- uma maior exigência e rigor no trabalho quotidiano, um aperfeiçoamento sistemático das competências profissionais, um combate permanente às soluções superficiais ou aos expedientes fáceis, com a certeza de que muitas das falhas até no plano ético de mais não decorrem do que de incompetência, de laxismo ou de falta de empenho nas tarefas de recolha, organização e edição da informação;
- uma maior transparência de processos e uma maior pedagogia junto do público sobre as condições concretas do exercício do jornalismo, informando sobre o próprio processo da informação, contribuindo assim para a formação de leitores/espectadores mais conhecedores das particularidades do sistema mediático, e portanto mais autónomos, mais críticos e mais exigentes quanto ao serviço que lhes é prestado;
- o desenvolvimento de uma mais clara cultura de responsabilidade, individual e colectiva, quanto aos erros e insuficiências do trabalho jornalístico, no pressuposto de que, dando-se corpo ao direito à informação e à liberdade de expressão em nome do público, há que prestar regularmente contas a esse mesmo público, aprendendo também a “saber ouvir” o que ele tem a dizer (Bertrand, 2000: 32) – e não encarar o acesso aos *media* como um privilégio pessoal de que se usa e abusa a bel-prazer;
- uma maior exigência ética e deontológica, quer no trabalho diário nas redacções, quer no estímulo empenhado à operacionalização de mecanismos autorreguladores – tanto nos próprios *media* como no plano mais alargado do colectivo profissional (Aznar, 1999) –, de modo a conseguir-se uma fiscalização constante, transparente e eficaz, dos desvios aos códigos de conduta estabelecidos pela e para a profissão, códigos esses que corporizam, afinal o “contrato” (Bernier, 1996: 178) tácito estabelecido com a sociedade e do qual decorre a *legitimação* do poder associado ao jornalismo. Sem esquecer que o processo de legitimação está permanentemente inacabado, pois “desenrola-se quotidianamente” (*ibidem*: 190) e só se vai alcançando na justa medida em que cada trabalho concreto respeita os padrões de exigência, de rigor, de transparência e de respeito pela dignidade humana a que os jornalistas, pelo facto de o serem, se comprometem.

Referências bibliográficas

- Aguinava, E. (2001). ‘Dimensión científica del periodismo’, in *Sala de Prensa*, ano III, vol. 2, Janeiro 2001. <<http://www.saladeprensa.org/art185.htm>>, consultado em 04/10/2002.
- Albert, P. (1970). *Histoire de la presse*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Aznar, H. (1997). ‘El debate sobre la profesionalización del Periodismo: de la titulación a la organización’, in *ZER-Revista de Estudios de Comunicación*, n.º 3, Novembro 1997, Bilbao.
- Aznar, H. (1999). *Comunicación responsable – Deontología y autorregulación de los medios*, Barcelona: Ariel Comunicación.
- Barbier, J.-M. (dir.) (1996). *Savoirs théoriques et savoirs d’action*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Barton, G. (s/d). ‘What is a journalist?’, in *Society of Professional Journalists*, <http://www.spj.org/quill_issue.asp?ref=306>, consultado em 16/05/02.

- Bernier, M-F. (1996). 'Les conditions de légitimité du journalisme: esquisse d'un modèle théorique', in *Les Cahiers du journalisme*, n.º 2, Dezembro 1996, Lille: Centre de Recherche de l'École Supérieure de Journalisme de Lille.
- Bertrand, C.-J. (2000). 'A autonomia do jornalista cresce, se crescer o apoio do público' (entrevista), in *Jornalismo e jornalistas*, n.º 4 – Outubro/Dezembro 2000, Lisboa.
- Delforce, B. (1996). 'La responsabilité sociale des journalistes: donner du sens', in *Les Cahiers du journalisme*, n.º 2, Dezembro 1996, pp. 16-32, Lille: Centre de Recherche de l'École Supérieure de Journalisme de Lille.
- Delporte, C. (1999). *Les journalistes en France, 1880-1950 / Naissance et construction d'une profession*, Paris: Seuil.
- Fidalgo, J. (2000). 'Novos Desafios para a Imprensa Escrita e para o Jornalismo', in Pinto, M. (coord.), (2000). *A Comunicação e os Média em Portugal – Cronologia e Leitura de Tendências*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Mathien, M. (1995). *Les Journalistes*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Mesquita, M. (2002). 'Envolvimento e distanciamento na conduta do jornalista', in *Jornalismo e Jornalistas*, n.º 10, Abril/Junho 2002, Lisboa.
- Neveu, E. (2001). *Sociologie du journalisme*, Paris: La Découverte.
- Ramonet, I. (1999). *A Tirania da Comunicação*, Porto: Campo das Letras.
- Rieffel, R. (2001). *Sociologie des médias*, Paris: Ellipses.
- Ruellan, D.; Lacan, J.-F. & Palmer, M. (1994). *Les Journalistes – Stars, scribes et scribouillards*, Paris: Syros.
- Ruellan, D. (1997). *Les "Pro" du journalisme – De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*, Lisboa: Quimera.
- Ward, S. (2001). 'Window on journalism', in *Thunderbird-UBC Journalism Review*, <<http://www.journalism.ubc.ca.thunderbird/2001-02/april/accountability.html>>, consultado em 4 de Junho de 2002.

Resumo

Este artigo aborda algumas das mudanças que se têm verificado no que respeita ao perfil socioprofissional dos jornalistas portugueses nos últimos anos, designadamente no que respeita à idade (jornalistas cada vez mais jovens), ao género (cada vez mais mulheres jornalistas) e à formação académica (cada vez mais jornalistas com formação específica de nível superior). Tentamos perceber até que ponto estas e outras mudanças se reflectem no jornalismo que hoje é feito em Portugal, bem como em que medida elas lançam novos desafios quanto à definição sempre polémica da identidade profissional dos jornalistas.

Abstract

This article describes and analyzes some of the changes which have occurred in recent years regarding the social-professional profile of the Portuguese journalists, namely in what concerns age (more and more young journalists), gender (more and more women journalists) and academic formation (more and more journalists with a specific graduate formation). We try to understand to what extent these (and other) changes reflect themselves in the kind of journalism that is being made nowadays in Portugal, as well as in what way they bring new challenges to the traditionally controversial definition of the journalists' professional identity.

Metajornalismo: o ofício que nasceu na sombra da Modernidade

Madalena Oliveira*

“A comunicação social e os jornalistas deixaram de ser a excepção. A imunidade crítica com que os jornalistas se protegiam uns aos outros, se não desapareceu, pelo menos atenuou-se. Se todas as instituições da nossa sociedade estão submetidas à observação e à crítica dos *media*, por que motivo as empresas mediáticas e os jornalistas seriam a excepção?”

Mário Mesquita¹

Apesar de ser mais ou menos comum o entendimento de que os jornalistas não gostam de ser criticados, até porque estão bem mais habituados a criticar os outros, a verdade é que a reflexão acerca do trabalho dos jornalistas não é nada de muito novo. O jornalismo foi sempre uma actividade angariadora de hostilidades, ora por ser um atentado contra a literatura (Diderot, por exemplo, dizia que os jornais mais não eram do que o “pasto dos ignorantes”), ora por ousar invadir o círculo da vida privada dos cidadãos, em nome de uma liberdade de expressão, que muitos dizem ser desmesurada e irresponsável. Karl Kraus estava mesmo convencido de que a imprensa era o inimigo número um a combater, pois era a principal fonte de corrupção. Criticando o aparelho jornalístico como um todo, mais do que os jornalistas individualmente pela sua conduta, Kraus entendia que a imprensa acabou por adquirir uma posição tal que o trabalho dos jornalistas se tornou sinónimo de impunidade e de irresponsabilidade (Bouveresse, 2001). Segundo ele, o jornalista matou a nossa imaginação; “é contra a nossa vida que ele atenta com as suas mentiras” (Kraus, 2000: 190).

A implementação de mecanismos reguladores do jornalismo foi, por isso, desde muito cedo, uma exigência de homens do progresso, como Rousseau e Diderot (Lemieux, 2000). Embandeirando o objectivo de impedir a degradação intelectual do debate público, muitos foram os que, ao longo dos escassos séculos de história do jornalismo, contribuíram para desprestigiar aquele que Gabriel García Márquez disse ser “el mejor oficio del mundo”.

* Doutoranda em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, no âmbito de um projecto individual de investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (magdalena@bragatel.pt).

¹ In *Público*, de 8 de Abril de 2001.

Preocupados com a sua situação laboral e com o descrédito granjeado por “pseudo-profissionais”, os jornalistas terão sido, no entanto, os primeiros a solicitar a regulação do sector. Segundo Cyril Lemieux, as primeiras manifestações contra a imoralidade e a promiscuidade do meio terão surgido no seio de alguns jornalistas, que não tinham vontade de ser confundidos com “pequenos repórteres conspurcados” nem com jornalistas pagos à peça com os quais tinham que concorrer regularmente (2000: 50). Ávidos de uma moral profissional que preservasse a sua dignidade, terão sido alguns jornalistas a solicitar a instauração de princípios reguladores, a fim de impedir a proliferação de condutas jornalísticas aviltantes, quer por concorrentes desleais quer por imposições da cedência da imprensa aos imperativos do mercado cadenciado pela vontade popular².

Acusações de depravação e imoralidade, de despolitização e submissão aos poderes económico e financeiro, de irresponsabilidade, inautenticidade e manipulação ganharam nova dimensão com o aparecimento constante de novas tecnologias promissoras de cada vez mais ousadas formas de procurar e transmitir informação. Embora, na balança dos benefícios e prejuízos causados pelo jornalismo, os proveitos pareçam espontaneamente maiores, a sociedade começou a revelar-se insatisfeita e contrafeita. Exageros, subversões, atrevimentos, deslealdade, maquinação de informações, que são tudo formas impiedosas de actuação dos jornalistas, colocam frequentemente o jornalismo diante do espelho. Olhados com desconfiança, os jornalistas são, por isso, confrontados com os anseios do seu mais íntimo destinatário: o público.

Submetidos ao escrutínio³, os jornalistas perderam, como constata Mário Mesquita na epígrafe deste texto, “a imunidade crítica com que (...) se protegiam uns aos outros”. São também eles notícia, reportagem ou crónica apanágio de acções maculadas pela forma com que, cada vez mais frequentemente, enviasam a informação. É-lhes subtraída a isenção de encargos com que até ao início do século XX exerciam a veleidade de informar e, investidos do mesmo poder com que vigiam as outras instituições da sociedade, olham agora também por si próprios. Fazem do jornalismo sujeito e objecto do próprio discurso, como se entre eles e a crítica do produto do seu trabalho houvesse toda a distância que é necessária a quem vê⁴.

1. O triunfo do interesse público

Os ataques contra a imprensa encontraram evidência na evolução do processo de democratização e na extensão do capitalismo. Heranças do projecto moderno, a democracia e o liberalismo económico feriram de traição a fidelidade do jornalismo à sua concepção utilitarista. Ele próprio, por seu lado, fatalmente indissociável da revolução

² De acordo com o autor, a organização profissional dos jornalistas como classe, a partir do final do século XIX, foi o primeiro mecanismo a servir fins reguladores. As questões relacionadas com o acesso à profissão foram, por sinal, o motor de arranque para o estabelecimento de posteriores normas éticas de conduta.

³ Nelson Traquina é um dos autores que constata o facto de “poucas profissões e poucos profissionais” serem “objecto de tanto escrutínio intensivo e tanta crítica escaldante quanto o jornalismo e os jornalistas.” (2002: 18).

⁴ Para Merleau-Ponty, “ver é ter à distância” (Ponty, 1992: 26).

tecnológica que inaugurou a sociedade de informação no século XX, condenou à corrosão os seus mais radicais valores: verdade e imparcialidade.

Leal às promessas dos avanços tecnológicos e respeitando as leis da oferta e da procura impostas pelo mercado, o jornalismo perdeu-se dos seus valores e critérios de actuação e achou-se desvirtuado na sua essência. Sem ingenuidade, cedeu às tentações do progresso e da nova sociedade industrial e capitalista, mas a sistemática submissão da actividade jornalística aos imperativos do lucro económico e a consequente transfiguração da informação num produto comerciável tornaram impossível o pleno exercício da liberdade de expressão e comprometeram a liberdade de imprensa. A crescente industrialização e a tendenciosa concentração da propriedade dos meios de informação comportaram inadvertidamente efeitos perversos “que ameaçam a qualidade, a diversidade e a integridade da informação jornalística” (Bernier, 2001). Os danos causados pelo ditame da ordem capitalista só agravaram a má imagem dos jornalistas junto das elites, pois, se é verdade que permitiu o acesso a novas tecnologias, também o é que desencadeou uma competição desenfreada e assanhados conflitos de interesses.

A verdade, porém, é que ao jornalismo foi reconhecido desde muito cedo um poder temido por uns, cobiçado por outros. Temido pelos intelectuais e pelas elites político-culturais pela sua alegada ligação à propaganda política. Receado ainda pelos poderes convencionais (legislativo, executivo e judicial), pela ameaça do pacto de vigilância com a opinião pública. Esse foi, aliás, o papel que os utilitaristas (como Jeremy Bentham e John Stuart Mill) defenderam para a imprensa: o de ser o veículo privilegiado de expressão da opinião pública, enquanto instância de controlo social. E finalmente cobiçado por políticos ávidos de acesso ao espaço público mediatizado, por homens de negócios certos do valor económico da informação e pelo público expectante da defesa dos seus interesses.

Na acepção contemporânea, o jornalista é também esse “actor social cuja utilidade reivindicada é a de servir o interesse público”. Segundo Bernier, ele deve assumir certas responsabilidades que visem “procurar e difundir informações verídicas que ajudarão o conjunto dos cidadãos de uma sociedade a fazer, em todos os domínios da vida contemporânea, escolhas esclarecidas com vista a melhorar as condições de vida” (Bernier, 1995: 2). Mas de outros poderes se pode ainda, falar, em relação ao poder jornalístico: o poder de participar activamente na definição e na construção da realidade⁵ e o poder de decidir a quem dar a voz.

A consciência desta autoridade, concedida, por um lado, pela sociedade e, por outro, auto-promulgada pelos próprios jornalistas acabou por dar lugar também a uma consciência dos seus efeitos, nomeadamente das degenerações dos fundamentos de onde o jornalismo se reclama. Constantes atropelos éticos justificados pela ânsia de informar a qualquer custo e uma certa promiscuidade profissional desencadearam a necessidade de chamar os jornalistas à ordem. Virando-se o feitiço contra o feiticeiro, o

⁵ Esse é o poder que teorias como as do *agenda setting*, do *gatekeeper* ou do *news making* reservam para o jornalismo desde meados dos anos 60.

jornalismo passou de controlador dos abusos dos poderes legislativo, executivo e judicial, para potencial abusador ele próprio⁶, ou seja, susceptível de ser vigiado e regulado.

Uma sistematização dos alicerces da crítica ao jornalismo entroncará, necessariamente, nestes dois aspectos concomitantes: a liberdade de imprensa, ansiosamente defendida pelos adeptos da democracia; e a liberdade do mercado, agitada com impaciência pelos mais diversos interesses particulares. Uma e outra são a base da angústia que atormenta os jornalistas. Por um lado, a imposição de servir o interesse público e de providenciar informação que garanta a saúde da democracia e o exercício consciente da cidadania; por outro, o imperativo de servir o interesse económico que sustenta tão altruístas ambições. Escravizados pelo público e pelos homens de negócios, os jornalistas vivem assim o embaraço de não poder abraçar dois ideais e de, por isso, serem confrontados com a responsabilidade das suas condutas.

Os novos leitores-consumidores (que são também os ouvintes-consumidores e os telespectadores-consumidores), sentenciadores de uma espécie de veredicto popular, tornaram-se mais exigentes e às críticas de superficialidade, lançadas pelas elites intelectuais, juntaram as da falta de qualidade, de corrupção e de subjugação a interesses particulares. A concorrência entre os meios de comunicação social, que atravessa todos os suportes, da imprensa escrita aos meios audiovisuais, nomeadamente a Internet, tornou as estratégias de acção mais ferozes, mas também mais evidentes, provocando com frequência uma indisfarçável confusão entre informação e criatividade artística. Muitos são, por isso, os que apelam aos jornalistas para que se restrinjam à missão que lhes confiámos: a de reproduzir a realidade, no sentido mais restrito da expressão, deixando a produção dos factos para os outros que entendem ser os legítimos agentes sociais.

Poderemos, pois, dizer que nem a teoria económica liberal se revelou suficiente para garantir a auto-regulação e correcção de excessos nem a sua congénere concepção do livre mercado de ideias se mostrou bastante para fazer emergir a qualidade e a profundidade do trabalho jornalístico. Neste sentido, não consideraremos abusivo dizer que a modernidade e as suas dimensões institucionais marcam a exigência de dispositivos de regulação associados às novas formas de vida. Anthony Giddens não hesitaria em inscrever esta exigência no âmbito das consequências da modernidade. Examinar e reformar o jornalismo mais não seriam, segundo Giddens, senão práticas da reflexividade que caracteriza, em seu entender, a vida social moderna.

2. *Accountability*: o imperativo ético

Marc-François Bernier refere-se a “metajornalismo” e define-o como “o tratamento jornalístico das práticas dos jornalistas e das empresas mediáticas” (cit. por Mesquita – DN, 8 de Abril de 2001), podendo o conceito envolver todas as modalidades

⁶ Este parece ser também o entendimento de Mário Mesquita, ex-provedor dos leitores do *Diário de Notícias* que, na “Crónica do dia zero” (DN, 27 de Janeiro de 1997), admitiu que “a imprensa era e continua a ser um meio de defesa contra os abusos de poder, mas também ela pode abusar dos poderes que possui”.

formais e investigativas do jornalismo, desde a notícia ao comentário. Para este autor canadiano, a liberdade do jornalismo implica “estar plenamente consciente das consequências do seu trabalho”, porque “negá-las ou ocultá-las não é um acto de liberdade; será tanto uma confissão de incompetência como um sinal de carência ética” (Bernier, 1995: 2). E quer a incompetência quer a falta de ética podem significar custos pesados em termos de perda de confiança e credibilidade. Os jornais sabem-no bem e começam a perceber que “é do seu próprio interesse, bem como do interesse dos leitores, idealizar meios efectivos de providenciar formas de prestar contas” (Neil Nemeth⁷). No original, em inglês, o termo é bem mais incisivo: *accountability*, que é, de acordo com David Pitchard, “o processo pelo qual se espera que as organizações mediáticas sejam obrigadas a prestar contas das suas actividades aos seus constituintes” (2000: 2), sejam eles os membros da audiência, os anunciantes, as fontes de informação ou outras organizações pares e órgãos reguladores. Na acepção de Pitchard, três etapas são necessárias para desencadear um processo escrutinador⁸: primeiro, identificar um problema; depois, culpar os *media* pela situação identificada; e, finalmente, exigir uma correcção. Assim sendo, ainda que admitamos que, uma ou outra vez, os jornalistas tomem, por si, a iniciativa de reflectir publicamente sobre a sua conduta, o público é, neste modelo, um elemento fundamental do processo de escrutínio, na medida em que é também por ele e para ele que os jornalistas desmontam o seu trabalho.

Para Denis McQuail são quatro as facetas do processo: ser escrutinável por alguém, por alguma coisa, na base de alguns critérios e com um grau variável de exactidão (McQuail, 1997)⁹. É, pois, evidente que um processo escrutinador é sempre desencadeado com base em casos específicos, em que a responsabilidade social seja, ou deva ser, assumida pelos jornalistas e pelas organizações que integram. Para McQuail, a relação entre os *media* e o público pode ser caracterizada, a este nível, por três tipos de enquadramento. Um primeiro quadro, que o autor entende ser regulador e legal, estabelece os princípios básicos e regras de fundo para a operação das instituições mediáticas e estabelece direitos e deveres para os indivíduos em relação aos *media*. A lógica relevante e o discurso são de carácter legal, racional e administrativo. No âmbito de um quadro financeiro ou de mercado, exalta-se o facto de o público poder reagir também de forma indirecta. Podendo penalizar os *media* pelo seu mau desempenho mediante a simples opção de lhes renunciar (não comprando o jornal ou desligando a televisão), o público rege-se assim pelas leis da oferta e da procura, que asseguram, segundo McQuail, “um equilíbrio aproximado entre as necessidades e os interesses dos consumidores e aqueles que consomem e entre os interes-

⁷ In Pitchard, David (org.), *Citizens, Ethics and Law – Holding the Media Accountable*.

⁸ Apesar da dificuldade de encontrar na língua portuguesa um vocábulo específico para o termo *accountability*, optamos por nos referir a escrutínio, que é, entre nós, provavelmente a palavra que mais se aproxima do significado na sua origem inglesa.

⁹ McQuail distingue, no âmbito do processo escrutinador, duas vias possíveis: a de uma relação adversa, motivada por ofensa ou dano causado pelos *media* (*liability*) e a da prontidão dos jornalistas para o debate, normalmente acerca da qualidade do seu trabalho (*answerability*).

ses da indústria mediática e os da sociedade em geral” (1997: 521). Tipicamente democrática-liberal, a lógica deste quadro põe em evidência a liberdade, a eficácia, a escolha, os proveitos e as preferências da maioria. Por último, o quadro que particularmente nos interessa no âmbito deste trabalho: o da responsabilidade pública. Num discurso caracteristicamente normativo e julgador, os objectivos deste enquadramento do escrutínio a que os *media* se sujeitam prendem-se, de acordo com o autor, com “uma preocupação primária com a sociedade, o bem público e com os propósitos ideais da informação, opinião e cultura” (1997: 522).

Sugerindo que a auto-regulação é o mecanismo mais adequado para garantir a liberdade de expressão como condição basilar da actividade dos jornalistas, McQuail aponta ainda dois objectivos do escrutínio dos *media*: por um lado, prevenir ou limitar os danos que os *media* podem causar e, por outro, promover resultados positivos para a sociedade, nomeadamente no que concerne aos contributos dos *media* para o trabalho dos políticos e outras instituições sociais. Universalmente responsáveis, como todos os domínios da vida social, pela garantia dos direitos dos indivíduos e, particularmente tributários das condições de uma democracia efectiva, os *media* têm, numa sociedade cujo firmamento gira à sua volta, o encargo de atender às exigências de uma deontologia que se constrói “dia a dia, caso a caso, num diálogo que deve envolver jornalistas, leitores, estudiosos dos *media*, ‘fontes’, provedores e todas as demais partes interessadas” (Mesquita, 1998: 16”).

Uma reflexão deontológica por si, porém, não bastará para “julgar” condutas profissionais. Marc-François Bernier considera que, deixada a si mesma, a deontologia se cristaliza; “sedimenta-se e nega os seus fundamentos para se auto-justificar sem fim” (1995: 23). Assimilando a deontologia ao cristal, “cuja estrutura molecular estável resiste a pressões do ambiente”, Bernier entende que a deontologia em si não é adaptável a situações particulares. “É a reflexão ética que permite descristalizar a deontologia e lutar contra a sua sedimentação” (*ibidem*). Não sendo codificável por definição, a ética é o cruzamento filosófico onde se discutem e hierarquizam os valores e princípios que inspiram as regras morais (entendidas como uma espécie de deontologia cívica) e deontológicas (enquanto regras de conduta profissional). A reflexão ética seria, por esta via, a resposta à crise do jornalismo, fundado na mesma identificação que assombra a modernidade: a do espaço público como um espaço de palavra.

3. Metajornalismo: o imperativo político

Apesar de, desde o início da sua massificação, se ter percebido que o jornalismo não era uma qualquer forma de arte, gratuita e ficcional como todas as outras, só a partir de 1947 é que oficialmente se atribui aos *media* uma responsabilidade social nas organizações. Para isso parece ter sido determinante o relatório da Comissão da Liberdade de Imprensa (Comissão Hutchins), que, entre outras considerações, sugere aos *media* que procurem lançar-se num vigoroso criticismo mútuo como meio de promover o escrutínio (Nemeth, 2000). No entanto, só duas décadas mais tarde

é que um jornal americano (o *Louisville Courier-Journal*) decide criar a figura do “provedor dos leitores”, adoptando o conceito sueco de *ombudsman*.¹⁰ Entendida por uns como uma estratégia de marketing e por outros como uma forma de dizer aos leitores que o jornal não teme o confronto com os seus próprios erros, a opção por um *ombudsman*, por ora quase exclusiva da imprensa, parece ser de reconhecida importância, num tempo em que a fé do público na exactidão dos *media* enfrenta um processo de erosão (Gestlin, 2000). Tom Rosenstiel, director do Project for Excellence in Journalism (cit. por Gestlin), entende que há um grande sentido da crise e da necessidade de mudança nos jornais e que o papel dos *ombudsmen* está para além da protecção da imagem do jornal na comunidade; “é uma questão de credibilidade”.

Para Mário Mesquita, o *ombudsman* “possui apenas um poder de influência e de palavra”. Não tendo força coercitiva, a voz crítica dos jornalistas acerca do seu próprio trabalho (não só pela pena do provedor dos leitores, mas também noutros espaços escassos mas privilegiados como editoriais, colunas de opinião, fóruns de discussão, debates televisivos...) fia-se acima de tudo na performatividade do discurso. “Simultaneamente batalha e arma, estratégia e choque, luta e troféu ou ferida, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetida” (Foucault, 1969: 8, cit. por Martins, 2002: 26), o discurso é, lembra-nos Moisés Martins em palavras de Foucault, “aquilo por que lutamos, o próprio poder de que procuramos apoderar-nos” (Foucault, 1971: 12, cit. por Martins, 2002: 26). O que, concretamente, será o mesmo que dizer que o discurso metajornalístico mais não será do que aquilo por que os jornalistas lutam, o poder de si próprios de que procuram apoderar-se, para controlar o controlo que exercem sobre as instituições sociais.

Reformulando a proposta de Bragança de Miranda, a resposta à crise que abisma o jornalismo teria antes de passar pela ideia de política, porque essa é, para o autor, “a resposta milenar à situação de perigo” (Miranda, 1997: 38). A política, entendida como agir livre, “é prática, emerge da experiência” (*ibidem*). A ética não; “antes de ser uma teoria é uma estratégia de normalização do agir, uma forma de controlar o *ethos* do agir” (Miranda, 1997: 130). Convocamos a este pretexto as considerações do autor acerca da pragmática do *meta*. Para Bragança de Miranda, mais do que uma “mera mudança de nível” e “não se confundindo também com a procura do ‘oculto’”, a categoria de metapolítica (no nosso caso, metajornalismo, como um modo de metapolítica) trata “tão-só de compreender os processos que fazem de uma dada ‘figura’ algo de evidente”.

O recurso à categoria do metajornalismo é, tal como o recurso à categoria de metapolítica em Bragança de Miranda, imperativo e revela estar na alçada da necessidade de mergulhar na imanência da actividade jornalística para lá interrogar os

¹⁰ Há, contudo, indicações de que mecanismos semelhantes ao do *ombudsman* – de atenção às reacções manifestadas pelo público – tenham surgido primeiramente no Japão. Ainda que especialmente significativos, não caberão neste artigo os detalhes com que se escreve a história dos *ombudsmen*. Optamos por abreviá-la para nos determos num curto ensaio acerca dos fundamentos das estruturas de rastreio do discurso jornalístico.

processos e as condições de que depende a sua produção, isto é, em última instância, de que depende o seu *agir*, pelo menos aparentemente livre. Intervindo no discurso, a categoria metajornalística tem a incumbência de desconstruir os sentidos constituídos para neles encontrar as leis que os regulam, sejam elas intrínsecas à origem histórica do jornalismo ou administrativamente instituídas na esteira da vida social moderna.

O metajornalismo, de novo tal como a metapolítica, “é um ‘efeito do efeito’” (Miranda, 1997: 140). Resulta, como longamente o descrevemos já, da consciência dos efeitos do jornalismo. Não sendo possível um retorno ao grau zero do jornalismo, o metajornalismo surge como a possibilidade de ir lá, aonde os seus efeitos efectivamente se geram, para apreender a sua contingência. Fragmentado como toda a experiência humana, o produto jornalístico torna imperiosa a sua reconstituição pelo próprio discurso.

Argumentos meramente éticos para balizar a experiência jornalística tendem a absolutizar o discurso e a encerrar tudo no fundamentalismo da letra das regras. Correspondendo a condições universais, estabelecidas *a priori*, a ética é do domínio do transcendental. Mas a experiência jornalística não se confina no estabelecido universalmente. A experiência jornalística, como toda a experiência humana, é contingente e iminente conflituosa. Vive em tensão permanente, porque relações há que a superam: são as relações de mediação entre a realidade e o público. As mesmas relações que tendem a conferir-lhe uma certa ordem, conferindo-lhe também as condições da sua acção.

O discurso metajornalístico é, pois, um discurso ambicioso. Ele visa aceder, vigilante, aos abatimentos morais e aos cansaços do discurso mediático. Apeteceria talvez dizer, com o realismo de Eça de Queirós, que o metajornalismo não tem repouso, porque, parafraseando o escritor, se ele repousasse ninguém velaria pelos que dormem (Eça de Queirós)¹¹. E o certo é que, como bem o entendeu Guy Debord, na sociedade de espectáculo que continua a ser a nossa, não exprimimos senão a nossa vontade de dormir.

Categoria crítica por excelência, o metajornalismo é a promessa moderna de resposta aos perigos do jornalismo, sobretudo ao perigo de continuarem a abundar, como anotou Joaquim Fidalgo, “acusações (justas em nosso entender) de que uma instituição socialmente tão poderosa como é um jornal (nós acrescentamos, todos os *media* de informação) escape com facilidade a quaisquer mecanismos democráticos de controlo”, arriscando-se a adquirir “um estatuto próximo da impunidade”¹². Mas é também a resposta ao perigo de absolutização da realidade. O discurso jornalístico não tem o dom de totalizar a experiência humana do mundo, porque ela é em si mesma intotalizável.

Ousando emprestar um olhar sobre a realidade, o jornalismo é, no entanto, sujeito aos olhares de suspeita daqueles a quem parecia apenas querer prestar um serviço. Olhares às vezes apreciadores, outras vezes depreciadores. Assim é quando se joga no círculo das nossas mais singulares formas de ensaiar uma experiência do mundo.

¹¹ “Distrito de Évora”, nº 1 (6 de Janeiro de 1867)

¹² Coluna inaugural de Joaquim Fidalgo enquanto “Provedor dos Leitores”, *Público*, 3 de Outubro de 1999.

Referências bibliográficas:

- Bernier, M.-F. (1995). *Éthique et déontologie du journalisme*, Québec: Les Presses de L'Université Laval.
- Bouveresse, J. (2001). *Smock ou le triomphe du journalisme – La Grande bataille de Karl Kraus*, Paris: Éditions du Seuil.
- Getlin, J. (2000). 'The Critics: Ombudsman', *Columbia Journalism Review*.
- Giddens, A. (1998). *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta.
- Kraus, K. (2000). *Cette grande époque*, Paris: Éditions Payot & Rivages.
- Lemieux, C. (2000). *Mauvaise presse – Une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques*, Paris: Éditions Métailié.
- Martins, M. (2002). *A Linguagem, a Verdade e o Poder – Ensaio de semiótica social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT.
- McQuail, D. (1997). 'Accountability of Media to Society', *European Journal of Communication*, vol. 12 (4), pp. 511-529.
- Merleau-Ponty, M. (1992). *O Olho e o Espírito*, Lisboa: Vega.
- Mesquita, M. (1998). *O Jornalismo em Análise – A coluna do Provedor dos Leitores*, Coimbra: Minerva.
- Miranda, J. B. (1997). *Política e Modernidade*, Lisboa: Edições Colibri.
- Pitchard, D. (org.) (2000). *Citizens, Ethics, and the Law – Holding the Media Accountable*, Bloomington: Indiana University Press.
- Traquina, N. (2002). *O que é Jornalismo*, Lisboa: Quimera.

Referências da imprensa:

- Distrito de Évora*, n.º 1, 6 de Janeiro de 1867.
- Fidalgo, J. (1999). 'Uma ponte com dois sentidos', in *Público*, 3 de Outubro de 1999.
- Mesquita, M. (1997). 'Crónica do dia zero', *Diário de Notícias*, 27 de Janeiro de 1997.

Resumo

Desprestigiado ao longo da história, quer pelo não reconhecimento do seu papel quer pelo descrédito do seu desempenho, o jornalismo foi sempre um alvo fácil da crítica, primeiro dos intelectuais, agora da sociedade em geral. Em permanente crise de legitimação, o jornalismo é hoje cada vez mais submetido à observação e vigilância do público. Chamados a prestar contas da sua actividade, os jornalistas são confrontados com a responsabilidade social do seu trabalho. Abrem a reflexão deontológica ao público, multiplicando as práticas que denominamos metajornalísticas. São os efeitos da modernidade e das suas dimensões: vigilância, capitalismo e industrialismo.

Abstract

Having been depreciated during the History, by the unknown role it plays or by the unreliability of its performance, journalism was always an easy target of criticism, first by intellectuals, now by the society in general. Being in permanent crisis of legitimacy, journalism is today more and more submitted to public observation and vigilance. Called to account for their activity, journalists have to face the social responsibility of their work. They make the deontological reflection public, multiplying practices that we name by metajournalistics. It is the effect of the modern age and its dimensions: vigilance, capitalism and industrialism.

O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional

Fernando Cascais*

O quadro actual do ensino do jornalismo em Portugal justificaria o adágio popular de que “não há fome que não dê em fartura”. De facto, depois de uma tentativa fracassada de institucionalização de um curso superior de Jornalismo em 1971¹, os primeiros cursos universitários, mas de Comunicação Social, surgiram em 1979 (Universidade Nova de Lisboa) e 1980 (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/ Universidade Técnica de Lisboa). Só em 1974 ou, como se verá adiante, em 1984 entraram nas redacções portuguesas os primeiros diplomados em Comunicação Social, o que fez de Portugal um caso ímpar de atraso na formação superior direccionada para o exercício do Jornalismo.

Para trás ficara uma era de censura e de subalternização do jornalismo e dos jornalistas que fez do ensino do jornalismo uma questão política, logo uma proibição. Reconquistada a liberdade de expressão em 25 de Abril de 1974, a formação para o jornalismo, a nível universitário, tardou ainda cinco anos.

Mas 24 anos depois do primeiro ano lectivo com ensino da Comunicação Social o País também é um caso singular de abundância. A oferta a nível nacional do sector público em formação académica superior para o ano lectivo 2003-2004 em áreas como Jornalismo, Comunicação Social, Ciências da Comunicação ou conjugações destes domínios², totaliza 14 cursos – seis universitários e oito politécnicos – e 667 vagas (347 no ensino universitário e 320 no politécnico) para o primeiro ano dos cursos. Somando o ensino privado, atingem-se 23 cursos (mais quatro universitários e cinco politécnicos), e o número anual de vagas disponíveis eleva-se para cerca de um milhar.

* Director do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR), docente universitário. Ex-presidente da Associação Europeia de Formação em Jornalismo (1999/2000).

¹ Através da Escola Superior de Meios de Comunicação Social, escola de ensino superior privada ligada a um dos principais grupos económicos portugueses, o Grupo Quina (à data proprietário do *Diário Popular*, do *Jornal do Comércio* e do *Record*). Os primeiros diplomados em Jornalismo saíram da Escola em 1974, após o 24 de Abril, e o estabelecimento entrou em colapso, na sequência da nacionalização da banca, em 1975, e, após longa agonia, extinguiu-se no início da década de 80 (Cascais, 2003).

² Excluem-se cursos de áreas afins, como Fotografia, Cinema, Audiovisual, Tecnologias da Comunicação, Artes Gráficas, Multimédia, Comunicação Empresarial, etc.

Apesar deste “milagre da multiplicação dos cursos”, como lhe chamou Mário Mesquita, a verdade é que a problemática envolvida na formação em jornalismo quase não tem sido objecto de investigação em Portugal³.

A multiplicação da oferta, a diversidade de conteúdos, a imprecisão de alguns objectivos de formação são apenas algumas das questões que emergem no mar de problemas onde desaguou a “crise de crescimento” deste campo de ensino.

Uma simples preposição gramatical levanta a primeira questão: ensino do jornalismo ou para o jornalismo? *Do* sugere uma preparação científica num campo já definido e estruturado de saberes e de técnicas, tendendo para uma certa “universalização” da formação académica, um modelo paralelo às outras profissões com as quais o Jornalismo por vezes gosta de se comparar – o Direito, a Medicina; *para* abre o campo de formação ao nível do acesso, diversificando a formação de base e tornando a componente jornalística um complemento, embora indispensável.

O primeiro obstáculo ao ensino *do* jornalismo é a volumosa e programaticamente descontrolada oferta formativa superior⁴. A diversidade é positiva, mas sem debate e posterior coordenação não se consolidará um corpo de conhecimentos reconhecidamente estruturantes de uma actividade profissional.

Outra questão, não menos imediata, é a do próprio profissionalismo. Para muitos o jornalismo não é uma profissão, ou é uma profissão de modelo diferente das suas comparações habituais (advocacia, medicina); ou trata-se de uma profissão deliberadamente “vaga”, nos termos propostos por Denis Ruellan (Ruellan, 1997).

Para Hugh Stephenson (Stephenson, 2003), hoje o jornalismo é menos claramente definido como profissão do que há 25 anos, o que se justifica com dois tipos de argumentos, um tecnológico e outro económico.

Stephenson, co-autor de um vasto estudo realizado em 1990 sobre a formação dos jornalistas na Europa⁵, actualizou em 2003 aspectos desse trabalho relativos à forma-

³ Manuel Pinto sublinhou a necessidade de “fazer da formação em jornalismo (história, estrutura curricular, métodos, conteúdos) objecto de investigação” (“O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal – Notas sobre uma ‘crise de crescimento’”, comunicação apresentada no I Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, Santiago de Compostela, 29-30 Outubro, 2002).

⁴ Mário Mesquita propôs em 1987 a criação de um Conselho Superior do Ensino da Comunicação Social e do Jornalismo, como órgão consultivo da Direcção-Geral do Ensino Superior, constituído pelos presidentes dos conselhos científicos das escolas e departamentos de Comunicação Social e jornalismo existentes no país, pelos presidentes do Sindicato dos Jornalistas e das Associações da Imprensa Diária e Não-Diária e pelo Director-Geral do Ensino Superior. Entre as funções do Conselho estaria a procura de harmonização dos *curricula* (*II Congresso da AIND – Aposta no Futuro*, 1988, AIND, Lisboa, pp. 85-88). O Congresso realizou-se em Maio de 1987, no Funchal. Depois desta tentativa sem resultados, a Universidade da Beira Interior (UBI) recebeu na Covilhã, em Novembro de 1994, o I Encontro dos Cursos de Comunicação (ECCO) das Universidades representadas no Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. Participaram sete cursos, foi elaborada uma proposta de estatutos para o ECCO, mas o movimento não teve sequência. Em Setembro de 2003, o Grupo de Trabalho da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) realizou na Universidade do Minho (Braga) o I Encontro Nacional sobre o Ensino do Jornalismo em Portugal. Ao longo de duas décadas e meia, a reflexão e as possibilidades de coordenação ainda não passaram de iniciativas isoladas.

⁵ Hugh Stephenson e Pierre Mory, 1991, *La Formation du journalisme en Europe*, Association Européenne de Formation en Journalisme, edição do CFPJ, Paris.

ção contínua (Stephenson, 2003), e voltou a sublinhar as diferentes atitudes nacionais relativamente à formação dos jornalistas e à formação para o jornalismo.

Numa perspectiva internacional, nomeadamente europeia, a globalização empresarial e a convergência tecnológica dos *media* não geraram fenómenos semelhantes ao nível da formação. A história e a cultura jornalística nacional predominam, independentemente da permanente modificação técnica ao nível dos perfis profissionais no sector.

Antes dos primeiros cursos universitários de Comunicação Social pós-25 de Abril, a classe profissional ensaiou a formação profissional e, nos anos 80, abriram dois centros, um no Porto e outro em Lisboa. Enquanto no primeiro caso a iniciativa envolveu empresas e profissionais, no segundo a estes parceiros juntou-se o Estado (sobretudo via Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Está por fazer a história crítica do período 74-79 e da década de 80, essenciais para a contextualização e compreensão do problema do ensino do jornalismo nas condições históricas, sociais e culturais portuguesas.

Não desenvolvendo este ponto, importa, no entanto, analisar o posicionamento do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR) no contexto actual do ensino do/para o jornalismo.

Actividade e posicionamento do CENJOR

O CENJOR foi criado em 1986⁶ através de um acordo entre dois institutos públicos⁷, o Sindicato dos Jornalistas e as Associações Portuguesa de Imprensa⁸ e Associação da Imprensa Diária. Estado, profissão e empresas estão assim representados nos seus órgãos estatutários.

A actividade formativa foi iniciada em 1988. Em 15 anos (1988-2002) realizou 1 122 cursos de formação, que tiveram 14 133 participantes ao longo de 127 250 horas. A média anual foi de 75 cursos, 8 483 horas (quase 24 horas/dia), e 942 formandos. Nos últimos seis anos (1997-2002), a média anual subiu para 97 cursos, 12 131 horas e 1 454 formandos.

Os cursos variam entre 30 e 1 500 horas, consoante os objectivos e conteúdos, e têm sido realizados por todo o País, contando em grande parte com o apoio de programas subsidiados pelo Fundo Social Europeu.

No plano internacional, o CENJOR mantém uma vertente de trabalho regular com os profissionais e as empresas dos PALOP e de Timor-Leste. Na Europa, mantém contactos e parcerias de trabalho com institutos de formação e universidades

⁶ Portaria n.º 667/86, publicada no *Diário da República* de 7 de Novembro.

⁷ Instituto do Emprego e Formação Profissional e Instituto da Comunicação Social. À data da assinatura do protocolo este último sector era representado pela Direcção-Geral da Comunicação Social, antecessora do actual Instituto.

⁸ Designação actual da então Associação da Imprensa Não-Diária. A Associação Portuguesa de Imprensa conserva, no entanto, a sigla AIND.

pertencentes à Associação Europeia de Formação em Jornalismo. Esta organização agrupa meia centena de estabelecimentos de ensino superior e de formação profissional e, entre 1997 e 2000, o CENJOR foi membro da sua direcção.

O Centro ministra formação nas áreas do jornalismo em imprensa, rádio, televisão, *on-line*, multimédia e fotografia, em especialidades como paginação, infografismo, técnicas vocais; e, em parceria com instituições dos respectivos sectores, desenvolve seminários direccionados para temas específicos (assuntos europeus, segurança e defesa, sistema judicial, etc.).

Com um corpo de formadores totalmente externo e quase exclusivamente formado por jornalistas profissionais e técnicos experientes nas respectivas áreas de formação, o programa para 2004 envolve 243 cursos, num total de 14 259 horas de formação. Sinteticamente, o plano reparte-se por seis áreas – Imprensa, Rádio, Televisão, *On-line* e Multimédia, Fotojornalismo e Formação de Formadores –, três especialidades de formação (profissionalizante, aperfeiçoamento e especialização) e três tipos de público (estudantes ou diplomados candidatos à profissão; profissionais e colaboradores da Comunicação Social; e outros profissionais que se relacionam com os *media*). O campo de formação será alargado em 2004: produção audiovisual, repórter de imagem, edição e montagem audiovisual, webdesign e design multimédia.

Os cursos variam entre 15 horas, em seminários intensivos, e cerca de mil (na especialização em Jornalismo). Esta especialização – um curso anual predominantemente prático, com 12 a 14 participantes – visa preparar para o exercício profissional em todos os meios (imprensa, rádio, televisão, *on-line*) diplomados com cursos superiores preferencialmente em áreas importantes para o tratamento jornalístico da actualidade (economia, biologia, história, sociologia, direito, etc.). O curso integra-se numa corrente, com alguma expressão a nível europeu, que forma em jornalismo simultaneamente com (ou sequencialmente a) outras formações académicas. Do ponto de vista do perfil profissional, este modelo favorece a especialização.

Formação profissional e formação académica

As características dominantes da formação profissional, na perspectiva do CENJOR, são:

- constante reformulação, adaptando os programas à evolução do sector, nas suas várias vertentes, como a profissional e a empresarial;
- complementaridade em relação à formação académica superior na área da Comunicação e do Jornalismo;
- conteúdo formativo predominantemente prático, baseado no saber-fazer e no saber-analisar criticamente o que se vai produzindo;
- prioridade à formação contínua, privilegiando o aperfeiçoamento, a actualização, a reciclagem e, muito em particular, a especialização;

⁹A tarimba foi a “escola” do jornalismo português até meados da década de 80, e tanto a legislação (Estatuto do Jornalista) como a política sindical têm mantido o acesso profissional aberto, ou seja, também pela via da tarimba.

- equilíbrio formativo entre técnicas jornalísticas e temas de relevância jornalística;
- favorecer conhecimentos e fornecer competências técnicas e tecnológicas de modo tão intensivo quanto possível.

Esta caracterização aponta algumas questões essenciais:

1. A formação profissional, em vez de uma via autónoma de acesso ao jornalismo, deve ser o complemento de outra formação, seja universitária ou tarimbeira⁹. No primeiro caso, é o complemento prático; no segundo o complemento teórico-prático¹⁰.

2. A formação profissional é a via mais flexível e imediata de actualização de técnicas e de conhecimentos e, sobretudo, é uma via para a especialização que a formação académica na área da Comunicação geralmente não contempla.

3. A formação profissional prioriza as competências práticas, pelo que a sua actividade tende para o que as empresas esperam dos candidatos; inversamente, porém, os candidatos esperam da formação profissional as competências que levarão as empresas a admiti-los.

4. A formação académica aproxima os futuros jornalistas do público, dos cidadãos, destinatários essenciais da sua actividade profissional; a formação profissional aproxima-os do mundo profissional e empresarial. Porém, a formação exclusivamente interna ou ligada a uma determinada empresa é uma via para a deformação profissional. As opções editoriais da empresa tendem a substituir os programas de formação independentes.

Desta relação complexa formação académica-formação profissional-empresas emerge agora outro problema difícil: a contradição das exigências. Ao mesmo tempo que aumenta a exigência ao nível da formação do candidato a jornalista, diminui a exigência do trabalho que se pede nas redacções a esse candidato¹¹.

Ir à formação profissional porquê?

A relação do ensino com os candidatos ao jornalismo parece indiciar desajustamentos sobre os quais importa reflectir. Três inquéritos e estudos recentes (de 2002), apesar das suas limitações, apontam esses indícios.

Entre Março e Abril de 2002 o CENJOR realizou um inquérito aos seus formandos¹².

¹⁰ Como consagra a Portaria que instituiu o curso de estágio no âmbito do Estatuto do Jornalista.

¹¹ Num dos recentes livros-escândalo da edição francesa dedicada aos *media* (Ruffin, 2003: 101) a questão é assim colocada: “não é fácil para o Centro (de Formação de Jornalistas de Paris) gerir as contradições do sistema: de um lado, os grandes *media* aproveitam-se da concorrência entre os candidatos ao jornalismo e exigem cada vez mais diplomas, títulos escolares prestigiados. Do outro, são confiadas tarefas estereis aos estagiários: redacção de telexes, pequenos inquéritos de rua, etc. A distância entre a formação inicial e o destino habitual dos intelectuais dá que pensar. Tudo isso para isto? Montaigne, Pascal, Kant, Einstein para quê? (...) Para redigir a rubrica ‘consumo’ de uma revista feminina?”

¹² Este inquérito integrou-se numa pesquisa de Rita Veloso Mendes para o trabalho “Profissão jornalista: Motivações e expectativas face ao futuro dos formandos do CENJOR”, tese de licenciatura em Sociologia, ISCTE, 2002. Dos 259 formandos inquiridos entre 13 de Março e 27 de Abril obtiveram-se 139 respostas válidas (cerca de 54%).

Dos 139 inquiridos:

- 68% possuíam ou frequentavam licenciaturas na área da Comunicação e 20% na área das Ciências Sociais;
- 44% já exerciam actividade profissional na Comunicação Social;
- 41% eram estudantes.

Como principal motivo para frequentarem o CENJOR indicaram o “aumento de conhecimentos” (41%). Segunda razão mais apontada (25%): “por ser a instituição mais indicada para a área”. Outros (15%) apontaram acordos entre o estabelecimento de ensino que frequentam e o CENJOR e a credibilidade do CENJOR (14%). Finalmente, 5% referiram “sugestão patronal”.

Entre os estudantes da área da Comunicação, a formação prática no CENJOR é classificada como “muito importante” (59%) ou “indispensável” (20%).

A formação profissional é vista pelos candidatos ao jornalismo, mesmo para os que cursam a universidade, como uma mais-valia importante. Um quarto dos inquiridos considerou uma instituição de formação prática como “a mais indicada” para a sua preparação.

Colocados perante a importância relativa da formação académica e da formação profissional, favorecem claramente a segunda:

- a formação académica é “importante” para 52,5 %, enquanto 47,5 % a consideram “muito importante”;
- a formação profissional é “muito importante” para 85,6 %, enquanto 14 % a classificam de “importante”.

Quanto à formação necessária para o jornalismo profissional, a maioria das opiniões divide-se entre quatro itinerários formativos, sendo o mais indicado (29,5%) a simultaneidade de formação académica superior e de formação profissional, ambas na Comunicação Social. Com 20% de escolhas surgem duas opções: só formação profissional em jornalismo e formação profissional em jornalismo com formação académica superior em qualquer outra área. Finalmente, 16% das opiniões defendem apenas formação académica superior na área da Comunicação Social.

Um inquérito sobre necessidades de formação lançado em 2002 pelo Sindicato dos Jornalistas e pelo CENJOR proporciona outros dados interessantes¹³, a partir da análise de 147 respostas de indivíduos exercendo actividade jornalística¹⁴ e quase igualmente repartidos entre sexos (49% homens; 51% mulheres). O inquérito foi lançado através da Internet, a partir do *site* do Sindicato, mas registe-se que 72% das respostas foram enviadas de Lisboa.

Pode admitir-se que a resposta a um inquérito sobre necessidades de formação indicia de algum modo a existência de tal necessidade, bem como disponibilidade

¹³ A análise dos inquéritos foi feita por Ana Cristina Vieira, técnica superior do CENJOR.

¹⁴ Apenas dois dos inquiridos referem a situação de desemprego. O maior número de respondentes declarou trabalhar na imprensa (43%), seguindo-se a informação *on-line*, rádio, televisão e agência.

para aquisição de novos conhecimentos ou competências, ou para aperfeiçoamento de conhecimentos ou competências existentes.

Neste contexto é significativo que entre os respondentes:

- 64% tenham entre 21 e 30 anos;
- 61% possuam licenciatura ou bacharelato (predominantemente na área da Comunicação);
- 60% tenham menos de cinco anos de actividade profissional (44% possuem entre dois e cinco anos e 16% menos de um ano);
- 90% respondam afirmativamente à necessidade de especialização.

Num ponto do questionário pediu-se a definição do papel da formação na respectiva carreira profissional. Entre quatro hipóteses possíveis, a mais indicada foi a sua importância para um “melhor desempenho”, seguida da “satisfação pessoal”. Só depois surge a “progressão na carreira” e finalmente a “garantia de emprego”. Conclusão: a falta de preparação, de segurança ou mesmo de conhecimentos para a actividade profissional é mais relevante do que itens relacionados com o emprego e a carreira.

A formação é precisa? Qual? Como?

Durante os dois últimos meses de 2002 o *site* do Sindicato dos Jornalistas¹⁵ manteve em linha um inquérito com a seguinte pergunta: “Considera absolutamente necessário ter-se formação académica superior na área da Comunicação Social para se ser jornalista?”

O inquérito, de pergunta fechada (sim ou não), recebeu 386 respostas. O “não” foi claro vencedor, com dois terços das preferências (66%), cabendo ao “sim”, 34%.

Além da cruzinha, 35 votantes (alguns identificaram-se como estudantes e jornalistas) também comentaram a questão. O teor dos comentários reflecte sensivelmente o resultado quantitativo final. De facto, excluindo quatro comentários oriundos do Brasil, por terem como referência um contexto diferente, os 31 restantes distribuem-se entre 68% de “nãos” e 32% de “sims”.

Após quase um quarto de século de formação académica superior na área da Comunicação, com uma oferta anual da ordem das mil novas vagas, há um discurso significativo sobre profissionalização em Jornalismo que continua a resistir à licenciatura na área da Comunicação Social.

Porquê? A resposta é complexa. Envolve elementos históricos, políticos e culturais, a questionável cultura profissional do jornalismo português, o seu sinuoso processo de profissionalização, ou o processo de desprofissionalização eventualmente em curso.

Da análise do “porque não” e do “porque sim” ao inquérito sindical podem ficar algumas pistas para reflexão.

¹⁵ Este foi o primeiro inquérito lançado pelo *site* do SJ (www.jornalistas.online.pt) depois da sua reformulação.

Identificam-se seis razões distintas para o “não”¹⁶. O maior volume (precisamente um terço, 33%) das respostas negativas baseia-se na ideia de que o fundamental é a prática, alcançada por diferentes vias – um curso de formação profissional, um estágio, a simples “escola da vida”. A maioria das recusas tende para:

- a valorização da “tarimba” face à formação académica;
- uma certa ideia de “facilitismo” profissional;
- uma concepção predominantemente tecnicista do exercício profissional.

O segundo argumento “não” (29%) defende a formação académica superior, mas em qualquer área. O que prefigura um campo profissional de fronteiras imprecisas, sem um corpo de conhecimentos reconhecido e estruturante, porque baseado em formações díspares apenas unificadas pelo objectivo final de exercício de uma mesma actividade.

Em terceiro lugar (19%), surge um efeito de identificação, precisamente com nomes e rostos de jornalistas conhecidos (e apreciados) mas que não têm cursos superiores no currículo. A justificação de que existem bons jornalistas sem cursos superiores é um argumento que o tempo tenderá a esbater, dado o constante aumento percentual da formação superior na classe profissional, mas dificilmente desaparecerá, dado o carácter aberto desde sempre defendido por órgãos tutelares, como o Sindicato dos Jornalistas, para acesso à actividade profissional.

A quarta razão (14%) reparte-se por dois argumentos. O primeiro poderia julgar-se extinto, mas não está. Trata-se da ideia de que “se nasce” jornalista, o que representa a oposição total à necessidade ou utilidade da formação académica superior. O segundo argumento surpreende pela expressão muito inferior à que seria de esperar, atendendo a um dos discursos mais frequentes sobre os cursos superiores da área da Comunicação Social: são muito teóricos, ou pouco práticos, ou insuficientemente profissionalizantes.

Finalmente, a razão menos presente (10%) é a de carácter mais pragmático ou economicista: não há mercado de trabalho que justifique a formação académica superior, ou, mais frontalmente ainda, a perspectiva de emprego não passa de uma sucessão de estágios.

Reduzido a menos de um terço das respostas, o “sim” à absoluta necessidade de formação académica superior na área da Comunicação Social, distribui-se por três argumentos mais representativos.

O mais forte (presente em 70% das respostas) é o que vê essa formação como defesa e protecção dos diplomados. Estabelece, por vezes, a analogia com profissões consagradas como tal – médicos e advogados. Esta é uma perspectiva de exclusividade no acesso, visando claramente impedi-lo a possuidores de habilitações académicas (mesmo superiores) diferentes. Este fechamento do campo profissional é uma resposta à “invasão” por outros, com ou sem diplomas.

¹⁶ Note-se que as percentagens relativas ultrapassam os cem por cento porque algumas respostas contêm ou combinam mais do que um argumento entre os identificados.

Num plano mais secundário (29%), o “sim” é defendido como uma garantia de ética e rigor profissional contra uma espécie de jornalismo “trash” e contaminado por “pseudojornalistas”.

Finalmente, a terceira razão (20%) é uma espécie de “nim”: a necessidade absoluta é defendida sob condição – a de ter maior componente de formação prática.

Há muitas questões em torno da problemática do ensino do jornalismo em Portugal, tal como há necessidade de debate e de estudos sobre conteúdos e programas, níveis e objectivos de formação. A relação do campo do Jornalismo com a globalizante Comunicação não será um dos menores problemas. Mesmo que não haja fracturas (entre Jornalismo e Comunicação, entre universidade e profissão, entre formação teórica e prática, entre ensino e tarimba) sentem-se fissuras.

Referências bibliográficas

- Cascais, F. (2003). *Ensino do Jornalismo – Contributo para a sua história/período 1968-1974*, trabalho para defesa do Diploma de Estudos Avançados, Setembro de 2003 (Programa de Doutoramento em Comunicação Social, Universidade Complutense, Madrid)
- Mesquita, M. (1994). ‘*A Educação para o jornalismo: Uma perspectiva sobre Portugal*’, comunicação apresentada ao II Congresso dos Jornalistas de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Dezembro de 1994.
- Pinto, M. (2002). ‘*O Ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal – Notas sobre uma ‘crise de crescimento*’, comunicação apresentada ao I Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, Santiago de Compostela, Outubro de 2002.
- Ruellan, D. (1997). *Les “Pro” du journalisme – De l’État au statut, la construction d’un espace professionnel*, Grenoble: Presses Universitaires.
- Ruffin, F. (2003). *Les Petits soldats du journalisme*, Paris: Éditions les Arèes.
- Stephensen, H. (2003). *Taking Journalism Further – Mid-Career Training in a European context*, Maastricht: EJC.

Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo

Entrevista com o Prof. Manuel Carlos Chaparro

Entrevistaram: Manuel Pinto, Helena Sousa, Joaquim Fidalgo, Felisbela Lopes e Sara Moutinho

Nasceu no Ribatejo, foi jornalista no extinto *Diário Ilustrado*, em Lisboa, e em alguns dos grandes jornais brasileiros. No Brasil fez toda a sua formação académica, sendo hoje, lá e cá, um dos nomes de referência dos estudos jornalísticos. Manuel Carlos Chaparro é professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e foi presidente da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. É autor de numerosos trabalhos, nomeadamente os livros *Linguagem dos Conflitos* (Coimbra: Minerva, 2001), *Pragmática do Jornalismo – Buscas para uma teoria da ação jornalística* (Summus, 1994) e *Sotaques d’Aquém e d’Além Mar* (Jortejo Edições, 1998). Concebeu e dirige o *Re-escrita*, “um projecto de natureza académico-profissional, para a crítica, a pesquisa e a discussão do Jornalismo e de outras linguagens da Comunicação” (www.reescrita.com.br).

Aqui ficam algumas partes de uma longa e agradável conversa, mantida em Julho de 2003.

P – Para inventariar algumas questões que se colocam no campo da formação em jornalismo, poderíamos partir da actual situação brasileira, fazendo a ponte com o caso português, que bem conhece.

MC – O ensino do jornalismo no Brasil é fortemente influenciado pela legislação que cria a obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão. Falo de uma lei que vem da década de 60, que cumpriu um papel importante, na época, na medida em que serviu para moralizar a profissão, já que o jornalista era um cidadão diferente no Brasil. Não pagava imposto de renda, viajava de graça... Bastam esses dois aspectos para explicar por que o bispo era jornalista, o advogado era jornalista, todos eram jornalistas. Esta situação reflectia uma relação promíscua entre os poderes e a imprensa, que está na raiz da história da imprensa brasileira, e que tem marcado ao longo do tempo o relacionamento entre jornalistas e poder. Essa legislação, nascida num cenário de conflito com os profissionais de relações públicas, assume um esquema muito interessante, montando um modelo de comunicação quase científico.

P – De onde vinha esse modelo?

MC – Na origem desse modelo estavam os grupos, as entidades de relações públicas que conseguiram uma regulamentação da profissão que lhes dava quase a totalidade

do domínio sobre os profissionais de jornalismo. Por exemplo, cheguei a ter uma empresa que fazia jornais e revistas para terceiros e fui multado pelas entidades de relações públicas, porque não tinha um profissional de relações públicas. Essa regulamentação da profissão dos jornalistas surgiu como uma reacção corporativa contra o avanço das relações públicas no mercado da comunicação. Depois essa história teve desdobramentos, e é com base nessa experiência que, mais tarde, o trabalho da assessoria de imprensa, por exemplo, foi incorporado no mercado de trabalho dos jornalistas. Mas essa é uma história paralela... No que diz respeito à legislação, ela teve o grande mérito de moralizar a profissão, porque criou a exigência do diploma, criou também uma fase de transição para os jornalistas que não eram diplomados e que estavam na profissão e que, para continuarem a ser jornalistas, tinham que demonstrar que estavam a trabalhar como jornalistas. Na verdade, essa lei produziu vários efeitos. Um deles foi a proliferação de escolas de jornalismo, porque havia uma reserva de mercado previamente garantida. Se para entrar no mercado de trabalho dos jornalistas era necessário o diploma, então era igualmente preciso haver escolas.

P – Estamos a falar de que ano?

MC – 68, a origem da lei. Passámos a ter um cenário em que, de um lado, se fortaleceu uma definição da profissão e, do outro, se deu uma explosão do ensino do jornalismo como resposta natural a uma demanda que se criava. Havia um currículo mínimo que o Ministério da Educação tinha, mas que era uma coisa que, na minha opinião, já nasceu anacrónica e que influenciou todo um certo ensino do jornalismo muito construído em cima de segmentações. Isto aconteceu até para acomodarem os próprios professores, que tinham as suas áreas e que criaram disciplinas que assentavam nelas. Jornalismo comparado, jornalismo científico, jornalismo especializado, um monte de recortes assim que não tinham a amarrá-los um conceito mais amplo de formação. Ao mesmo tempo havia as matérias teóricas – Sociologia da Comunicação, Psicologia da Comunicação, etc. – que acomodavam um pouco a exigência do currículo mínimo, mas principalmente o conjunto de professores que vinha de outras áreas para constituir massa crítica dentro dos cursos de jornalismo. Vinham já com títulos, etc., e aí se abriam as disciplinas para os campos em que os professores actuavam.

P – E esses cursos eram autónomos ou encontravam-se enquadrados em departamentos como os de Ciências Sociais, Linguística?...

MC – Situavam-se no interior de escolas de Comunicação Social. Em alguns casos, os cursos eram autónomos, noutros faziam parte daquele tipo de formação que é comum em Portugal. Há uma licenciatura em Comunicação Social e, a partir de um certo momento, criam-se áreas mais especializadas. Dentro disso cresceu um modelo de inspiração americana, que é o modelo que está sempre mais próximo. Houve aqui professores importantes. Luís Beltrão e José Marques Melo talvez tenham sido os mais importantes nesse momento. O Luís Beltrão foi um pioneiro. Criou o curso em Brasília e em Pernambuco e definiu também um certo modelo do ensino de jornalismo que tinha relação com os livros que publicava, onde trabalhava muito a questão dos géneros:

o jornalismo interpretativo, o jornalismo informativo, o jornalismo opinativo. Esse foi um modelo preliminar que organizou os cursos de jornalismo e que, de alguma forma, tinha uma inspiração americana. Havia ali um espelho muito vivo e muito próximo, até porque os Estados Unidos eram, desde a década de 20, um ambiente para onde os jornalistas brasileiros iam estagiar, iam aprender. No entanto, vale a pena recordar que, até à década de 20, a influência no jornalismo brasileiro era a francesa. Em finais da década de 20, os americanos começaram a instrumentalizar toda uma política de exportação cultural, exportação de modelos culturais: a música, o cinema... E um dos alvos também foi a imprensa. Foi nessa ocasião que foi criada a Sociedade Americana de Imprensa, uma sociedade de empresários, de jornalismo de imprensa.

P – *Que ainda existe e é muito forte...*

MC – Sim... Ela foi criada nessa época, surgindo ao mesmo tempo políticas americanas para atrair jornalistas para os Estados Unidos, para ver como a imprensa funcionava. Por essa altura, criou-se inclusive uma polémica cultural muito interessante entre os “americanistas” e os francófonos. Isto atravessou várias décadas de modo que todos os grandes projectos de reforma da imprensa brasileira são projectos coordenados por jornalistas que estiveram nos Estados Unidos. E o modelo americano se inculcou no jeito da imprensa brasileira. Por exemplo, na década de 50, o projecto do *Jornal do Brasil* tornou-se um paradigma, trazendo para a imprensa brasileira todo o modelo americano do *lead*, etc... Penso que o JB aperfeiçoou o modelo americano. Mais recentemente, temos a *Folha de S. Paulo*, que foi também toda ela um projecto influenciado pela imprensa americana: o Carlos Eduardo Lins da Silva – que teve uma influência fundamental na definição teórica do projecto – passou dois anos nos Estados Unidos. Então, isto aí também vem pela mão dos teóricos... E aí vieram certos *viéses* que influenciaram muito o ensino do jornalismo: o funcionalismo, a visão “funcionalista” das coisas marcou o jornalismo comparado e todas as derivações, a comunicação comparada... mesmo a metodologia científica, a ênfase nas quantificações...

P – *Na sua formação, que tipo de relação teve com esse processo?*

MC – Eu entrei com 45 anos na faculdade, de maneira que vivi um pouco essa fase como aluno. Eu já era jornalista, mas achei que não compreendia bem as contradições do jornalismo e resolvi estudar. A gente tinha um curso que era tido como o melhor curso do Brasil, que era a melhor escola brasileira – eu acho que ainda é! –, mas era um curso de jornalismo em que havia dois tipos de professores, sem existir uma visão integrada. De um lado, havia os teóricos não-jornalistas, que estavam a fim de fazer a cabeça dos alunos. Por exemplo, o meu professor de Sociologia da Comunicação passou um semestre a discutir o *Manifesto Comunista*. Esse núcleo de professores, que não eram jornalistas, não tinha contacto com o jornalismo a não ser um contacto intelectual, e num momento em que havia um grande esforço ideológico de produzir uma certa argumentação política de esquerda. No primeiro ano aprendia-se muito com esses professores. No segundo, eles repetiam-se, com outras disciplinas, outros nomes, mas a dizer as mesmas coisas. Do outro lado, havia os profes-

sores que eram profissionais e que não sabiam nada de conceitos e teorias, davam receitas: o *lead* se faz assim, o título se faz assim... E como normalmente esses professores profissionais não eram da melhor estirpe, a gente acabava tendo um receituário muito empobrecido.

Para além disto, havia uma precariedade de meios muito grande, não se conseguia fazer experimentação. Isso era compensado porque vivíamos numa universidade muito boa, no conjunto, e a qualidade da discussão compensava um pouco isso.

O modelo de ensino que se implantou foi muito influenciado pelo modelo americano, o conceito de curso era um conceito de curso voltado para o mercado, mas isso aí era misturado com uma visão ideológica dos processos político-sociais, que era trazida para os cursos por esses professores que vinham de outras áreas, da sociologia, da antropologia, da filosofia, das letras, etc.

P – ... o que correspondia mais a uma visão europeia do que americana, não era?

MC – Sim, acredito que sim, até porque na USP [Universidade de S. Paulo], nessa área, a influência francesa foi muito forte. E isso criava uma certa contradição nos cursos e uma divisão muito profunda, porque os professores não se entendiam e talvez se detestassem... Os teóricos chamavam os outros de “professores do Senai”. O Senai [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial] ensina a fazer as coisas: é uma entidade de ensino da indústria, que prepara técnicos – Lula [da Silva] fez o curso do Senai e aí se tornou torneiro mecânico. Lembro-me que havia discussões e os professores não se misturavam. “Isso aí é a parte do Senai, e a gente não entra”. E vice-versa: “Aqueles caras não ensinam nada, só ensinam teoria, não tem nada a ver, nunca passaram perto de uma redacção”, e ficava-se nessa discussão. Eu fiz o curso em 1979, de 1979 a 1982; só a partir daí as coisas começaram a melhorar, porque começou a surgir a pós-graduação.

P – De quantos anos eram os cursos?

MC – Quatro anos. E as escolas se desenvolveram. Cresceram, sem controlo, cursos muito ruins, não havia corpo docente. Se na USP não tínhamos um corpo docente bem preparado, imagine no resto do Brasil. Então os cursos eram muito precários muito por causa dessas circunstâncias de origem. Ultimamente, nós estamos vivendo uma nova fase. No governo de Fernando Henrique, criaram-se mecanismos de avaliação dos cursos que, embora imperfeitos, criaram mecanismos fortes de avaliação e que supõem condições que as escolas devem oferecer para dar os cursos, como por exemplo os laboratórios. É que a legislação brasileira também tem um outro negócio que influenciou muito os cursos, que é a proibição do estágio. Naquela legislação da década de 60, que moralizou a profissão, uma das coisas que a legislação produziu foi a proibição do estágio. Porque o estagiário era explorado como mão-de-obra barata. E aí se partiu para a solução radical oposta: proibir o estágio. Com a proibição do estágio, se criou uma espécie de obrigatoriedade – e isto influenciou muito, depois, os padrões de avaliação dos cursos – de as escolas terem recursos para compensar a falta do estágio. Daí a importância dos jornais de laboratório, os

produtos laboratoriais, que passaram a ser uma peça importante dos cursos de jornalismo. Isso levou tempo, mas hoje todos os cursos têm vários produtos laboratoriais. As escolas hoje são muito avaliadas por essa capacidade de oferta.

P – A proibição do estágio ainda se mantém?

MC – Mantém-se, embora na prática esteja sendo desrespeitada. Porque também a obrigatoriedade do diploma está sendo desrespeitada, sob a liderança da *Folha de S. Paulo*. Eu pessoalmente estou convencido de que cairá a obrigatoriedade do diploma, porque a cultura é outra, as coisas são diferentes, não há mais a ditadura – e essas decisões têm por base o princípio constitucional do direito à liberdade de expressão. E há determinada corrente jurídica que considera que a lei de reserva de mercado, da obrigatoriedade de diploma, é um cerceamento da liberdade de expressão.

P – No entanto, o sindicato continua a fazer uma força muito grande para manter a obrigatoriedade do diploma.

MC – Sim, porque essa lei fortalece o sindicato. Mas as opiniões estão muito divididas. Há evidências de que o Sindicato já está a trabalhar num outro esquema que seria o da Ordem dos Jornalistas. Para controlar a actividade profissional. Penso que o diploma fraqueja. Por exemplo, se a *Folha de S. Paulo*, que é um jornal muito forte, diz “não, eu não respeito a lei”, e não acontece nada, então não há razão para que os outros respeitem a lei, não é? Principalmente no que se refere ao estágio. Já é uma prática aberta, embora sem a característica anterior de exploração da mão-de-obra. Eu acho que o estagiário hoje já entra no mercado de trabalho com uma certa protecção.

P – Só para terminar aquela ideia sobre os mecanismos de avaliação na altura do presidente Fernando Henrique Cardoso...

MC – Ah, sim. Os mecanismos de avaliação mudaram o perfil do ensino. Mas também foi possível mudar por causa da pós-graduação. Se se criam cursos de pós-graduação, cria-se consequentemente uma capacidade de reflexão, uma capacidade de avaliação crítica, e também uma capacidade de formar gente que vai acabar por influenciar a qualidade e a discussão dos cursos. Por exemplo, na ECA [Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo], há uma nítida relação de... pólos, vasos comunicantes, entre graduação e pós-graduação. Até porque o curso está organizado em núcleos de pesquisa, que trabalham simultaneamente a graduação e a pós-graduação. No caso da ECA, existem cinco áreas de estudo, áreas de pesquisa, de investigação: jornalismo e linguagem; jornalismo e cidadania; jornalismo comparado; jornalismo, tecnologia e mercado; e epistemologia do jornalismo. Os professores organizam-se e, como há uma política de bolsas, acaba havendo núcleos de trabalho em torno de projectos de investigação e a pós-graduação também. Essas são as alternativas que se colocam aos candidatos à pós-graduação em termos de áreas. Acaba sendo uma forma de o curso se vitalizar, e também de às vezes entrar em crise, não é?

P – *E hoje como foi resolvido o problema, que referia atrás, da clivagem entre os teóricos e os profissionais?*

MC – Isso ainda existe um pouco, mas está bastante suavizado. Por um lado, os profissionais fizeram pós-graduações; por outro, a força dos projectos laboratoriais acabou envolvendo os professores teóricos directa ou indirectamente. Apesar da resistência de certos grupos, que vêem o jornal laboratorial, a revista, etc., como uma ferramenta profissional, eu penso que cada vez mais cresce a convicção de que ali não está só o ensino técnico, mas o reflexo do conjunto da formação que o aluno recebe. Pessoalmente defendo muito que as equipas dos jornais de laboratório sejam também integradas por professores que, não sendo da área técnica específica do jornalismo, podem dar uma grande contribuição, por exemplo, na discussão de assuntos, discussão crítica, etc. A pós-graduação ajudou muito a derrubar essas fronteiras. Nos núcleos há professores das duas áreas, o que enriquece a discussão.

P – *Em relação ao estágio, porque diz que actualmente já não se colocam o mesmo tipo de lógicas de exploração? O que é que aconteceu, o que é que mudou para o estágio, ou a relação dos empregadores com o estágio, ser diferente neste momento?*

MC – Mudaram algumas coisas. A principal delas talvez tenha sido a sociedade brasileira que é agora outra, ou seja, as coisas são discutidas mais abertamente. Por outro lado, os cursos preparam melhor os alunos do que preparavam antes. Então, o aluno que vai para o mercado de trabalho vai para funcionar bem. E, aí, eu acho que há um padrão mínimo de remuneração que é um padrão que me parece aceitável. Houve também um momento, o do *boom* da Internet, quando o mercado de trabalho ficou extremamente excitado, em que recebia pedidos e não conseguia encontrar alunos para trabalhar, porque se empregavam facilmente recebendo salários às vezes competitivos. Quando o estagiário tem qualidade, é bem remunerado; mas, quando não tem qualidade, é rejeitado pelo mercado. Ao contrário de antigamente, em que se mandava um estagiário em reportagem para a rua e ficava na redacção um jornalista mais antigo, que escrevia depois o respectivo texto, hoje não existe nada disso. Mudou o mercado, mudou, digamos assim, o perfil do mercado. Você tinha o *copydesk*, tinha revisão, tinha não sei o quê, e hoje não tem nada disso. O repórter tem que saber várias coisas. E como os cursos melhoraram, por causa da avaliação, por causa dos laboratórios, etc., então o aluno que sai dos cursos de jornalismo, apesar das muitas críticas que os profissionais veteranos fazem ao recém-formado – sempre fizeram e vão continuar a fazer –, a verdade é que estão mais bem preparados.

P – *Mas, para além de uma preparação melhor, não haverá também do lado das empresas razões económicas, de terem estagiários se calhar com um salário muito baixo...*

MC – A coisa não está solta assim. É certo que a lei está começando a ser transgredida, mas ainda existe, e há o factor sindical.

P – *E a pressão das universidades no sentido de haver um estágio?*

MC – Há uma certa pressão das universidades. Só que o estágio que se propõe das universidades é uma discussão que não está resolvida. As universidades defendem o ponto de vista de que o estágio deve ser uma actividade académica, não profissional. Então, deve haver um acompanhamento do professor. Na prática, isso é muito difícil.

P – *E qual é o argumento, por exemplo, da Folha de S. Paulo?*

MC – A *Folha de S. Paulo* é uma história muito interessante, porque acontece o seguinte: o director do jornal é um dos filhos do proprietário a quem o sindicato negou o registo como jornalista. A partir daí, ele passou a travar uma guerra pessoal contra o sindicato. E a guerra dele é essa... “Porque é que eu não sou jornalista? Então vamos derrubar essa lei, vamos mostrar que essa lei não vale nada”. Como é um jornal muito poderoso, isso gera uma certa cultura, e essa contamina outra. Mas há jornais, por exemplo, que ainda não contratam estagiários, nem pessoas sem diploma. É o caso do *Estado de S. Paulo* e muito outros jornais.

P – *Em termos mais globais, na sua opinião, é possível formar um jornalista sem que ele passe por uma redacção?*

MC – Acho que não. Pessoalmente, preferia que houvesse o estágio integrado no curso, mas com uma orientação académica. Mas é muito difícil. Por isso, defendo que haja bons laboratórios, com bons professores e uma linha de ensino que incorpore ao saber académico o saber da produção prática. Há um saber produzir na prática que não se pode perder na formação do aluno. Embora sendo muito difícil, penso que é possível. Tenho essa experiência pessoal. Enquanto dei aulas de graduação, os meus alunos sempre foram lá ver como se faz. Não para ficarem deslumbrados, mas para fazer crítica, para desmistificar. Ter bons laboratórios constitui uma peça importante não apenas para aprender a fazer mas também para aprender a pensar, no sentido em que constroem um espaço para o qual pode convergir a integração das várias vertentes do saber. Como eu já disse, defendo que as equipas dos jornais-laboratório, não sejam só formadas por profissionais que dominam as técnicas, mas que sejam formadas por pessoas das áreas ditas mais teóricas. Os professores de metodologia, de filosofia ou sociologia porque é que não podem fazer parte da equipa do jornal ou da revista? Ajudariam a discutir o jornal. Eu penso também que, nesta visão do curso, os jornais-laboratório seriam uma ferramenta privilegiada para fazer a autodiscussão do curso. Ao analisar-se uma sequência de jornais, de revistas ou de programas de televisão consegue-se ver que tipo de ensino está sendo ministrado aos alunos. Não apenas na maneira como eles escrevem, ou na maneira como eles “diagramam”, mas na maneira como eles vêem e pensam o mundo. Cheguei a propor para o meu curso seminários onde se analisasse um produto laboratorial com professores externos ao laboratório. A partir da análise crítica, far-se-ia a discussão do curso não só do trabalho dos professores das aulas com uma componente mais prática, mas de todos. Isso foi aprovado, mas acabou por não ser implantado. No entanto, acho que os laboratórios podiam ser uma grande ferramenta de articulação dos cursos.

P – *Vê esses laboratórios como relevantes, a partir, por exemplo, do meio do curso ou desde o primeiro ano?*

MC – Desde o início, desde o primeiro ano. Eu não acredito no ensino do jornalismo sem a prática. Não acredito que se ensine a fazer notícias na simulação. Na simulação, pode ensinar-se a fazer um título, a abertura de uma matéria, mas não se submete o aluno às injunções e às circunstâncias críticas da notícia. Qualquer que seja o jornal, deve ser um jornal de verdade. Com periodicidade, compromissos, um cenário social onde tenha um papel a cumprir, um público, etc. Isto às vezes é difícil. Talvez seja um pouco de vaidade minha, não sei..., mas acho que o curso de Jornalismo da ECA melhorou quando passámos a ter um jornal de verdade no primeiro ano, que era, e continua a ser, um jornal de uma favela. Uma boa parte dos alunos nunca tinha entrado numa favela e, com esse trabalho, passa a defrontar-se com a necessidade de descobrir e conviver num ambiente que é um recorte da realidade brasileira. Talvez não seja a realidade dele, mas é a realidade de uma boa parte do povo brasileiro. A favela pode ter tudo o que a gente pode imaginar de ruim, mas é uma comunidade relativamente organizada. Essa favela onde nós fazemos o jornal é uma população de 10 a 15 mil habitantes, que tem uma base de “organicidade”, uma cultura, costumes, medos, problemas... Neste processo, é preciso ter muita lucidez e sensatez, para não se fazer um jornal paternalista, que substitua a comunidade. Não é só ensinar a fazer jornalismo, é ensinar a se relacionar com o mundo. E isto é um aprendizado, eles terminam o curso e falam “O melhor momento do curso foi aquele”. Eu tenho lá depoimentos escritos de alunos que guardo, porque foi uma descoberta. Ao mesmo tempo, é uma iniciação ao jornalismo. Ao fim de 15 dias, eles estão a fazer o jornal.

P – *E entra em concorrência directa com os outros jornais que estão no mercado?*

MC – Não, é um jornal quinzenal, distribuído directamente na favela pelos alunos, que cumpre um papel que os outros não cumprem. Começámos com cem exemplares que colávamos na parede. Esse modelo depois foi copiado por outras universidades. É baratíssimo. Portanto, começou por ser um jornal mural, porque não havia dinheiro. Essas folhas eram colocadas nos bares, nos locais de convergência. A população, a comunidade, por algum critério de representação, participava nas reuniões de pauta, que são as reuniões de discussão de agenda. “Pauta”, no sentido em que nós usamos no Brasil, é melhor que “agenda”, é mais completo, mais complexo, porque “pauta” é a invenção da matéria. Não é só o que deve ser notícia... é a discussão, é a criatividade, é a criação da matéria.

P – *E a avaliação, também, não é?*

MC – É, também, mas ela é o momento de criar sem limites a partir dos factos. Esse momento é fundamental para ensinar, por exemplo, que a pergunta essencial para fazer a um jornal não é “o que nós vamos publicar?”, mas “o que está acontecendo?”. A tentação de um aluno de classe média ou média-alta, que vai fazer um jornal de favela é: “o que é que eu vou fazer para educar as pessoas, para ensinar as

peçoas, para ajudar a resolver o problema das peçoas?”. E ele vai aprender a fazer outra pergunta que é “o que é que está acontecendo lá?” e, a partir daí, pensar o jornal, com os protagonistas da comunidade. É um momento essencial para ele aprender que o seu poder tem certos limites. Ele não pode, por exemplo, usar as peçoas como quiser. É o momento para aprender que quem tem que resolver os problemas da comunidade é a comunidade. O jornal não tem que se substituir a ela. É o momento de aprender a escrever, a fazer títulos, a tirar fotografia, a pensar o jornal, a se iniciar nas tarefas, um escreve, outro edita... É o momento que ele tem de aprender que não pode escrever o que quiser, quando quiser – tem espaços, tem hierarquias, tem coisas mais importantes, coisas menos importantes. E, ao mesmo tempo, está a relacionar-se com o mundo real, com uma colectividade que precisa se identificar com o jornal. Isto é feito, quando, noutras disciplinas, se estuda Ciência Política, Sociologia, Linguagem, etc. E ele que faça os cruzamentos. No segundo semestre, os alunos têm um laboratório, uma publicação – que hoje está na Internet – que é uma agência de notícias que faz divulgação científica. Passa-se, então, a tratar assuntos mais complexos, que obrigam a contactar fontes mais complexas, a lidar com conteúdos que exigem uma atitude intelectual com uma certa maturidade. No outro período, logo a seguir, há que fazer um jornal, de quinze mil exemplares, que circula na cidade universitária, que capta os conflitos da vida universitária. Depois tem uma revista mais voltada para a grande reportagem, para um jornalismo mais literário. Simultaneamente há um trabalho com rádio e televisão. Mas a vocação do curso é predominantemente de imprensa.

Os laboratórios são a espinha dorsal do curso, do meu ponto de vista. A formação que o aluno recebe na sua globalidade tem que se projectar, tem que aparecer no jornal-laboratório. Isto tem que ser detectado numa avaliação crítica. A gente não faz ainda, mas eu acho que esse poderia ser um caminho interessante.

P – Em Portugal, nos anos 80 e, sobretudo, 90, começam a ganhar expressão páginas mais especializadas: em economia, ciências, cultura e outras áreas temáticas, como o ambiente, por exemplo. Como preparar os jornalistas, ou os futuros jornalistas, para esta realidade?

MC – Não existe uma preparação específica. Um bom jornalista vai ser capaz de escrever sobre meio ambiente, sobre ciência... Onde é que está a especialização? Está no “acúmulo” de informações, não está na maneira diferente de escrever. Penso que não devemos valorizar demais a especialização. Se isso acontece, corre-se o risco de o jornalista passar a fazer um discurso especializado. E, aí, passar a escrever para quem não precisaria, quer dizer, escrever sobre ciência para cientistas, sobre economia para economistas, que é uma coisa bastante frequente, na minha opinião. As páginas de ciência, não tenho muita dúvida de que são lidas quase só por cientistas.

P – E mesmo esses muitas vezes se queixam de que a linguagem não é suficientemente rigorosa...

MC – A especialização existe em áreas em que se precisa entender o que está acontecendo. E para entender o que as coisas significam é necessário ter um “acúmulo” de

informações que em pouco tempo se adquire. Um bom profissional escolhe as suas fontes, vai acumulando e ao fim de pouco tempo é capaz. Na ciência, talvez haja uma divisão um pouco mais complicada de áreas, mas mesmo assim eu tenho dúvidas se isso é jornalismo. O jornalismo, qualquer que seja a sua área de especialização, não pode perder a perspectiva de que o principal papel é o de socializar o conhecimento. Quando se assume o discurso especializado, assume-se também uma submissão à fonte especializada, o que é extremamente perigoso.

P – Mas poderia haver, por exemplo, ao nível da pós-graduação ou de cursos específicos?

MC – Sim, sim. Aliás, é uma das coisas muito interessantes do nosso currículo, porque, a partir do segundo ano – do segundo semestre, aliás –, o aluno obrigatoriamente tem que começar a fazer disciplinas optativas fora da área do jornalismo. Numa gama de possibilidades, tem que escolher um campo complementar, preferencial. O que se exige é um mínimo obrigatório.

P – É a lógica “major” e “minor” americana...

MC – Sim, o modelo é americano. Se o sujeito quiser ser crítico de cinema, tem que fazer disciplinas de cinema. Essa é uma maneira de você resolver esse problema. Mas isso atende mais à necessidade do sujeito ter a cultura, mas isso não deve influenciar o discurso jornalístico. Esse tem que ser um discurso compreensível, claro e basicamente influenciado pela expectativa do leitor. O sujeito, quando se especializa, não pode perder essa noção de que o discurso jornalístico, em termos de estilo, tem a sua principal razão na expectativa do leitor. E não na personalidade do autor ou na força da fonte. Quando se assume que somos jornalistas, assume-se que vamos ser profissionais de um ramo de linguagem em que a expectativa do leitor é o factor decisivo. Escreve-se para se ser compreendido. Uma outra coisa que se sobrepõe à própria personalidade do autor é a tradição. Não se pode fazer textos sem títulos, escrever o quanto se quer, atribuir a mesma importância a todas as coisas, por exemplo. Isto faz parte dos condicionamentos do jornalismo. Mesmo no artigo editorial, se o sujeito perder a noção de que é a perspectiva do leitor o factor de procedência mais importante do estilo, provavelmente vai fracassar.

P – Poderia tentar explicar-nos melhor como é que evoluiu este curso ao longo dos tempos? Que tipo de reestruturações é que sofreu, que opções foram tomadas?

MC – O curso da ECA, da Escola da Universidade de São Paulo, é muito influenciado pelo facto de ser um curso da Universidade de São Paulo. A mentalidade dos professores não está muito voltada para as relações com o mercado. O curso da ECA é um pouco diferente de outros cursos. Por exemplo, o curso [da Universidade Federal] de Santa Catarina, que é um bom curso de Jornalismo, relaciona-se muito com as demandas do mercado. Eu penso que cada curso tem a sua vocação, que é o resultado de um conjunto de circunstâncias. No caso da ECA, a pós-graduação tem hoje uma influência muito grande sobre o perfil do curso de Jornalismo. O que se estudou para delinear as formas mais modernas e mais recentes do curso foi o ensino americano que

teve uma influência muito grande sobre o modelo que nós adoptámos. Há três grandes momentos... A fase preliminar foi aquela de que falei, onde de um lado estavam os professores ditos teóricos e do outro lado os professores ditos técnicos, sendo ambos aparentemente coisas inconciliáveis. Há depois a fase que produziu uma grande melhoria da massa crítica do curso e que foi a da pós-graduação, em que os professores técnicos foram adquirindo uma formação mais académica.

P – A pós-graduação é muito procurada por profissionais no activo? Jornalistas?

MC – Não muito, mas é procurada. No entanto, os professores da ECA, por razões de carreiras, foram obrigados a fazer pós-graduações, o que mudou o perfil do corpo docente, criando, conseqüentemente, canais de relacionamento entre as áreas. Depois isto foi fortalecido pela criação dos núcleos de pesquisa. A criação dos núcleos de pesquisa veio no bojo de um projecto que depois foi abandonado, que era de criar uma pós-graduação só de Jornalismo, que foi um projecto do José Marques de Melo. Que chegou a ser implementado, mas depois houve problemas burocráticos, de relacionamento lá com as entidades científicas, do Governo, e tal, e houve uma marcha--atrás. Mas os núcleos ficaram e, de alguma forma, delinearam o feitio do curso que nós temos hoje. Dentro disso aí, houve uma reforma de currículo, que foi aquela que introduziu o conceito da formação complementar. E que era bastante exigente, era um peso grande na carga horária – foi reduzida depois, mas era um peso grande. Não me lembro agora exactamente, mas o sujeito tinha que fazer, no mínimo, cinco disciplinas fora da ECA, num campo que ele escolhesse. O próprio aluno passava a participar da construção do seu currículo, que era uma coisa muito interessante como conceito. Isto enriqueceu a discussão dentro do curso, na medida em que passou a haver confluências de perspectivas diferentes dentro da discussão interna do curso, trazida pelos alunos. Esta fase foi muito beneficiada, como resultado do crescimento da pós-graduação, pela existência de projectos de investigação financiados, que aumentaram em quantidade, quando se criaram os núcleos. Os núcleos se articularam em torno de projectos. E, com esses projectos, nós passámos a ter verbas para bolsistas, alunos de graduação bolsistas. Nós passámos a ter uma boa percentagem de alunos em tempo integral no curso, porque eles passaram a estar vinculados a projectos de investigação. Isto tudo são circunstâncias que melhoraram a qualidade do curso, independentemente das suas precariedades, das suas dificuldades. Mas houve uma melhoria que eu digo que talvez seja, principalmente, uma melhoria de massa crítica. Passou a haver uma visão muito mais exigente dos processos de ensino. Hoje, está se discutindo novamente o currículo.

P – Uma questão que se põe hoje tem a ver com o debate sobre a pressão empresarial para uma polivalência de jornalistas, especialmente quando trabalham no contexto dos grupos mediáticos...

MC – Isso existe, principalmente dentro da Internet que, apesar de toda a crise, constitui hoje, no Brasil, um mercado bastante expressivo para jornalistas. Uma influência que me parece que está a acontecer no Brasil, e também em Portugal, tem a ver com a alteração profunda dos modelos de “gerenciamento” dos negócios. Há cada vez

mais organizações empresariais fragmentando os seus espaços em unidades de negócio, e cada unidade de negócio tem de responder pelo seu lucro. Isto, portanto, torna as pessoas que trabalham nessa unidade de negócio solidárias em torno da obrigação – até para salvar o emprego, não é? Eu acho que deve haver uma influência, senão directa pelo menos indirecta, forte, dessa alteração dos modelos de “gerenciamento”. Passaram a ser horizontais, a verticalidade acabou, passando a haver hoje poucas pessoas a mandar. Nas corporações internacionais há uma horizontalidade. A *Folha* está toda estruturada assim. A redacção é uma unidade de negócio, a gráfica é uma unidade de negócio, cada suplemento é uma unidade de negócio, a editora é uma unidade de negócio. E, com isso, controlam-se as crises sem comprometer o todo. Está ruim na redacção, demite-se na redacção, mas os outros negócios ficam preservados.

P – Como analisa o discurso sobre a crise do jornalismo?

MC – É uma discussão muito complicada. Eu penso que a profissão de jornalista – se você entender o jornalismo como uma profissão – está numa crise muito séria. Está em crise a sua razão de ser, mas não a do jornalismo. O jornalismo, como processo, não está em crise, mas é cada vez mais decisivo. Hoje não é preciso um jornalista para espalhar uma notícia. A notícia é que tem de ter o valor de notícia, senão fracassa. Há uma crise irreversível na profissão de jornalista. Esse perfil da profissão foi construído ao longo de séculos, em que o jornalista, de uma forma mitológica – falsa, na minha opinião –, foi colocado num altar de poder que nunca existiu e, se existiu, é um altar que esconde um poder oculto que não é o que está ali. O poder dos jornalistas sempre foi a face visível de poderes ocultos. A profissão está em crise, na medida em que o território sagrado da redacção como espaço de decisões perdeu força. Se as redacções continuassem a ter o poder que tinham, ou o poder que imaginavam ter, os jornais hoje não eram tão iguais. Há 40 anos, os jornais eram diferentes entre si, porque cada redacção podia decidir o que publicar e o que não publicar; hoje não pode. Hoje, quem pensa o acontecimento pensa o acontecimento para ser notícia. As coisas são ditas e feitas com tal sentido jornalístico que não se pode deixar de noticiar, reproduzindo-se assim o que esses sujeitos produtores de conteúdos jornalísticos dizem e fazem. Esse sintoma de os jornais serem muito iguais é um sintoma bem mais complicado do que se pensa. Não é um problema só de criatividade. Há uma nova realidade nesse campo. Se quisermos ser duros, temos de reconhecer que as redacções perderam a capacidade de produzir os conteúdos. Os conteúdos estão a ser produzidos fora. Hoje, a materialidade dos acontecimentos é apenas um pretexto, porque o que importa num acontecimento é o que ele significa como notícia. A acção realiza-se na socialização do discurso. Na notícia. E isto pôs em crise a profissão. Com o rótulo de jornalista ou de qualquer outro profissional, a verdade é que há um saber que as fontes adquiriram, que passou para elas. Produzir um acontecimento que tem uma potencialidade de ser notícia irresistível é um saber.

P – Um saber que é hoje profissionalizado e institucionalizado.

MC – Sim. Em Portugal o jornalista tem que sair do Sindicato [entregar a carteira profissional...] para fazer isso. Em S. Paulo, há pelo menos – eu acho que são mais do

que isso – um terço dos jornalistas com carteira que trabalham nas fontes. O saber jornalístico das fontes não é uma coisa abstracta, é um saber adquirido, contratado. É a isso que eu chamo “revolução das fontes”, que foi silenciosa mas aconteceu.

P – Mas, face ao discurso que enfatizava o poder do jornalismo sobre a sociedade, o que sugere com essa ideia da “revolução das fontes” é que há também um poder que se exerce sobre o próprio jornalismo.

MC – O processo alargou-se. Mesmo as fontes na sua revolução preservaram a linguagem jornalística.

P – E foram buscar os próprios jornalistas...

MC – Sim. O pressuposto em que se organiza a cultura democrática é o de que a notícia é uma coisa veraz e que tem de ser acreditada. E ninguém quer publicar a notícia num jornal que não é acreditado. A natureza “confiável” da linguagem está inserida nas convenções sociais e culturais. É essencial para o próprio processo da democracia. Isto hoje é um jogo de confrontos extremamente acirrados. O jornalismo está em crise e, por isso, há uma contradição permanente e cada vez mais aguda no jornalismo. Por um lado, há o interesse particular, porque não se pode exigir que o discurso particular não tenha a organizá-lo o interesse particular; mas, por outro lado, o jornalismo tem um compromisso com um certo nível de interesse público. Esta contradição equaciona-se razoavelmente, quando se entende o jornalismo em duas dimensões. Uma, a dimensão de linguagem. A natureza da linguagem jornalística interessa ao interesse particular também, ao discurso particular. O discurso particular se beneficia da “confiabilidade” da linguagem jornalística. E sem essa “confiabilidade” ele não subsiste. E isto é também o que interessa preservar pelos mecanismos sociais, os mecanismos do confronto, porque você tem a democracia... A democracia o que é? É um milagre de confrontos organizado, de confrontos que têm uma lógica, e têm uma certa ordenação e uma certa coordenação. Porque você não realiza a democracia, que é um sistema que sempre busca o aperfeiçoamento, sem o conflito. E o conflito, hoje, é o conflito discursivo. O jornalismo, ao mesmo tempo que tem que preservar a sua aptidão de linguagem veraz, ele tem que – isto é uma coisa que ganhou significação maior nos últimos tempos, com a Internet, com as tecnologias de difusão – ir amadurecendo uma outra vocação, tão importante como a da linguagem, que é a vocação do espaço público. O espaço público “confiável”. Não há confrontos sem espaço público. Antigamente, o espaço público era a praça; era ali que se realizavam as coisas. Hoje o espaço público preponderante – da cena política, da cena económica, da cena social – é o espaço público do jornalismo, configurado no jornalismo. Porque os *media*, na sua totalidade, não garantem essa “confiabilidade” que o jornalismo garante. A natureza da linguagem jornalística – que não é uma invenção, é o que está estabelecido pelos pressupostos – é de que ela tem que ser merecedora de fé.

Nós estamos precisando de filósofos novos para pensar isto. Principalmente a questão do espaço público e do jornalismo como um espaço preferencial dos conflitos.

O essencial e o acessório na formação de jornalistas (Depoimentos)

No Outono de 2003, a redacção da revista *Comunicação e Sociedade* enviou a um conjunto de pessoas ligadas directa ou indirectamente ao jornalismo o convite para que participassem neste número da revista, através de um depoimento curto, centrado na seguinte questão: “Tendo em conta o quadro sociocultural em que os jornalistas exercem a profissão, quais os aspectos que julga serem centrais e quais os secundários, a considerar na respectiva formação?”. Publicam-se a seguir os depoimentos recebidos.

Doutores em actualidade

Adelino Gomes*

É claro para mim que o jornalista deve ter uma forte formação cultural de base. Acrescentarei que à partida me parece indiferente que ramos específicos do saber essa formação deve aprofundar. Do ponto de vista dos interesses da redacção direi até que convinha que fossem os mais diversos. Para um jornal (como para uma emissora de televisão ou de rádio) será bom contar entre os seus profissionais com gente capaz de decodificar os vários temas com que a redacção se confronta em permanência.

Nenhum outro profissional precisa tantas vezes de responder a tantos desafios de tão variada espécie. A notícia, matéria-prima do jornalismo, não conhece fronteiras. A redacção ideal será por isso aquela que contenha no seu seio gente capacitada para tratar jornalisticamente (noticiando, reportando, entrevistando, analisando, comentando) acontecimentos, fenómenos, personalidades de áreas que vão da política ao desporto, da literatura às ciências, do direito à economia e finanças, das artes ao ambiente, ao passado e ao futuro da Humanidade.

Percebe-se pelo que acabo de escrever que não me parece essencial para o exercício competente da profissão obter um diploma universitário em Ciências da Comunicação ou em Jornalismo. Mas numa redacção que eu pudesse formar *ab initio* procuraria ter alguns (bons) diplomados nesta área.

* Jornalista no *Público*.

Para os que seguem tal variante, um bom curso, salvo melhor opinião, deverá privilegiar a Língua Portuguesa, História (universal, claro, mas também a portuguesa), a Política (*idem, idem*) e as Relações Internacionais, a Economia e Gestão, a(s) Literatura(s) a História dos *Media* e as Teorias da Comunicação. Juntando-lhe, desejavelmente logo no primeiro ano, mas pelo menos a partir do terceiro, o estudo das práticas jornalísticas nos diferentes meios.

Para estes e para os outros (oriundos de outras licenciaturas) não prescindiria de uma passagem por uma espécie de pós-graduação “técnica” num curso de âmbito profissional do tipo do que o CENJOR já deu e eu gostaria de ver melhorado e aceite pelas diferentes universidades. Neste curso, insistiria de novo no português, por razões infelizmente mais do que óbvias.

Em resumo: um diploma não é condição nem necessária nem suficiente para se ser jornalista. O que não quer dizer que não ajude e muitíssimo. Mas, ironia à parte, mais do que um diploma, do jornalista – licenciado ou não (eu não o sou e não me orgulho disso) – espera-se que seja uma espécie de doutor em formação contínua. Pois se lhe exige que passe todos os dias no exame da actualidade, matéria base do seu trabalho, tão vasta como vasto é o campo dos saberes, tão complexa como complexo é o mundo em que nos movemos.

Só desta forma pagaremos o privilégio que a sociedade nos concede ao permitir-nos exercer uma profissão sem igual.

Uma ponte óbvia entre dois territórios

Carlos Pinto Coelho*

O ensino e a formação de jovens jornalistas são dois territórios distintos. Por vezes conflitantes. Quase sempre desgarrados, na prática portuguesa de hoje.

Digo muita vez aos meus alunos finalistas da Escola Superior de Abrantes que a sua preparação teórica é das mais completas dos *curricula* disponíveis em Portugal, mas que a sua inserção real nas redacções dos jornais, rádios e televisões vai ser penosa.

Não há, na conjuntura de refeito economicista que governa os patrões dos *media*, privados ou públicos, espaço e ânimo para uma antiga prática de acolhimento dos recém-chegados ao Jornalismo, que era a de lhes conceder acompanhamento. Acompanhamento efectivo e tantas vezes afectivo, como me aconteceu na velha redacção do *Diário de Notícias* onde o jovem estagiário e finalista de Direito que era eu encontrou gente mais velha disponível para corrigir erros, mandar reescrever prosas e ensinar a vitalidade prática do *métier*.

Hoje não. Os jovens licenciados que logram (sabe-se lá tantas vezes como) entrada num estágio são abusados desde a primeira hora como carne tenra, disponível e sobretudo barata. Lançados logo no primeiro dia para a rua da reportagem, sem uma linha

* Jornalista, Professor da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

de documentação preparatória e sem uma palavra-guia, sem norma nem norte, acabam por editar sozinhos a sua peça final e ela “passa” directamente para o consumidor. Nem sequer há tempo, depois disso, para uma conversa pedagógica de revisão. E quando vem o dia seguinte tudo se repete, e assim sucessivamente até que chega o final do “estágio”. Quando este termina, acontece ou o desemprego camuflado num *part-time* em *pizzaria* ou o pior: um contrato formal como profissional de um Jornalismo que se não apreendeu, não se sedimentou nem sofreu emendas, e que se vai praticar com leviano garbo e inocente ignorância.

Não se veja nestas considerações outra coisa diferente do que o que elas significam: o fosso enorme e aberrante que existe entre os melhores pergaminhos curriculares académicos e a voracidade pungente do mercado de trabalho mediático.

Ou seja:

Podem ser diversas as origens do “saber fazer” jornalístico. Eu próprio nunca me senti estranho, nos territórios mediáticos pluridisciplinares que pratiquei e pratico, por causa da minha formação jurídica. Bons jornalistas de nome feito neste país são oriundos de escolas económicas, ou médicas, ou técnicas. Nada contra isso. O jornalismo faz-se, em Portugal, muito antes de começar a ser ensinado em escolas especializadas.

O que se requer, notoriamente, é um ajustamento competente e severo do húmus cultural e referencial, dos aspirantes a uma matriz comunicacional, às características do próprio território que almejam pisar. E isso chama-se formação.

Se as escolas de jornalismo tivessem meios e humildade para se ocuparem do fracasso laboral dos seus melhores resultados curriculares, Portugal veria nascer de imediato um grupo de centros técnico-profissionais de Jornalismo, complementares aos actuais programas de ensino académico. Centros onde a ciência académica fosse exigida como ponto irrecusável para uma entrada na aprendizagem prática, mas onde os alunos encontrassem uma visibilidade factual dos ensinamentos adquiridos. E aí sim, ensino e formação poderiam casar-se *in situ*, organicamente, utilmente.

Até lá seremos todos, agentes ou receptores activos e passivos desta situação, partes de um sofisma velho e dispensável: um ensino incapaz de formar, uma formação incapaz de o ser.

Análise e investigação

Hália Costa Santos*

Os aspectos que considero centrais na formação de jornalistas são três: conhecimento da realidade em que vivem, desenvolvimento das técnicas específicas da profissão e aperfeiçoamento do domínio da língua portuguesa. Estes três aspectos não devem, na minha opinião, ser apresentados num qualquer tipo de hierarquia, podendo antes ser conjugados e, sempre que possível, interligados.

* Jornalista. Docente na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, Instituto Politécnico de Tomar.

No conhecimento da realidade em que vivem inclui logo à partida uma referência constante à actualidade, para além de abordagens mais específicas aos mundos da política, da economia, da justiça, da cultura e da sociedade em geral. No desenvolvimento das técnicas específicas da profissão inclui um entendimento claro dos diferentes géneros jornalísticos, assim como a sua aplicação prática. Neste campo é ainda fundamental uma informação completa sobre as normas éticas e deontológicas pelas quais se rege a actividade. Finalmente, o aperfeiçoamento da língua portuguesa como aspecto central fica a dever-se a dois factores: às dificuldades manifestadas pelos jovens que ingressam nos cursos superiores de comunicação social e/ou jornalismo; ao papel de “formadores” da população que irão ter enquanto jornalistas, sendo imperdoável o desconhecimento da língua materna que será, também, a sua principal ferramenta de trabalho.

Embora com alguma dificuldade em considerá-los “secundários”, chamaria para um patamar mais abaixo os seguintes aspectos: conhecimento do panorama dos *media* portugueses e da sua organização interna; consciência clara sobre as características dos diferentes *media* (jornal/rádio/televisão/agência/*on-line*); conhecimento das teorias da notícia e da comunicação; domínio das novas tecnologias; debate sobre as questões da actualidade internacional; domínio de línguas estrangeiras (pelo menos mais uma para além da língua portuguesa); desenvolvimento de noções de Direito, Economia, Sociologia e Estatística aplicadas às necessidades do exercício da profissão. Também aqui encontro alguma dificuldade na tentativa de hierarquizar.

Finalmente, considero que existe uma outra componente que não deve ser deixada de lado na formação de nível superior dos jornalistas: análise e investigação. Ao serem estimulados a fazer uma leitura crítica do produto jornalístico, os futuros profissionais estarão em condições de melhor saberem que linhas de orientação deve seguir o jornalismo de qualidade. Para além de se tornarem mais atentos ao que se faz e ao como se faz, este exercício de análise e de investigação pode também abrir-lhes outras perspectivas, nomeadamente a de uma carreira académica.

A formação no equilíbrio

Helder Bastos*

A formação dos jornalistas deverá basear-se na permanente busca do equilíbrio entre a sólida construção teórica e a indispensável proficiência prática. A excessiva valorização de uma em detrimento da outra tende a gerar distorções, umas vezes no campo académico, outras vezes no terreno das redacções. Ora, em certos casos verifica-se que o ensino superior nesta área não cuida de acautelar devidamente o equilíbrio formacional dos futuros jornalistas, resultando daqui contributos para uma indesejável perpetuação do desnivelamento entre as salas de aula e as redacções.

* Docente do curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto; ex-editor da redacção Norte do *Diário de Notícias*.

A crescente complexidade do exercício da actividade jornalística – da problemática das questões éticas e deontológicas, passando pelos desafios colocados pelas novas tecnologias, até à reconfiguração do enquadramento económico e financeiro que envolve as empresas jornalísticas – no quadro de uma sociedade que se aprofunda e complexifica nas suas mais diversas áreas de actividade, autoriza escassa margem para a formação superior de base que não seja em ciências da comunicação e jornalismo.

A profissão ganharia em encaminhar-se gradualmente para um modelo comum que garantisse uma formação superior idêntica para os profissionais da classe que, depois de terminado o curso, poderiam optar por uma pós-graduação em determinadas áreas, como economia, saúde, ciência ou outras. O processo inverso afigura-se contraproducente. A heterogeneidade resultante da adopção deste modelo não poucas vezes tem redundado numa porventura exagerada fragmentação, quer de princípios, quer de propósitos. Cada profissional faz uma espécie de interpretação livre do exercício do jornalismo, desconhecendo-se, ou menosprezando-se, em muitos casos, as mais elementares regras da profissão.

O mundo académico deve pois procurar o reforço da base teórica, não só em temáticas abrangentes relacionadas com as mais diversas ciências sociais, mas também – quiçá, sobretudo – nas disciplinas específicas orientadas para enquadramento e problematização: sociologia do jornalismo, teoria da notícia, ética e deontologia, etc. É fundamental o contributo da universidade para que o jornalismo seja cada vez mais *pensado* e não apenas *praticado*. Nenhum aluno ou ex-aluno pode chegar a uma redacção sem ter uma ideia que seja sobre o Código Deontológico.

A formação prática dos estudantes de jornalismo não é menos problemática. Embora seja voz corrente dizer-se que jamais o ambiente, as exigências, as contingências e até a *cultura das redacções* serão passíveis de reprodução em “laboratório” universitário, o que é em boa parte verdade, não devemos resignarmo-nos à inevitabilidade desta distância. Tudo o que não for *reproduzível* poderá de alguma maneira ser *simulável*, de forma a que o estudante adquira técnicas, ritmos e noções práticas que o aproximem, tanto quanto possível, do trabalho jornalístico corrente. Nenhum aluno ou ex-aluno de jornalismo pode chegar a uma redacção sem saber como redigir uma simples notícia de quatro parágrafos.

Formação universitária é fundamental

Ivone Dias Ferreira*

Se o jornalismo e os jornalistas são objecto de discussão é porque se lhes atribui, de uma forma geral e cada vez mais, um grande poder. Acredito que o tenham. Por isso, ser jornalista implica também uma crescente responsabilidade social. Hoje nada escapa ao fenómeno informativo e ao modo como ele é comunicado.

Há apenas algumas décadas escolhiam-se os jornalistas que entravam nos jornais, na rádio ou na televisão apenas porque possuíam “queda” para a escrita, uma boa

* Assessora de Imprensa do Ministro da Educação.

voz ou um “palminho de cara”. Hoje, uma formação universitária adequada é fundamental. E adequada não quer dizer, obrigatoriamente, uma licenciatura em Comunicação Social.

O maior problema na formação não se prende, na minha opinião, com o curso superior que se obtém numa qualquer universidade. O que é cada vez mais urgente, e não se adquire apenas porque se obtém o “canudo”, é a existência de certos valores e qualidades associadas ao perfil dos jornalistas.

Ser jornalista pressupõe um conhecimento profundo do terreno que se pisa, do assunto sobre o qual se escreve. Pressupõe que o profissional tenha uma excelente agenda de contactos, que saiba recolher a informação e fazer as perguntas certas no momento certo. Que seja intuitivo. Que perceba os tons de voz, as formas diferentes de olhar, os sorrisos ou os esgares dos seus entrevistados...

O facto de estar, há mais de dezoito meses, do “outro lado”, permite-me hoje analisar como os diferentes *media* e os diferentes jornalistas tratam a informação que lhes é dada.

E essa diferença de tratamento tem a ver, sobretudo, com a forma como cada um se posiciona. Desde os que dizem que querem ouvir, mas não ouvem, os que tratam tudo pela rama, até aos que de uma forma honesta trabalham a informação, já encontrei um pouco de tudo.

Acreditem que, por muita ternura que tenha pelos recém-saídos das universidades, não posso deixar de dizer que prefiro... os mais velhos. Neles encontro, mais frequentemente, maturidade, ponderação, calma. Capacidade de reflexão antes de se lançar para o computador e escrever a primeira frase, partindo de juízos pré-elaborados ou de opiniões pouco fundamentadas na razão...

E o gosto continuado de aprender e apreender. O sentido de justiça. A capacidade de reconhecer que também pode errar.

Isto não se aprende na universidade. Aprende-se com a vida.

Para lá do aparente

João Aguiar Campos*

1. É conhecida a cena do guia que, na cabeça do grupo, desce do seu cavalo, observa os rastos e, ajoelhando, cola o ouvido ao chão. Depois, anuncia aproximações ou afastamentos...

Vem-me esta imagem à memória, porque considero o Jornalista este homem capaz de ver e ouvir mais que a realidade aparente; capaz de ir mais longe do que o escrupuloso e factual relato de um acontecimento.

Esta é, no entanto, uma missão que requer preparação consistente – sendo cada vez mais verdadeira a afirmação de Joseph Pullitzer, que surpreendeu boa gente do seu tempo: os jornalistas não nascem; formam-se.

* Jornalista e padre; director do *Diário do Minho*.

2. Do contacto laboral com jovens licenciados nos nossos cursos de Comunicação, extraio, entretanto, a necessidade prioritária de uma formação que recuse identificar-se com a mera capacidade técnica.

Mais do que esta – e sem dela prescindir – importam, de facto, os conteúdos que o Curso de Ciências de Comunicação tem de recolher em disciplinas que fazem parte de outros currículos académicos: História do Pensamento Político, Filosofia, Sociologia, etc. Enfim, estudos que estruturam o saber, de modo que a precisão da forma não seja traída pela inconsistência e incapacidade de contextualizar e dar significado.

Uso a metáfora de empreiteiro: garantida a segurança, cuidaremos, com meticuloso cuidado, dos acabamentos... No caso que agora nos ocupa: dos estilos e géneros; de tudo aquilo que diz respeito aos dispositivos que a técnica vai colocando ao serviço das mensagens e dos mensageiros.

3. Uma outra componente que gostaria de ver solidamente incorporada no currículo do futuro jornalista é a profunda reflexão sobre a dimensão ética da profissão.

Penso que muito do Jornalismo que hoje se faz chama a atenção para este facto: não basta que se conheçam e respeitem minimamente as leis que regulam o seu exercício. Importa, pois, ir mais longe e considerar que a responsabilidade pessoal não se esgota na responsabilidade civil.

A este propósito, cito – e suponho que com suficiente fidelidade – a afirmação de um especialista em Ética da Comunicação: o profissional não informa bem apenas porque cumpre um conjunto de deveres, mas porque procura fazer o bem com a sua profissão!...

O papel das humanidades

Joaquim Vieira*

O problema do currículo dos cursos de ciências da comunicação em Portugal – os únicos que fornecem licenciaturas em jornalismo – é que são elaborados por académicos que raramente possuem experiência da profissão. Os cursos de arquitectura são dirigidos por arquitectos, os de engenharia por engenheiros, os de medicina por médicos, mas nada disso se passa com os cursos de jornalismo. Com estágio ou sem ele, os diplomados não saem das escolas preparados para exercer a carreira, e é na prática, quando já estão a trabalhar, que aprendem como se faz jornalismo, herdando o saber mas também os vícios que os colegas mais antigos (mas nem por isso mais conhecedores, pois muitos deles também passaram pelos mesmos equívocos) lhes vão transmitindo. Todos os defeitos daí resultantes podem ser detectados numa análise minimamente crítica ao estado actual do jornalismo português.

Tendo também ministrado aulas num curso de ciências da comunicação, posso declarar, com conhecimento de causa, que a primeira carência nas escolas consiste nas

* Presidente do Observatório da Imprensa.

diversas disciplinas de humanidades que fornecem a um jornalista a base mental capaz de fazer dele um bom profissional.

Em primeiro lugar, o domínio da língua, o mais essencial instrumento de trabalho. Os futuros profissionais devem aprender o Português (porque, nessa matéria, vêm escandalosamente impreparados do secundário) e a literatura em língua portuguesa, mas também adquirir conhecimentos de literatura estrangeira. Não é só o domínio das formas de expressão que assim se aprende, é também o contacto com as ideias e o drama da existência humana – de que o estudante virá a ser o futuro cronista.

Deve depois conhecer a História, toda ela, portuguesa e mundial, mas com especial incidência nos últimos dois séculos e meio, em que se formaram as tendências do pensamento contemporâneo, e na história das ideias (no contexto da evolução da filosofia e das ciências, e com destaque para as ideias políticas). Só este conhecimento permite compreender (ou pelo menos contextualizar) os fenómenos que o candidato a jornalista se encarregará mais tarde de registar e comunicar ao seu público.

A seguir, duas disciplinas obrigatórias para uma melhor compreensão da sociedade contemporânea: o Direito e a Economia. Sem elas, o jornalista ficará apenas pela superfície de muitos acontecimentos determinantes. Existem nos currículos de muitos cursos de comunicação, mas será que são ministradas com verdadeira preocupação de ensinar?

É também fundamental a prática fluente do Inglês, língua franca no sector mediático – e em todos os outros.

Falta ainda o aprofundamento da Técnica Jornalística, que, já existindo, é abordada de forma muito ligeira, sem reflexão e a necessária avaliação no domínio da sua prática.

Por último, a Ética, que dá ao jornalista a consciência da sua responsabilidade social e o obriga a acatar os elevados padrões que isso implica.

Para um bom curso de jornalismo, eu trocava o excesso de exegese semiótica e de teorias comunicacionais por tudo isto. Mas a mim parece-me que esses cursos se destinam a formar académicos, não jornalistas. Se assim for, então está tudo bem.

Sete núcleos fundamentais

Jorge Wemans*

Apesar de leccionar num curso de Comunicação Social, sou dos que preferia perspectivar a formação de jornalistas a partir de licenciados em outras áreas. Em qualquer caso, pelo que percebo dos condicionalismos que hoje formatam a actividade jornalística, tal formação deveria passar sempre pelos seguintes núcleos fundamentais (cuja designação procuro apresentar, quando possível, do modo a que não se confunda com as existentes). Dos sete núcleos, três dizem directamente respeito às ferramentas próprias do exercício da profissão, os outros quatro organizam áreas de conhecimento que julgo indispensáveis:

* Professor da Cadeira de Deontologia da Comunicação do Curso de Comunicação Social da UCP.

1. Técnicas de redacção e linguagens jornalísticas

As ferramentas fundamentais da comunicação jornalística, adaptadas aos diferentes meios e estilos. A linguagem própria de jornais, rádios, televisões e da web.

2. Leitura e análise dos *media*

Aos futuros jornalistas não se pode apenas exigir que conheçam as técnicas próprias do seu ofício. É necessário que saibam “ler” de forma adequada, com base em instrumentos de análise rigorosos, os próprios *media*. De certa forma, o que pretendo assinalar é a necessária educação (avançada) para os *media*.

3. Deontologia jornalística

Perante a crise do estatuto profissional do jornalista, a Deontologia ganha nova actualidade como compromisso pessoal e colectivo com práticas que respeitam o público, as fontes e os nomeados.

4. A democracia e os sistemas políticos e eleitorais

A Democracia não se esgota nos diferentes sistemas de governação dos Estados Democráticos, mas é preciso conhecer os fundamentos daquela e o estudo comparado destes (para que se perceba a diferença entre o lugar e funções da Rainha de Inglaterra e do Presidente dos EUA). A organização democrática dos Estados é também diferente: Repúblicas, Monarquias, Estados Federais: atribuições e funções administrativas das diversas instâncias; a organização do processo legislativo e do processo eleitoral.

5. Economia portuguesa no contexto da UE

Não se trata de Introdução à Economia, mas sim de situar a Economia Portuguesa no contexto da UE. Questões demográficas nacionais; principais centros de decisão; principais indicadores; contas públicas – como ler um Orçamento do Estado – principais dilemas; políticas fiscais; contributos sectoriais para o PIB; assimetrias regionais; pobreza e desemprego; vantagens comparativas; estrangulamentos crónicos.

6. Introdução ao Direito e ao Processo Penal

Não se trata de Introdução ao Direito, mas sim de situar a importância relativa da legislação, desde a Constituição até ao despacho municipal. Organização da Justiça: magistraturas, tribunais; ministério público; polícias e forças de segurança; advocacia; etc... Favorecer a compreensão de como funciona a Justiça, desde a investigação policial até à aplicação de penas.

7. A União Europeia

História e momentos-chave. O processo de decisão na UE. Principais políticas comuns. Estruturas e organização da União. O futuro da UE. Federalismo e anti-federalismo. Lugar de Portugal no contexto das relações internacionais e dos tratados de Defesa do país e da União.

O papel da teoria

Lopes de Araújo*

Comecei a minha carreira profissional numa altura em que eram praticamente inexistentes os cursos superiores de comunicação social. Por isso fiz a minha formação académica na área do Direito, onde acabei por me licenciar. Em 1976, acabado de entrar na RTP, participei como formando no primeiro Curso de formação de jornalistas feito na empresa, em conjunto com outros colegas de então como o Fernando Balsinha, recentemente desaparecido, o Pedro Luís de Castro, a Manuela de Melo e a Fátima Torres, do Centro do Porto, entre outros. A RTP criou naquela altura um Centro de Formação que veio muito justamente a ser considerado, no final dos anos setenta, a par com o da NOB-Holandesa, um dos mais completos e eficazes da Europa. Algum tempo mais tarde fui monitor nesse Centro de Formação, numa época em que Portugal recebeu uma marcante ajuda na formação audiovisual com a participação de Edouard Guibert à frente de uma equipa de formadores do INA (Institut National de l'Audiovisuel) de Paris. Quase vinte anos mais tarde, Edouard Guibert voltaria a Portugal para formar a equipa de jornalistas que iria arrancar com a primeira estação privada de televisão – a SIC. Infelizmente Edouard Guibert, que foi Director de Informação da FR3, faleceu há cerca de um ano depois de ter marcado gerações de jornalistas em França e em Portugal.

Aquilo a que então se procurava responder era ao vazio na formação dos novos jornalistas que entravam na profissão no conturbado período que se viveu a seguir à revolução de Abril. Na televisão, a formação visava em primeiro lugar a reflexão sobre aspectos sociais do fenómeno televisivo e em particular os resultantes da informação televisiva; depois, o domínio do dispositivo técnico, quebrando um fosso de muitos anos entre jornalista e equipamentos, estes um segredo bem guardado e herdado da chamada *era dos Engenheiros*. Finalmente o controlo da reportagem, da entrevista, da apresentação e das técnicas de escrita para televisão. No seu conjunto a formação era feita por módulos teóricos e práticos levando à produção de trabalhos que acabavam por fazer parte de um Telejornal completo gravado em estúdio, produzido e realizado pela equipa de formandos.

Perdoem-me a evocação pessoal, mas foi apenas para dizer que, no que respeita ao jornalismo televisivo, quase trinta anos depois, essa orientação continua a fazer parte de muitos dos programas de cadeiras de televisão em licenciaturas de jornalismo ou de Comunicação Social. Usei-a em Coimbra e ainda a uso na Universidade Católica.

Parece-me que no contexto em que hoje se exerce a profissão e para além das cadeiras específicas dos vários ramos do jornalismo, são particularmente importantes as cadeiras de ética e deontologia profissionais que merecem ser dadas com grande rigor e exigência. Do mesmo modo, afigura-se-nos do maior interesse que as cadeiras de for-

* Jornalista da RTP/Docente da Universidade Católica Portuguesa.

mação jurídica, económica e de ciência política ocupem parte substancial na composição curricular dos referidos cursos, já que constituem um lastro da maior importância na formação do futuro jornalista.

Sou dos que acreditam que na Universidade não se fabricam jornalistas, mas ajuda-se a despertar a vocação e dá-se a formação essencial ao desempenho futuro da profissão. Nesse sentido, creio que a existência de uma componente prática, composta de trabalhos nos laboratórios de rádio, televisão e imprensa, completados, depois, pelo estágio, são igualmente um elemento importante da formação do jovem estudante de Jornalismo. Porém, a prática vem depois no dia-a-dia de uma redacção. E a teoria, esta é que já não se aprende senão na Universidade...

Do fim para o princípio

Luísa Bessa*

Lembro-me, como se fosse hoje, do meu primeiro dia na redacção do *Jornal de Notícias*. Um pormenor marcou-me particularmente: o frasco de tinta cheio de goma arábica, o pincel e a grande tesoura que me passaram para as mãos, e a explicação de que seriam esses os principais instrumentos da minha prática jornalística.

Passou-se isto há pouco mais de 20 anos, ainda as universidades portuguesas não ofereciam cursos de comunicação e toda a formação era feita, como se dizia, na tarimba. A fazer, a ver fazer os outros, a receber as críticas do chefe, que virava a prosa de pernas para o ar.

A formação que me coube, ainda antes disso, foi a leitura do manual do Cardet, onde aprendi a técnica da pirâmide invertida e algumas coisas mais, e uma boa dose de interesse pela actualidade, que solidificou aquilo que podia considerar-se uma boa cultura geral. E assim consegui passar pelo buraco da agulha e começar o meu percurso de estagiária. Claro que saber escrever – pontos finais e vírgulas no sítio certo, ortografia correcta, texto compreensível, que o brilhantismo ainda não é para aqui chamado – também ajudou.

Pedem-me uma reflexão sobre os aspectos centrais para a formação do jornalista. As recordações dos tempos idos dão algumas pistas sobre o que penso sobre isso. Porque, apesar de a cola e a tesoura terem desaparecido das secretárias, ainda sobrevive muito jornalismo de corta e cola, além de coisas piores.

O primeiro requisito é, então, uma sólida formação na língua portuguesa. Escrever correctamente é fundamental, entendido como a capacidade de organizar um texto, exprimir as ideias com clareza. O conhecimento das técnicas jornalísticas é o segundo. É verdade que a escrita jornalística pode tornar-se monótona e pouco criativa, mas para inovar há que ter as bases a partir das quais é possível fazê-lo. A experiência que

* Jornalista, subdirectora do *Jornal de Negócios*.

vou tendo com jovens licenciados em comunicação ou em fase de estágio curricular é muito irregular. O conceito de notícia e as suas consequências na elaboração dos textos não estão, em muitos casos, bem apreendidos.

Como há 20 anos, é também necessária uma boa cultura geral. Entendamo-nos: não falo de conhecimento livresco para ter sucesso em concursos do tipo “O elo mais fraco” ou quejandos (embora saber nomes e datas não faça mal a ninguém e a capacidade de memória para factos e personagens seja importante para um jornalista). Falo de conhecimento da História de Portugal e da evolução do Mundo nas últimas décadas, falo de noções de geografia, falo do domínio do inglês e/ou de outras línguas, falo da capacidade de lidar com números. Temos que acabar com a incompatibilidade entre as formações em ciências humanas e a matemática. Porque o desprezo pelos números conduz a uma gritante falta de preocupação com o rigor e a exactidão que são, em meu entender, pecados graves do jornalismo nacional.

O conhecimento das leis da comunicação, a capacidade relacional e a curiosidade são também aspectos importantes. Como o é o domínio das tecnologias.

Deixo para o fim o ponto crítico: a ética e a deontologia. Sem dominar tudo o resto de que antes falei não se consegue ser um bom jornalista. Mas dominando esses aspectos e faltando uma forte referência ética sobre os limites inultrapassáveis não há bom jornalismo que resista, como tem sido facilmente verificável em exemplos recentes (fa-lemos apenas do *New York Times* e do caso Kelly/BBC, para não melindrar os pares).

Dir-me-ão que os jovens jornalistas chegam às redacções e têm que dançar ao som da música. O mercado é limitado e grande a concorrência por um posto de trabalho. Também sei que para vingar em determinados meios não são as regras éticas que mais contam. Bem pelo contrário, até podem ser um empecilho. Mas estamos a falar de jornalismo, certo?

A paixão da rádio

Manuel Vilas-Boas*

Tendo em conta a experiência tomada da coordenação de estágios na TSF, há mais de uma década, por onde passam, entre os melhores, os provenientes desta Universidade [do Minho], quero sublinhar como imprescindível, para o exercício da nobre missão de comunicar e informar, a imersão num vasto lago de humildade. Cada vez mais é visível a “luta de classes” no interior das redacções, sobretudo naquelas em que o património da memória, assumido por veteranos da profissão, é delapidado com a exclusão. Trocado, em alguns casos, por rostos de vedetismo fresco ou vozes mais sedutoras, é, em nome de fins inconfessados, incendiado pelo neoliberalismo económico, selvaticamente campeante, que as administrações dos Meios de Comunicação Social traçam, sem qualquer pudor, os desígnios das direcções editoriais. É neste contexto

* Jornalista da TSF.

que se vive em muitos meios da comunicação social. E porque os tempos são apocalípticos é preciso injectar nos futuros profissionais abundantes doses de ética, para que os jornalistas não se vendam ao marketing de qualquer totoloto.

Cada vez mais é difícil o exercício com dignidade da profissão mais perigosa e mais contestada do mundo. Não servem cursos, barrilados em carteiras tradicionais, onde o saber livresco é exposto por professores presos a metodologias clássicas, vendedores de tédio. Já alguém do Ministério do Ensino Superior reparou que existem em Portugal trinta e três cursos de Comunicação Social, de onde saem, em média, anualmente mais de mil e quinhentos licenciados para três lugares e meio disponíveis no mercado?...

Por outro lado, alunos de comunicação social, que não sabem ler jornais, ouvir rádio, ver televisão, tocar a Internet, dominar a edição de livros e filmes, não podem aspirar a serem mediadores do que acontece no interior das sociedades “do princípio da rua ao fim do mundo”. Ninguém, sem paixão, vai ser capaz de vencer a inércia do quotidiano cinzento. Ninguém, sem vocação, vai tolerar o desgaste, mesmo físico, da tensão e do stress, da “última hora”, que leva ao cemitério os profissionais, em médias etárias que não ultrapassam as seis décadas. Que notícia, que golpe de Estado, que situação de emergência pode conduzir a tão irracional martírio?

Se a síntese pode estar à vista, tudo o que possa conduzir à máxima maturidade intelectual e cultural do formando, pela vivacidade com que prova consumir a realidade, tudo o que o faz próximo da cidadania e da história, tudo o que o eleva ao respeito pela verdade, vai torná-lo capaz de transmitir mensagens credíveis. Não é jornalista quem quer, é jornalista quem ama os espectadores, os ouvintes, os leitores como a si próprio.

Tocar a realidade

Sara Oliveira*

Quando chegamos à universidade queremos ser tudo, entramos em tudo, lutamos por tudo. Mais que isso, acreditamos em tudo, principalmente na ideia de que cinco anos depois seremos jornalistas. Depois ouvimos os primeiros acordes do curso, seguidos de estrofes inteiras, que é como quem diz, as cadeiras, as matérias, as primeiras discordâncias, os primeiros medos. Queremos, ainda assim, ser jornalistas. Mas começamos a não saber se o vamos ser mesmo.

Nos dias que hoje correm não é raro ouvirmos falar mal dos jornalistas – porque mentem, porque exageram, porque prejudicam caras conhecidas, porque estão sempre onde não devem estar. Lá fora, longe dos muros do reduto dos profissionais e dos sonhadores é assim, mas cá dentro as diferenças não são muitas. É frequente falar-se mal do jornalismo que se faz e cada vez são mais abundantes as críticas ao ensino, à fraca formação dos jovens jornalistas, à incapacidade das universidades.

* Presidente do GACSUM (Grupo de Alunos de Comunicação Social da Universidade do Minho).

Assim que espetamos mais fundo as estacas da nossa tenda no curso que frequentamos, começamos também a pensar sobre tudo isto. Ouvimos conversas no corredor, no convívio com outros colegas e reconhecemos facilmente as falhas no sistema. Muitos dos estudantes de Comunicação Social que pensam um dia vir a ser jornalistas não acreditam que aquilo que aprendem todos os dias, em aulas “chatas”, com matérias “inúteis”, os leve ao sucesso no final da linha. A formação superior em jornalismo tem destas coisas – aprendemos muito mais do que apenas a escrever textos jornalisticamente correctos (se é que isso existe), estudamos muito mais do que as regras, os *leads*, as técnicas, os segredos da profissão. Frequentar uma licenciatura em Comunicação Social, e especificamente a da Universidade do Minho, significa igualmente falarmos de Ciências Sociais, de Filosofia, de Economia, de Estatística. “Uma seca!”, ouço tantas vezes. E na verdade, muitas vezes, é mais fácil pensar assim. Porque não gostamos do professor, porque reprovámos na primeira frequência, porque a matéria não nos interessa. No futuro, o que nos custará mais ainda do que custou assistir a essas aulas será admitir que tiveram alguma utilidade, que nos ajudaram a estar no lugar em que estivermos.

Não acredito na ideia de que temos a formação perfeita – faltam-nos mais horas a escrevinhar sem parar, cadeiras mais próximas dos novos meios, mais oportunidades para experimentar em infra-estruturas mais disponíveis. Mas acredito que na formação de um bom jornalista toda a teoria de que não gostamos, que nos desespera em épocas de exame e toda a bagagem académica e cultural com que saímos de um curso superior são essenciais. Não nos faz escrever melhor, não dá um toque de génio a um ‘directo’, nem torna mais fácil dizer aquela palavra complicada aos microfones de nenhuma rádio. Mas torna-nos cidadãos e jornalistas mais conscientes, capazes de reflectir sobre o mundo em que trabalhamos, um mundo em mudança cada vez mais acelerada, no qual facilmente nos podemos perder. A isto é essencial que se junte o trabalho pessoal do aluno, que deve explorar todas as potencialidades do curso. Se a prática não está lá desde o primeiro ano, então há que procurar saídas, experiências, colaborações, como nos jornais académicos. Jornalismo não se aprende só dentro das salas de aula – é preciso sair, tocar a realidade, aprender com ela, reflectir. E essa reflexão não se consegue com meras aulas de gramática. Um bom jornalista não se consegue com aulas de gramática.

A Blogosfera: primeiros estudos

Blogging and the eCommunication paradigms: 10 principles of the new media scenario*

Jose Luis Orihuela**

Introduction

The digital age arrives with a set of big communication challenges for traditional mainstream media: new relations with audiences (Interactivity), new languages (Multimedia) and a new grammar (Hypertext). But this media revolution not only changes the communication landscape for the usual players, most importantly, it opens the mass communication system to a wide range of new players.

As far as enterprises, institutions, administrations, organizations, groups, families and individuals start their own web presence, they become “media” on their own, they also become “sources” for traditional media, and, in many cases, they produce strong “media criticism”: opinion about how issues are covered and delivering of alternative coverage.

The blogging phenomenon represents the ultimate challenge for the old communication system because it integrates both: the new features of the digital world and a wide democratization in the access to media with a universal scope.

A recent article by Noah Shachtman at *Wired News* “Blogs Make the Headlines”¹ brings back the always polemic relations between weblogs and journalism. And once again the *Poynter* debate “Are Weblogs Journalism?”² has to be quoted because of its clarity: “Wrong Question”. Blogs could be many things, and even journalism, but they are not journalism for the sake of being blogs.

* Conferência de abertura, proferida no 1º Encontro Nacional sobre Weblogs, realizado na Universidade do Minho, em 18 e 19 de Setembro de 2003.

** Jose Luis Orihuela PhD and MA, Professor at the School of Communication, University of Navarra, Vicechair of the Multimedia Communication Laboratory (MMLab). Spanish Director of La Sociedad Digital and Editorial Board Member of the journal *Comunicacion y Sociedad*. Coauthor of *Introducción al Diseño Digital* (Anaya Multimedia, 1999) and *La Televisión en España. Analisis Prospectivo 2000-2005* (Arthur Andersen, 2000). Consultant and Visiting Professor at Universities in Spain and Latin America. Main research areas: impact of technology on media and communication. Committed blogger, his bibliography includes: *eCuaderno*, *INTERtainment*, *Blogzine*, *Media & Blogs*, the site *Web de Blogs* and the column *Blolygonia*. Email: jlori@unav.es; Blog: <http://ecuarderno.com/>.

¹ Shachtman, N., ‘Blogs Make the Headlines’, *Wired News*, 23 December 2002.
<http://www.wired.com/news/culture/0,1284,56978,00.html>

² Herrrell, A., ‘Are Weblogs Journalism?’, *Poynter Online*, 15 September 2002.
<http://www.poynter.org/forum/default.asp?id=27299>

Every time a new communication technology emerges, old media and journalism start the debate about the limits and identities of the old and the new. In 1996 I gathered from the Net a list of issues from e-mail lists and news groups related to

On the other hand, when mainstream media start blogging with their own columnists or hiring famous bloggers (which is recently the case of the Argentine newspaper *Clarín*) the debate that arises in the blogosphere becomes: “Is that blogging?”³. When the powerful tool of the media revolution is used by media, then is the blogosphere community who turns to the defensive.

While both debates were taking place, Google bought Pyra Labs, and the surprised blogosphere together with mainstream media seem to arrive late to understand what Google saw first: neither traditional media alone, nor just para-media blogging, the issue is now “Where is the knowledge?”⁴. Google could become a global news agency and a global news media, joining the power of its database with the human knowledge of thousands of bloggers, from then on, also a global nich advertising channel.

The Iraq war was the first big test to check the relations between traditional media coverage and weblogs, and also to evaluate the media power of blogs. Even when the last Pew Report, *The Internet and the Iraq war*, reveals a limited influence of warblogging as news source, a trend emerges: blogs are catching the interest of young Internet users⁵:

“There has been much early discussion about the role of blogs or Web diaries in shaping opinion about the war and allowing Internet users to gain new perspectives and sources of information about the war. Our first soundings on the subject show that blogs are gaining a following among a small number of Internet users, but they are not yet a source of news and commentary for the majority of Internet users. Some 4% of online Americans report going to blogs for information and opinions. The overall number of blog users is so small that it is not possible to draw statistically meaningful conclusions about who uses blogs. The early data suggest that the most active Internet users, especially those with broadband connections are the most likely to have found blogs they like. In addition, blogs seem to be catching on with younger Internet users – those under age 30 – at a greater pace than with older Internet users”.

Pluralistic views, not necessarily more balanced, but more transparent and out of the mainstream, turn blogs in the favorite source and tool for the anti-war movement.

One of the most important effects of Iraq war coverage to the debate old media vs. new media is that old media discovered the emergency of blogs as non conventional sources, not only for news and views, but also for media coverage criticism. Experiences

the impact of online communication over journalism: Orihuela, J. L., ‘Impacto de la Comunicación Online sobre el Periodismo Tradicional’, Pamplona, (15 February 1996) <http://www.retena.com/usuarios/jlori/usenet.htm>

³ Follow the debate with more than 100 comments after the first post: Amartino, M. ‘Weblogs: el último “boom” de Internet desembarca en los medios argentinos’, *Clarín.com Weblogs*, 10 February 2003.

⁴ Orihuela, J. L., ‘Google, Blogger y el valor del conocimiento en red’, *Blogonomía*, 21 February 2003. <http://www.infonomia.com/tematicas/index.asp?idm=1&idrev=46&num=3>

⁵ Pew Internet & American Life Project, ‘The Internet and the Iraq war: How online Americans have used the Internet to learn war news, understand events, and promote their views’ (1st April 2003) http://www.pewinternet.org/reports/pdfs/PIP_Iraq_War_Report.pdf

like Technorati's *Current Events in the Blogosphere*⁶ show an interesting trend and strategic function for blogs: the blogosphere becomes a system for media control and balance.

Once calm returns, maybe we will see that blogs are becoming a very valuable source for the media, a sort of early alert system to detect news, trends, and opinion states. And media could transform some of their columnists into bloggers and also integrate famous bloggers in the staff.

The blurring limits between journalism and blogging, between data and knowledge, between news agencies and semantic search engines, between readers and writers and between old and new media, reveals the need for a set of intellectual tools that contribute to understand by rethinking the changing nature of media and communication in the digital age.

Ten paradigms of this new scenario are proposed, and the term eCommunication is coined to describe it in a single word. The global process could be understood as a big shift from the classical mass media models to the new media paradigms: the user becomes the axis of communication process, the content is the identity of media, multimedia is the new language, real time is the only time, hypertext is the grammar, and knowledge is the new name of information.

The 10 Paradigms of eCommunication

The formulation of this set of ten theoretical models in terms of “switching” should not be understood as if the old model is replaced with the new one, because, as a matter of fact, both sets of models are, and will be, coexisting.

Paradigm I: from audience to user

The passive unidirectional way of media consumption is replaced by the concept of active user seeking for content, exploring and navigating info-spaces. Users become also content producers in many web environments, mainly the blogosphere.

In a recent RFC for a book project, Dan Gillmor focus on this, right from the title: *Making the News: What Happens to Journalism and Society When Every Reader Can Be a Writer (Editor, Producer, Etc.)*⁷.

The communication process in the eCommunication scenario is user centered: users have the control to choose, to decide, to search, to define and configure, to subscribe or unsubscribe, to comment and, most important: to write, talk and film. *Self media*, *Nanopublishing* or *Thin Media* are the new names for the strategy of those users who decide to become even more active and start low profile media activities.

⁶ <http://www.technorati.com/cosmos/currentevents.html>

⁷ <http://weblog.siliconvalley.com/column/dangillmor/archives/000924.shtml#000924>

Paradigm II: from media to content

The focus shifts from the industrial production constrains (press, radio, television) to content authority in order to define media. *National Geographic* and *CNN*, for example, are not a particular kind of media, but brands which represent authority over an area of content (natural life) or expertise in current affairs content management (journalism).

This particular focus on content rather than in the technical process of communication is one of the reasons of the popularization of blogs as an easy way for a wide dissemination of content. Experts and academics from all the disciplines found in blogging a practical tool to communicate findings, share sources and news, conduct research, find colleagues and help students.

Nich-blogging and expert blogs are the natural expansion of traditional media experts columnism, with the advantage of freedom from agendas different from one's own in relation with themes and frequency.

Paradigm III: from monomedia to multimedia

Text, audio, video, graphics, photos and animation could be used together on a single (digital) media for this first time. This is the reason why media distinctions related to use of language (textual, audiovisual) tend to be erased. Once you are online you are multimedia. Multimedia blogging started its way from photoblogging and audioblogging, and now is reaching videoblogging.

The rule that successful content writing requires skills and talent also applies to multimedia language: the multimedia capacities of the digital platforms require skills and talent to be properly activated.

The fact that, in a context of self media, skills related to content and to presentation are required from the same people explain things like: the success of templates, wonderful designed blogs without content, great content and very poor design and some gems of content and design becoming sooner or later blogs of cult.

Paradigm IV: from periodicity to real time

Regular frequency was a strong paradigm of the old scenario to the point that many media were defined in relation to its time constrains (daily, weekly, monthly). Online media assume that they have to be real time updated to survive in the new environment and this live paradigm can be found at mobileblogging.

What we lost in the road from periodicity to real time is reflection. What we gain is dynamism and conversation styles. What we can learn from the blogosphere is post updating and post correction (by crossing out, not by deleting or editing). Rebecca Blood put it this way in *Weblog Ethics*: "Write each entry as if it could not be changed; add to, but do not rewrite or delete, any entry"⁸.

Fast thinking and fast reaction are natural skills for bloggers as far as posts are dated and timed, and from that on it will be a common practice to "draw" the life of a

story on a minute by minute basis as already happened with the Google-buys-Blogger announce. Publicly correction of mistakes and change of views is the backup for being fast but accurate.

Paradigm V: from scarcity to abundance

Space of the media platform ceased to be the limit to content and now the time of the user is the only limited resource. Directories, ranking and blogtracking are the attempts to help users to find what they need in the blogosphere. News aggregators and readers also help the users in managing their time.

One of the strong effects of “readers becoming writers” is the proliferation of online information without clear attribution of source authority and heterogeneity of content quality. The overflow of information calls for new skills and tools to manage data, news and opinions, and here again the experience of the blogosphere could be very useful to find ways to deal with abundance in the eCommunication landscape.

Content syndication, news aggregators, news readers, popularity rankings, recommended reading, “most linked” directories, neighborhoods, rings, thematic and geographic blogospheres, blogtracking and blogrolling, are but just a few of the tools developed by the blogging community to manage the chaos of abundance.

Paradigm VI: from editor-mediated to non-mediated

The gate-keeper paradigm to explain the role of media editors and the agenda-setting theory to describe the functions of media in defining the daily issues should be revisited nowadays at the light of the decentralized nature of the Net. Together with mainstream media, many other informal sources become relevant to establish the agenda. Daypop, Popdex and Blogdex are some of the tools that help us to establish what is important for the community.

World wide publishing without editors, but with a close peer review daily process and in most cases open to comments from readers is the nature of web and weblog publishing. As a result of that, the agenda of relevant current affairs goes beyond the established media land and now is shared with a wide variety of new sources, most of them not media, including web portals, mailing lists, e-bulletins, search engines, news groups, forum and weblogs with their respective feeds when available.

Paradigm VII: from distribution to access

The broadcasting paradigm of one to many unilateral distribution is replaced by both: many to one access and many to many communication. Client-server architecture of the Internet started a new model based upon the decisions of the users.

The access paradigm is complementary with the user centered paradigm and both explain the strong interactive nature of the new environment. Access means seek, search, navigate, surf, decide: an active attitude, a will to connect and communicate, the contrary of the passive reception of media content.

“My daily visits” or just the blogroll are expressions of this personal way to seek for content, and the last attempts of contextual advertising show how the old dynamics

has changed: now advertisers are looking for targets outside the media arena, testing ways for a personal approach based on key words searching and data base mining.

Paradigm VIII: from one way to interactivity

In the new environment the user has the ability to choose between content options and to define the time for access, but interactivity also means the capacity to change the aspect of the content, to produce content for a system and to communicate with other users.

The first level of interactivity has to do with the possibility for the user to choose the format of information display (browser and navigation interface configuration).

The second level of interactivity is the possibility for the user to produce input for a system. This contribution could be co-authoring, writing comments, answering pools and tests, posting news, and so on.

The third level of interactivity has to do with the possibility for the user to communicate with other users of the system in real or delay time.

The blogosphere is the strongest representation of the interactive capacities of the new eCommunication scenario. The blogosphere is community and conversation.

Paradigm IX: from linear to hypertext

From linear temporal media we are shifting to non linear spatial content. Hypertext becomes the grammar of the digital world.

Reading text lines, listening or watching temporal (linear) audiovisual media are typical activities of traditional media consumption. The digital nature of the eCommunication environment opens the way for a spatial, rather than temporal, organization of content. Web sites and blogs are spaces to visit. Virtual spaces where users perform activities: they meet each other, learn, gather and share news and opinions, do shopping and gaming, entertain and create.

The pathways of the info-spaces are built on links. Creating and activating links on websites and blogs could be the new name of alphabetization. Reading and writing by linking, this is, exploring and creating hypertextual environments on a daily basis is the most strategic skill bloggers are achieving.

Paradigm X: from data to knowledge

The blogging ecosystem reveals the crucial role of human knowledge to identify, comment, link and discuss the data available online, turning it into valuable and usable knowledge. This is one of the reasons why Google bought Pyra Labs and could be the starting point of the long time dreamed Semantic Web.

Human information mining and data processing, personal evaluation of sites, resources, tools, news, opinions, campaigns, coverages, initiatives are the ways by which bloggers transform data into knowledge.

Even when it is highly self-referential (which is also the case of both, the academic and media worlds), the blogosphere is a global meritocratic community, with its own hierarchies, rankings and codes, performing a multilateral transnational conversation, generating a sort of peer reviewed content, widely and speedily disseminated and thus becoming one of the most important knowledge factory nowadays.

References

- Bausch, P.; Haughey, M. & Hourihan, M. (2002). *We Blog: Publishing Online with Weblogs*, John Wiley & Sons.
- Blood, R. (2002). 'Weblogs: a history and perspective', *Rebecca's Pocket*, 7 September 2000.
http://www.rebeccablood.net/essays/weblog_history.html
- Blood, R. (2002). *The Weblog Handbook: Practical Advice on Creating and Maintaining Your Blog*, Perseus Publishing.
- Blood, R. (2002). *We've Got Blog: How Weblogs Are Changing Our Culture*, Perseus Publishing.
- Fowler, G. (2002). 'Find a Blog', *WSJ.com*, 18 November 2002.
http://www.waxy.org/random/html/wsj_findablog.html
- Hourihan, M. (2002). 'What We're Doing When We Blog', *O'Reilly Network*, 13 June 2002.
<http://www.oreillynet.com/pub/a/javascript/2002/06/13/megnut.html>
- Lasica, J. D. (2001). 'Blogging as a Form of Journalism', *Online Journalism Review*, 24 May 2001.
<http://www.ojr.org/ojr/workplace/1017958873.php>
- Lasica, J. D. (2001). 'Weblogs: A New Source of News', *Online Journalism Review*, 31 May 2001.
<http://www.ojr.org/ojr/lasica/1019165278.php>
- Lasica, J. D. (2002). 'When Bloggers Commit Journalism', *Online Journalism Review*, 24 September 2002.
<http://www.ojr.org/ojr/lasica/1032910520.php>
- Mooney, C. (2003). 'How blogging changed journalism – almost', *Post-gazette.com*, 2 February 2003.
<http://www.post-gazette.com/forum/comm/20030202edmoon02p1.asp>
- Orihuela, J. L. (2003). 'Qué son las bitácoras y por qué deberían importarnos?', *Blogonomía*, 20 January 2003.
<http://www.infonomia.com/tematicas/index.asp?idm=1&idrev=46&num=1>
- Orihuela, J. L. (2003). 'Warblogging en la guerra de Internet', *Blogonomía*, 20 March 2003.
<http://www.infonomia.com/tematicas/index.asp?idm=1&idrev=46&num=5>
- Powers, S. (ed.) (2002). *Essential Blogging: Selecting and Using Weblog Tools*, O'Reilly & Associates.
- Stauffer, T. (2002). *Blog On: Building Online Communities with Web Logs*, McGraw-Hill Osborne Media.
- Steakley, L. (2002). 'Is This One Nation, Under Blog?', *Wired News*, 24 August 2002.
<http://www.wired.com/news/culture/0,1284,54740,00.html>
- Pew Internet & American Life Project (2003). 'The Internet and the Iraq war: How online Americans have used the Internet to learn war news, understand events, and promote their views' (1st April 2003)
http://www.pewinternet.org/reports/pdfs/PIP_Iraq_War_Report.pdf
- Wolcott, J. (2002). 'Blog Nation', *Business 2.0*, May 2002.
<http://www.business2.com/articles/mag/0,1640,39413,FF.html>

Algumas notas sobre o panorama da blogosfera portuguesa*

António Granado**

2003 é, sem dúvida o ano dos weblogues em Portugal. Apesar de o fenómeno ter começado no nosso país no início de 1999 – com weblogues como o Macacos Sem Galho, o Gildot.org, o Dee's Life, o Velouria.org –, a verdade é que 2003 viu aumentar exponencialmente o número de blogues escritos por portugueses e trouxe até à ribalta este fenómeno até aqui muito localizado.

O blogues em .pt, que começou a indexar os weblogues portugueses em 2003, começou por ter 174 blogues em 25 de Janeiro. Em 25 de Março eram já 280. Em 7 de Maio, 400. Em 6 de Junho, 605. Em 2 de Julho, 905. O blogues em .pt acabou nesse mesmo dia, porque a indexação se tornou “ingerível para quem tem outros afazeres”, escreveu o Pedro Fonseca, autor da página.

Neste momento existem outros *sites* que indexam weblogues portugueses. O Bloco--Notas atingiu na semana passada [meados de Setembro de 2003] mais de dois mil weblogues portugueses indexados, ainda que muitos deles, criados na euforia que se viveu na Primavera e no início do Verão deste ano [2003], já tenham fechado as suas portas, ou não sejam actualizados regularmente. Numa leitura apressada das actualizações do Bloco-Notas, calculo que o número de weblogues portugueses que são actualizados diariamente ronde os 500.

A este súbito interesse dos *media* pela blogosfera, e consequentemente dos seus leitores, não é alheio o facto de, nos últimos meses, algumas personagens mediáticas portuguesas terem criado o seu próprio weblogue. Depois dos blogues de política, à esquerda e à direita – dos quais os mais famosos são A Coluna Infame (entretanto desaparecida) e o Blog-de-Esquerda, foi o aparecimento do Abrupto – <http://abrupto.blogspot.com> – de José Pacheco Pereira que fez explodir este fenómeno até então circunscrito a umas centenas de aderentes em Portugal. Em 20 de Março, Pacheco

* Conferência de abertura, proferida no 1.º Encontro Nacional sobre Weblogues, realizado na Universidade do Minho, em 18 e 19 de Setembro de 2003.

** Jornalista do *Público*, especializado em jornalismo sobre ciência, área do seu mestrado na Universidade de Boston. É docente de Jornalismo na Universidade de Coimbra e prepara doutoramento na Universidade de Leeds sobre “The construction of science news in the European Union: the journalists' constraints and the influence of Internet in their newsgathering routines”. Mantém um dos mais antigos weblogues portugueses, especializado em *media*, o Ponto Media (<http://ciberjornalismo.com/pontomedia.htm>).

escreve no *Público* um texto sobre weblogues que, indubitavelmente, faz crescer o número de visitas aos weblogues existentes em Portugal. A 6 de Maio, lança o seu próprio weblogue e, quer queiramos quer não, a blogosfera portuguesa nunca mais foi a mesma.

Ao weblogue de Pacheco Pereira seguiram-se os weblogues de muitos jornalistas que, na Net, encontraram uma forma de extensão do seu trabalho diário, ou um lugar para exprimir as opiniões que tantas vezes reprimem nos seus textos jornalísticos. O aparecimento de personagens mediáticas na blogosfera criou na comunidade que iniciou este fenómeno em Portugal alguma desconfiança e receio que jornalistas e políticos pudessem invadir e monopolizar um espaço até agora considerado livre. O aparecimento de artigos jornalísticos onde quase sempre eram referidos os mesmos weblogues, escritos pelas mesmas personagens mediáticas, ajudou a cavar ainda mais esse fosso. Os “pioneiros” estavam a ser esquecidos em favor dos “pavões”.

Por parte de alguma comunicação social, o fenómeno dos weblogues não foi também bem recebido, porque foi entendido como uma ameaça ao quarto poder estabelecido. Exponente máximo dessa rejeição foi o artigo de Pedro Rolo Duarte, editor de um dos mais influentes suplementos da imprensa diária portuguesa – o DNA, que advogava mesmo a proibição de acesso aos weblogues a todos aqueles que já tinham espaços na imprensa tradicional: “Acho que uma das maiores virtudes da imprensa é o facto de ser finita no espaço e no tempo. Isto obriga a quem escreve, quem edita, quem publica, a escolher – e é na escolha, é nesse acto individual, perigosamente ditatorial, da escolha, da opção, que está a ‘flor do sal’ desta profissão, desta paixão. Nesta medida, quando os profissionais do jornalismo se envolvem em ‘blogues’, estão a negar a essência do seu trabalho e a viciar o jogo da liberdade. Se houvesse leis sobre a matéria e eu pudesse legislar, os ‘blogues’ existiam. Mas tinham esta reserva legal: só a eles deveriam ter acesso os que, pelas mais diversas razões, não têm espaço próprio nos meios de comunicação. Ponto final”.

A blogosfera portuguesa, termo que alguns puristas continuam a recusar, tem algumas características que vale a pena analisar e discutir aqui, nesta que é a primeira intervenção neste Encontro de Weblogues e que, por isso, se quer que lance pistas de discussão para os temas de amanhã [19-09-2003].

Das minhas leituras dos weblogues portugueses, destaco aqui três características que me parecem importantes e que gostaria de ver discutidas:

- Muitos weblogues opinativos/analíticos, poucos informativos. A grande maioria dos weblogues portugueses está na área da análise e da opinião. Quase todos querem discutir qualquer coisa, poucos dão informações que nos ajudem a contextualizar essa coisa. Alguns dos mais famosos weblogues portugueses vivem mesmo obcecados com a divisão esquerda/direita, como se isso fosse realmente importante ou todos nós pensássemos nisso antes de escrever o que escrevemos todos os dias. Uma boa polémica é melhor do que uma boa informação, pensam muitos dos que têm weblogues em Portugal.

- A grande maioria funciona em circuito fechado. São raros os *links* para a Internet, para textos exteriores à blogosfera (muitos mesmo não têm quaisquer *links* que não seja para outros weblogues) e o circuito de discussão dos temas é fechado. Abra-se um weblogue português ao acaso e veremos que eles discutem os *posts* uns dos outros, entram em polémica por tudo e por nada, raramente trazem informação nova para a discussão.
- Não há jornalismo nos weblogues nacionais. Como consequência desta tendência opinativa, não há casos de jornalismo na blogosfera nacional. Mesmo os jornalistas que têm weblogues limitam-se a apontar outras leituras ou a fazer opinião, dando raramente notícias nos seus weblogues. O facto de os *media*, onde esses jornalistas trabalham, não terem ainda weblogues institucionais faz com que qualquer divulgação de informação noticiosa em primeira-mão possa soar a traição para com o jornal que os alimenta e os veste. Os que têm medo dos weblogues como concorrentes do jornalismo tradicional ainda vão ter de esperar porque os “outsiders” também ainda não conseguiram mostrar que é possível fazer jornalismo nos blogues.

Tentando fazer um pouco de futurologia, acho que, nos próximos meses, vamos assistir em Portugal ao aumento de alguns fenómenos que já se fazem sentir noutros países e que ainda aqui não chegaram em força.

- O crescimento de weblogues do tipo “Muito Mentiroso”, escritos por anónimos que, por isso, não têm qualquer necessidade de proteger a sua credibilidade, juntando realidade a ficção. Nos primeiros tempos, podemos achar que as informações que estes *sites* prestam são boas, mas, quando temos conhecimento de alguma em primeira mão, logo vemos que, muitas delas, não devem passar de efabulações sem qualquer verdade.
- O nascimento de *moblogs* em quantidades industriais, alimentados a partir de telemóveis com câmara fotográfica. Alguns simples diários, outros roteiros de viagens, outros invasão clara da privacidade. Se alguém tem alguma dúvida que isto pode acontecer, basta visitar *mobileasses.com*, um *site* que se limita a publicar fotos de rabos de mulheres de calças e que já tem várias fotografias feitas em Portugal, sem conhecimento das fotografadas.
- A utilização de weblogues no ensino, uma área em que o curso do Minho e do Porto foram pioneiros em Portugal e que vai crescer ainda muito mais. Quando os professores universitários, e não só, perceberem as potencialidades desta ferramenta de publicação, vamos assistir a uma explosão do fenómeno.

Finalmente, acho que devemos pôr alguma água na fervura, quando discutimos os weblogues, para não pensarmos que isto é a melhor coisa desde a invenção da roda. No livro que publicou em 1995, chamado *Diffusion of Innovations*, o investigador Everett M. Rogers descreve a difusão das inovações que é, nas suas palavras, “o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais ao longo

do tempo” (Rogers, 1995: p. 11). De acordo com Rogers, o processo de inovação-decisão tem cinco níveis principais: conhecimento, persuasão, decisão, implementação e confirmação.

Rogers classificou ainda os que adoptam inovações em cinco categorias diferentes (Rogers, 1995: p. 262): os inovadores, os primeiros 2,5 por cento que aderem à inovação; os *early adopters*, os 13,5 por cento seguintes; a *early majority*, os 34 por cento que se seguem; a *late majority*, os seguintes 34 por cento; e os *laggards* (“os atrasados”), os 16 por cento restantes.

Apesar desta explosão dos weblogues em todo o mundo, que representa a possibilidade de qualquer cidadão se tornar editor de um espaço próprio com difusão global, é bom não nos esquecermos que, em termos desta escala criada por Rogers, estaremos em Portugal na fase dos “inovadores”, tendo alguns países/comunidades já passado à fase *early adopters*. A Internet é ainda um espaço a que só têm acesso os info-ricos e que, mesmo em todos esses países mais desenvolvidos, ainda não é acessível a todas as camadas da população.

Weblogues e jornalismo: um exemplo de aproximação na universidade portuguesa

Luís António Santos* e Fernando Zamith**

Este texto tem por objectivo a análise enquadrada de uma experiência de utilização de weblogues no desenvolvimento de competências profissionais no âmbito de uma licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação. Estando ainda por esclarecer se, de facto, os weblogues constituem um novo suporte híbrido¹, o certo é que algumas das suas primeiras aplicações sugerem claros pontos de contacto com o vasto campo de acção do jornalismo, revelando-se também, desde já, um novo espectro de vantagens e um novo conjunto de questões potencialmente problemáticas. A experiência em curso na Universidade do Porto pode funcionar, em simultâneo, como um laboratório de novos métodos de ensino/aprendizagem e como repositório – ainda que embrionário e controlado – de alguns dos desafios que o jornalismo pode vir a enfrentar no futuro não muito distante.

Os weblogues são tão antigos como a Internet. O primeiro weblogue foi, simultaneamente, a primeira página web, desenvolvida, em 1990, por Tim Berners-Lee no Centro Europeu de Investigação Nuclear (CERN), uma vez que se tratava, sobretudo, de um registo automático de dados sobre o aparecimento de novos sítios. Até 1996, algumas páginas (como a ‘What’s new’ da Netscape) foram assumindo esse mesmo papel de indicação muito pouco mediada de novidades na web. Ainda em 1996 começaram, no entanto, a surgir exemplos de espaços com muito maior mediação humana e especialmente vocacionados para iniciativas colaborativas e/ou comunitárias. Dave Winner, o autor do mais antigo weblogue ainda em existência, criou o seu ‘Scripting News’ em Janeiro de 1997 e experiências semelhantes de divulgação, seriação e classificação humana de conteúdos na Internet começaram a surgir com mais frequência nos anos seguintes. O crescimento foi tudo menos gradual e o ano de 1999 viria a conhecer a

* Foi jornalista do *JN* e da BBC (Secção Portuguesa). É docente de jornalismo de rádio e TV no Curso de Comunicação Social da Universidade do Minho (lsantos@ics.uminho.pt).

** É jornalista da agência Lusa e docente de jornalismo digital no Curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto.

¹ Expressão usada por Eric Zorn no lançamento do weblogue do *Chicago Tribune* (18.08.2003), <http://www.chicagotribune.com/news/columnists/ericzorn/chi-0308zornarchive.story> (17.10.2003).

primeira explosão de interesse; o aparecimento de ferramentas específicas, gratuitas e simples (Pitas, Blogger e Groksoup) encerrava, definitivamente, o breve período de tempo em que só os chamados entusiastas da web² podiam sentir-se tentados a integrar o grupo de *bloggers*³. Em 2000 os weblogues já se contavam aos milhares e, três anos depois, a mais popular ferramenta, Blogger, anunciou, logo em Janeiro, ter atingido o primeiro milhão de utilizadores. Um estudo recente, desenvolvido pela Perseus, estima que até ao Verão de 2003 tenham sido criados 4,12 milhões de weblogues em todo o mundo, dos quais apenas 1,4 milhões são entendidos como activos (têm, pelo menos, uma actualização no espaço de dois meses)⁴. A AOL começou a oferecer a possibilidade de ‘blogar’ aos seus clientes a partir de Agosto, ao mesmo tempo que a Yahoo fazia uma experiência-piloto similar no seu *site* coreano. Ambas as empresas seguiram os passos de dois outros gigantes, que abriram portas aos weblogues logo no início de 2003 – Google e Lycos. O interesse imediato, dada a gratuitidade dos serviços, terá começado por ser a fidelização de clientes, mas a perspectiva de uma utilização comercial estará, por certo, presente na elaboração da opção estratégica destas empresas. Um sinal emblemático do despertar desse interesse comercial pelos weblogues – e do eventual fim do ‘carácter puritânico’ da actividade, como escrevem os autores da AlwaysOn⁵ – terá sido a publicação, em meados de Agosto, de um artigo na secção ‘Business’ da conservadora revista britânica *The Economist*, com o título ‘Blogging, to the horror of some, is trying to go commercial’⁶.

Em Portugal, 2003 terá também sido o ano da grande (a uma outra escala) afirmação dos weblogues. A primeira tentativa consistente de elaborar uma listagem, iniciada em Janeiro, referenciava 174 entradas. Em Maio os weblogues portugueses eram já 400, em Junho mais de 600 e, no princípio de Julho, 905⁷. Neste momento não existe uma única listagem de todos os weblogues escritos por portugueses, sendo certo porém que deverão exceder já os dois milhares. O directório ‘ptBLOGGERS’, criado em Julho e com a aceitação de novas entradas suspensa, registava, no dia 17 de Outubro, 1 442 weblogues⁸. Um outro directório, o ‘Bloco-notas: Portuguese blogspotting’, acolhia, na mesma data, referências da 2 462 weblogues⁹ e um outro, o ‘weblog.com.pt’, incentivador da utilização da ferramenta Movable Type, registava 665 entradas¹⁰. À seme-

² Pessoas que dominavam o código HTML e tinham já facilidade de criação da sua própria página.

³ A página de Jesse James Garrett, contendo apenas indicações sobre weblogues, registava, no início de 1999, somente 23 entradas (Blood, 07.09.2000: 1).

⁴ Perseus Development Corporation (03.10.2003). ‘The Blogging Iceberg – Of 4.12 Million Hosted Weblogues, Most Little Seen, Quickly Abandoned’, White Paper. <http://www.perseus.com/blogsurvey/> (17.10.2003).

⁵ http://alwayson-network.com/printpage.php?id=840_0_2_0 (10.09.2003).

⁶ *The Economist* (14.08.2003).

⁷ Altura em que Pedro Fonseca anunciou ser-lhe impossível continuar com a tarefa. <http://blogsemppt.blogspot.com> (17.10.2003).

⁸ <http://www.omeudiario.net/ptbloggers> (17.10.2003).

⁹ <http://bloconotas.blogspot.com> (17.10.2003).

¹⁰ <http://weblog.com.pt> (17.10.2003).

lhança do que aconteceu à escala internacional, também o maior motor de busca/prestador de serviço nacional, o Sapo, passou a disponibilizar, a partir do início de Novembro, a possibilidade de criação de weblogues.

Se pensarmos nos 1,4 milhões de weblogues activos (e também nos cerca de dois mil portugueses) por comparação com o número de utilizadores da Internet (665 milhões, segundo uma antevisão da UNESCO para 2003¹¹), não teremos dificuldade em aceitar a leitura forçosamente relativizadora subjacente às conclusões de um estudo recente da Forrester Research, segundo o qual, apenas dois por cento dos lares norte-americanos *on-line* visitam um weblogue mais do que uma vez por mês, sendo que 79 por cento das pessoas questionadas não ouviram sequer falar da blogosfera antes do inquérito¹². Este tipo de dados ajuda-nos, certamente, a escutar com prudência quaisquer propostas de sobrevalorização da nova actividade, embora possa também ajudar a cimentar argumentos sobre o carácter passageiro da blogosfera e, por arrastamento, sobre a sua quase absoluta irrelevância. Sendo pacífico que ‘blogar’ é, apesar de tudo, uma actividade ainda muito restrita e sendo igualmente aceitável que, com toda a facilidade, se encontram exemplos de conteúdo muito pouco relevante ou original, parece-nos importante reter, a este propósito, a afirmação de Matt Welsh, segundo a qual ‘90 por cento de todas as novas formas de expressão tendem a ser mediócras’. ‘Julgar um meio pelos seus piores elementos não é uma actividade muito louvável’, adianta Welsh, para acrescentar: ‘as acções dos que estão nos 10 por cento estão entre as coisas mais excitantes (...) vistas nos últimos tempos’ (2003).

O debate sobre a relevância dos weblogues no contexto das tecnologias de comunicação e informação (ICT) continua ainda em aberto. Seja a blogosfera uma moda passageira, um arrufo de tecnofóbicos sem qualificações específicas, a utilização massificada de algo que não tem nada de novo, ou seja ela, pelo contrário, um alternativo meio de comunicação interpessoal, potenciador de novos espaços de debate público, criador de alterações profundas no entendimento que profissionais e destinatários têm de algumas áreas de actividade, cremos que, nesta fase, será muito mais proveitoso congelar juízos de valor em benefício da análise de acções/interacções concretas em curso.

Um novo ambiente de trabalho

Um olhar centrado nas características técnicas dos weblogues levar-nos-ia a descrevê-los como sítios web, criados, mantidos e actualizados com o mínimo recurso à utilização do código, capazes de suportar um arquivo e de incorporar ligações para outros endereços. Podem ser vistos como uma espécie de sistemas *light* de gestão de informação, com capacidade para capturar, organizar, manipular e aceder, em contí-

¹¹ <http://portal.unesco.org/ev> (05.11.2003)

¹² Estudo realizado em Agosto de 2003 e referido em Kopytoff, V. (01.09.2003). ‘Internet giants catch on to blogs – major portals provide services for online journals’, in *SFGate.com* (San Francisco Chronicle). <http://www.sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?file=/chronicle/archive/2003/09/01/BU307739.DTL&type=tech> (10.09.2003).

nuo e de forma simplificada, a todo o tipo de conteúdos. A conjugação de uma estrutura formal rígida como a possibilidade da abertura a uma miríade de conteúdos poderá ser uma das razões do seu grande sucesso, comportando-se aqui a blogosfera como uma espécie de um novo ‘ambiente de trabalho’, não já instalado no computador de cada um, mas disponível, para partilha, na web. Uma vez familiarizado com um weblogue, qualquer internauta pode, sem grande esforço, procurar informações num outro ou desenvolver o seu. Mesmo tendo em conta as especificidades das diferentes ferramentas disponíveis, a lógica subjacente ao formato é a mesma e o conforto que deriva dessa constância é, por certo, factor de simultânea tranquilização e de renovada confiança, tão necessárias à manutenção de um outro traço distintivo destas novas páginas web – a frequência de actualização. Embora este tema mereça, por certo, o olhar atento de outros que não nós, parece-nos que o novo ‘ambiente de trabalho’ – na tal rigidez facilitadora da interacção – vive fundamentalmente de uma estruturação da temporalidade. Todas as novas entradas são datadas e aparecem no weblogue em cronologia inversa, permitindo que um visitante leia sempre, em primeiro lugar, o *post* mais recente. Uma lógica semelhante preside ao armazenamento de informações mais antigas e à apresentação dos comentários (sejam ou não eles parte integrante da ferramenta original). Esta centralidade do tempo, sendo partilhada por uma comunidade de ‘bloggers-leitores-de-blogs’ terá certamente um efeito acelerador da frequência de actualização, levando mesmo a que já se fale numa ‘angústia do *post* seguinte’¹³.

Um olhar centrado nas características técnicas não nos dá, no entanto, uma visão abrangente do fenómeno. Importa manter esse mesmo olhar atento aos efeitos que os weblogues produzem e, sobretudo, manter alguma disponibilidade para o que pode estar contido na surpresa. Numa entrevista dada a Giles Turnbull no início de 2001 um dos criadores do Blogger, Evan Williams, admite que, para a própria equipa original (três pessoas), a forma como a blogosfera cresceu (e note-se que, nessa altura, o Blogger acolhia ainda apenas cerca de 118 mil utilizadores) forçou alterações de percepção. ‘Gostava de afirmar que se tratou, desde o início, de puro génio, mas não foi isso que se passou. Pessoalmente, demorou-me bastante tempo a perceber o que tinham de tão significativo tanto o formato blogue como a nossa própria ferramenta’, diz Williams, para quem a distintividade dos weblogues resulta da combinação de três factores: frequência, brevidade e personalidade (Turnball, 28.02.2001: Part 2).

Se os outros factores parecem ter sido responsáveis pela garantia de fundações sólidas à blogosfera parece-nos que terá sido aquilo que Williams descreve como ‘personalidade’ que lhe trouxe carácter, dinamismo, novidade e crescente apelo. A formalidade do modelo facilitou a chegada de muitos novos criadores de conteúdos à Internet mas foi essa quase ilimitada possibilidade de temáticas que os fixou aos weblogues e à sua lógica de funcionamento (incluindo a pressão da actualização). A ferramenta Blogger criou (de forma mais ou menos planeada) o ambiente propício ao aparecimento de um novo tipo de weblogue. O original ‘weblogue-filtro’ (com ou sem mediação humana)

¹³ Expressão usada por João L. Nogueira, na apresentação da comunicação “Weblogues, cidadania electrónica e esfera pública” feita durante o I Encontro Nacional de Weblogues.

passaria, de 1999 em diante, a ter por companhia o ‘weblogue-bloco-de-apontamentos’, o modelo que, ainda hoje, mais adeptos conquista para a blogosfera¹⁴. Os *posts* mais higienizados dos weblogues-filtros passaram a ter que partilhar o espaço com *posts* plenos de coment3rio pessoal, sobre temas t3o variados como a culin3ria, a vida, a m3sica, um autor em particular, o percurso para o emprego, ou uma cor, entre outros. ‘Bloggers-leitores-de-blogs’ cedo começaram a estabelecer ligaç3es entre si, referenciando-se mutuamente mas, sobretudo, discutindo num weblogue um tema lido num outro. Estas ligaç3es deram lugar a novas comunidades, com novos interesses, cuja principal vantagem – a potencialmente igual capacidade de participaç3o de todos os elementos – n3o foi, at3 agora, empalidecida pela inevit3vel emerg3ncia de algumas ‘figuras de culto’.

Ser3 interessante convocar, a este prop3sito, a leitura que da blogosfera fazem Mortensen e Walker, como um substituto virtual do espaço do *saloon* (para a cultura norte-americana), do *pub* (na tradiç3o angl3fona), ou do caf3 (numa leitura mais mediterr3nica). Socorrendo-se das observaç3es de Habermas sobre a esfera p3blica (e da vis3o desse espaço partilhado como um lugar onde n3o se observam as regras sociais do respeito pelo estatuto), escrevem que ‘um blogue 3 escrito por um indiv3duo e expressa a atitude e convicç3o do seu escritor; 3 estritamente subjectivo, embora n3o necessariamente 3ntimo. Isto n3o o impede de estar no dom3nio p3blico e de se preocupar com quest3es que pertencem ao dom3nio da autoridade p3blica. Cada indiv3duo pode usar os weblogues como entender melhor, sem respeito por qualquer tirania de valores que lhe imponha o que 3 ou n3o v3lido como tema de escrita’¹⁵ (2002: 258).

O sucesso exponencial dos weblogues deve-se, fundamentalmente, a esta sua potencialidade de abertura a quem nunca antes teve possibilidade de avançar reflex3es/coment3rios/informaç3es para al3m do seu c3rculo restrito de conhecimentos pessoais. A ‘publicaç3o pessoal’, conceito que j3 serviu para atrair as pessoas para a pr3pria Internet, ganhou uma mais efectiva express3o. Os weblogues tornaram-se espaços alternativos de comunicaç3o, onde cada um pode ter a tal ‘voz’ que tantas vezes lhe foi prometida. Sendo certo que poder3 existir, na participaç3o efectiva na blogosfera, tanto de projecç3o do ego como de voyeurismo, parece-nos n3o menos verdade que, apesar disso, as tais ‘vozes’ est3o l3, no mais dos casos abertas 3 discuss3o e em todos eles dispon3veis para escrut3nio. Todos podemos, autonomamente, avaliar em cont3nuo a postura de qualquer outro *blogger* pela verificaç3o das suas palavras passadas e das ligaç3es referenciadas. Como nos diz Tim Jarrett, ‘um *blogger* cria uma voz *on-line* com hist3ria, cronologia, evoluç3o e contexto’. Mais importante ainda, adianta Jarrett, o acto de publicar num weblogue (por oposiç3o a um documento privado) permite que outros escutem a tal ‘voz’: ‘Se as palavras de um *blogger* s3o ouvidas e outros entram no di3logo, o *blogger* deixou de ser um observador passivo da Internet para se tornar num criador dela. Isto permite que pessoas – desde

¹⁴ Blood, R. (07.09.2000). ‘Weblogs: a history and perspective’. http://rebeccablood.net/essays/weblog_history.html (02.09.2003).

¹⁵ Refer3ncia aos crit3rios de valoraç3o noticiosa expressos por Galtung e Ruge. Galtung, G. e Holboe Ruge, M. (1965). ‘The Structure of Foreign News’, in *Journal of Peace Research*, Bd. 2), 65-91.

adolescentes confusos a programadores de software, a tradutores iraquianos em Bagdade e a avós com uma paixão pela política – que nunca tenham escrito um texto antes sejam lidos em todo o mundo¹⁶. Sendo aceitável que a asserção final da frase denota alguma fragilidade, sobretudo em face de um crescimento naturalmente desregrado e naturalmente pouco inventariado da blogosfera¹⁷, isso não põe em risco o seu principal ponto de ancoragem – os weblogues são espaços pessoais e interpretativos, marcados, em simultâneo, pela subjectividade e por um certo grau de responsabilização.

Parece-nos demasiado ambiciosa a ideia de que esta assunção de poder comunicacional por parte de um grupo crescente de ‘utilizadores-tornados-criadores’ da Internet apontaria no sentido de que se avançou já para uma cidadania mais participativa, em que a eliminação de algumas barreiras de definição valorativa de conteúdos (*gatekeeping*) alterou a unidireccionalidade dos fluxos e, por consequência, democratizou a informação. Parece-nos, por oposição, demasiado redutor focar atenções nas desvantagens de uma pulverização de conteúdos, nas fraquezas de uma postura ‘amadora’ dos novos criadores e ainda no carácter precoce de qualquer avaliação que retire demasiado peso à ainda esmagadora unidireccionalidade dos fluxos informativos. Não querendo correr o risco de desvalorizar liminarmente estas duas visões antagónicas, torna-se inevitável transcrever aqui o que sobre o assunto disse Walter Shapiro, colunista do *USA Today*: ‘Como qualquer outra revolução, a blogosfera é exageradamente promovida na fase de crescimento, exageradamente depreciada na fase seguinte e finalmente assenta, no reino intermédio da realidade’¹⁸.

Aceitando que muito do que se produz nos weblogues é ainda reactivo – seja comentário, opinião, ou até mesmo apresentação de novos factos que contrariem algo inicialmente dado a conhecer através de um dos canais de comunicação mais tradicionais –, parece-nos claro que a blogosfera se afirma, sobretudo, por ser um espaço de ruptura: há lugar para ideias mais marginais (sobretudo porque a ideia é, ainda assim, mais valorada do que a sua fonte), há sinais de um novo processo de criação de conhecimento partilhado, há uma maior descentralização na produção e distribuição de conteúdos e há uma reformulação das concepções tradicionais sobre audiência/destinatário/receptor.

Weblogues e jornalismo

O aparecimento e expansão da Internet, no final do século passado, forçaram o jornalismo convencional a repensar processos de recolha e de produção de informação. Cedo se percebeu o carácter revolucionário da web – permitia juntar texto, imagens, gráficos, animação, áudio, vídeo e entregá-los aos destinatário em tempo real – mas demorou mais algum tempo a apreender o impacto do novo leque de potencialidades –

¹⁶ Post publicado no “Jarrett House North” sob o título ‘Blogs providing voices’. <http://discuss.jarretthousenorth.com/2003/10/10?print-friendly=true>

¹⁷ Apesar de alguns esforços, como é o caso do recente motor de busca bloogz (www.bloogz.com).

¹⁸ Citado por Chris Mooney no *post-gazett.com* (02.02.2003).

interactividade, acesso personalizado e, sobretudo, mudança no perfil do utilizador, que poderia agora também partilhar a produção.

Nos primeiros anos da ‘corrida à net’ as empresas de comunicação social preocuparam-se muito mais com a ocupação de um lugar num meio que desconheciam do que com a adaptação dos seus conteúdos a esse mesmo meio. O sucesso de algumas experiências autónomas em páginas web tradicionais foi entendido como não mais do que uma ligeira ameaça, uma vez que o campo de acção, a linguagem e os processos de produção informativa destes novos actores continuavam a estar enquadrados no espaço vital dos meios mais tradicionais. Os jornalistas, por seu lado, começaram a aproveitar as vantagens do jornalismo assistido por computador, mas mantiveram, no essencial, a mesma relação com a sua audiência (que, na verdade, não era entendida como sendo muito diferente da que tinha o órgão de comunicação tradicional).

O surgimento do weblogue-bloco-de-apontamento cedo chamou a atenção de um grupo heterogéneo mas ainda restrito de utilizadores, onde se incluíam jornalistas profissionais mais atentos, leitores críticos da postura ideológica dos *media* tradicionais, académicos ligados à comunicação e alguns jovens com formação na área mas ainda em início de carreira. Os acontecimentos do dia 11 de Setembro de 2001 vieram alterar tanto a notoriedade desta nova forma de tratar informação como o seu ritmo de propagação. Perante a insatisfatória reacção dos meios tradicionais – se entendida à luz de uma nova percepção social da temporalidade, sem dúvida exacerbada em tempos de crise, em que a instantaneidade da transmissão por vezes vale mais do que a própria mensagem em si – os weblogues-jornais entraram, de supetão, na idade adulta. Só na blogosfera foi possível, para muitos, satisfazer um desejo permanente de ‘actualização’, capaz de canalizar um fluxo invulgar de novos desenvolvimentos, rumores, imagens, reacções e comentários. Os weblogues-jornais terão também funcionado como uma (mais uma) expressão catártica de sentimentos, sedimentando assim um estilo muito próprio, já comum e perfeitamente pacífico noutros weblogues, mas profundamente perturbador para o jornalismo estabelecido.

Esta explosão dos weblogues-jornais terá funcionado, para o jornalismo, como o primeiro de uma série de catalisadores de uma mudança que se impunha, mas que não havia ainda acontecido. O facto de se apresentar a hipótese de que alguns weblogues poderiam ser, eles próprios, uma nova forma de jornalismo tornou-se, por si só, indicativo do grau de distúrbio que a blogosfera trouxe ao ordenamento mediático pré-estabelecido. No auge da excitação com esta nova forma de tratar os conteúdos informativos, John V. Pavlik escrevia que ‘a nova forma de jornalismo’ se distinguia das restantes pelo seu carácter ubíquo, pelo acesso globalizado, pela instantaneidade, pela interactividade, pelo conteúdo multimédia e por uma personalização extrema: ‘Em muitos sentidos, representa uma melhor forma de jornalismo porque consegue renovar a ligação a uma audiência cada vez mais desconfiada e alienada, mas, ao mesmo tempo, apresenta-se como uma ameaça aos valores e padrões de comportamento mais defendidos; autenticidade de conteúdo, verificação de fontes, correcção e verdade estão todas sob suspeita num meio em que qualquer pessoa com um computador e um modem se transforma num editor à escala mundial’ (2001: 5). A discus-

são cedo se tornou num exercício de defesa, por parte de alguns jornalistas, sobre o que constitui verdadeiro jornalismo e sobre quem pode ou não legitimamente intitular-se jornalista. Precisamente aquilo que havia tornado tão populares os weblogues era o que mais se prestava a ataque nesta não-conversa; a ausência de qualquer processo editorial de filtragem de erros, de clarificação de linguagem e de confirmação de factos mencionados tornava os weblogues-jornais mais atraentes mas, simultaneamente, fragilizava-os à luz da visão mais consensual sobre o jornalismo.

O aceso debate a propósito dos weblogues-jornais poderá ter-nos dado uma indicação de que a dúvida expressa por Kovach e Rosenstiel, sobre se um jornalismo independente sobreviveria no novo século (2001: 13), está mais perto de uma resposta positiva, mas falhou, em absoluto, no alvo. Podendo os weblogues-jornais vir a ser, de facto, um espaço alternativo de um diferente tipo de jornalismo – chamando-se ele ‘amador’, ‘comunitário’ ou, simplesmente, ‘participativo’ – importará não tanto assegurar a sua conformidade com enquadramentos eventualmente desajustados à realidade presente mas antes – como parecem sugerir ainda Kovach e Rosenstiel – garantir-lhes a autonomia suficiente para escapar a uma ameaça estrutural, ‘o comercialismo comprometido que se faz passar por informação’ (ibid.).

Para já, os weblogues-jornais – que nem sequer têm ainda expressão suficiente em Portugal – não são muito mais do que um útil complemento do jornalismo tradicional. Aquilo que J. D. Lasica considera o ‘ground zero’ da revolução da publicação pessoal via web (18.04.2002) terá garantido que o jornalismo iniciasse um percurso de actualização, tanto no estilo de apresentação como na postura perante a sociedade. Os *bloggers* (que são também leitores/ouvintes/telespectadores) questionam formas de actuar, perspectivas, apontam falhas, avançam alternativas e levantam novas dúvidas. Isso, se entendido por todos os jornalistas como uma oportunidade para produzir trabalho mais honesto, consistente e em contacto com as pessoas, pode dar-nos uma indicação mais correcta do eventual novo caminho do jornalismo. E se a história desta profissão, que – na feliz imagem de Kovach e Rosentiel – ajuda indivíduos e sociedades a manter alimentado o ‘instinto de percepção’ reservar aos weblogues o papel de propiciadores dessa mudança, isso já terá sido mais do que eventualmente preconizaram os seus primeiros utilizadores.

Weblogues e ensino do jornalismo

No seu texto ‘How to write a better weblog’, Dennis A. Mahoney começa por nos falar da clara diferença entre o profissional da escrita e o amador com um exemplo muito poderoso: um profissional diria «Nova Iorque é magnífica na Primavera», ao passo que um amador escreveria: «Sei que, hoje em dia, isto é um *cliché*, particularmente depois do 11 de Setembro, mas vivo em Nova Iorque, uma cidade que está agora muito mais limpa e segura por causa do Giuliani, que deveria, de facto, voltar a ser presidente, sobretudo depois de ter lidado tão bem com a crise (...) mas, depois de tudo dito e feito, Nova Iorque é uma grande cidade, especialmente quando come-

ça a ficar mais quente e as pessoas começam a passar mais tempo fora de casa, como acontece em Março e Abril» (22.02.2002). A imagem é forte e deve, na nossa opini3o, ser entendida muito para al3m das consideraç3es sobre estrutura de texto e gramática. A frase, naturalmente caricatural, afirma, de forma muito simples, o espaço dos weblogues como a tal nova 3rea de express3o pessoal e social e, por arrastamento, faz dos weblogues-jornais mais tradutores de um desejo de mudanç3a de postura do jornalismo do que a afirmaç3o conseguida de um corte radical com as formas tradicionais de exercer a profiss3o.

Parece-nos que ser3a neste enquadramento n3o exagerado, de abertura ao novo sem perder de vista a ess3ncia do antigo, que os weblogues podem, gradualmente, proporcionar a jornalistas em formaç3o um ambiente privilegiado de aprendizagem. 3 É ineg3vel que, pelo seu baixo custo, flexibilidade e natural enquadramento com as exig3ncias do tempo jornalístico, os weblogues constituem uma excelente ferramenta para a pr3tica de t3cnicas de express3o jornalística *on-line*: t3m campos distintos para t3tulo, *lead*/entrada e corpo da not3cia; permitem hipertexto e hipermed3ia; ordenam/destacam as not3cias pelo crit3rio mais adequado ao meio – a actualidade; criam automaticamente arquivos e categorias (por datas e temas); a publicaç3o 3 imediata.

Ciente desta oportunidade, o curso de Jornalismo e Ci3ncias da Comunicaç3o da Universidade do Porto (a mais nova licenciatura p3blica na 3rea e uma das que mais aposta nas vertentes pr3tica e tecnol3gica) criou no in3cio do ano lectivo de 2002/2003 um weblogue de apoio 3s aulas de T3cnicas de Express3o Jornalística (TEJ) *On-line*, o *JornalismoPortoNet* (<http://blog.icicom.up.pt>)¹⁹. Foi, talvez, um dos primeiros blogues portugueses a utilizar o Movable Type, ferramenta que, al3m de algumas funç3es novas, introduziu uma ‘lufada de ar fresco’ numa blogosfera j3 ent3o algo saturada de p3ginas *blogger* muito iguais que apenas se distinguiram pelos t3tulos. Um dos docentes do curso, S3rgio Nunes, preparou o ‘esqueleto’ do blogue, fazendo algumas alteraç3es ao esquema-base, nomeadamente a supress3o do calend3rio, a introduç3o de novas categorias e, mais tarde, a traduç3o para portugu3s. O *JornalismoPortoNet* (ou JPN) rapidamente cumpriu as funç3es para que foi criado, funcionando como uma ‘p3gina inicial’ das aulas de TEJ/*On-line* dos 2.º e 3.º anos, com informaç3es 3teis para os alunos, ligaç3es a p3ginas de interesse para futuros jornalistas e ‘local’ de pr3tica jornalística. O JPN e os ‘weblogues-sat3lites’ (de que falaremos adiante) deram visibilidade ao trabalho de alunos que, de outro modo, ficaria a ganhar p3 numa qualquer prateleira de um escrit3rio, biblioteca ou arquivo universit3rio.

Em Dezembro de 2002, uma experi3ncia de redaç3o virtual realizada pelos alunos do 3.º ano (<http://www.icicom.up.pt/blog/ljcc/archives/000111.html#000111>) mereceu entradas em alguns weblogues especializados, nomeadamente nas vers3es *on-line* e em papel (*P3blico*) do Ponto Media (http://ciberjornalismo.com/arquivo/2002/2002_12_08_arquivo.htm). A experi3ncia e a visibilidade obtidas, n3o s3o entusiasmaram os alunos, como reforçaram a consci3ncia que j3 tinham das enormes potencialidades

¹⁹ Uma outra experi3ncia, com um diferente formato, foi iniciada no mesmo ano lectivo na Universidade do Minho, o *Aula de Jornalismo*.

deste novo meio, ainda hoje pouco exploradas, sobretudo em Portugal. Paralelamente ao JPN, foram criados pelos alunos do 2.º ano três blogues (um por turma), com o objectivo de funcionarem como experiências de blog-jornais: *Arte_Factos* (<http://www.icicom.up.pt/blog/artefactos>), *Oubelá.com* (<http://www.icicom.up.pt/blog/oubela>) e *Palco* (<http://www.icicom.up.pt/blog/palco>). Estes ‘weblogues-satélites’, com nomes e grafismos escolhidos pelos alunos, foram alimentados exclusivamente com peças jornalísticas (feitas pelos alunos e editadas pelo jornalista/professor), nomeadamente entrevistas e pequenas notícias ou comentários (de exposições ou espectáculos vistos pelos alunos) sobre temas relacionados com cultura e lazer.

Nome	Início	Entradas/ <i>posts</i>	Comentários
JornalismoPortoNet	Out./2002	206	44
Arte_Factos	Nov./2002	37	72
Oubelá.com	Nov./2002	39	22
Palco	Nov./2002	34	51
A Tenda dos Índios	Jul./2003	30	13

A actividade destes três blogues foi muito ‘sazonal’, com quase todas as entradas a coincidirem com o período lectivo do primeiro semestre, ainda que tivesse havido um apelo aos alunos para que continuassem a alimentar os blogues no segundo semestre, o que apenas aconteceu esporadicamente. Este risco (assumido) de previsível paralisação dos blogues nunca foi entendido como um mal em si, dado tratar-se de trabalho em ‘laboratório’. Despoletaram, contudo, uma série de alterações, para o ano lectivo de 2003/2004, como a concentração de produção em apenas dois ou três blogues temáticos.

Apesar de todos estes condicionalismos, os blogues do curso foram bastante visitados e até comentados. Os três ‘blogues-satélites’ ficaram listados logo na primeira relação de 150 *Blogsemp*, o que contribuiu muito para essa visibilidade. Com 72 comentários, o *Arte_Factos* foi, na altura, o mais comentado, o que poderá ser explicado por três factores: nome extremamente bem conseguido; destaque que teve no *Blogsemp* dado esta lista surgir por ordem alfabética; interesse suscitado por algumas notícias, nomeadamente a entrevista a um professor de capoeira, que originou um vivo debate, registado em 16 comentários.

No segundo semestre, passaram pelo JPN outras experiências, necessariamente menos ambiciosas, de alunos do 1.º ano, que rapidamente ficaram com o ‘bichinho’ dos blogues, criando, autonomamente, várias páginas pessoais ou de pequenos grupos de dois ou três autores (<http://www.icicom.up.pt/blog/ljcc/archives/000409.html#000409>). No final do semestre, a experiência alargou-se aos fotologues (<http://www.fotolog.net>), com os alunos a criarem inúmeras páginas de fotografias, algumas delas ainda activas.

Com estas experiências, alcançou-se o objectivo principal da disciplina, que seria a aplicação prática de noções teóricas sobre esta nova forma de fazer jornalismo: o treino da rapidez, da capacidade de síntese, da construção de notícias segundo a técnica dos blocos (pequenos textos ligados entre si) e do uso adequado do hipertexto. Promove-

ram--se competências específicas do jornalismo num novo enquadramento, ao mesmo tempo atraente e recompensador para os jornalistas em formação.

O contacto permanente e continuado com os problemas que se põem diariamente à generalidade dos jornalistas – verificação, equilíbrio, correcção, independência – foi complementado pela pressão da observação constante não só dos docentes mas, sobretudo, dos seus pares. Ainda que num ambiente restrito, esta pressão e os efeitos que produz (a reformulação de trabalhos, a reconfirmação de factos, a abertura de novas linhas de acção) terá conseguido, pensamos, replicar de forma mais realista o ambiente de trabalho que muitos deles irão encontrar.

Da experiência em curso – que, a partir de 22 de Março de 2004, passou a ter outra expressão com o portal ‘JornalismoPortoNet’ (<http://jpn.icicom.up.pt>) – resulta claro que, ao invés de um desvio para o comentário adornado de factos (algo que aproveitam para fazer nos inúmeros weblogues pessoais que foram, entretanto, criando), estes jornalistas em formação parecem optar por uma apresentação o mais cuidada possível das situações, cientes que estão do grau de exigência de um escrutínio P2P. A mesmo exigência aguça o seu pensamento crítico e a busca de informações/perspectivas adicionais sobre um tema em tratamento. Se quisermos usar uma imagem já referida no texto, o processo editorial pode ser menos rigoroso e ter menos etapas (permitindo, assim, ao texto jornalístico maior liberdade e, eventualmente, maior contacto com a consciência pessoal do jornalista) mas isso poderá significar apenas que os mecanismos de controlo passaram a estar a jusante da produção informativa. Será mais fácil exigir maior honestidade, maior inquietação, maior adaptabilidade a uma sociedade em mudança e maior empenho em trabalho colaborativo aos jornalistas – talvez sim. Mas isso não nos parece, de todo, um indicador de fragilização do papel do jornalismo.

Bibliografia

- AlwaysOn* (10.09.2003). ‘The Economist on Weblogs’.
http://alwayson-network.com/printpage.php?id=840_0_2_0 (10.09.2003).
- Amelan, R. (October 2003). ‘Communication: From information society to knowledge society’, in *The New Courier*, nº3. UNESCO. <http://portal.unesco.org/ev> (05.11.2003).
- Ashley, C. (2002). ‘Weblogs, part II: A Swiss Army website?’.
<http://istpub.berkeley.edu:4201/bcc/Winter2002/feat.weblogueing2.html>
- Ashley, C. (2001). ‘Weblogging: Another kind of website’.
<http://istpub.berkeley.edu:4201/bcc/Fall2001/feat.weblogueing.html>
- Blood, R. (2003). ‘Weblogs and Journalism: Do They Connect?’, in *Nieman Reports*, Vol. 57, nº3, Fall 2003. Cambridge MA: Nieman Foundation at Harvard University.
- Blood, R. (07.09.2000). ‘Weblogs: a history and perspective’.
http://rebeccablood.net/essays/weblogue_history.html (02.09.2003).
- Fonseca, P. (23.09.2003). ‘Blogues e jornalismo: do produtor ao consumidor’, comunicação apresentada durante o ‘I Encontro Nacional sobre Weblogues’(18-19.09.2003). Braga: Universidade do Minho.
<http://cecinestpasunblog.blogspot.com/> (17.10.2003).
- Grumet, A. (05.2003). ‘Deep Thinking about Weblogs’.
<http://grumet.net/writing/web/deep-thinking-about-weblogs.html> (02.09.2003).

- Hall, J. (2001). *On-line Journalism – A Critical Primer*, London: Pluto Press.
- Hiler, J. (11.04.2002). 'Are Bloggers Journalists?', in *microcontentnew.com*.
<http://www.microcontentnews.com/articles/bloggingjournalism.htm> (01.07.2003).
- Hiler, J. (28.05.2002). 'Blogsphere: the emerging media ecosystem', in *microcontentnew.com*.
<http://www.microcontentnews.com/articles/blogsphere.htm> (19.10.2003).
- Hiler, J. (20.06.2002). 'Blogs as Disruptive Tech', in *WebCrimson*.
<http://www.webcrimson.com/ourstories/blogsdisruptivetech.htm> (12.06.2003).
- Jarrett, T. (10.10.2003). 'Blogs providing voices' in *Jarrett House North*.
<http://discuss.jarrethousenorth.com/2003/10/10?print-friendly=true> (02.11.2003).
- Jensen, M. (2003). 'A Brief History of Weblogs', in *Columbia Journalism Review*, n.º 5, Setembro/Outubro.
<http://www.cjr.org/issues/2003/5/blog-jensen.asp?printerfriendly=yes> (18.10.2003).
- Kopytoff, V. (01.09.2003). 'Internet giants catch on to blogs – major portals provide services for on-line journals', in *SFGate.com* (San Francisco Chronicle). <http://www.sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?file=/chronicle/archive/2003/09/01/BU307739.DTL&type=tech> (10.09.2003).
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2001). *The elements of journalism: what newspeople should know and the public should expect*. New York: Three Rivers Press.
- Lasica, J. D. (ed.) (2003). 'We Media – How audiences are shaping the future of news and information' (Thinking paper). Reston, Va: The Media Center at the American Press Institute.
- Lasica, J. D. (31.05.2002). 'Weblogs: a new source of news', in *On-line Journalism Review*.
<http://www.ojr.org/ojr/workplace/1017958782.php> (22.10.2003).
- Lasica, J. D. (18.04.2002). 'Blogging as a form of Journalism', in *On-line Journalism Review*.
<http://www.ojr.org/ojr/lasica/1019166956.php> (22.10.2003).
- Lima, T. (07.2003). 'O mundo paralelo dos weblogues', *umjornal*, n.º 5.
- Livingston, N. (26.09.2002). 'Weblogs, The Future of Education?'.
http://www.geocities.com/nlivingston_99/Weblog.htm (12.06.2003).
- Mahoney, D. A. (22.02.2002). 'How to write a better weblog'.
<http://www.alistapart.com/stories/writebetter/> (28.02.2003).
- Mooney, Ch. (02.02.2003). 'How blogging changed journalism – almost', in *post-gazette.com* (05.03.2003).
- Mortensen, T. & Walker, J. (2002). 'Blogging thoughts: personal publication as an on-line research tool', in Morrison, A. (ed.) (2002), *Researching ICT's in Context*, Oslo: InterMedia Report.
http://www.intermedia.uio.no/konferanser/skikt-02/docs/Researching ICTs_in_context-Ch11-Mortensen-Walker.pdf
- Nogueira, J. L. (2003). 'Weblogues, Cidadania electrónica e esfera pública', comunicação apresentada durante o 'I Encontro Nacional sobre Weblogues' (18-19.09.2003), Braga: Universidade do Minho.
- Pavlik, J. V. (2001). *Journalism and New Media*, Columbia University Press.
- Pinto, M. (2003). 'Um potencial de enriquecimento da vida pública', in Granado, A. & Barbosa, E. (2003). *Weblogs: Um diário de bordo*, Porto: Porto Editora.
- Quinn, S. (1999). 'Teaching journalism in the information age', in *Australian Studies in Journalism*, 8, pp. 158-175.
- Rosen, J. (2003). 'Readers and Viewers – Rich Now in Alternative Sources of News – Are More Assertive and Far Less in Awe of the Press', in *Columbia Journalism Review*, n.º 5, Setembro/Outubro.
<http://www.cjr.org/issues/2003/5/alt-rosen.asp?printerfriendly=yes> (18.10.2003).
- Shachtman, N. (06.06.2002). 'Blogging Goes Legit, Sort Of', in *Wired*.
<http://www.wired.com/news/school/0,1383,52992,00.html> (12.06.2003).
- Siemens, G. (01.12.2002). 'The Art of Blogging – Part 1', www.elearnspace.com (05.03.2003).
- The Economist* (14.08.2003). 'Blogging, to the horror of some, is trying to go commercial'.
http://www.economist.com/printedition/PrinterFriendly.cfm?story_ID=1994135 (10.09.2003).
- Turnball, G. (28.02.2001). 'The state of the blog', *WriteTheWeb*.
<http://writetheweb.com/Members/gilest/old/107/view> (12.11.2003).

- Tweney, D. (14.02.2002). 'Weblogs make the Web Work for You', *Business 2.0*.
<http://www.business2.com/articles/web/print/0,1650,37974,FF.html> (28.02.2003).
- Weinberger, D. (2002). *Small Pieces Loosely Joined – a unified theory of the web*. Cambridge, MA: Perseus Publishing.
- Welsh, M. (2003). 'The New Amateur Journalists Weight In', in *Columbia Journalism Review*, n°5, Setembro/Outubro. <http://www.cjr.org/issues/2003/5/blog-welsh.asp?printerfriendly=yes> (18.10.2003).
- Winer, D. 'The History of Weblogs'. <http://newhome.weblogues.com/historyOfWeblogues> (28.07.2003).
- Zamith, F. (19.09.2003). 'Blog-Jornais: as experi3ncias da Universidade do Porto', comunica33o apresentada durante o 'I Encontro Nacional sobre Weblogues' (18-19.09.2003). Braga: Universidade do Minho.

Weblogues portugueses consultados

- www.webjornal.blogspot.com (Jornalismo e Comunica33o)
- www.webjornalismo.blogspot.com (Jornalismo Digital)
- www.ciberjornalismo.com/pontomedia.htm (Ponto Media)
- www.contrafactos.blogspot.com (Contra Factos e Argumentos)

Resumo

Este texto prop3e-se fazer uma primeira an3lise enquadrada de uma experi3ncia de utiliza33o dos weblogues como potenciadores da experi3ncia profissionalizante no 3mbito de uma licenciatura em Jornalismo e Ci3ncias da Comunica33o. Escapando a posi33es absolutamente estanques tanto sobre a natureza dos weblogues como sobre a sua rela33o com o jornalismo, os autores optam por salientar os pontos de sucesso da experi3ncia e por indicar que a possibilidade de uma real diminui33o do controlo editorial da produ33o informativa pode significar apenas que alguns dos mecanismos tradicionais passam a existir j3 a jusante do processo.

Abstract

The purpose of this text is to present a reading of a weblog use experience in the context of a Journalism course. Intending to avoid any firm standing on such volatile areas as the nature of weblogs and its links with Journalism the authors rather choose to point out the virtues of the experience itself. The assertion is made that diminishing editorial control might simply mean that some of its mechanisms have been transferred elsewhere rather than having disappeared.

Reflexões / Leituras

Walter J. Ong: Vida e Obra

Julietta Oliveira*

A morte de Walter J. Ong, no dia 12 de Agosto de 2003, aos 90 anos, motiva a presente abordagem ao pensamento e à actividade académica de um dos mais ilustres teóricos pós-modernos.

Professor na Universidade de Saint Louis, onde ensinou durante 36 anos, Ong estudou ao lado de Marshall McLuhan, aquando da sua tese de Mestrado em língua inglesa, da qual o próprio MacLuhan foi orientador. Aliás, este não deixou de citar Walter Ong no clássico *A Galáxia de Gutenberg*.

Durante a sua carreira académica, Walter Ong ensinou e foi orador nas mais prestigiadas instituições e viu os seus livros publicados em mais de 400 edições, em todo o mundo, e os seus ensinamentos citados em mais de dois mil trabalhos.

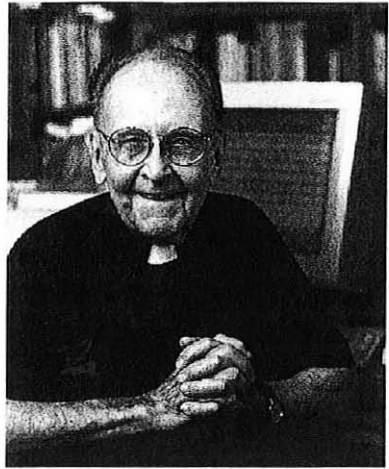
Nascido em 1912, no Kansas, conquistou o seu primeiro diploma universitário, em língua latina, aos 16 anos. Em 1935 entrou para a Companhia de Jesus e 11 anos mais tarde foi ordenado padre católico. Licenciou-se posteriormente em filosofia e em teologia, antes de conquistar o doutoramento em língua inglesa, na Universidade de Harvard, em 1955.

Ainda hoje, as suas ideias são apropriadas por todos os tipos de profissionais e pensadores, desde psicólogos a feministas dos quatro cantos do globo. As suas conclusões foram usadas para analisar a competência oratória de Martin Luther King e para estudar os *graffiti* do metro de Nova Iorque. A acrescentar a uma vida de mérito, vários foram os governos que distinguiram o seu trabalho académico com prémios ou menções honrosas, como por exemplo a França, o Japão e a Nigéria.

Walter Ong colaborou com diversas instituições americanas, nomeadamente com o próprio governo. Em 1967, o presidente americano Lyndon B. Johnson convidou-o a assumir um cargo, na área da educação. Entre 1968 e 1974 participou como membro do Conselho Nacional de Humanidades. Em 1978 foi eleito presidente da Modern Language Association of America, a maior sociedade académica do mundo.

Entre as várias honras que recebeu, destacam-se a Espada de Ignatius Loyola, a maior honra concedida pela Universidade de Saint Louis, em 1993, e o Prémio "Lifetime Achievement", em 1997, atribuído pela Conferência Americana de Cristianismo e Literatura.

Em 1982, Ong escreveu um dos livros que mais ajudam a compreender os mecanismos da cultura oral e da cultura escrita e as formas como estas influenciam os



* Mestranda de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho.

processos cognitivos humanos. *Orality and Literacy: The Technologizing of the Word* (Routledge, 1999) é um livro surpreendente porque aborda, de forma simples, aspectos da oralidade e da escrita sobre os quais raramente nos atemos, mas que todos usamos, neste dia-a-dia de cidadãos letrados da cultura ocidental.

Ong leva-nos à conclusão de que falar e escrever são actos de tal modo intrincados e vulgarizados, dentro de uma cultura letrada, que as mais das vezes não somos capazes de perceber que o acto de escrever e ser lido só é possível porque a nossa oralidade está marcada de forma permanente por uma tecnologia que nos permite a compreensão dos textos. Essa tecnologia é a escrita. Este é um dos paradoxos que estabelece as relações entre a palavra originalmente falada e as suas transformações tecnológicas.

Segundo o autor, numa cultura oral, a restrição das palavras ao som determina, não apenas o nosso modo de expressão, mas também os processos de raciocínio. Numa cultura oral só conhecemos aquilo que somos capazes de recordar. O pensamento está por isso associado à comunicação. São os interlocutores que verificam e validam o conhecimento de quem se expressa. O que quer dizer que, para elaborar e exprimir um discurso devidamente articulado, o orador tem que estabelecer o seu pensamento num registo memorizado, talhado de forma a poder recorrer ao mesmo rapidamente.

Numa cultura oral do tipo primário, os tipos de entendimento e expressão tendem a ser, segundo Ong, dos seguintes tipos: mais aditivo do que subordinativo; mais sintético do que analítico; redundante; conservador e tradicionalista; próximo dos mundos de vida; expresso num tom agonístico ou controverso e de forma a criar mais empatia e participação do que distância objectiva; desinteressado por definições, isto é, as palavras ganham sentido no aqui e agora da relação interpessoal; situacional em vez de abstracto.

Ong considera que a oralidade primária promove o desenvolvimento da estrutura da personalidade, tornando-a menos introspectiva do que é comum entre os letrados. Na cultura oral primária, onde a palavra tem a sua existência no som, sem qualquer referência a qualquer texto visual perceptível, o som entra profundamente no sentido existencial humano, processado pela palavra falada. O som é o sentido humano mais interiorizado, sendo, por isso, o principal responsável pela “psicodinâmica da oralidade”.

Segundo Ong, a transposição crítica e única para novos mundos do conhecimento foi conquistada através de consciência humana, não apenas quando simples marcas semióticas foram produzidas, mas quando foi inventado um sistema codificado de marcas visíveis, que permite a quem escreve determinar as palavras que o leitor poderá retirar do texto.

O ser humano letrado não é mais do que um ser cujo pensamento se desenvolveu, não de forma natural, como se de poderes intrínsecos se tratasse, mas a partir de poderes estruturados por uma tecnologia completamente artificial, que transformou a consciência humana.

A escrita estabelece aquilo a que Ong chamou “discurso autónomo”, isto é, o discurso que ganha ontologia própria.

Em contraste com o discurso oral natural, a escrita é na verdade completamente artificial. Escrever implica anos de prática e de dedicação, até que se consiga atingir

uma certa performance, que só é conseguida a partir do momento em que esta tecnologia se torna numa segunda natureza e uma parte psicológica do seu utilizador. Tal e qual um músico, na sua relação com o instrumento musical, a aprendizagem tecnológica é, no entender de Walter Ong, desumana. Paradoxalmente, Ong considera que a artificialidade é natural ao ser humano e pode enriquecer a psique humana, alargar o espírito e intensificar a sua vida interior.

Ong considera que falar implementa a consciência da vida e faz-nos sair da inconsciência profunda, porque as regras gramaticais da oralidade situam-se a um nível inconsciente. Já o processo de passar da oralidade à escrita é governado por regras conscientes, explícitas e aprendidas.

A invenção da escrita foi e continua a ser, para Ong, o maior acontecimento de todas as invenções tecnológicas humanas. A escrita transformou o discurso e o pensamento, porque deslocou o discurso da sua natureza oral para um novo mundo sensitivo: o mundo visual.

A nossa compreensão acerca do desenvolvimento da escrita, nomeadamente quanto ao seu aparecimento tardio e quanto à sua base num único alfabeto, está relacionada quer com a sua arqueologia (que Ong se detém a desenvolver), quer com as próprias características evasivas do som, que só foram ultrapassadas a partir do momento em que este foi analisado de forma abstracta e reproduzido em equivalentes visuais (feito conseguido pelos semitas e mais eficazmente pelos gregos).

Houve, no entanto dois acontecimentos, no Ocidente, que, segundo Ong, marcaram a interacção da escrita e da oralidade: o desenvolvimento da retórica nas academias e o Latim aprendido como língua morta.

A retórica grega representava o antigo universo da oralidade e a sua tradição filosófica a nova estrutura do pensamento, advinda da caligrafia. Esta arte, embora dissesse respeito ao discurso oral, não deixava de ser um produto da escrita, dadas as regras e a organização científica a que estava sujeita. De facto, sem o aparecimento da escrita, a retórica nunca teria sido tão reflectidamente preparada e tão considerada como foi.

Tal como a retórica, o ensino do latim foi um efeito directo do surgimento da escrita.

Acontece que, ao longo do tempo, o latim foi-se dispersando em várias línguas europeias e a linguagem falada afastou-se muito das suas origens. Contudo, à falta de alternativa, o latim continuou a usar-se no ensino das escolas, na Igreja e nos documentos de Estado. Por seu lado, a Europa continuava uma mistura de centenas de línguas e dialectos, alguns deles nunca escritos até hoje, sendo que o latim era a única língua utilizada na comunicação escrita (outro aspecto em comum com a retórica, em que, para além da sua proveniência clássica, a aprendizagem era maioritariamente masculina).

O latim relacionou-se assim, de forma paradoxal, com a oralidade e a escrita. Por um lado, tornou-se uma língua controlada pela caligrafia. E aqueles que nos séculos seguintes continuaram a falar latim eram também capazes de o escrever, embora já não fossem utilizadores puros da linguagem oral. Por outro, a textualidade, que manteve o latim ligado à sua antiguidade clássica, manteve-o também ligado à oralidade, já que na ideia clássica de educação, preparava-se o orador e não o escritor.

Na opinião de Walter Ong, o latim foi um exemplo do poder da escrita para isolar o discurso e um exemplo da produtividade, sem precedentes, desse mesmo isolamento. O latim contribuiu para a objectividade, por ser um meio para estabelecer o conhecimento de forma separada da carga emocional e profunda de uma língua materna. O latim reduziu as interferências da vida mundana, abrindo caminho ao mundo abstracto da Escolástica medieval e da moderna ciência matemática que se lhe seguiu.

Hoje, as línguas usadas na aprendizagem do discurso são também línguas maternas, o que Ong considera ser uma prova de como a escrita está a perder o seu poder inicial (embora não a sua importância), por força do desaparecimento (ou falta de uso) da língua controlada pela escrita.

Quanto à retórica, esta transitou inevitavelmente da oralidade para a escrita e as suas competências oratórias foram aplicadas à escrita. Gradualmente, a retórica deixou de ser ensinada na sua forma tradicional, omitindo-se mesmo partes relacionadas com o treino do discurso oral. A educação deixou de ser um processo fundamentalmente retórico e ler, escrever e contar passaram a ser representações da educação não retórica, mais ligada aos livros, mais comercial e mais doméstica.

A imprensa veio dar o último impulso à dominância da escrita. Segundo Walter Ong, esta proporcionou a submissão da palavra a um processo maquínico, tornando o seu uso mais cómodo e generalizado. Ong considera, apesar das opiniões de muitos semióticos estruturalistas, que não foi a escrita, mas sim a imprensa que reificou a palavra e com ela toda a actividade intelectual.

A imprensa fez deslocar a dominância do sentido auditivo para a visão, para o espaço visual, e veio determinar a posição das palavras nesse espaço. Ong considera que na imprensa tudo é controlo de posições e a partir do seu surgimento a palavra adquiriu uma colocação definitiva no espaço. A imprensa reforçou o sentido da linguagem, como sendo essencialmente textual. Além disso, produziu um forte impacto no desenvolvimento do sentido de privacidade individualizada, que marca hoje a sociedade moderna.

A imprensa estimulou ainda um certo sentido de clausura, isto é, um sentimento de que aquilo que está impresso está terminado, está encerrado, atingiu um estado completo, além de sugerir que detém um conteúdo próprio, uma vez que visual e fisicamente as páginas impressas têm todas a mesma consistência.

Na era contemporânea do pós-impresso, a transformação electrónica da expressão verbal aprofundou tanto o compromisso da palavra com a escrita (intensificada pela imprensa), como trouxe à consciência a nova era da “oralidade secundária”.

Ong considera que os meios electrónicos vieram reforçar os meios de impressão anteriores, mas introduzem um estilo informal auto-consciente.

A forma de processar a palavra no espaço está a ser intensificada com o computador, que maximiza o compromisso da palavra com o espaço, ao tornar o virtual instantâneo.

A nova oralidade aproxima-se da antiga oralidade primária, em questões como a participação mística, a promoção do desenvolvimento do senso comum, o sentido de grupo, a concentração no momento presente. Mas é essencialmente uma xoralidade

deliberada e auto-consciente, baseada permanentemente no uso da escrita e da impressão.

A aproximação à oralidade primária é evidente, mas também são abismais os aspectos que as separam. De facto, a segunda oralidade depende da existência prévia da escrita. O contraste entre a oratória de hoje e a do passado é bem exemplificativa desta constatação. A rádio e a televisão trouxeram, a um público alargado, figuras cuja participação política não seria possível sem os modernos desenvolvimentos electrónicos.

A oralidade primária fez-se sentir num estilo aditivo, redundante, cuidadosamente equilibrado, dialéctico e numa inter-relação intensa do orador e da audiência. Hoje em dia, os debates, principalmente políticos, estão afastados deste universo da oralidade antiga. A audiência é invisível e inaudível, os oradores fazem pequenas apresentações, engatando em conversas curtas com outros, mas sem qualquer ponto de fricção, que, caso exista, é mantido deliberadamente desinteressante. Os *media* electrónicos não toleram uma exposição antagónica aberta e, apesar do ar de espontaneidade trabalhada, estes são totalmente dominados pela clausura, pelo fechamento, heranças da imprensa, que qualquer sinal de hostilidade poderia quebrar, desmoronando o controlo apertado. Os oradores acomodaram-se à psicologia dos *media*, que é o mesmo que dizer à psicologia da escrita.

O paradoxo da comunicação humana é que esta é inter-subjectiva, enquanto o modelo de comunicação dos *media* tende a ser precisamente o contrário. Comunicar implica uma relação entre sujeitos e os *media* eliminam estas relações.

Walter Ong foi, sem dúvida, brilhante nas suas conclusões, apresentando um caminho para compreendermos como a tecnologia, neste caso da escrita, proporcionou modificações sociais e culturais e como contribuiu para o desenvolvimento cognitivo humano. Acreditamos, porém, que da óptica dos efeitos da tecnologia, principalmente a partir do surgimento dos meios electrónicos, o seu pensamento poderia ter-se desenvolvido em torno de questões suplementares, como a abordagem das influências dos meios electrónicos no corpo, que remetem para uma nova era da comunicação, a era da realidade virtual, na qual se ultrapassam as limitações dos meios e onde de facto a comunicação será novamente intersubjectiva.

Bibliografia

Arquivo Digital da Universidade de Saint Louis

<http://www.slu.edu/readstory/newlink/2974>

Ong, W. J. (1999). *Orality and Literacy – The Technologizing of the Word*, London: Routledge.

Aspectos identitários na titulação do jornal *Tais Timor* *

Regina Helena Pires de Brito**

Colônia portuguesa desde o século XVI, Timor-Leste esteve ocupado pelo Japão durante três anos, na época da Segunda Guerra Mundial, e foi invadido pela Indonésia em Dezembro de 1975, num domínio que se arrastou até 1999. Ao longo desses quase vinte e cinco anos, vítimas de dura repressão (como tortura e assassinatos) e exploração (trabalho escravo e semi-escravo), cerca de 300 mil timorenses – de uma população de 800 mil habitantes – foram mortos.

Apesar de a língua portuguesa ter chegado ao território no século XVI e de se ter tornado uma das línguas mais faladas da ilha, até 1950 os eventuais leitores de textos em português eram apenas religiosos católicos e alguns funcionários da administração colonial – o que não representava grande estímulo para o desenvolvimento da imprensa no território. Quando os japoneses o deixaram, depois da Segunda Guerra, os portugueses retornaram a Timor-Leste com a intenção (fracassada) de “reconstruir o país em termos culturais”¹. Contudo, os portugueses que para lá seguiram eram basicamente militares e funcionários administrativos: não havia nem docentes, nem intelectuais que ajudassem a fomentar atividades acadêmico-culturais. Para se ter uma ideia, nessa época, o ensino era feito por “agentes de ensino” num único liceu, para uma população estudantil de apenas 25% da população total. A despeito disso, antes do 25 de Abril e da invasão indonésia, circulavam em Timor algumas publicações periódicas, como a revista *Seara* (da diocese de Díli); a *Província de Timor*, um jornal do exército em Timor; e *A Voz de Timor*, jornal patrocinado pelo governo provincial, dirigido por Lopes da Cruz (ex-seminarista e membro da ANP – Associação Nacional Popular – partido caetanista e o único autorizado por lei).

Imediatamente após o 25 de Abril, *A Voz de Timor* teve lampejos de se tornar uma publicação diferenciada, desvinculada da oficialidade, com mais páginas e maior tira-

* Este artigo corresponde à comunicação oral “Voz e identidade na titulação de jornais timorenses”, apresentada no I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos (9 a 12 de Abril de 2003 – Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal). Sendo a autora brasileira, neste texto é usada a ortografia correspondente ao português do Brasil.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo. Pós-Doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, sob a supervisão do Prof. Dr. Moisés de Lemos Martins.

¹ Ver “A imprensa em Timor antes do 25 de Abril”, de Paulo Pires. (<http://www.instituto-camoes.pt/revista14n.htm> – página acedida em 17/03/2003)

gem. No entanto, a luta fratricida entre a Fretilin (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) e a Apodeti (Associação Popular Democrática Timorense) e a invasão indonésia interromperam qualquer possibilidade do desenvolvimento de atividades de imprensa em língua portuguesa na ilha.

Como parte da estratégia da política de “destimorização”, os invasores indonésios forçaram o ensino de sua língua, a bahasa indonésia (variante do malaio), desestimularam o emprego da língua nacional, o tétum², e proibiram o uso da língua portuguesa. A imprensa local, naturalmente, foi sufocada e as já escassas publicações (sempre em português) que circulavam no território foram interrompidas pelo governo de Jacarta.

Nesse contexto, falar português poderia significar a morte. Durante duas décadas e meia, com reduzidas oportunidades para empregar a fala, a leitura e a escrita da língua portuguesa, o povo de Timor resistiu em defesa de seu território e de sua liberdade. Hoje, com a sua adoção como língua oficial ao lado do tétum, o português assume o sentido de perspectiva de um futuro menos sangrento:

“Foi a língua portuguesa que os nossos dirigentes usaram para contactar um ao outro, no interior e no exterior; isto é, nos países amigos da língua oficial portuguesa para convocar a SOLIDARIEDADE. Por isso, não há razão nenhuma de rejeitar a adoção da língua portuguesa como nossa língua oficial porque não estamos a andar sozinhos.”

(Texto-depoimento de timorense do distrito de Cova Lima – Junho/2001)

“A língua portuguesa vai ser língua oficial e é como um caminho que liga os países que falam português, nas relações diplomáticas e negócios. A língua portuguesa desenvolve Timor e contribui [para] o desenvolvimento e o progresso e para combater a ignorância e a pobreza.”

(Texto-depoimento de timorense do distrito de Liquiçá – Agosto/2001)

Pensamento corroborado pelo Presidente Xanana Gusmão, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Brasília/Brasil), quando Timor-Leste passou a figurar como membro efetivo da CPLP:

“A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizi-

² Além do tétum (língua de integração nacional), em Timor-Leste há cerca de duas dezenas de outras línguas originais, pertencentes à família das línguas austronésias ou à família das línguas papuas, diversidade linguística que se explica principalmente por Timor ter sido parte de rotas de migrações várias e que caracteriza o multilinguismo local. De modo geral, antes da invasão indonésia, em 1975, a situação linguística do território apresentava-se em três níveis: (1) línguas locais – veículos de comunicação nas diversas localidades, como o bunak, o kemak, o galole, o fataluko etc.; (2) língua veicular e integradora – o tétum; (3) língua administrativa – o português – única língua normalmente escrita e que também exercia uma função integradora, pelo menos na camada dirigente e no parco ambiente letrado.

nhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional.”³

Em Maio de 1999, instalou-se no território a Missão de Assistência das Nações Unidas a Timor-Leste (UNAMET) e em 30 de Agosto realizou-se um plebiscito junto da população, que votou maioritariamente a favor da independência. As milícias pró-anexação à Indonésia, inconformadas com o resultado da consulta popular, executaram timorenses, incendiaram casas, perseguiram e mataram funcionários do órgão de representação da ONU no território. Assim, entraram em acção as forças multinacionais da ONU para restabelecer a paz, tendo sido instituída uma administração transitória (UNTAET – Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste), chefiada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, a fim de viabilizar uma agenda segura de independência e de reconstrução do país. Despontam figuras engajadas na reconstrução da identidade timorense, como Xanana Gusmão, Padre Filomeno Jacob, Bispo Carlos Ximenes Belo e José Ramos-Horta (ambos Nobel da Paz em 1996).

Logo de início, a Administração Transitória⁴ passa a produzir e distribuir, gratuitamente, “uma fonte de informação bimensal publicada em tétum, inglês, português e bahasa indonésia” – o *Tais Timor*⁵. O nome do jornal é extremamente significativo no contexto timorense, já que o *tais* é um tecido tradicional, peça principal do artesanato local, usado em ocasiões especiais, símbolo de extremo respeito.

O jornal, produzido em Darwin (Austrália), numa tiragem de 75 000 exemplares⁶ e que circulou de 14 de Fevereiro de 2000 a Maio de 2002, autodefine-se como “um serviço público de informação (...) escrito, editado e desenhado pelo Gabinete de Comunicação e Informação Pública”.

Originalmente redigido em inglês, língua de trabalho da ONU, o *Tais Timor* era depois traduzido para os outros três idiomas. Isto explica que se encontrem na edição em língua portuguesa construções sintácticas estranhas à estrutura do português padrão, emprego vocabular inadequado, distorções ortográficas, diferenças na pontuação – observe-se, por exemplo, o texto do expediente:

“O nome *Tais Timor* *conjura a image* do cuidadoso e *laboroso* processo envolvido na *tecelagem do tecido* tradicional Timorense (...) Os diferentes ‘ingredientes’ que constituem Timor-Leste unem-se durante o tempo de transição para a *recontrução* do país (...)”. (Itálicos nossos).

³ Alocução do Presidente Xanana Gusmão na íntegra em www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm [página acedida em 03/08/2002].

⁴ Destaque-se que durante a Administração Transitória surgiram alguns meios de comunicação social: duas estações de rádio (*Rádio Falintil/Voz da Esperança* – Díli – e *Rádio Timor Kmanek*, da diocese de Díli com transmissão para alguns pontos do território) e quatro publicações impressas (nenhuma delas em português): *Lalenok* (revista semanal, vendida em Díli), *Timor Post* (circulando apenas em Díli, jornal de quatro páginas, publicado duas vezes por semana), *Lian Maubere* (semanário publicado pela OnG Fordem) e *Talit @kun* (jornal quinzenal).

⁵ Em http://www.onuportugal.pt/tais_timor_-_timor_leste.html estão disponíveis quase todos os números do *Tais Timor*.

⁶ Quantidade relevante, considerando-se a população actual de 800 mil habitantes.

O projecto gráfico é simples: o cabeçalho em que se lê TAIS TIMOR em grossos tipos na cor preta, é limitado por um fio superior de 12 pontos e por um fio inferior de 3 pontos (na cor azul que identifica a ONU), mantém-se até à edição número 19 (Novembro de 2000). A partir desse número, muda-se o tipo de letra, e passa-se a escrever em caixa alta e baixa. Além disso, a cada edição, a palavra *Timor* aparecerá numa cor diferente, enquanto a palavra *Tais* aparecerá sempre na cor preta, num jogo cromático instaurado no nome do jornal e que nos pode remeter ao período de obscuridade vivido em Timor que hoje se quer “colorido”, “renovado”, “recomposto”, “reconstruído” – como o tais, que, agora, se neutraliza para que o país seja tecido novamente, simbolizando o país a caminho da consolidação como nação independente.

No conjunto do periódico, destaca-se uma “coluna” que se manterá em todas as edições: “Tiu responde a perguntas”. É o espaço em que uma voz assumida por um fictício timorense, o “Tiu” (tio), se dirige direta e intimamente ao público: “*Olá caro leitor. Acredite ou não. Timor-Leste tem seu próprio jornal, Tais Timor, para falar das mudanças interessantes que estão a acontecer no nosso país*”. Essa voz que, de forma dialogada, responde a eventuais questões de populares, procura tanto dar um carácter de verdade e confiabilidade às informações do *Tais Timor* (“as notícias neste jornal são extremamente rigorosas porque nós obtemos as nossas respostas sobre a UNTAET directamente dos funcionários da ONU”), quanto legitimar a existência do jornal e a presença da ONU no país (“Talvez seja importante partilhar este meio de comunicação com os seus amigos, familiares e especialmente com os que regressam a Timor-Leste”). Por fim, cabe destacar o emprego constante das funções conativa e emotiva nesta coluna, que destoa do teor predominantemente referencial e metalinguístico do restante da publicação. Não é por acaso que a coluna serve para esse contacto mais imediato com o interlocutor, visto que no jornalismo moderno são exatamente os cronistas e colunistas que se distanciam das ortodoxias do discurso mediático, compondo textos com maior subjectividade e proximidade com o leitor.

A edição de Junho de 2001 (n.º. 27) destaca, na primeira página, uma “Nota Editorial sobre o *Tais Timor Mensal*”, anunciando novos rumos na publicação:

“As coisas mudam, geralmente para melhor. Nas próximas edições do *Tais Timor* irão testemunhar a transformação do *Tais Timor* numa publicação que reflectirá as tendências e realidades actuais em Timor-Leste, enfatizando alterações que vão desde a periodicidade (agora mensal) até a explicitação de que *Tais Timor*, na verdade, não é um jornal, *mas sim uma publicação que regista as iniciativas mais importantes da UNTAET/ATTL*, embora cumprisse, até o momento, o papel de preencher o vazio *criado pela destruição imposta à indústria local de comunicação social*”.

A Nota encerra assinalando o distanciamento desse enunciador com relação ao cidadão timorense, explicitado pelo uso do pronome possessivo de 2.ª pessoa: “A Unidade de Publicações espera que considerem as novas mudanças encorajadoras e mais adequadas às vossas próprias necessidades informativas.”

Nas primeiras edições, todo o texto vinha impresso a preto; mas, a partir do número 7 (Maio/2000), alguns títulos começaram a aparecer em azul. A edição número 14 (Setembro/2000) comemora o primeiro aniversário do governo de transição no país e assinala, também, um novo *Tais Timor*: com fotos coloridas e títulos em cores diversas. O número de páginas da publicação oscilou: até o número 13, compunha-se com apenas quatro páginas; a edição especial de aniversário (n.º 14) aparece com 12; passando a oito nas edições seguintes até ao número 24; da edição 25 até à 35, manteve 12 páginas; a última edição terá 20 páginas.

TAIS TIMOR

14 Fevereiro 2000

Vol. 1, No. 1

Soldados da ONU já protegem Timor

Mais de 5.000 soldados das Nações Unidas estão a patrulhar a maior parte do Timor Leste desde há duas semanas, depois de a ONU ter assumido responsabilidade pela segurança do território no dia 1 de Fevereiro, cargo antes nos mãos das Forças Internacionais (Interfet) lideradas pela Austrália.

Cerca de 70 por cento das tropas já serviram em Timor Leste incorporados no Interfet e vão simplesmente mudar os seus botões verdes para os botões azuis da nova força de paz das Nações Unidas (UN-PRF).

"Os timorenses devem estar confiantes", disse o Major General Peter Cosgrove, comandante da Interfet no cenário de transição em Baucau. "O país está seguro. As forças da paz das Nações Unidas vão fazer um excelente trabalho."

Durante a cerimónia oficial do tombo de posse da nova força, o comandante da Interfet aduziu que neste momento Timor Leste "é um país seguro", no qual as "pessoas podem dizer o que querem".

"Asiá Occesul regressou a um ambiente mais pacífico", disse Cosgrove. "E nos regiões do oeste, onde os problemas surgiram nos primeiros dias, há três meses que o ambiente é calmo."

No início deste mês, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, disse no seu relatório ao Conselho de Segurança que a situação de segurança interna foi "gradualmente normalizada" a seguir à chegada da Interfet, em Setembro. "Hoje, a maioria da população não está ameaçada de violência e pode circular livremente."

Sub a sua transição, a Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas terá 8.500 tropas, que poderão usar todos os meios necessários para manter a paz e a segurança em Timor Leste.

No seu discurso durante a cerimónia em Baucau, o Comandante das Forças das Nações Unidas, o Tenente General Jaime de los Santos, salientou que a transição não será um momento de descontinuidade.

"Ainda temos muitas responsabilidades que temos de marcar, e não é somente quanto à segurança", disse De los Santos.

Também exerceram outras funções

Comandante da Interfet, Major General Peter Cosgrove, cumprimenta comandante da Força de Paz da ONU, Jaime de los Santos.

que não são meramente de natureza militar, mas que envolvem actividades humanitárias, tais como assistência médica, ensino de inglês e técnicas agrícolas."

Mais tarde, o General De los Santos disse que pensa que é possível que os militares queiram voltar a Força de Paz da ONU.

continua na página 4

Secretário-geral vai encontrar-se com líderes e população em Timor Leste

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, vai visitar Timor Leste na próxima quinta-feira, 17 de Fevereiro, para observar em primeiro mão a situação no país.

"Os timorenses receberam a UNTAET com um grande espírito de boa vontade e grandes expectativas na presença de ajuda por parte da comunidade internacional", disse o secretário-geral. "Mas estão nos limites da desenganação e insipientes por ver a UNTAET cumprir o prometido."

Durante a sua visita de dois dias, o secretário-geral vai encontrar-se com o Presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), Xanana Gusmão, e o seu Representante Especial, Sérgio Vieira de Mello.

Kofi Annan espera também poder

visitar os refugiados timorenses em Atambau, Timor Oeste, na quinta-feira.

O secretário-geral encontrará-se também com os principais responsáveis da UNTAET: o Major General Peter Cosgrove, o Comandante do grupo internacional liderado pela Austrália, e o Tenente General Jaime de los Santos, Comandante das Forças de Paz das Nações Unidas.

No quinto-feira a tarde, Kofi Annan vai falar no povo de Dili antes de participar numa reunião de Conselho Consultivo Nacional (CCN), após o qual se seguirão encontros com os membros chave do CNRT, o Bispo Carlos Belo e o Bispo Basílio do Nascimento.

No pré-júri deste mês, o secretário-

continua na página 2

Pequeno comércio melhora vida de população timorense

Quando Gabriel de Carvalho regressou a Dili em Outubro depois de ter fugido para Timor Ocidental durante a violência das milícias, vendeu a sua televisão por uma milha de rupias e comprou dois pacotes de cigarros.

Mas em vez de fumar o seu investimento, Carvalho, 34 anos, transformou o capital numa pequena loja no pé do estádio desportivo de Dili. Hoje, a Loja da Estádio é uma mercearia em expansão onde se pode comprar cereja, produtos de higiene e alimentos.

"As vezes as pessoas levam coisas sem pagar ou roubam bens da frente da loja, mas pelo menos agora tenho liberdade", diz Gabriel de Carvalho.

Come Carvalho, muitos timorenses têm estado ocupados a reconstruir as suas vidas de modos criativos.

Há dois meses, Jacinto Pereira das Santos, 38 anos, abriu um restaurante, Café Singles, no bairro de Auidon, depois de se ter reunido com cinco amigos e de

continua na página 2

Tais Timor é um serviço de Informação da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET)

Na segunda página da primeira edição, há uma espécie de editorial intitulado “Uma nova voz em Timor-Leste”, apresentando a publicação como dirigida aos esforços de reconstrução e à preparação do país para a independência. O compromisso do jornal é o de veicular notícias a respeito das actividades da UNTAET e o de possibilitar que a comunidade afixe *suas próprias notícias ao lado das da UNTAET* – assim, a publicação apresenta-se com uma voz individualizada, diferenciada da voz da população. Mais adiante, acentua a importância do estabelecimento de órgãos de comunicação social independentes em Timor-Leste e arremata:

“Temos trabalhado para apoiar vários grupos timorenses que querem lançar os seus órgãos de comunicação.

Felizmente, a UNTAET não está sozinha. Além da motivação e da determinação dos timorenses, há o compromisso e o apoio de governos doadores, fundações e Organizações Não-Governamentais”.

Por fim, num discurso sensibilizador, apresenta o nome da publicação ao leitor timorense:

“Uma última palavra sobre o nosso título. *Tais Timor* foi escolhido porque nos faz lembrar o longo, cuidadoso e detalhado processo que inclui muitos dos ingredientes essenciais para se tecer os *tais*, os panos tradicionais usados para todos os acontecimentos importantes da vida timorense.

Timor-Leste também é formado por muitos “ingredientes”. Quando as casas forem construídas, os campos derem colheitas, as pessoas abrirem negócios e as instituições forem estabelecidas, Timor-Leste, tal como o *tais*, terá sido tecido como uma nova nação”.

Esta nota da redação, será repetida, a partir do número 2, edição após edição, sempre como informação final do jornal.

O discurso do jornal pauta-se na referencialidade, na impessoalidade e no distanciamento da voz que ali fala: trata-se de um veículo de informação oficial da ONU, cujo intuito é o de realçar o trabalho das forças de paz das Nações Unidas em Timor-Leste.

Passemos a focalizar a titulação da primeira página desse periódico. Sendo o título um discurso pautado na interactividade, é ele o responsável pelo contato inicial do leitor com a notícia, cabendo-lhe o papel de identificar, anunciar, sintetizar uma determinada informação, funcionando como um *isco, íman e instrumento específico para persuadir à leitura e provocar a curiosidade*⁷.

Enquanto os jornais de cunho comercial utilizam titulações que procuram captar a atenção do leitor, no sentido de seduzi-lo a “adquirir” a notícia, o *Tais Timor*, distribuído gratuitamente, apresenta títulos que, na maior parte das vezes, funcionam como dispositivos informativos. No entanto, apesar de não haver a preocupação mercadológica com a vendagem ou com o retorno comercial do veículo, é necessário que a credibilidade da voz que ali se apresenta também se estabeleça junto ao público. É preciso que a

⁷ Nunes, M. R. (1983). *O Estilo na Comunicação*. Rio de Janeiro: Agir, p. 69.

notícia publicada cativa o leitor e consiga reproduzir-se em outras vozes, repercute junto a outras pessoas e ainda junto do grande número de analfabetos do território. Daí que o *Tais Timor* também não se furte a usar titulações com forte presença da função emotiva, de modo a causar impacto emocional no leitor (por meio de imagens afectivas, como o uso de exclamações e verbos no imperativo) e de modo a seduzi-lo a ler o conteúdo da matéria (por meio de imagens semelhantes às empregadas pela imprensa comercial e sobretudo pelo discurso publicitário). Como exemplo, apresentamos a edição comemorativa de um ano da entrada das forças de paz em Timor-Leste. Nela, observa-se a manchete altamente subjectiva que instaura um jogo de sentido construído com a exclamação “Que ano!” conjugada com a foto de Xanana Gusmão, na qual se vê o povo estendendo a mão para o seu líder, que mantém a mão direita erguida, num plano mais alto do que o das pessoas que se lhe dirigem:



Na maior parte das edições, diferentemente do que ocorre em jornais em que a notícia é a mercadoria, e que, portanto, espera da titulação que capte a atenção do leitor de tal modo que o motive à compra do jornal, os títulos do *Tais Timor* (distribuído gratuitamente) funcionam como dispositivos informativos: o importante não reside na venda do jornal, mas sim no estabelecimento da credibilidade da voz e do discurso que ali se apresenta.

Essa voz, de um sujeito para além do texto, ou *ethos*, confere autoridade e possibilita ao leitor a construção de uma representação do enunciador, que passa a exercer o papel de “fiador” do dito. Este “fiador”, por sua vez, constrói-se a partir de vários indícios textuais, de representações sociais e de estereótipos culturais (ou seja, o leitor

confere a esse fiador um carácter e uma corporalidade)⁸. O leitor (denominado co-enunciador, graças à ideia de interactividade constitutiva⁹) não é apenas alguém para quem são apresentadas ideias ou factos, mas também é aquele que tem acesso ao dito por meio de uma “maneira de dizer” que remete a uma “maneira de ser”:

“O texto não se destina a ser contemplado, configurando-se como enunciação dirigida a um co-enunciador que é preciso mobilizar, fazê-lo aderir ‘fisicamente’ a um determinado universo de sentido. O poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem deste ‘fiador’ que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que deverá construir em seu enunciado.¹⁰

No *Tais Timor*, emerge uma voz que estabelece uma identidade ao assumir uma “maneira de dizer” (que se pretende objectiva, referencial, informativa, denotativa), que exterioriza a sua “maneira de ser”, corporificada num caleidoscópio humano (soldados dirigentes, administradores, advogados, médicos, professores, etc., de diferentes nacionalidades) metonimizado pela ONU.

Observar alguns títulos (extraídos das primeiras páginas) pode revelar essa voz:

- A ONU que resguarda: *Soldados da ONU já protegem Timor* (n.º 1, 14/02/2000)
- A ONU que agiliza a reconstrução: *Projectos financiados pela ONU têm rápido impacto como objectivo* (n.º 2, 28/02/2000)
- A ONU que disciplina: *A UNTAET anuncia política de “tolerância zero” em relação a indivíduos armados* (n.º 7, 15/05/2000)
- A ONU que reestrutura: *UNTAET-Timor-Leste dá forma a novo governo e órgão legislativo* (n.º 12, 24/07/2000)
- A ONU que oferece o emprego: *A função pública põe os timorenses a trabalhar* (n.º 25, 26/03/2001)
- A ONU que acolhe: *A Força de Manutenção de Paz preparada para os Refugiados que Regressam* (n.º 26, 05/2001)
- A ONU que orienta: *Campanha de conversão ao dólar vai de vento em popa* (n.º 27, 06/2001)

Esse *ethos* parece criar, na singularidade da sigla da organização, uma múltipla identidade que se camufla e ao mesmo tempo se desvenda aos olhos do timorense: a presença das Nações Unidas – nas diversas actividades – era relativamente sentida nas

⁸ Cf. Maingueneau, D. (1997). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, Campinas: Editora da Universidade de Campinas, pp. 44-6.

⁹ Maingueneau, D. (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

¹⁰ *Idem*.

ruas da capital, nas aldeias e nas montanhas, e fortemente vivida nos gabinetes dos edifícios reconstruídos e nos saudáveis salários recebidos. *Tais Timor*, como veículo oficial, era a voz instituída e que legitimava as iniciativas da Administração Transitória no território. Servindo ou não a interesses de um discurso de autoridade, a circulação desta publicação possibilitou aos timorenses o reencontro com a sua voz silenciada, com a sua palavra interdita.

Como informação complementar, assinale-se que no mês subsequente à última edição do *Tais Timor*, Timor-Leste – agora nação independente – teve, por um breve espaço de tempo, o seu primeiro jornal totalmente produzido e redigido em português, o *Correio de Timor* – facto que não ocorria desde 1975 com o desaparecimento de *A Voz de Timor*. O *Correio de Timor* saiu às ruas no dia 13 de Junho de 2002 (tendo sido encerrado no primeiro semestre de 2003) em formato tablóide, com 12 páginas, numa tiragem de 2000 exemplares, com periodicidade quinzenal e distribuição gratuita. Embora propriedade de empresários portugueses do ramo de hotelaria e restauração (Eduardo Santos e João Noronha), o jornal era produzido por uma equipa de cinco pessoas sob a direcção do timorense Aleixo Corte Real, ex-diretor da Imprensa Nacional em Timor-Leste. Apesar das promessas de apoios oficiais, não houve concretizações, e o jornal dependia de escassa publicidade e dispunha de precária infra-estrutura: “o jornal [era] feito num computador antigo, com parte dos componentes cedidos por uma firma de informática local, numa sala de um hotel de Díli”¹¹.

Resumo

Durante a Administração Transitória das Nações Unidas (1999 a 2002) em Timor-Leste, colocou-se em circulação um jornal publicado em quatro línguas: português, tétum, bahasa indonésia e inglês. Este estudo procura demonstrar, em títulos retirados da edição em língua portuguesa, a emergência de uma voz (*ethos*) que busca auxiliar na reconstrução identitária timorense.

Abstract

During the United Nations Transitory Administration in East Timor (1999 to 2002), there was a newspaper which was published in four languages: Portuguese, Tetun, Bahasa Indonesia and English. This article shows in some titles of the Portuguese edition the appearance of a new voice (*ethos*) which looks for helping the Timorese identity reconstruction.

¹¹ Conforme PNN – agencianoticias.com – <http://www.jornalistas.com/noticia=58> [cap.em 11/06/2002].

Castells, M. (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. I, *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. II, *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Helena Sousa*

A monumental trilogia de Manuel Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, tem agora dois volumes publicados no nosso país. Os dois primeiros textos em português – *A Sociedade em Rede* (2002) e *O Poder da Identidade* (2003) – integram a Coleção Manuais Universitários da Fundação Calouste Gulbenkian e contaram com a coordenação dos investigadores do ISCTE José Manuel Paquete de Oliveira e Gustavo Leitão Cardoso.

A tradução e a publicação desta trilogia (aguarda-se o 3.º volume: *End of Millennium*) contribuem decisivamente para a divulgação, em Portugal, de um autor e de uma obra que marcam a nossa época. Professor de Sociologia e de Planeamento Urbano na Universidade da Califórnia, Manuel Castells é, sem dúvida, um dos mais destacados e prolíficos cientistas sociais da actualidade. Nascido em Espanha, em 1942, Castells partiu jovem – como refugiado político – para Paris, onde se doutorou em Sociologia e onde iniciou, em 1967, a sua carreira universitária. Desde então, fez um notável percurso científico, tendo produzido uma vasta obra que contribui, de forma muito significativa, para a compreensão da nossa contemporaneidade.

Ainda que a versão original (inglês) desta trilogia tenha sido publicada na segunda metade dos anos 90, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* tem raízes fundas no percurso científico de Castells. Esta obra remonta ao ano de 1983, altura em que o autor arrancou com um estudo sobre as transformações económicas e sociais associadas à chamada revolução das tecnologias da informação. Partindo da observação do extraordinário desenvolvimento tecnológico na Baía de S. Francisco, Castells desenvolveu, ao longo de 15 anos, uma importante pesquisa comparativa noutras regiões do globo (Europa, Ásia e América Latina). Esta obra é o resultado de um longo percurso de observação, recolha documental e de profunda reflexão sobre o nosso mundo.

Para Manuel Castells, o nosso mundo é um mundo novo. A ideia de que vivemos hoje numa era fundamentalmente diferente atravessa toda a sua obra. A percepção da emergência de uma nova sociedade potenciada pelas tecnologias da informação e da comunicação está, no entanto, longe de ser consensual. Autores como Herbert Schiller e Nicholas Garnham, por exemplo, põem o acento tónico na continuidade e não na ruptura tecnológica, social e económica. Mas Castells elabora a ruptura e arrisca um mapeamento bem diferenciado das sociedades contemporâneas. O seu ponto de partida é o de que, no final do século XX, se vive um raro momento histórico: “Um período

* Docente do Curso de Comunicação Social da Universidade do Minho (helena@ics.uminho.pt).

caracterizado pela transformação da nossa ‘cultura material’ operada por um novo paradigma organizado em torno das tecnologias da informação”. (2002: 33). No conceito de tecnologias da informação, Castells inclui um conjunto convergente de tecnologias em micro-electrónica, computação (hardware e software), telecomunicações, radiodifusão, opto-electrónica e até engenharia genética e suas aplicações.

Partindo das tecnologias da Informação para ler a “Era” que denomina “da Informação”, o autor desta trilogia procura distanciar-se dos determinismos tecnológicos e das análises simplistas do papel das tecnologias, considerando que o exagero profético e a manipulação ideológica que caracterizam a maior parte dos discursos sobre a revolução da tecnologia da informação não nos devem levar a cometer o erro de subestimar a sua importância verdadeiramente fundamental. Para Castells, trata-se de um evento histórico da mesma natureza da revolução industrial do século XVIII.

O primeiro volume de *A Era da Informação, A Sociedade em Rede*, localiza e desmonta esta ruptura paradigmática. Este sistema tecnológico surgiu nos anos 70 e Castells entende ser fundamental a compreensão de algumas descobertas basilares. Para o autor, todas estas descobertas no campo das tecnologias da informação possuem algo de essencial em comum: embora substancialmente baseadas em conhecimentos já existentes e desenvolvidas como uma extensão das tecnologias anteriores, representaram um salto qualitativo na difusão maciça da tecnologia em aplicações comerciais e civis, devido à sua acessibilidade com um custo cada vez menor e com uma qualidade cada vez maior.

“Assim, o microprocessador, o principal dispositivo de difusão da microelectrónica, foi inventado em 1971 e começou a ser difundido em meados dos anos 70. O microcomputador foi inventado em 1975 e o primeiro produto comercial de sucesso, o Apple II, foi apresentado em Abril de 1977, por volta da mesma época em que a Microsoft começava a produzir sistemas operativos para microcomputadores. A Xerox Alto, matriz de muitas tecnologias de software para os PC dos anos 90, foi desenvolvida nos laboratórios PARC, em 1973. O primeiro comutador electrónico industrial apareceu em 1969 e o comutador digital foi desenvolvido em meados dos anos 70 e comercialmente distribuído em 1977. A fibra óptica foi produzida à escala industrial pela primeira vez, pela Corning Glass, no início da década de 70. Além disso, em meados da mesma década, a Sony começou a produzir videocassetes para uso comercial, com base nas descobertas da década de 60 nos EUA e em Inglaterra (...). Finalmente, mas não menos importante, foi em 1969 que a Agência de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa norte-americano (ARPA) instalou uma nova e revolucionária rede electrónica de comunicação que se desenvolveu nos anos 70 e que veio a transformar-se na Internet” (Castells, 2002:65-66). As transformações paradigmáticas que Castells apresenta têm efectivamente como referência temporal a década de 70 e como referência geográfica os Estados Unidos da América e, em particular, a Califórnia.

Naturalmente, este *boom* dos anos 70 não está desligado do forte impulso tecnológico dos anos 60 promovido essencialmente pelo sector militar nem do processo de reestruturação económica dos anos 80. Castells argumenta mesmo que o desenvolvimento desta base tecnológica nos anos 70 constituiu a infra-estrutura necessária ao

movimento empresarial que conduziu à desregulamentação e à privatização das comunicações, processo, de resto, iniciado com o desmembramento e privatização do monopólio das telecomunicações norte-americanas AT&T.

Partindo de reflexões teóricas anteriores, o autor apresenta os aspectos centrais do paradigma da tecnologia da informação para que sirvam de guia na futura jornada pelos caminhos da transformação social. A *primeira* característica do novo paradigma aponta que a informação é a sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação e não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores. O *segundo* aspecto refere-se à capacidade de penetração dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é uma parte integral de toda a actividade humana, todos os processos da nossa existência individual e colectiva são directamente moldados (embora não determinados) pelo novo meio tecnológico. A *terceira* característica refere-se à lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interacção. Em *quarto* lugar, relacionado com o sistema de redes, mas sendo um aspecto claramente distinto, fala-se do paradigma da tecnologia da informação baseado na flexibilidade. Não apenas os processos são reversíveis, mas as organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização dos seus componentes. O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é a sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo numa sociedade caracterizada pela constante mudança e fluidez organizacional. Por último, a *quinta* característica desta revolução tecnológica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual as trajectórias tecnológicas antigas não mais podem ser identificadas (Castells, 2002: 86-89). Este novo paradigma não evolui, portanto, para o seu fechamento, mas para a sua abertura como uma rede altamente complexa, mutável e de intermináveis acessos.

Com base nestes pressupostos teóricos, Manuel Castells tece cuidadosamente os fios de uma densa malha socioeconómica do mundo contemporâneo. Ao explorar os mais variados domínios da experiência humana nas estruturas sociais emergentes, este autor conclui em *A Sociedade em Rede* que as funções e os processos dominantes na Era da Informação se organizam, cada vez mais, em torno de redes e isto representa o auge de uma tendência histórica. “As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. Embora a organização social, sob a forma de rede, tenha existido noutros tempos e lugares, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social” (2002: 607). Mas Castells vai mais longe na sua argumentação e defende que esta lógica de rede induz uma determinação social de cariz mais elevado que os interesses sociais expressos através da própria rede: “o poder dos fluxos prevalece sobre os fluxos de poder” (2002: 607).

A Sociedade em Rede, tal como é pensada por Castells, caracteriza-se pela globalização das actividades económicas, pela forma de organização em rede, pela

flexibilidade e instabilidade do emprego e pela individualização da mão-de-obra, por uma cultura da virtualidade construída a partir de um sistema de *media* omnipresente, pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo atemporal. Este novo mundo penetra em todos os níveis e alastra-se a todas as sociedades. Mas este novo mundo não se esgota neste plano. A revolução tecnológica, a transformação do capitalismo e o que Castells entende ser – e muito longe de qualquer consensualidade – a ‘derrocada do controlo dos estados’ são fenómenos indissociáveis do avanço de poderosas expressões de identidade colectiva que desafiam essa mesma globalização e o cosmopolitismo em nome da singularidade cultural e do controlo das pessoas sobre o seu ambiente e as suas próprias vidas.

Todo o segundo volume desta trilogia – *O Poder da Identidade* – nos ajuda a percorrer os paradoxos identitários de um mundo globalizado pela tecnologia e tecnologicado pela globalização. Castells entende que não pode ler-se a globalização sem incorporar as suas contra-tendências, nomeadamente os movimentos sociais que desenvolvem os seus mecanismos de resistência ao avanço do capitalismo, da globalização, das redes e da omnipresença mediática. Estes movimentos sociais não constituíam o objecto de estudo inicial de Castells, mas trabalhando a partir das tecnologias e das redes, foi-se deparando com a força e a afirmação das identidades colectivas e individuais.

Num mundo em rede e cada vez mais global, a identidade impôs-se no trabalho de Castells como a mais importante fonte de significado e de sentido. O mundo novo de Castells tem a afirmação e o seu oposto, tem a tendência e as contra-tendências, tem o linear e o paradoxal. *A Era da Informação* tem, acima de tudo, uma desafiante proposta de leitura de um «novo» mundo. Trata-se de uma obra que merece ser lida e que não dispensa o confronto com autores que encontram pouco de novo nas rupturas apresentadas.

Referências bibliográficas

Castells, M. (1998). *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Vol. III *End of Millennium*, Oxford and Malden, MA, Blackwell.

Esquenazi, Jean-Pierre (2002). *L'Écriture de l'actualité: pour une sociologie du discours médiatique*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Felisbela Lopes*

Se o subtítulo não reunir força suficiente para impor um determinado contrato de leitura, nas primeiras páginas deste livro, Jean-Pierre Esquenazi introduz-nos no caminho que percorrerão as páginas que temos pela frente: “interessam-nos os produtos dos *media* que definiremos não como ‘textos’, mas como ‘discursos’. Esta pequena modificação lexical é a expressão de um olhar diferente sobre objectos particulares. Queremos examiná-los mais enquanto sociólogos do que como semiólogos, mais como factos sociais do que como actos de linguagem” (p. 8). Nessa abordagem, este professor da Universidade Lyon 3 e investigador do Centre de Sociologie des Pratiques et des Représentations Culturelles de Grenoble tem já trabalho publicado que lhe permite aventurar-se num percurso que visa tirar das zonas sombrias alguns modos através dos quais os *media* traduzem o estado do mundo, contribuindo, assim, para nos devolver em palavras e imagens o desenho do universo em que habitamos. Refira-se, por exemplo, *Le Pouvoir d'un média: TF1 et son discours* (ed. L'Harmattan, Paris, 1996). Na publicação que aqui tratamos, mais do que do papel difusor dos meios de comunicação social, do que se fala é dos *media* como uma instância que (re)constrói uma realidade social, num permanente processo de interacção entre o que está dentro (do campo mediático) e o que está fora (noutros campos sociais).

Numa obra que questiona a prática discursiva dos *media*, há referências teóricas imprescindíveis. Esquenazi não falha os principais nomes. De Peter Berger e Thomas Luckman, recupera principalmente a noção de “mundo comum”, que lhe permite falar da actualidade como a apresentação de algo que se pensa ser partilhado por muitos actores e que se constitui como “um quadro” de referência para a vida social (p. 27). O autor já nos falara desta capacidade dos *media* para criarem “quadros de formulação de opiniões” em *La Communication de l'information*, um livro que publicara em 1997, onde reúne artigos de outros investigadores franceses. Talvez aqui tivesse sido útil ir mais longe na exploração do ensaio *A Construção Social da Realidade*, a obra de referência de Berger e Luckman que, apesar de não se deter particularmente nos meios de comunicação social, deixa pistas interessantes para pensar a realidade discursiva das instituições mediáticas, ao enfatizar, por exemplo, o facto de o mundo social resultar de uma construção feita através da partilha de significados, assumindo-se a linguagem como uma possibilidade de neutralizar a subjectividade do mundo vivido, na medida em que, através dela, se ultrapassam o “aqui e agora”, construindo-se um amplo sistema de representação simbólica em que os respectivos esquemas de classificação possibilitam experiências colectivas de outras realidades. São precisamente esses esquemas que constituem aquilo a que os autores chamam o “acervo social de conhecimentos”. E não é exactamente isso que constitui parte da matéria- prima da informação mediática? Esquenazi prefere ficar pela alusão, intersectando

* Docente de jornalismo do Curso de Comunicação Social da Universidade do Minho (felisbela@ics.uminho.pt)

rapidamente este conceito com outro, o de “espaço social”, uma noção cara a Pierre Bourdieu, que marca aquilo que é diferente, aquilo que se fragmenta e que fixa barreiras simbólicas.

Integrando o “mundo comum” e prestando atenção às diferentes categorias do “espaço social”, os media procuram sempre um compromisso entre ambos, “mesmo se”, como se reconhece, “o equilíbrio é difícil de encontrar” (p. 30). Em grande parte, esse trabalho desenvolve-se através da adopção daquilo que Goffman designa como “quadros”, ou seja, formas específicas de experiências socialmente organizadas. É essa “postura particular” (p. 34) que define a actividade jornalística que, aliás, merece um capítulo intitulado “As notícias, fundamento da actualidade” (pp. 45-74).

Partindo do postulado de que “a actualidade é o nosso mundo comum tal como é proclamado pelos *media*” (p. 45), Esquenazi procura iluminar factores que condicionam a noticiabilidade. Nessa tarefa surge-lhe, num primeiro momento, a “lógica editorial”, através da qual cada meio de comunicação social constrói uma identidade discursiva e define, consequentemente, o seu lugar no espaço social (p. 47). Outro elemento-chave é o “mundo comum” que o público partilha entre si e que, numa conjuntura concorrencial como o actual, ganha uma importância acrescida. “A corrida às audiências”, escreve Esquenazi, “parece levar a privilegiar quadros menos sensíveis às diferentes formas de vida; a emoção é, por exemplo, uma escolha eficaz nesta perspectiva” (p. 48).

Anunciada como um meio que “vive na excitação de um presente imperioso” (p. 65), a televisão, particularmente através do telejornal, é perspectivada como tendo capacidade de impor “um quadro único da actualidade” (p. 67). Esquenazi prefere não se refugiar no impacte da imagem televisiva, exaltando, antes, “o poder do dispositivo da informação em directo” (p. 67). Não se pense, no entanto, que disso sobressaem grandes euforias em relação ao pequeno ecrã. Pelo contrário. As afirmações de que hoje “as notícias são menos uma fonte de saber do que de emoções” e de que “o telepúblico é mais considerado como um espectador do que um actor da actualidade” aproximam-nos de autores como Karl Popper e Pierre Bourdieu cujas teses apocalípticas em relação ao pequeno ecrã são bem conhecidas (*vide* Popper, K. *et al.*, *La Télévision: Un danger pour la démocratie*, Anatolia, Paris, 1994; e Bourdieu, P., *Sur la télévision*, Liber, Paris, 1996). Talvez fosse útil reler *La Télévision de l'intimité* (Ed. Seuil, Paris, 1996) e meditar naquilo que aí escreve a socióloga Dominique Mehl, que Jean-Pierre Esquenazi tão bem conhece: “no lugar de colocar em lados opostos o espectáculo e a reflexão, perguntemos se e como o espectáculo incita a pensar” (p. 181).

Ainda que este livro não faça transparecer entusiasmos em relação ao poder que a televisão possa ter para, de maneiras diversas, nos fazer aceder a um “mundo comum”, na parte final do capítulo 2, o autor afirma que “o trabalho mediático não pode contentar-se em só dizer o mundo; é preciso”, acrescenta, “interpretá-lo a fim de não tornar a experiência incompreensível e longínqua” (p. 74). É através destes meandros do relato do acontecimento – a distinção entre o esforço de descrever e a intenção de tornar inteligível – que se constrói o capítulo seguinte, onde emerge a ideia de que as peças noticiosas que hoje se propõem às audiências submetem-se menos às diversas opiniões do que à aprovação geral. A tirania das fontes, nomeadamente daquelas que

reúnem um certo estatuto social, não é um dado novo. Basta, por exemplo, ler o trabalho de Sébastien Rouquette (*Vie et mort des débats télévisés: 1958-2000*, Col. Médias Recherches, Ed. de Boeck, 2001), que estudou meia década de debates televisivos dos canais franceses, para perceber que nos *media* não fala quem quer, mas quem conquista a legitimidade necessária para isso. A “revolução das fontes”, para usarmos a expressão do investigador brasileiro Manuel Chaparro, é um vector que deveria ter merecido mais atenção, na medida em que é ao nível da institucionalização daqueles que constroem pólos de noticiabilidade que se percebe grande parte do actual desenho dos discursos mediáticos.

Para além dos factos e das pessoas que integram qualquer informação mediática, há um elemento que condiciona a arquitectura daquilo que se pretende noticiar. Referimo-nos ao “dispositivo” que Esquenazi define como “o arranjo material e simbólico que permite a cada media ordenar e apresentar a actualidade” (p. 109). Pensamos que é a este nível que o autor desenvolve melhor os seus argumentos, tocando aspectos essenciais do discurso mediático, nomeadamente as condutas rituais dos actores que protagonizam os factos e os pactos de comunicação celebrados com quem a eles assiste.

Recuperando-se a sociologia de Goffman, reitera-se a ideia de que “os nossos jogos de linguagem contêm fórmulas adaptadas às situações e às convenções de quadros aos quais estão ligados” (p. 108). Tal como a conversação quotidiana é tributária das circunstâncias sociais que fixam papéis, o mesmo se passa com o discurso mediático cuja construção depende de vários factores, de entre os quais sobressai o dispositivo, ou seja, as condições materiais e simbólicas que organizam o tempo, o espaço e a enunciação – três vectores que se influenciam mutuamente. Mais do que permitir a apresentação de vivências, o suporte – que pode ser encarado, em termos gerais, como a natureza do meio de comunicação ou, talvez mais pertinentemente, como aquilo através do qual se constrói uma cena mediática – constitui-se como um elemento que define, mais do que nenhum outro, posições no interior do campo mediático. Pode ser o que se vê menos, mas é certamente o que conta mais. Ao potenciar determinados “*actos rituais*” e ao impedir outros, o dispositivo – quer tomado numa acepção mais geral, quer perspectivado a um nível mais concreto – impõe uma certa encenação da realidade, que estabelece determinados pactos com o respectivo público que, para serem eficazes, devem levar os receptores a condutas rituais previstas. É para esta problemática que o capítulo 4 nos convoca, tendo como referência principal a televisão, o meio onde se julga (nem sempre com os melhores argumentos) que a encenação é mais exacerbada.

Embora reconheça que um meio de comunicação social, “ao contrário de um fabricante de automóveis”, não tem hoje a possibilidade de propor produtos radicalmente diferentes dos seus congéneres (p. 127), Jean-Pierre Esquenazi faz da definição da identidade discursiva um trabalho obrigatório em cada órgão de comunicação, reservando para a sociologia dos *media* a tarefa crítica de confrontar o “projecto projectado” com o “projecto realizado” (p. 128). A questão que fixa nas primeiras páginas do capítulo 5 – “como compreender a produção da identidade do discurso a partir do projecto da empresa?” – serve ao autor de guia para se deter nos meandros que a definição de uma identidade oculta. Partindo da premissa de que “toda a insti-

tuição mediática faz parte do campo social onde se situa” (p. 129), estando por isso submetida às obrigações que aí se fixam, o autor descobre nas necessidades do campo parte da resposta à sua interrogação. A outra situa-se no conjunto de convenções e de normas práticas do trabalho jornalístico que está em permanente interacção com os constrangimentos impostos pelo campo onde se integram (pp. 129-130). Ainda que a identidade garanta um certo agir comunicacional, isso não implica uma total previsibilidade do trabalho jornalístico. “Um *media*”, defende Esquenazi, “deve habituar o público à sua identidade discursiva, mas não deve deixar os seus hábitos ou estereótipos ditar uma lei muito previsível” (p. 132). Essa é, aliás, uma das regras básicas da engenharia da programação que o livro não explora, embora seja a manifestação identitária mais visível do pequeno ecrã.

Apesar de, nas páginas iniciais deste livro, Jean Pierre Esquenazi ter afirmado não enveredar por uma abordagem que colocasse no seu centro a análise dos *media* enquanto estruturantes do espaço democrático (p. 8), na recta final reconhece que a identidade dos *media*, a par de ter um papel a montante (no plano da produção), tem uma importância maior a jusante (no plano da recepção), na medida em que permite apreender a noção daquilo que constitui o público de um meio de comunicação social (p. 151). Mais do que saber quem vê uma emissão, quem lê um jornal ou quem acompanha um programa de rádio, seria pertinente explorar os contornos que esses produtos mediáticos traçam de um espaço público a partir do qual são estruturados, mas em relação ao qual também se assumem como estruturantes. Para a compreensão dessa dualidade, a análise dos *media* enquanto discursos – tributários de uma lógica própria, mas também influenciados por elementos exteriores – é certamente um caminho que iluminará com outras cores o respectivo campo. Mais do que evidenciar este ou aquele aspecto, talvez seja este o ensinamento maior desta obra.

Dinis Manuel Alves (2003), *Foi Você que Pediu um Bom Título?*
Coimbra: Quarteto Editora.

Joaquim Fidalgo*

“No princípio não era o título”, como bem recorda, logo a abrir o seu livro, o jornalista e investigador Dinis Manuel Alves. Mas se, nos primórdios da imprensa escrita, os textos se justapunham nas páginas do jornal sem qualquer “cabeceira” a identificá-los ou a diferenciá-los, em contrapartida, nos dias que correm – os dias em que múltiplas vozes anunciam o fim da imprensa nos moldes tradicionais em que a conhecemos –, o título adquiriu uma proeminência tal que, frequentemente, faz até esquecer o corpo de onde emerge. No princípio não era o título, hoje é quase só o título... Canto de cisne?

Foi Você que Pediu um Bom Título? (Quarteto Editora, Coimbra, 2003, 323 pp.) – assim se chama o livro de Dinis Manuel Alves, um trabalho onde se reflectem a preocupação metodológica e a exigência científica do contexto académico, mas onde simultaneamente se procura (seja pela ordenação das ideias, seja pela linguagem utilizada, seja pelas ilustrações e selecção de exemplos, seja até pelos jogos de palavras que o autor entendeu usar sistematicamente para dar nome aos capítulos...) uma aproximação a públicos mais vastos que os do círculo algo restrito dos especialistas no campo dos *media* e da comunicação.

A importância e a actualidade do tema são evidentes: com a industrialização da imprensa e a sua transformação num meio de comunicação de massas, com a correlativa chegada dos jornais às bancas públicas e às vozes dos ardinias, e tudo isso num ambiente de progressiva concorrência (o que significou, cada vez mais, a necessidade de os jornais saberem “vender-se”, numa postura activa em direcção aos potenciais compradores que importava seduzir rapidamente), os títulos passaram a desempenhar uma função relevante – desde logo no plano informativo, ao oferecerem uma fórmula sintética de apropriação, numa simples vista de olhos, dos assuntos objecto das notícias, mas também no plano afectivo-apelativo, ao desenvolverem modos de dizer e de mostrar que, por caminhos os mais diversos, suscita(va)m uma reacção favorável e uma predisposição para a compra. Cada vez menos foi bastando “apenas” encontrar boas notícias e escrever bons textos, cada vez mais se impôs a correlativa necessidade de os promover adequadamente na “montra” do jornal, dando-lhes uma outra visibilidade, um outro encanto, uma diferenciação, e valorizando-os assim aos olhos porventura apressados dos (candidatos a) leitores. E esta nova geografia de jornal, pontuada por títulos bem diversos em toda a sua extensão – com particular realce na primeira página e na cada vez mais preponderante manchete –, não serviu apenas para tornar mais célere ou agradável a circulação dos leitores pelos meandros da informação escrita; ela contribuiu também para desenvolver e afirmar figurinos próprios, modelos específicos, identidades particulares de determinados

* Jornalista, ex-Provedor do Leitor do jornal *Público*, professor convidado no Departamento de Ciências da Comunicação/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (jfidalgo@ics.uminho.pt).

jornais. É, aliás, o que diz Claude Furet, citado por Dinis Manuel Alves no seu livro (p. 50): “A identidade de uma publicação depende de vários factores: o formato, a paginação, a escolha dos caracteres, o tipo de ilustrações, o modo de tratamento das informações, etc. A redacção e apresentação dos títulos contribui largamente para esta imagem, para esta identidade”. Recordem-se, entre nós, as opções muito particulares de titulação nos primeiros anos do semanário *O Independente* (uma primeira página de um só título, frequentemente só com uma palavra, associado a uma só imagem,) e como elas serviram – independentemente dos juízos de valor sobre os seus méritos ou deméritos – para afirmar um modo particular de tratar/embrulhar a informação e de a fazer chegar a leitores eventualmente desejosos de fórmulas mais imaginativas e menos rotineiras.

A obra de Dinis Manuel Alves divide-se em duas partes, a primeira das quais trata, precisamente, destas questões ligadas com a natureza dos títulos jornalísticos, a multiplicidade das suas funções, a dificuldade da sua construção, o melindre das suas formulações cada vez mais económicas e espectaculares. Os dois primeiros capítulos do livro (“No princípio era o título” e “Que devemos exigir de um título?”) fazem o enquadramento genérico do tema, com profusa revisão da literatura teórica a propósito – frequentemente explicitada em notas de rodapé muito extensas que, em alguma medida, fragmentam o fio da leitura – e, também, com a evocação de controvérsias suscitadas em jornais portugueses da actualidade, muito por força da acção dos Provedores do Leitor, cujos textos merecem abundantes citações. A simples circunstância de a temática dos títulos ser tão frequentemente abordada por esta entidade auto-reguladora que são os Provedores (o que significa, na maioria dos casos, que ela foi objecto de críticas, dúvidas ou comentários dos leitores) é, em si mesma, reveladora da importância e da sensibilidade deste domínio particular do trabalho jornalístico.

Depois de uma primeira incursão por alguns exemplos concretos em terrenos de nem sempre fácil manuseio por parte dos jornais (os títulos construídos com, ou a partir de, siglas, e os títulos que utilizam palavras ou expressões estrangeiras), o autor retoma o aprofundamento teórico no capítulo 5, intitulado “Denotados & conotados”, e que é oportunidade para uma interessante reflexão em torno do binómio jornalismo-literatura. “Atendendo à peculiar natureza dos títulos, percebe-se a tendência para neles incluir jogos de linguagem, elipses, metáforas e demais processos estilísticos que diluem a fronteira entre a denotação e a conotação”, escreve Dinis Manuel Alves (p. 132), chamando a atenção para uma determinada estética de construção de títulos que, não sendo única nem consensual, atravessa fronteiras entre jornais (os mais populares ou os de maior referência), embora com recurso a universos referenciais que muito nos dizem sobre os leitores-alvo desta ou daquela publicação. Os títulos são o que dizem, mas, muitas vezes, são muito mais do que aquilo que dizem literalmente, ao investirem, para além do meramente informativo, num “apelo à função poética” (p. 134) que convoca referências de mundos tão diversos como os do cinema, da música, da televisão, da literatura, da publicidade ou da religião.

É sobre estes terrenos da intertextualidade dos títulos (“Todo o texto constrói-se como mosaico de citações, todo o texto é absorção e transformação de um outro tex-

to”, diz Carlos Reis, citado pelo autor – p. 218) que se desenvolve a segunda parte da obra de Dinis Manuel Alves, baseada numa enorme profusão de exemplos concretos retirados de jornais portugueses, num assinalável esforço de pesquisa que nem precisaria de ser tão vasta para ilustrar dignamente as explicações propostas. Entre o mais significativo e o mais curioso ou até picaresco – e depois de algumas propostas de classificação por tipos –, passa-nos pelos olhos um largo inventário de opções de títulos que remetem para a literatura (capítulo “Crónica de um título anunciado”), para a música (“Silêncio que se vai escrever um título”), para a televisão (“Chuva de títulos”) ou para o cinema (“Os títulos também se abatem”), entre outros, e que, mais sistematicamente arrumados por jornais – apesar da inquestionável transversalidade atrás referida –, talvez nos dessem elementos suplementares de análise sobre os seus perfis particulares, o seu universo de leitores preferenciais, a sua capacidade de diferenciação, a sua identidade.

Registe-se ainda a estimulante incursão do autor pelos terrenos mais especificamente ligados ao grafismo dos jornais – o “ver”, antes ou de par com o “ler” –, e cuja interação com a temática dos títulos é óbvia (capítulo 9 – “Jogos de imagens”). Crescendo em tamanho, em importância, em impacto visual, eles foram refazendo também o espaço em que se inserem (sobretudo nas primeiras páginas), jogando com imagens ou tornando-se, eles próprios, imagem – tanto por presença como por ausência (o papel dos espaços em branco como cenário envolvente que, por contraste e contraponto, atrai o olhar para a solitária mancha de título...). É pena que a sensibilidade de Dinis Manuel Alves para estes aspectos gráficos não tenha podido ser mais trabalhada no seu próprio livro, demasiado cheio em muitas páginas e tirando menos partido do que poderia das múltiplas ilustrações a que recorreu – nem todas, de resto, claramente referenciadas aos textos que as contextualizam.

Será que este livro, como se diz na contracapa, pode ser uma ajuda “na arte e na técnica de bem titular”? Não é certo que assim seja – mas também não parece grave. O próprio trabalho vai deixando bem claro, ao longo das suas páginas, que a elaboração de um bom título (para já não falar do que é que se pode considerar “um bom título”...) é um processo complexo, situado na confluência de múltiplas condicionantes (individuais, grupais, editoriais, comerciais, culturais, espaço-temporais) e que, por isso, convive mal com receituários “prontos-a-usar”. O grande mérito deste livro é ajudar-nos a compreender melhor o que está antes, ou por trás, ou nas margens menos visíveis, de um título de imprensa, cujas particularidades e impacto nós, embora intuindo de um modo difuso, frequentemente temos dificuldade em analisar, em explicar, em desconstruir. E isso é porventura mais importante do que dominar certas técnicas de titulação. Ou artes, que disso também se trata.

Bouveresse, Jacques (2001) *Schmock ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus*. Paris: Éditions du Seuil.

Madalena Oliveira*

“O jornalismo é uma das profissões onde encontramos mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, onde se exprimem generalizadamente (...) a cólera, o nojo ou o desânimo perante a realidade de um trabalho que continua a ser vivido e reivindicado como ‘diferente dos outros’”

(Pierre Bourdieu, 2001: 36-37)

É no tom directo que caracteriza uma carta que Jacques Bouveresse replica os argumentos de uma dessas pessoas que encontramos no jornalismo. Talvez a mais inquieta, a mais insatisfeita, a mais revoltada, mas, de certo, a menos resignada de todas: Karl Kraus. A carta que Bouveresse não assina, mas enuncia em nome de um qualquer leitor de hoje, introduz-nos no combate que o jornalista austríaco desferiu ao jornalismo no final do século XIX. E parecemos, então, ‘escutar’ uma conversa pessoal, quase intransmissível. Porque a epistolografia é esse estilo genial que, em monólogo, nos coloca diante de duas pessoas. O mesmo estilo que, tendo apaixonado gerações, dos autores da Antiguidade a Vergílio Ferreira, passando, por exemplo, pelos autores bíblicos, se revela o género por excelência do encontro que não pode mais ser físico.

Nas entrelinhas da carta que antecipa o livro, tenho pelo menos a impressão, somos apresentados ao profeta que mais brilhantemente parece ter previsto a institucionalização do poder dos *media*. A cada parágrafo voltamos, porém, a ser os leitores e espectadores contemporâneos, potenciais assinantes de uma reacção que Bouveresse pronuncia, incrédulo, declinando o catastrofismo das premonições de Kraus. Não fossem verdade alguns atropelos à ética profissional e a falta de escrúpulos de alguns jornalistas, ávidos de escândalos, seríamos mesmo tentados a repetir em voz alta que aquilo que Kraus escreveu “sobre os jornalistas e os leitores dos jornais é hoje quase totalmente diferente da realidade e não pode ser percebido senão como uma mentira grosseira e um insulto inaceitável” (p. 13-14).

Se é verdade que os fenómenos que preocupavam Kraus na transição para o século passado (como a invasão dos jornais pela publicidade, a sua dependência dos poderes económico e financeiro, a concentração e a construção de verdadeiros impérios de jornalismo que ameaçariam o pluralismo e a liberdade de imprensa) se tornaram hoje ainda mais perceptíveis, também o é que não resultaram manifestamente em nenhuma das consequências desastrosas que ele anunciou. É disto que nos convence o autor de *Schmock ou le triomphe du journalisme*, fazendo-nos crer que não será completamente verdade que a imprensa esteja exclusivamente ao serviço dos imperativos de mercado.

* Doutoranda em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, no âmbito de um projecto individual de investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (magdalena@bragatel.pt).

A confirmar-se o desencanto de Kraus pela imprensa, os *media* mais não são do que a dimensão mais promíscua e perversa da nossa sociedade. Um século depois, Kraus seria ainda mais arrasador. Se tivesse tido oportunidade de conhecer o espantoso desenvolvimento dos meios técnicos ao serviço da sociedade de informação, que afinal tão perspicazmente previu, Kraus não diria só que a imprensa se tornou a ‘Grande Prostituta de Viena’, mas antes que se tornou, com os novos *media*, a ‘Maior Prostituta do Mundo’. Na verdade, se já há cem anos dizia que “longe de servir de maneira desinteressada os ideais universais de onde se reclama, a imprensa propõe e reserva os seus favores àqueles que têm meios de os pagar e os pagam efectivamente” (p. 33), o que diria hoje diante da efectiva constituição de gigantescos grupos económicos nacionais e internacionais?

Completamente avesso ao liberalismo económico¹, Kraus escandalizar-se-ia se tivesse, de facto, chegado a ler a opinião dos leitores de hoje. O seu desencanto seria ainda maior se levasse em linha de conta uma rendição ao jeito da que Bouveresse parece insinuar: “... se a aceitação de regras e de exigências universais do mercado, no domínio do jornalismo (...) for o preço a pagar para que a imprensa possa viver e desempenhar correctamente a sua tarefa, porque nos haveremos de indignar?” (p. 15). Responderia, adivinhamos, que o preço a pagar é incompatível com o correcto desempenho do ofício. Se assim não fosse, não teria, aliás, optado por ser proprietário, editor e redactor da revista que elegera como o instrumento da grande batalha da sua vida.

Confessamos-lhe, pela mão de Bouveresse, que “hoje a lei do proveito e o imperativo da rentabilidade exercem um poder cada vez maior e uma pressão cada vez mais forte sobre o mundo da informação” (p. 15). E temos como certo que a independência económica e financeira seria, hoje, em matéria de comunicação de massas, “a condição *sine qua non* da independência moral e intelectual” (p. 120). Porém, somos também impelidos a dizer-lhe que, mesmo que os *media* possam infligir alguns inconvenientes, isso não é nada em comparação com os imensos serviços que nos prestam.

Karl Kraus considerou a imprensa inimiga da cultura. Em certa medida, a sua intuição parece, eventualmente, revelar-se verdade. A sociedade contemporânea transformou-se, na sua opinião, numa sociedade de consumo e, pior do que isso, numa sociedade de espectáculo que roubou a imaginação à Humanidade. Se Guy Debord acabou por lhe dar razão umas décadas mais tarde, dizendo que “o espectáculo é a principal produção da sociedade actual” (1992: 22) e “corresponde a uma fabricação da alienação” (*idem*: 32), também Baudrillard parece ter constatado o mesmo, afirmando que em vez de nos fornecerem a realidade, os *media* oferecem-nos antes a vertigem da realidade (1995: 24).

Voltamos então a ouvir vozes mais recentes gritar contra a subversão do mundo pela imagem, qual ameaça de reconstrução material de ilusões religiosas a que a

¹ Em termos filosófico-políticos, Karl Kraus reclamou sempre um Estado suficientemente forte e determinado que assegurasse a protecção económica dos indivíduos contra as consequências destrutivas que resultam do livre jogo do mercado.

sociedade cede o seu próprio poder. Na verdade, parecendo render-se à espantosa promessa da imagem, “o mundo real transforma-se em simples imagens e as simples imagens tornam-se em seres reais e motivações efectivas de um comportamento hipnótico” (Debord, 1992: 23). E nada contribuiu mais, segundo Kraus, para aproximar a Humanidade da guerra do que a destruição da imaginação, de que os jornalistas terão sido os maiores causadores (p. 88).

Matando o pensamento ou não, o certo é que, para Kraus, sendo responsável pela falta de imaginação, o jornalismo é também responsável “pela cegueira, pela passividade e pelo conformismo” (p. 87). A mesma cegueira e surdez que permite ainda, segundo ele, que a imprensa (leia-se os *media*) continue a existir e se tenha tornado sinónimo de impunidade e de irresponsabilidade. Não tão conformados assim, queremos, porém, crer que o jornalismo não nos aniquila o sentido do mundo e das coisas, mas que ele próprio é um sentido para o mundo e para as coisas. E menos cegos ainda, temos como verdadeiro que os *media* são, como o disse McLuhan, a extensão dos nossos próprios sentidos.

Embora saibamos tão bem quanto Kraus que a imprensa é um incomparável meio para transformar “emoções e paixões moderadas em histeria e folia, (...) o orgulho nacional em delírio nacionalista em xenofobia e (...) o medo em pânico” (p. 51), desconhecemos a existência de uma qualquer outra instituição tão eminentemente vigilante. Sabemos que “a actualidade muda todos os dias” e que os *media* procuram nela uma verdade para cada dia (p.85), mas talvez não vejamos nisso nada de tão desastroso quanto Kraus previu. Por isso, repetimos convictos, com Bouveresse: “... se os jornalistas e a ‘abordagem jornalística’ da realidade adquiriram hoje um tal prestígio e uma tal influência, não é precisamente porque eles são não só mais adaptados, mas também mais úteis a um mundo no qual tudo muda de maneira rápida e ao mesmo tempo radical? A virtude principal, numa época onde nada dura e onde não há mais a possibilidade de adquirir convicções reais e ainda menos de procurar conservá-las, não é ela a de ser capaz de mudar de opinião como é preciso?” (pp. 22-23).

Kraus não hesitaria na acusação: diria que defendemos uma espécie de jornalismo camaleão. Ou que pactuamos com um jornalismo sem convicções, sem princípios e sem escrúpulos, à maneira do de Schmock que, por força do sistema e das circunstâncias, terá aprendido a escrever para qualquer tendência². Bouveresse antecipa-se-nos na reacção, garantindo-lhe, numa afirmação que me inspira pouca convicção, que “temos actualmente uma imprensa que é não só livre mas igualmente regulamentada de maneira adequada e, por outro lado, completamente consciente das suas responsabilidades, das suas obrigações e dos seus limites” (p. 13-14).

Kraus estremeceu, contudo, com o “poder desmesurado que os jornalistas podiam adquirir sobre o mundo da cultura e sobre o mundo em geral” (p. 22). O certo é que, ultrapassada que está a concepção do jornalismo como um espelho da realidade, consolida-se, de facto, a sua concepção como um poder, não interessa se o quarto, o

² Schmock é a personagem da comédia *Die Journalisten* de Gustav Freytag (1853) que aprendeu a escrever ‘à esquerda e à direita’, mas que abandona o jornalismo por reconhecer e recusar a tirania do seu editor.

quinto, ou o do contra, mas efectivamente um poder, às vezes, mais soberano do que a própria voz do povo. Credo nos presságios de Kraus, chegamos mesmo a dizer que hoje não maior poder e influência que não passe pelos meios de comunicação social. Talvez por isso ele tenha suscitado que o jornalismo se tornaria o único poder realmente absoluto.

Na realidade, a tirania da imagem traçou um novo contorno à que já conhecíamos da palavra e as novas tecnologias impuseram também o adjectivo da novidade às ligações humanas. “A maquinação das paixões é”, diz-nos Maria Teresa Cruz, “um dos aspectos mais importantes do encontro entre a técnica e a afecção na cultura moderna. (...) Tal como há uma tecnologia da sensibilidade, há também uma tecnologia dos afectos que, aliás, se alia a ela, como no cinema ou na televisão, para dirigir com precisão o olhar, a escuta e, ainda, os estremecimentos de emoção, de terror, de indignação, de compaixão, etc.” (2001: 37).

É esta maquinação das paixões e do próprio olhar que exalta Kraus e nos aviva a nós próprios algum temor. A imprensa primeiro, mas depois a rádio e a televisão, pelo menos, aprenderam o interesse pelo entretenimento e pela exploração sistemática da confusão (p. 50). Já não temos, aliás, ilusões acerca da pretensa defesa do direito de informar e da pressa com que os jornalistas dão aos outros o direito de serem informados. E ficamos a pensar no que diria Kraus se soubesse o quão imediato é o mundo de hoje. Talvez concluíssemos juntos “a falta de toda a espécie de recuo e de distância crítica para reportar o acontecimento, a impossibilidade de conciliar em questões essenciais o género de atenção elevada e de tratamento continuado que elas exigiriam de todas as obrigações que poderia ter-se para com a verdade em proveito daquelas que se tem para com a ‘actualidade’ ou a ‘importância’” (p. 85).

Se impusesse uma escolha entre os jornais e a censura, Kraus não teria dúvidas: teria escolhido a censura. Nós, porém, não estamos tão seguros da força de tais determinações. Tememos que a censura sufoque a verdade e a impeça de se exprimir. Só um crítico tão feroz, às vezes até atroz, como Kraus poderia ousar sugerir tamanho extremo. Tal como para Popper “a televisão adquiriu um poder demasiado vasto no seio da democracia” (1999: 30), podendo mesmo constituir uma ameaça, também para Kraus o jornal já dispunha de um poder manifestamente perigoso, podendo transformar não só a insignificância em importância reconhecida por todo o mundo, como também a mentira em verdade (p. 52). Talvez como Popper ele não quisesse senão lançar um grito de alerta, em vez de fazer a apologia da censura que, numa democracia, é um género ineficaz e irrealizável (1999: 8).

Não desculpando nem absolvendo a imprensa pela generalização da honestidade e da coragem de alguns, Kraus sonhou com um mundo sem imprensa. Apocalíptico no sentido bíblico da revelação e do anúncio do fim do mundo, Kraus desnudou a imprensa de toda a sua aparente ‘bondade’ e revelou-a como a fonte da corrupção e da destruição moral e social.

Menos, muito menos, exagerados que Kraus, e certamente também menos desencantados do que ele, ansiamos igualmente pelo esclarecimento do poder dos *media*. O que não significa de modo algum desejar uma qualquer espécie de censura ou

limitação de liberdade. Sobretudo porque entendemos hoje a liberdade como valor fundamental contra qualquer forma de absolutismo: político ou mediático. É aliás Popper quem o diz: “Precisamos da liberdade para impedir o Estado de abusar do seu poder e precisamos do Estado para impedir a liberdade de provocar abusos” (1999: 9-10).

Preterindo o género de condenação definitiva, impiedosa e radical que Kraus pronunciou, acrescentaria, porém, à carta do leitor de hoje para o editor da ‘Die Fackel’ um agradecimento. Teríamos certamente preferido uma crítica construtiva do jornalismo que contribuísse para melhorar as coisas “lá onde seria preciso encorajar os actores a raciocinar antes em termos de solidariedade e cooperação” (p. 18), mas apraz-me uma palavra de congratulação: pela ousadia e pela frontalidade com que acendeu tamanho archote (Fackel). Acima de tudo, por ser verdade que “os jornalistas e os jornais ‘sérios’ estão a perder a sua aura e se vêem eles próprios obrigados a fazer concessões à lógica do mercado e do marketing, introduzida pela televisão comercial, e a esse novo princípio de legitimidade que é a consagração pelo número e pela ‘visibilidade mediática’, capazes de conferir a certos ‘produtores’ o substituto aparentemente democrático das sanções específicas impostas pelos campos especializados” (Bourdieu, 2001: 88). Mas também porque nem todos os jornalistas tomam, no final da comédia que são alguns *media*, a decisão de Schmock: abrir um negócio por conta própria, porque o jornalismo não é, ou não deve ser, produto de mercador!

Referências

- Baudrillard, J. (1995). *A Sociedade de Consumo*, Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2001). *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta Editora.
- Debord, G. (1992). *La Société du spectacle*, Paris : Éditions Gallimard.
- Freytag, G. (1988). *Die Journalisten*, Stuttgart: Reclam.
- Miranda, J. A. B. e Cruz, M. T. (orgs.), (2002). *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, Lisboa: Tropismo.
- Popper, K.; Condry, J. (1999). *Televisão: Um Perigo para a Democracia*, Lisboa: Gradiva.

5

Comunicação e Sociedade

Numa sociedade que procura a sua identidade numa entrega cada vez mais obsessiva ao paradigma comunicacional, o itinerário que traçamos para **Comunicação e Sociedade** é o de respondermos o melhor que pudermos à inquietação de sabermos o que é que se passa hoje entre nós: nas conversas diárias e nos gestos de convivalidade; na projecção colectiva de espaços, imagens e figuras; nas formas de vestir, ornamentar e modelar os corpos; nas narrativas míticas, que os *media* não se cansam de ampliar; nas interacções formais e informais dos contextos organizacionais; na multiplicidade dos entrançados de redes de informação movidas pela electrónica e pela informática; enfim, nas sinalizações das ruas, casas, praças e jardins.

Firmamos entretanto um compromisso com a crítica dialógica, nos vários níveis de comunicação em que situamos as nossas preocupações, agindo em favor de uma comunicação essencial, múltipla, irredutível e comunitária, desalojando dos seus nichos a comunicação pontual, funcional, potente e performante.

ISSN 1645-2089



9 771645 208052